

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (FCT) –
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG)

**PRODUÇÃO TERRITORIAL DO CONFLITO AGRÁRIO NO
TOCANTINS DO SÉCULO XXI:**

Terra, Território, expansão do capital e violência no campo

CARLOS EDUARDO RIBEIRO ROCHA

Orientador: PROF. DR. CARLOS ALBERTO FELICIANO

**Presidente Prudente - SP
Março de 2022.**

Tese de doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPES

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico

Linha de Pesquisa: Trabalho, Saúde Ambiental e Movimentos Socioterritoriais

CARLOS EDUARDO RIBEIRO ROCHA

**PRODUÇÃO TERRITORIAL DO CONFLITO AGRÁRIO NO
TOCANTINS DO SÉCULO XXI:**

Terra, Território, expansão do capital e violência no campo

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (FCT) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano.

Auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

PRESIDENTE PRUDENTE – SP
Março de 2022

R672p Rocha, Carlos Eduardo Ribeiro
Produção territorial do conflito agrário no Tocantins do século XXI: : Terra, território, expansão do capital e violência no campo / Carlos Eduardo Ribeiro Rocha. -- Presidente Prudente, 2022
256 f. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Carlos Alberto Feliciano

1. Geografia. 2. Geografia agrária. 3. Tocantins. 4. Conflitos territoriais. 5. Terra e Território. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: PRODUÇÃO TERRITORIAL DO CONFLITO AGRÁRIO NO TOCANTINS DO SÉCULO XXI: Terra, Território, expansão do capital e violência no campo

AUTOR: CARLOS EDUARDO RIBEIRO ROCHA

ORIENTADOR: CARLOS ALBERTO FELICIANO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente.

Profa. Dra. SÔNIA MARIA RIBEIRO DE SOUZA (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / UFPI - Universidade Federal do Piauí.

Profa. Dra. ANA TERRA REIS (Participação Virtual) Geografia / Escola Nacional Florestan Fernandes.

Prof. Dr. ATAMIS ANTONIO FOSCHIERA (Participação Virtual) Câmpus de Porto Nacional / Universidade Federal do Tocantins.

Prof. Dr. RICARDO PIRES DE PAULA (Participação Virtual) Departamento de Geografia / FCT/UNESP - Câmpus Presidente Prudente.

Presidente Prudente, 31 de março de 2022

Dedico este trabalho a todos os camponeses, indígenas e quilombolas do estado do Tocantins, que lutam diariamente para conquistar e manter suas terras e territórios.

Dedico também, aos que sempre foram exemplo em minha vida: Raimunda Clementino Rocha Ribeiro e Antonio Ribeiro Martins. À minha esposa Sarah e as minhas filhas Sophia e Isabela.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e forças para superar as dificuldades.

A SEDUC - TO, pela concessão de licença para aprimoramento. Sem ela o meu desenvolvimento profissional teria se tornado ainda mais dificultoso.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP de Presidente Prudente, pela oportunidade de ser discente no programa de doutorado.

Aos meus pais, que mesmo na dificuldade, sempre me incentivaram na busca pela realização dos meus sonhos.

A minha esposa Sarah, pela compreensão, carinho e paciência dispensada a mim nos momentos difíceis. Às minhas filhas Sophia e Isabela, pelos sorrisos e os abraços carinhosos, que sempre me deram mais ânimo para seguir em frente.

Ao Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano, pela condução na orientação deste trabalho, pela forma profissional e humana com que trata a ciência e os sujeitos abordados por ela, principalmente em um contexto de estudos de conflito.

Ao Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior, ao qual tenho grande admiração e que muito contribuiu para este trabalho e para minha formação.

Ao grupo de pesquisa CEGET que me acolheu de forma calorosa.

Aos companheiros de doutorado, Leandro, Washington, Euzébio, José Carlos, Fernando, Gustavo. A convivência com vocês foi enriquecedora.

Ao Prof. Dr. Atamis Antonio Foschiera e ao Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula. Suas contribuições na avaliação do relatório de qualificação foram de grande valia.

A dona Lia e ao Prof. Cesar Leal por acolher a minha família em Presidente Prudente e por toda ajuda dispensada a nós.

Aos camaradas, Delismar, Alisson, Glibson, Jonatha e Claudiney pelos calorosos debates teóricos na “kitnet da agrária” em Porto Nacional – TO.

Ao camarada, Gilberto (Giba), pela realização de entrevista e conversas esclarecedoras sobre os povos originários do Brasil.

E a todas e todos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa etapa da minha formação, o meu muito obrigado!

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Este momento vivido pelo desenvolvimento capitalista no Brasil é fundamental para o campo, pois as bases para a sua industrialização estão lançadas. E o que todos assistem é o capital atuando como rolo compressor, esmagando tudo no rumo da acumulação e de sua reprodução ampliada. É na lógica contraditória deste rumo que se deve entender os conflitos sociais e a luta por terra no Brasil. (Ariovaldo Umbelino de Oliveira)

“O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é um recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência uma sabedoria. A continuidade da vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição”.
(Maria Beatriz Nascimento)

“Quando o último peixe estiver nas águas e a última árvore for removida da terra, só então o homem perceberá que ele não é capaz de comer seu dinheiro”.
(Ailton Krenak)

PRODUÇÃO TERRITORIAL DO CONFLITO AGRÁRIO NO TOCANTINS DO SÉCULO XXI:

Terra, Território, expansão do capital e violência no campo

Resumo

Conflitos por terra e território sempre estiveram presentes nas lutas travadas por camponeses e povos tradicionais para conquistarem, retomarem ou manterem seus modos de vida e espaço-tempo de reprodução social no Brasil. Na produção territorial desses conflitos a violência é um dos elementos centrais. Apesar de ser o elemento visível dessa “paisagem do conflito”, a violência esconde, sob sua notoriedade, sujeitos e instituições que as originam. A tese buscou, através de uma análise histórica e pesquisa de campo junto as famílias que vivem o conflito territorial no estado do Tocantins, compreender quais são as características que se configuram como centralidade e promotora desses conflitos. Ao caracterizar a produção do conflito no estado do Tocantins, o trabalho faz distinção entre terra e território na análise dos dados, entendendo que, apesar de os sujeitos que compõem a pesquisa, posseiros, trabalhadores rurais, assentados, acampados, indígenas e quilombolas estarem submetidos aos mesmos processos que produzem os conflitos, eles se relacionam com a terra/natureza de forma distinta. O indígena e o quilombola, por exemplo, têm a ancestralidade e o local histórico de reprodução social como base de seus territórios. Neste sentido, a tese levantou três elementos centrais na produção do conflito territorial no estado do Tocantins, que são: 1º - Inércia planejada do poder público em resolver a questão fundiária de suas terras, produzindo insegurança jurídica; 2º - Expansão da produção monopolista através do agronegócio, tendo como um de seus meios o uso da violência e 3º a luta e resistência camponesa, indígena e quilombola em manter suas terras e seus territórios. Esses elementos se apresentam separadamente, ora com maior intensidade nos conflitos por terra, ora nos conflitos por território, gerando o aspecto visível da paisagem do conflito, que é a violência. Como resultado, a tese apresenta e analisa os elementos centrais do conflito por terra e território, produzindo mapas que localizam as áreas de tensões, além de e imagens e denúncias que reforçam as formas da produção territorial do conflito agrário no estado do Tocantins.

Palavras Chave: Conflitos, Violência, Expropriação, Agronegócio, Terra, Território.

TERRITORIAL PRODUCTION OF THE AGRICULTURAL CONFLICT IN TOCANTINS IN THE 21ST CENTURY:

Land, Territory, expansion of capital and violence in the countryside

Abstract

Conflicts over land and territory have always been present in the fights fought by peasants and traditional peoples to conquer, resume or maintain their ways of life and space-time of reproduction in Brazil. In the territorial production of these conflicts, violence is one of the central elements. Despite being the visible element of this “landscape of conflict”, violence hides, under its notoriety, the subjects and institutions that give rise to it. The thesis sought, through a historical analysis and field research with families that live the territorial conflict in the state of Tocantins, to understand what are the characteristics that are configured as centrality and promoter of these conflicts. When characterizing the production of conflict in the state of Tocantins, the work makes a distinction between land and territory in the analysis of the data, understanding that, although the subjects that make up the research, squatters, rural workers, settlers, camped, indigenous and quilombolas are subjected to the same processes that produce conflicts, they relate to land/nature in a different way. The indigenous and the quilombola, for example, have ancestry and the historical place of social reproduction as the basis of their territories. In this sense, the thesis raised three central elements in the production of the territorial conflict in the state of Tocantins, which are: 1st - Planned inertia of the public power in resolving the land issue of their lands, producing legal insecurity; 2nd - Expansion of monopoly production through agribusiness, having as one of its means the use of violence and 3rd the peasant, indigenous and quilombola struggle and resistance to maintain their lands and territories. These elements are presented separately, sometimes with greater intensity in conflicts over land, sometimes in conflicts over territory, generating the visible aspect of the conflict landscape, which is violence. As a result, the thesis presents and analyzes the central elements of the conflict over land and territory, producing maps that locate areas of tension, as well as images and complaints that reinforce the forms of territorial production of the agrarian conflict in the state of Tocantins.

Keywords: Conflicts, Violence, Expropriation, Agribusiness, Land, Territory.

PRODUCCIÓN TERRITORIAL DEL CONFLICTO AGROPECUARIO EN TOCANTINS EN EL SIGLO XXI:

Tierra, Territorio, expansión del capital y violencia en el campo

Resumem

Los conflictos por la tierra y el territorio siempre estuvieron presentes en las luchas libradas por los campesinos y los pueblos tradicionales para conquistar, retomar o mantener sus modos de vida y espacio-tiempo de reproducción en Brasil. En la producción territorial de estos conflictos, la violencia es uno de los elementos centrales. A pesar de ser el elemento visible de este “paisaje del conflicto”, la violencia esconde, bajo su notoriedad, a los sujetos e instituciones que la originan. La tesis buscó, a través de un análisis histórico y una investigación de campo con familias que viven el conflicto territorial en el estado de Tocantins, comprender cuáles son las características que se configuran como centralidad y promotoras de estos conflictos. Al caracterizar la producción del conflicto en el estado de Tocantins, el trabajo distingue entre tierra y territorio en el análisis de los datos, entendiendo que, si bien los sujetos que componen la investigación, poseedor, trabajadores rurales, colonos, acampados, indígenas y los quilombolas están sujetos a los mismos procesos que producen los conflictos, se relacionan con la tierra/naturaleza de manera diferente. Los indígenas y los quilombolas, por ejemplo, tienen como base de sus territorios la ascendencia y el lugar histórico de reproducción social. En ese sentido, la tesis planteó tres elementos centrales en la producción del conflicto territorial en el estado de Tocantins, que son: 1º - Inercia planificada del poder público en resolver la cuestión territorial de sus tierras, produciendo inseguridad jurídica; 2º - Expansión de la producción monopólica a través del agronegocio, teniendo como uno de sus medios el uso de la violencia y 3º la lucha y resistencia campesina, indígena y quilombola por mantener sus tierras y territorios. Estos elementos se presentan por separado, a veces con mayor intensidad en los conflictos por la tierra, a veces en los conflictos por el territorio, generando el aspecto visible del paisaje del conflicto, que es la violencia. Como resultado, la tesis presenta y analiza los elementos centrales del conflicto por la tierra y el territorio, elaborando mapas que ubican focos de tensión, así como imágenes y denuncias que refuerzan las formas de producción territorial del conflicto agrario en el estado de Tocantins.

Palabras Clave: Conflictos, Violencia, Expropiación, Agronegocios, Tierra, Territorio.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distinção metodológica entre camponeses e povos tradicionais.....	25
Gráfico 2 - Número de Empresas de Capital Internacional de Exploração de Recursos Naturais por País Sede – 2013 – 2017.....	81
Gráfico 3 - Tocantins – Área plantada de soja, milho, cana-de-açúcar e quantidade de rebanho bovinos entre 2009 e 2018.....	117
Gráfico 4 - Tocantins – Área plantada de arroz, feijão, mandioca e banana entre 2009 e 2018.....	119
Gráfico 5 - Tocantins – Criação de cabeças de gado entre 2010 e 2017.....	125
Gráfico 6 - Tocantins – Pessoas envolvidas em conflitos entre 2010 e 2017.....	125
Gráfico 7 - Tocantins - Número de pessoas envolvidas em conflitos territoriais - 2010 a 2017.....	159
Gráfico 8 - Tocantins – Violência contra pessoa – 2010 e 2017.....	159
Gráfico 9 - Tocantins - Quantidade de assentamentos criados, decretos desapropriatórios e famílias entre 2000 e 2019.....	188
Gráfico 10 - Mortes por Desassistência a Saúde em Territórios indígenas no Tocantins	200

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Entrada do Projeto Rio Formoso e casa de bombeamento de água de canais	142
Imagem 2 - Retirada de água do Rio Javaés.....	1432
Imagem 3 - Barragem formada pelo Rio Javaés.....	142
Imagem 4 - Tubulação de ligação entre as barragens.....	143
Imagem 5 - Canal de irrigação.....	143
Imagem 6 - Produção de Arroz Irrigado.....	144
Imagem 7 - Pós-colheita	143
Imagem 8 - Divisa entre a área da cooperativa e a posse do Sr. João de Deus..	145
Imagem 9 - Parte da documentação juntada pelo Senhor João de Deus..	146
Imagem 10 - Divisa da área do Sr. João de Deus com uma área do agronegócio.....	147
Imagem 11 - Canal que abastece os tanques de peixe..	147
Imagem 12 - Processamento do pescado	148
Imagem 13 - Comportas sucateadas.	149
Imagem 14 - Encosta erodida	150
Imagem 15 - Mecanismo de abertura de comporta	151
Imagem 16 - Camponês relatando sobre a perda de suas terras.	153
Imagem 17 - Lavoura de soja	154
Imagem 18 - Uso de agrotóxicos na lavoura	155
Imagem 19 - Mapa da Comunidade Serra do Centro	156
Imagem 20 - Gabriel Filho	162
Imagem 21 - Local do assassinato de Gabriel Filho.....	162
Imagem 22 - Estrutura externa	165
Imagem 23 - Vista do acampamento	166
Imagem 24 - Entrevista com Dona Regina.....	168
Imagem 25 - Entrevista com a mãe da Dona Regina.....	168
Imagem 26 - Prof. Carlos Feliciano indo pedir que liberassem nossa passagem	169
Imagem 27 - Assembleia com trabalhadores rurais em Barro do Ouro – TO.	172
Imagem 28 - Representante da FATAET e a presidenta do Sindicato Local.....	173
Imagem 29 - Mapa da Gleba Tauá	175
Imagem 30 - Entrevista com lideranças da comunidade.	177
Imagem 31 - Mudas de plantas.....	182
Imagem 32 - Amostra de sementes.....	183
Imagem 33 - Local da quebra e transformação do coco em subprodutos	185
Imagem 34 - Dona Maria quebrando coco	186
Imagem 35 - Máquinas desviando água do rio para as plantações de arroz e soja.....	209

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Perfil Demográfico da Amazônia.....	90
Tabela 2 - Principais municípios produtores de soja do estado do Tocantins por área plantada, produção, rendimento médio e participação por quantidade produzida, 2008.	99
Tabela 3 - Tocantins - Quantidade de áreas da União Federal tituladas pelo ITERTINS até 2016 e movimentos sociais em disputa.....	103
Tabela 4 - Tocantins - Quantidade de áreas (ha) da União Federal em 2016 e movimentos sociais em disputa.	191
Tabela 5 - Relação de comunidades certificadas como remanescentes de quilombos até 2019 - Tocantins	215
Tabela 6: Comunidades quilombolas e número de famílias envolvidadas em conflitos territoriais no estado do Tocantins em 2016.....	222

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Rota dos Municípios com conflitos percorridos na pesquisa de campo	26
Mapa 2 - Área de localização dos estados que compõem o programa MATOPIBA.	105
Mapa 3 - Origem e migração dos produtores de soja	114
Mapa 4 - Municípios com criação bovina (cabeças) e conflitos por terra no Tocantins: 2003-2019.....	123
Mapa 5 - Municípios com produção de cana de açúcar em hectares e conflitos por terra no Tocantins: 2003-2019.....	128
Mapa 6 - Municípios com produção de milho em hectares e conflitos por terra – 2003 a 2019	131
Mapa 7 - Municípios com produção de soja em hectares e conflitos por terra no Tocantins: 2004-2019.....	136
Mapa 8 - Dados de Conflitos da CPT em TI no Tocantins - 2003-2019.....	199
Mapa 9 - Dados de Desassistência aos Povos Indígenas no Tocantins - 2006 – 2019.....	201
Mapa 10 - Municípios com criação bovina (cabeças) e conflitos por território indígena no Tocantins: 2003-2019.....	203
Mapa 11 - Municípios com produção de cana de açúcar em hectares e conflitos por território indígena no Tocantins: 2003-2019.....	204
Mapa 12 - Municípios com produção de milho em hectares e conflitos por território indígena no Tocantins: 2003-2019	205
Mapa 13 - Municípios com produção de soja em hectares e conflitos por território indígena no Tocantins: 2003-2019	206
Mapa 14 - Municípios com criação bovina (cabeças) e conflitos por território quilombola no Tocantins: 2003-2019.....	217
Mapa 15 - Municípios com produção de cana de açúcar em hectares e conflitos por território Quilombola no Tocantins: 2003-2019.....	218
Mapa 16 - Municípios com produção de milho em hectares e conflitos por território Quilombola no Tocantins: 2003-2019.....	219
Mapa 17 - Municípios com produção de soja em hectares e conflitos por território Quilombola no Tocantins: 2003-2019.....	220
Mapa 18 – Municípios com criação bovina (cabeças) e conflitos por terra no Tocantins	244
Mapa 19 – Municípios com produção de cana de açúcar em hectares e conflitos por terra no Tocantins por ano: 2003-2019.....	245
Mapa 20 – Municípios com produção de milho em hectares e conflitos por terra no Tocantins por ano – 2003 a 2019.....	246
Mapa 21 – Municípios com produção de soja em hectares e conflitos por terra no Tocantins por ano: 2003-2019.....	247
Mapa 22 - Dados de Conflitos da CPT em TI no Tocantins - 2003-2019.....	248
Mapa 23 – Municípios com criação bovina (cabeças) e conflitos por território indígena no Tocantins por ano: 2003-2019.....	249
Mapa 24 – Municípios com produção de cana de açúcar em hectares e conflitos por território indígena no Tocantins por ano: 2003-2019.....	250
Mapa 25 – Municípios com produção de milho em hectares e conflitos por território indígena no Tocantins por ano – 2003 a 2019.....	251
Mapa 26 – Municípios com produção de soja em hectares e conflitos por território indígena no Tocantins por ano: 2003-2019	252
Mapa 27 – Municípios com criação bovina (cabeças) e conflitos por território quilombola no Tocantins por ano: 2003-2019.....	253

Mapa 28 – Municípios com produção de cana de açúcar em hectares e conflitos por território Quilombola no Tocantins por ano: 2003-2019.....	254
Mapa 29 – Municípios com produção de milho em hectares e conflitos por território quilombola no Tocantins por ano – 2003 a 2019.	255
Mapa 30 – Municípios com produção de soja em hectares e conflitos por território quilombola no Tocantins por ano: 2003-2019.....	256

LISTA DE SIGLAS

ACAR – GO - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás

AGU- Advocacia Geral da União

APA-TO – Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins

CCQ - Círculos de Controle de Qualidade

CEDOC - Centro de Documentação Dom Tomas Balduino

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNDDA - Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEAGRI - Conselho Nacional de Secretários de Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

DPE - Defensoria Pública Estadual

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETAET – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Agricultura do Estado do Tocantins

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GITE - Grupo de Inteligência Estratégica

HO – História Oral

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERTINS - Instituto de Terras do Tocantins

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia

MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MPF- Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PADAP - Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba

PDRI - Programa de Desenvolvimento Regional Integrado

PIB – Produto Interno Bruto

PIN - Programa de Integração Nacional

PL – Projeto de Lei

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

SEAGRO – TO - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura do estado do Tocantins

SEPLAN – TO – Secretária da Fazenda e Planejamento do estado do Tocantins

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

TI – Território Indígena

TQ – Território Quilombola

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SÚMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I - PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÕES TEÓRICAS	30
1.1 - Do Objeto Social a Construção do Objeto Científico.....	30
1.2- Espaço e Território na Construção da Tese	32
1.3 – Cultura e Modos de Vida	39
1.4 - Território em Conflito e Confronto Político.....	43
CAPÍTULO II – ESTRUTURA FUNDIÁRIA, MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, TRABALHO E ACESSO À TERRA NO BRASIL: 500 ANOS DE CONFLITOS.	53
2.1 - Formação Fundiária e Conflitos por Terra no Brasil: Raízes do Atraso	53
2.2 - O Trabalho Escravizado e os Conflitos	57
2.3 - A Revolução de 30, o Estado Novo e o Trabalho no Brasil.....	60
2.4 - Resistência Camponesa ao Modo Capitalista de Produção no Sertão do Norte Goiano.....	64
2.5 - Século XXI e a Precarização do Trabalho.....	67
2.6 - Economia Moral e Mundialização do Capital	72
2.6.1- Entendendo os Preceitos da Economia Moral	72
2.6.2 - O Capital como Regulador do Mercado	76
2.7 - Acesso a Terra no Cerrado e Amazônia Brasileira.....	79
CAPÍTULO III: POLÍTICAS PÚBLICAS FOMENTANDO TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E OS CONFLITOS POR TERRA NO TOCANTINS	95
3.1 - Expansão do Monopólio Agrícola no Tocantins Dirigida pelo Estado	96
3.2 - MATOPIBA	105
3.3 – Territorialização Capitalista do Monopólio Agrícola e Espacialização dos Conflitos no Tocantins.....	109
3.4 - Espacialização dos Conflitos por terra e Expansão da Produção de Commodities no Estado do Tocantins.....	121
3.4.1 – Espacialização dos conflitos por terra a partir da commodity gado “arrouba do boi”	121
3.4.2 – Espacialização da produção de cana-de- açúcar e os conflitos	127
3.4.3 – Espacialização da produção de milho e os conflitos	130

3.4.4 –Espacialização da Produção de soja e os conflitos.....	133
CAPÍTULO IV- CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DOS CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NO TOCANTINS.....	139
4.1 - Conflitos por Terra no Tocantins.....	140
4.2 - Conflitos Territoriais na Região Sudoeste do Estado. Projeto Agrícola Rio Formoso	140
4.3 - Conflitos Territoriais na Região Norte do Estado. Projetos Agrícola, posseiros assentados e acampados.....	152
4.4 - Espaço-tempo dos povos originários – Tekoha.....	192
4.5 – Território Indígena - Espacialização e Caracterização de Conflitos, Violência / Violações - Tocantins	198
4.6 – Quilombos – Território, Luta e Resistência.....	211
4.7 - Território Quilombola - Espacialização e Caracterização de Conflitos – Tocantins	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	226
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231
APÊNDICE	243

INTRODUÇÃO

Os conflitos socioterritoriais no campo tocantinense, principalmente a partir do final do século XX e início de século XXI tem como uma de suas características a expansão da produção monopolista de *commodities*. Com a mundialização do capital na agricultura, a demanda por produtos como soja, milho, cana-de-açúcar e gado ganharam enormes proporções.

Países da América Latina e África, que ao longo de suas existências, pautaram suas economias na produção de matéria prima, se tornaram, alguns com mais intensidade que outros, em grandes “subordinate players¹” das bolsas de valores e mercados internacionais.

Essa expansão do capital na agricultura brasileira vem ampliando as áreas para a produção agrícola sobre os biomas, principalmente na Amazônia e Cerrado, devastando a fauna e flora, mesmo em áreas protegidas por lei.

Esse avanço também encontra pelo caminho sujeitos sociais como famílias camponesas, indígenas e quilombolas, que por contrapor em sua lógica no uso e valorização da terra à lógica do capital, se veem em meio a um território em disputa, ou seja o território do agronegócio e o território do campesinato (FERNANDES, 2008), onde os conflitos, muitos deles violentos, são cada vez mais constantes.

No Tocantins, estado criado recentemente (05 de outubro de 1988), e que amarga um atraso econômico e estrutural herdado do estado de Goiás, a agricultura desponta como um dos motores da economia.

As políticas públicas tem direcionado investimentos para o crescimento do agronegócio com a construção de estruturas viárias para escoamento de produção e isenções de impostos, além de expropriações e despejos de trabalhadores posseiros. Toda essa conjuntura política e econômica tem conduzido o estado a elevar seus índices de violência no campo.

A hipótese é que a produção dos conflitos por terra e território no estado do Tocantins estão vinculados a não realização intencional de políticas públicas de

¹ Utilizamos o seguinte termo para indicar que, apesar de/por motivo de o Brasil ser um dos maiores produtores de *commodities* do mundo, esse modelo o coloca como um subordinado as ações do capital, criando políticas que beneficiam a expansão do agronegócio em detrimento de uma Reforma Agrária Popular que garanta terra para todos os trabalhadores do campo.

destinação de terras e intensificados pela expansão do agronegócio e resistência na luta pela terra e território.

Neste sentido, o trabalho está balizado na tese de que os conflitos no campo tocantinense no século XXI são produzidos a partir de elementos centrais: 1º - Inércia planejada do poder público em resolver a questão fundiária de suas terras, produzindo insegurança jurídica; 2º - Expansão da produção monopolista através do agronegócio, tendo como um de seus meios a expropriação de terra e 3º a luta e resistência camponesa, indígena e quilombola em manter suas terras e seus territórios.

Dessa forma, a pesquisa pretendeu responder aos questionamentos: Como se espacializa a produção territorial do conflito por terra e território no estado do Tocantins? Quais setores e empresas estão monopolizando a produção agrícola no Tocantins? Quais as características da violência nos conflitos do campo no Tocantins? e quais sujeitos resistem e lutam pela posse e manutenção da terra e território no Tocantins?

Para atender esses questionamentos, o trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Problematização e Questões Teóricas” está a base teórico-conceitual que fundamenta a pesquisa. Nele são relacionados autores que tratam sobre a construção do objeto científico, o conceito de espaço, de território, cultura e modos de vida.

No segundo capítulo, intitulado “Estrutura fundiária, mundialização do capital e acesso à terra no Brasil: 500 anos de conflitos” está desenvolvida a ideia de estrutura político-fundiária brasileira, com o papel do trabalho escravizado, a mundialização do capital na agricultura, mecanismos de subordinação de territórios e a luta pelo acesso à terra na Amazônia e Cerrado.

No terceiro capítulo, intitulado “Políticas públicas fomentando territorialização do agronegócio e os conflitos por terra no Tocantins” foram promovidas análises sobre a expansão do monopólio agrícola, tanto pelo Estado como pelo capital, a criação e extinção legal do MATOPIBA e a disputa pelo poder recriação do programa e a espacialização da produção das *commodities* gado, cana-de-açúcar, milho e soja relacionado com a espacialização dos conflitos por terra no estado do Tocantins.

No quarto capítulo, intitulado “Características da produção dos conflitos por terra e território no Tocantins”, Trazemos as características dos conflitos por terra a partir de dados secundários e pesquisa de campo realizada na região Norte e Sudoeste do estado e

as características dos conflitos por território indígena e quilombola através da sua espacialização relacionando com a produção de *commodities*.

Pontuamos as formas de abordagens que foram realizadas durante a pesquisa, para conseguir responder aos questionamentos:

- Foi realizada uma discussão teórica sobre “produção territorial do conflito agrário”. Nesse esforço teórico, elencamos as formas de conflitos agrários, de modo a ter uma visão geral de seus modos, suas práticas e os sujeitos que predominantemente estão em conflito.
- As áreas de expansão da produção de soja, cana-de-açúcar, milho e gado são as áreas prioritárias da pesquisa para entender o avanço do capital sob a terras de uso não capitalista. Nesse sentido, foi feita uma análise dessa expansão relacionando as políticas públicas de fomento ao agronegócio, com o aumento das áreas para produção de *commodities* e os conflitos existentes.
- Destacamos a inércia planejada do poder público em não realizar o mapeamento das terras devolutas do estado do Tocantins e a destinação dessas terras a camponeses, assim como a inércia da União em não demarcar territórios indígenas e quilombolas.
- Caracterizamos a partir de trabalho de campo formas de violência existentes nos conflitos por terra e território, os sujeitos que se encontram nessa disputa e a luta e resistência para manutenção e conquista da terra.

Utilizando ferramentas da ciência geográfica e uma metodologia pautada em análises bibliográficas, pesquisa de campo e dados secundários, fez-se uma análise conjuntural e estrutural desses anos iniciais do século XXI, mostrando a espacialização, as características dos conflitos agrários e a resistência camponesa, indígena e quilombola que ocorreram e estão ocorrendo no estado do Tocantins.

Metodologia

Enumeramos nesse tópico os procedimentos metodológicos utilizados para a construção do trabalho. Dessa forma, foram consultadas bibliografias referentes ao tema pesquisado, envolvendo o entendimento sobre, conceitos de território, espaço, cultura e modo de vida, formação fundiária e econômica brasileira, mundialização do capital no campo, conflitos territoriais, modernização agrícola no Cerrado e Amazônia,

desenvolvimento regional, violência no campo, estrangeirização de terras e resistência camponesa e de povos tradicionais.

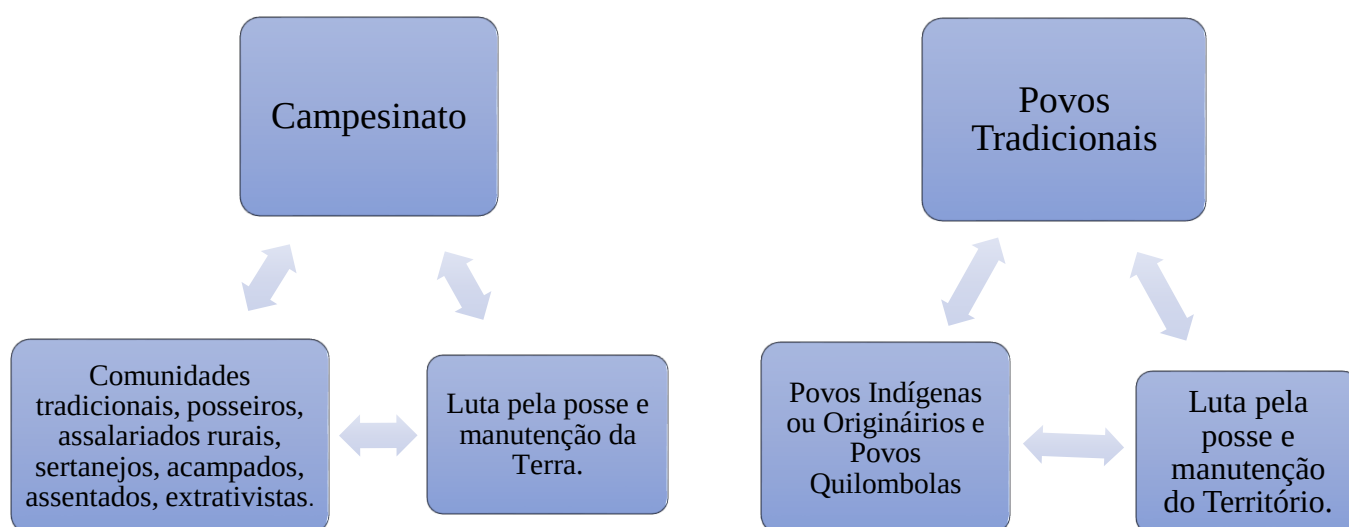
Na realização da pesquisa de campo para obtenção de dados primários, utilizamos a seguinte metodologia: Contatamos dois representantes de sindicatos e federação rurais e duas pessoas residentes na localidade para mediar a nossa aproximação com as comunidades pesquisadas, entrevistas abertas com camponeses levantando dados através da oralidade, produção de imagens das áreas, levantamento de coordenadas das localidades pesquisadas com auxílio de GPS.

Dados primários e secundários no decorrer da pesquisa também foram obtidos através de (a) pesquisa no Centro de Documentação Dom Tomas Balduino na cidade de Goiania-GO, administrado pela CPT, (b) pesquisa nos Relatórios de conflitos da CPT, Relatórios de conflitos do CIMI e Relatório de conflitos do CONAQ, (c) produção de mapas a partir de dados do IBGE, (d) pesquisa no ITERTINS – Instituto de Terras do Tocantins, (e) entrevista com advogada da FETAET, (f) entrevista com advogado do ITERTINS, (g) entrevista com coordenador do CIMI, (h) entrevista com dois membros do MST, (i) dia de campo no Projeto Rio Formoso em Formoso do Araguaia – TO.

Para a construção teórica da separação entre a luta por terra e território, distinguimos metodologicamente os sujeitos a partir de suas lutas históricas no Brasil, que se configura nos planos dos movimentos socioterritoriais camponeses e de povos tradicionais indígenas e quilombolas.

Em um contexto de América Latina, haverá essa ligação entre o camponês e o indígena, porém, no Brasil, pela sua formação histórica, há uma diferenciação desses sujeitos. Nesse sentido, sugerimos (gráfico 1), uma distinção dos sujeitos que aparecem no recorte do trabalho, através da esquematização abaixo.

Gráfico 1 – Distinção metodológica entre camponeses e povos tradicionais.



Fonte: CPT, 2020. CIMI, 2019. Elaborado pelos autores.

Esse esquema, que criamos para a pesquisa, nos ajuda a identificar os sujeitos, as espacialidades, os territórios e as características da produção dos conflitos no decorrer do trabalho. Distingui-los não significa que enfrentam formas de violência e conflitos diferentes, mas que, historicamente e ancestralmente possuem relações distintas com seus espaços de reprodução social.

Trabalho de Campo

Para caracterização da produção dos conflitos por terra no Tocantins foram realizados dois campos, uma na região Norte do Estado do Tocantins e outra na região Sudoeste. Trabalhos de campo em territórios indígenas e quilombolas não foram possíveis por decorrência da pandemia. Detalharemos o processo de realização deste campo como forma de explicar a metodologia utilizada e os meandros das relações sociais necessárias para que o campo fosse executado.

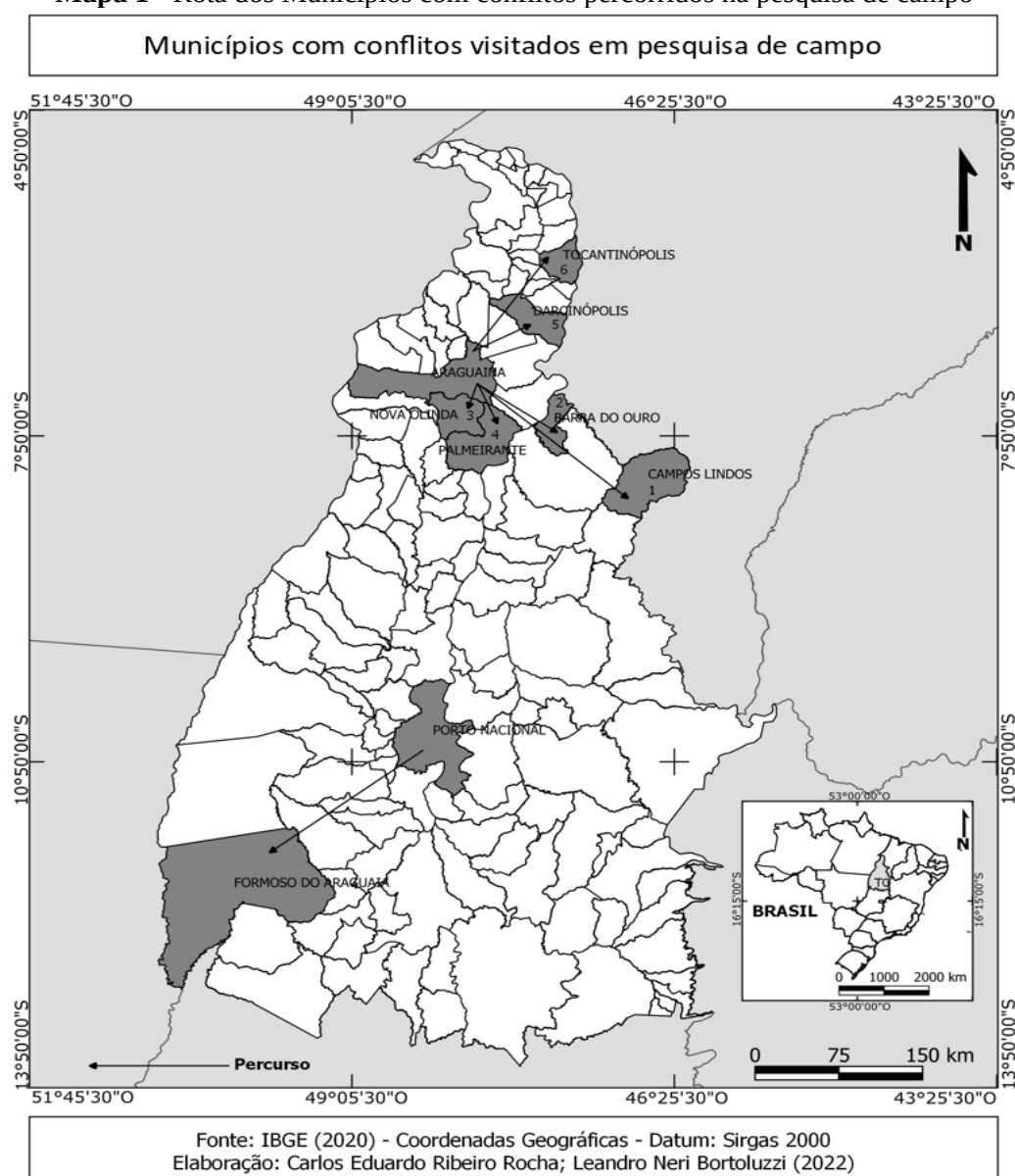
Integraram a atividade de campo na região Norte do estado o Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano – Unesp de Presidente Prudente, a doutoranda Thayslorraine – Universidade Federal do Ceará e o doutorando Carlos Eduardo Ribeiro Rocha – Unesp de Presidente Prudente, responsável pela atividade. A pesquisa de campo pautou-se na observação em loco e no ouvir as realidades vividas por camponeses afetados pelo avanço do agronegócio, principalmente pela produção de soja, e o impasse jurídico sobre suas terras.

A realização desta pesquisa contou com a colaboração da FETAET – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Agricultura do Estado do Tocantins, onde no dia 09/01/2020 foi realizada uma visita a sua sede em Palmas – TO, e produzida entrevista semiestruturada. Esta visita foi acompanhada pela advogada Ruth Caetano, responsável por assessorar as entidades ligadas a Federação e que foi a entrevistada.

Desta, tivemos a indicação de lideranças que acompanham os conflitos por terra no norte do estado do Tocantins, como o Sr. Manoel Barbosa, conhecido como Pimba, que foi nosso interlocutor junto aos trabalhadores rurais e sindicatos locais.

A partir desse primeiro contato realizado em Palmas – TO, foi traçado o roteiro para realização da atividade (mapa 1).

Mapa 1 - Rota dos Municípios com conflitos percorridos na pesquisa de campo



As localidades escolhidas tiveram como pressuposto a intencionalidade de observar áreas que estão em processo de desapropriação, áreas desapropriadas com conflitos iminentes, áreas onde posseiras vivem nas terras do proprietário, assentamentos e resistência camponesa com a coleta do coco babaçu e produção de seus derivados pelas “quebradeiras de coco”.

O roteiro da pesquisa realizada, inicia-se pela cidade de Araguaína – TO, que ficou fixada como ponto de apoio para a saída as localidades, sendo ela a referência na consideração das distâncias.

Iniciamos o trabalho de campo saindo as 5:00h do dia 25/01/2020 para o município de Campos Lindos - TO, distante 250km, onde participamos de uma assembleia com trabalhadores rurais e visitamos terras de camponeses que estão em conflito pelo avanço da produção de soja sobre suas propriedades, retornando na noite desse mesmo dia para o município de Barra do Ouro – TO, distante 97km.

No dia 26/01/2020, iniciamos nossa atividade às 07:30h com assembleia de trabalhadores rurais no município de Barra do Ouro -TO, onde entrevistamos camponeses da Gleba Tauá, que está em conflito com grileiro. Às 14:00 do mesmo dia, seguimos para o município de Nova Olinda – TO, distante 60km, onde participamos de reunião com posseiros da Gleba Chaparral, retornando à noite para Araguaína.

No dia 27/01/2020, saímos as 8:00h para encontrarmos uma das famílias desapropriadas, e que foram nossos interlocutores no acampamento Gabriel Filho, onde já ocorreram dois assassinatos, localizado no município de Palmeirante – TO, distante 140km.

No dia 28/01/2020, saímos as 8:00h para conhecer o campus da UFT – Universidade Federal do Tocantins, a convite do Prof. Dr. Eliseu Pereira Brito, que nos acompanhou neste dia de campo. Às 9:00h seguimos em direção a região do Bico do Papagaio, nos municípios de Darcinópolis, distante 85 km, onde nos reunimos com assentados e as 11:00h para o município de Tocantinópolis, distante 129 km, onde conhecemos o ofício de quebradeiras de coco.

O segundo trabalho de campo foi realizado nos dias 23 e 24 de março de 2021, no projeto Agrícola Rio Formoso, no município de Formoso do Araguaia - TO e contou com a colaboração do Professor Dr. Atamis Antonio Foschiera da Universidade Federal do

Tocantins e do Professor pedagogo da rede estadual do Tocantins, Antonio que reside em Formoso do Araguaia - TO e leciona em aldeia indígena neste município.

Do nosso contato em Formoso do Araguaia, tivemos a indicação de agentes públicos no município, como o secretário de agricultura e representante de sindicatos. A partir desse primeiro contato, foi traçado o roteiro para realização da atividade. Contamos também com a colaboração financeira do programa de pós graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente.

Na atividade de campo em Formoso do Araguaia, percorremos no Projeto Rio Formoso, no dia 23/03/2021 as áreas para produção de sementes de arroz e soja, represas que escoam água para os canais de irrigação e ponto de captação de água do rio Javaés através de bombas.

No dia 24/03/2021 visitamos a área de um camponês posseiro que fica dentro do projeto Rio Formoso e que está em disputa com empresas do agronegócio, onde a posse da sua terra está sendo questionada.

As localidades e sujeitos escolhidos tiveram como pressuposto a intencionalidade de observar os conflitos em loco, realizar conversas e entrevistas com sujeitos que estão em disputa por terra, conhecer as áreas públicas destinadas pelo Estado a particulares para produção agrícola e sua relação com trabalhadores e posseiros da região, assim como, visibilizar camponeses que estão na luta pela posse da terra e manutenção de seus modos de vida.

A pesquisa de campo foi um memento impar na produção da tese. Saímos de um conhecimento teórico sobre os conflitos no campo tocantinense e adentramos os espaços onde essas relações são produzidas e onde a violência é visível.

As diversas situações vividas durante a realização o campo, ofertou experiências que nos ajudam a enxergar o conflito, a cultura e o modo de vida dos camponeses de forma mais clara. Para Geertz, (1989, p. 7), “compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. Isso os torna acessíveis: coloca-los no quadro de suas próprias banalidades, dissolve sua opacidade”.

O campo e o aporte teórico nos fizeram perceber que para muitos camponeses, na normalidade do dia a dia, o conflito é um estado perene e não um momento onde há um confronto, seja violento ou não.

No capítulo a seguir, daremos ênfase a elaboração do objeto científico e aos conceitos de espaço, território, cultura e modos de vida, que nos dão o embasamento teórico para a análise da produção territorial dos conflitos por terra e território no estado do Tocantins.

CAPÍTULO I - PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÕES TEÓRICAS

O capítulo tem como objetivo fazer a problematização da pesquisa e elencar o arcabouço teórico que dá sustentação a tese. Ele traz quatro tópicos, onde ponderamos sobre as questões teóricas do trabalho. São eles: “Do Objeto Social a Construção do Objeto Científico”, “Espaço e Território na Construção da Tese”, “Cultura e Modos de Vida”, “Território em Conflito e Confronto Político”.

Principiamos com a construção do objeto científico. Como a minha vivência, e senso comum sobre o tema, passa a ser um objeto de estudo, pautado pelo método, técnica e teoria. Esse processo de amadurecimento do pensamento, encontrado na academia, conduziu para a elaboração da tese.

Ponderamos sobre os conceitos de espaço e território, por entendermos que o recorte da pesquisa apresenta elementos que os configuram. Buscamos compreender o sentido de cultura e modos de vida para nos aproximarmos das experiências vivenciadas pelos sujeitos que compõem a luta pela terra e território no estado do Tocantins, e por último fazemos uma discussão teórica sobre o conceito de conflito e confronto político, abordagem central da tese.

1.1 - Do Objeto Social a Construção do Objeto Científico

A tese que apresentamos surge da busca por entender relações sociais conflituosas no campo no estado do Tocantins. Tal fenômeno, vivenciei ao longo da vida, seja por experiências próprias, sendo filho de camponeses ou nas realidades vividas por muitos camponeses e povos tradicionais com quem tive contato. Por muito tempo, o objeto que ora pesquisamos (conflito no campo) se materializava nas minhas falas e concepções como algo do cotidiano desses sujeitos, produzidos por embates onde apenas a posse da terra era visível. Eram sujeitos conflitando por um “pedaço” de terra. Essa era minha visão de senso comum.

Foi na Universidade, ainda na graduação em Geografia, que para mim o conflito no campo como objeto científico vai se construir. O trabalho de conclusão de curso convivendo com acampados, a pesquisa sobre a expansão agrícola e suas consequências na região central do estado do Tocantins no mestrado, ofertaram os métodos e técnicas de pesquisa, para que a visão de senso comum transformasse o conflito no campo em um

objeto científico para o doutorado. Isso iria transformaram meu modo de enxergar e analisar esse fenômeno.

Nesse sentido, o objetivo é trazermos alguns autores para ponderarmos sobre essa experiência, que é a passagem de se ter um olhar comum, para algo que requer o rigor científico.

Um olhar sobre a diferença entre os objetos sociais produzidos pelo senso comum do objeto científico foi desenvolvido por Jacques Marre (1991) em seu texto “A construção do objeto científico na investigação empírica”. O autor expõe que, a primeira etapa para construir um objeto científico é a escolha do tema de pesquisa. Essa escolha não se reduz apenas a um evento no espaço, como, por exemplo, o materializado através da cultura e modos de vida de sujeitos que consegue nos chamar a atenção. Não é uma escolha aleatória. A construção de um objeto científico para o pesquisador ocorre antes mesmo da escolha que será o recorte a ser pesquisado. Para o autor “raramente um processo ou um objeto de estudo é escolhido por si mesmo e em si mesmo, isolado de qualquer sistema de valores” (MARRE, 1991, p. 10).

Nesse sentido, os caminhos percorridos pelo pesquisador em sua trajetória de vida o levarão a temas que o instigue a conhecê-los/desvenda-los, não sendo algo neutro, mas repleto de valores que o pesquisador carrega e que dá o grau de importância para seu esforço de escolha, porém, como o autor coloca “como se escolhe é igualmente importante”. Então o que o distingue o objeto social do objeto científico? Para Marre (1991) o que vai fazer essa distinção é o uso da *técnica*. A forma de definir algo, que acontece através do aporte teórico, é que diferencia uma construção qualitativa do objeto, dando a ele um caráter científico. Para Marre (1991, p. 12),

Na perspectiva ascendente e dialética de uma construção do objeto, o que se deseja salientar é justamente a introdução de um ponto de vista teórico no processo de construção do objeto. O passo que consiste em introduzir na observação uma perspectiva teórica, na realidade, é ao mesmo tempo a negação de qualquer observação imediata e sua substituição qualitativa por um modo novo de perceber o fenômeno ou processo ou fato observado.

Sobre a formação de vida e teórica do pesquisador, que dará direcionamento para a escolha do objeto científico, aproximo esse pensamento às ideias de Doreen Massey (2004), quando a autora coloca as inter-relações na produção das práticas materiais com a formação espacial. Cada indivíduo é uma produção complexa de sua existência. Ele é o

todo, formado de partes, cujas escalas de construção permeiam uma amplitude de relações que o insere e o reproduz no espaço. São nessas inter-relações, que Geertz (1999, p.36) dirá que o “homem é um animal amarrado a teias que ele próprio teceu, assumindo a cultura², como sendo essas teias”.

Dessa forma, definir um objeto científico em ciências humanas a ser pesquisado, além de ser um esforço intelectual é algo que se aproxima de vivências ou realidades com as quais o pesquisador, em sua trajetória, se sente instigado a entender e até mesmo transformar.

Assim, minha trajetória de vida ainda na adolescência e acadêmica pesquisando sujeitos em disputa por terra e território levou a produção desta tese, entendendo que o conflito no campo se produz a partir de elementos que o senso comum, pela sua superficial leitura não abarca. Sendo assim, o método, a técnica e o aporte teórico subsidiaram a construção e a análise do objeto que resultou neste trabalho.

1.2- Espaço e Território na Construção da Tese

A tese utiliza os conceitos de Espaço e Território como aporte para pesquisa. Estes conceitos nos ajudaram a entender a dinâmica da produção dos conflitos no campo no estado do Tocantins, a partir de elementos como, as relações espaciais de monopólio do agronegócio no campo, expansão de multinacionais do setor agrícola, subordinação de Estados Nações ao capital, espacialização da produção da *commodities* no Brasil e no Tocantins, impactos dessas relações espaciais nos territórios e a luta e resistência por terra e território.

Entendemos que o espaço geográfico totaliza as relações sociais, e que é no território onde os sujeitos estão em disputa e onde as relações de poder, seja estatal ou privado se materializam. Os conflitos no campo gerados pelas disputas entre sujeitos antagônicos trazem características que se alinham com os conceitos, como, por exemplo, a produção de *commodities* no Tocantins por subordinação ou alinhamento a necessidades do capital global, tendo como consequência a produção de conflitos em escalas e territórios locais. A expropriação de comunidades tradicionais no Tocantins para abrir áreas para a produção de soja, para ser exportada é um exemplo dessa lógica. Assim,

² Entendendo a cultura aqui, como sendo a forma de agir e pensar dos sujeitos.

arrolamos autores que argumentam sobre o tema para ponderarmos sobre esses conceitos na pesquisa.

O conceito de território surge dos avanços da proposta de Ratzel (1974), que além de trazer o debate territorial para a geografia (antes presente somente nos discursos das ciências naturais), o coloca como necessário à reprodução da sociedade e do Estado.

Etimologicamente Costa (2006, p. 43) enumera conceitos sobre a palavra território, buscando sua materialidade histórica. Alguns são:

1. A palavra *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino *terra*, e era utilizado pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* (no *digeste*, do século VI, segundo Di Méo, 1998:47).
2. Segundo o *Dictionnaire Étimologique*, *territo* estaria ligado à etimologia popular que mescla ‘terra’ e ‘terreo’, domínio da terra e terror.
3. *Territorium*, no *Digesta* do imperador Justiniano, é definido como *universitas agrorum intra fines cujusque civitates* (toda terra compreendida no interior de limites de qualquer jurisdição).
4. O dicionário Inglês Oxford coloca um ponto de interrogação junto ao termo que teria dado origem à palavra *territorium*, “*terrere*, a place from which people are warned off” – lugar de onde as pessoas são expulsas ou advertidas para não entrar.

As conceituações apresentadas remetem o território ao seu sentido ontológico, isso ocorre porque o termo era utilizado para determinar o espaço físico, o poder de posse, e os sentimentos ligados a terra. Com o amadurecimento do pensamento sobre o território, sua abrangência tem ampliado, tanto para explicar o meio natural como o meio social. As concepções materialistas, que ontologicamente ligava o território ao espaço físico, se desdobraram em abordagens que vão desde uma visão naturalista, política, jurídica e econômica até uma visão onde essas abordagens são integradas.

O território visto a partir de um viés econômico também traz algumas considerações em torno de sua abordagem. Teóricos como Godelier (1984, *apud* COSTA, 2006, p. 56) e Lancaster e Lancaster (1992, *apud* COSTA, 2006, p. 56), referem-se ao território como local de obtenção de recursos delimitado por uma sociedade, e geralmente se reportam a sociedades tradicionais para explicar o uso econômico da terra. Segundo Costa (2006, p. 57), “hoje, na maior parte dos lugares, estamos bem distantes de uma concepção de território como ‘fonte de recursos’ ou como simples ‘apropriação da natureza’ em sentido estrito”. A expansão de fronteira agrícola no Brasil para a produção

de *commodities*, por exemplo, perpassa essa visão do território apenas como fonte de recursos, mas também para produção de mais valia, concentração fundiária e especulação.

A noção de território “usado” traz uma distinção quando o vemos como recurso ou como abrigo. Santos (2000, p. 12 *apud* COSTA, 2006, p. 59) afirma que, “enquanto para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares, para os atores hegemonzados trata-se de um abrigo”. Entender o território a partir de uma visão econômica requer também, entendê-lo a partir de uma visão de uso, pois no mesmo espaço delimitado há atores que o territorializa de forma e intenções diferentes, a exemplo, os camponeses, indígenas e quilombolas.

Enxergar além do que está posto ou dos discursos que formalizam os vários entendimento sobre o conceito de território (entendendo este enxergar do território, como um enxergar geográfico, teórico e metodologicamente empregado), levar-se-á a outra escala do território que não se revela, ou se o faz, o faz estrategicamente, as quais são as escalas do poder.

Na perspectiva de Souza (2008, p. 78), o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Essas relações se materializam no território, também, a partir dos sujeitos que o disputa. Essa escala entre o sujeito civil, o Estado e o capital privado, revelam que essas relações de poder, por serem desproporcionais, geram conflitos no campo. No estado do Tocantins essas relações de poder permeiam a produção do conflito.

São nestas escalas onde os arranjos são feitos, as estruturas (materiais e imateriais) são formadas, e as tomadas de decisões são fixadas. É preciso entender que essas engrenagens do poder, que mais parecem sair do “mundo das ideias abstratas”, são lógicas, diretas e racionalizadas, a partir do lucro e das vantagens via poder público. Para escalas que são subordinadas, os impactos dessas tomadas de decisão, muitas vezes são incompreensíveis até serem impactados por elas.

Revelar a essência e unicidade dos atores hegemônicos que realizam as ações nos territórios, e que, por consequência, influencia na vida de milhões de trabalhadores do campo e comunidades tradicionais, não é algo simples. Tomando como referência a relação de poder que se forma no território, a relação de forças que coexistem e que se alinham ou desalinham para manutenção do mesmo e descobrir os atores responsáveis

pelas tomadas de decisões requer um olhar crítico e sistêmico de sua dinâmica. O produto da tese nos levará a revelar esses atores.

Fernandes (2008) propõe um debate sobre os tipos de territórios e as disputas socioespaciais e socioterritoriais³. O fato de muitos cientistas de diversas áreas terem escolhido o território como conceito central em suas análises, e o seu uso por instituições que elaboram projetos de políticas públicas que impactam diretamente o meio rural, são alguns dos motivos que levaram Fernandes a elaborar esse ensaio. O autor expõe suas pretensões com esse trabalho quando expressa:

Neste ensaio sobre o Território, procuro ir além da significação clássica mais utilizada do conceito como espaço de governança. Proponho uma tipologia de territórios a partir de referencial bibliográfico e de pesquisas de campo realizadas em diferentes países. O objetivo deste artigo é ampliar o debate sobre o Território e defender a ideia que a definição de sua significação é uma relação de poder que precisa ser constantemente debatida. Este poder é hoje muito utilizado pelas instituições e pelos estudiosos na realização de projetos de pesquisa e de desenvolvimento territorial rural que atinge milhões de pessoas em seus habitats (FERNANDES, 2008, p. 273).

As conflitualidades existentes no campo brasileiro são marcadas por diferentes formas de apropriação dos territórios. Estes territórios possuem distintas relações com o uso e ocupação da terra e lutam a partir de paradigmas diferentes. O campesinato e o agronegócio compõem essa dualidade de territórios. Fernandes (2008).

Fernandes (2008) recorre a autores como Lefebvre (1991) e Santos (1996) para caracterizar o espaço. Lefebvre (1991, p. 102) dirá que “O espaço é a materialização da existência humana”. Já Santos (1996, p. 51) define “o espaço como uma totalidade: como conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação, que formam o espaço de modo, indissociável, solidário e contraditório”. Para Fernandes (2008, p. 275), a produção do espaço e a produção do território se dão da seguinte forma:

³ Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe a transformação da realidade sem a criação de espaços. São exemplos de movimentos socioterritoriais, movimentos camponeses, os indígenas, os quilombolas.

Os movimentos socioespaciais também possuem diferentes escalas. Podem atuar da escala mundial à escala local. São predominantemente agências de mediação. Um exemplo de movimento socioespacial global é o Greenpeace. Um exemplo de movimento socioespacial local são as organizações de bairro em luta contra a carestia ou pela implantação de serviços, como energia elétrica, asfalto e escolas etc. (FERNANDES, 2005, p. 32)

Ao analisarmos o espaço não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. Desde esse ponto de vista, o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, porque o espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios.

Os sistemas de objetos e os sistemas de ações são os responsáveis por transformar o espaço, porém são as relações sociais que impactam de forma mais expressiva o espaço, através da técnica e da tecnologia. Já o território é uma fragmentação de espaço, formado a partir de convergências e divergências, e é um fragmento do espaço por possuir limites de fronteiras. Porém não isolado de inter-relações externas, sendo essa fragmentação uma necessidade dos seres de produzir e se reproduzir, para perpetuação de sua existência.

A formulação de um conceito seja de espaço, território ou outro é para Fernandes (2008, p. 275) “um exercício intelectual do movimento entre o abstrato e o concreto ou do movimento entre o método (pensamento pensante), a teoria (pensamento pensado) e a realidade”. No ponto de vista de Santos (1996, p. 74) “é a intencionalidade que vincula o sujeito ao objeto, ou o pensador e o conceito pensado”. Sobre a intencionalidade com que se usa certo conceito Fernandes (2008, p. 276) utiliza uma citação de Searle (1995, p. 152) para esclarecer que,

O método e a teoria são pensamentos, portanto, carregados de intencionalidade. Quando um pensador define a significação na construção de um conceito, está agindo com uma determinada intencionalidade por meio do método e da teoria. A intencionalidade é caracterizada pela direcionalidade do pensamento, constituída em diferentes tendências pela experiência histórica dos sujeitos, que trabalhando com o rigor das teorias e dos métodos, define o significado do conceito.

Nessa perspectiva os sujeitos criam e definem seus conceitos a partir de uma intencionalidade. Essa intencionalidade é expressa, revelando as ideologias que o vincula a certa corrente teórica ou a certa instituição. O ato de criar ou normatizar um conceito requer uma ação de poder do sujeito que propõe. Para Fernandes (2008, p. 278) “Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações ou “enfoques” da realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais”. Dessa forma é necessário que se tenha uma visão aberta

sobre as conceitualidades atribuídas ao território, pois elas são expressões que divergem de acordo com o aprofundamento teórico dado por cada sujeito. De acordo com Fernandes (2008, p. 279) sobre a intencionalidade na produção de conceitos, o autor explana que

Ainda, a proposição da amplitude da significação ou da restrição da significação de um conceito é definida pela intencionalidade. Assim, os conceitos ganham significados diferentes, de acordo com as teorias, os métodos e as instituições. Pensadores vinculados a diferentes correntes teóricas, como por exemplo, o Positivismo, o Neopositivismo, o Materialismo Histórico, a Fenomenologia elaboram distintas significações dos conceitos de Espaço e Território para realizarem diferentes interpretações. De acordo com as tendências das intencionalidades, os territórios podem ser vistos de diversas formas, por diferentes sujeitos. Dar significados mais amplos ou mais restritos depende da intencionalidade do sujeito que elabora e ou que usa o conceito. Eu defendo uma significação mais ampla para o conceito de território.

O território para Fernandes (2008) é formado a partir de sua “totalidade, multidimensionalidade e multiescalaridade”. As abordagens territoriais, numa perspectiva do capital privado, geralmente privilegiam apenas as dimensões econômicas e sociais do território, analisando-o como espaço de governança. A compreensão do território numa visão economicista o entenderá como uma rede de pontos que interligam fontes de recursos, produção e distribuição de bens, serviços e pessoas. O território, numa visão de governança é percebido de forma homogênea em relação às tipologias territoriais marcadas por conflitos ideológicos, pois tal abordagem não favorece um debate conceitual e prático sobre as relações de poder existentes no território, que vão desde a escala local ao nacional/internacional.

Fernandes (2008) entende que há uma diferenciação entre o território camponês e o território capitalista, e que ambos disputam ao território nacional. O autor propõe uma discussão hierárquica do território, ordenando-o em primeiro e segundo território. Os territórios assim separados perpassam autonomias dentro do território nacional, relacionando poderes que vão desde o Estado Nação até a propriedade privada da terra, revelando a conflitualidade entre modelos de desenvolvimento que disputam o território. Numa escala global o Brasil, enquanto Estado Nação está subordinado ao capital financeiro, que interfere diretamente na conflitualidade entre o território camponês e o território capitalista.

Os conceitos de espaço e território abordados na pesquisa são utilizados para entender as relações de sujeitos e instituições que se apresentam nos conflitos existentes

no campo tocantinense. O conceito de espaço geográfico nos ofertou o aporte teórico para o entendermos como uma dimensão totalizante de todos os tipos de relações sociais, além de compreender e distinguir os sujeitos e agentes que atuam na luta pela terra nas diversas escalas. Por exemplo, concebemos instituições como a CPT, CIMI, CONAQ, que atuam na mediação de conflitos no estado como movimentos socioespaciais. Essas instituições não lutam para se apropriar de um território, mas se mobilizam para dar suporte aos sujeitos e movimentos socioterritoriais.

O conceito de território é utilizado no trabalho para entendermos as disputas e os conflitos produzidos pelos sujeitos que dele se apropria. Observamos o território como o lugar dos conflitos, o espaço delimitado e possuidor de fronteiras. É pelo território que camponeses, indígenas e quilombolas lutam para se apropriar e manter.

Dessa forma, o território nos oferece um arcabouço teórico para visualizarmos movimentos socioterritoriais que surgem na pesquisa, como por exemplo, o Movimento de Trabalhadores Sem Terra e Sindicatos de Trabalhadores Rurais que atuam no estado do Tocantins e que tem como objetivo a conquista da terra e do território.

A apreensão do território a partir da escala, nos remete a atuação dos sujeitos no campo, mostrando que podem ocorrer desde de um conflito de um posseiro lutando pela sua terra, como um coletivo de sujeitos que se alinham, formam grupos e se materializam em escalas regionais e nacionais, como é o caso dos camponeses da comunidade Serra do Centro em Campos Lindos – TO ou o próprio MST.

Portanto, pensar o território por esse entendimento é reafirmar a existência de um conflito entre classes que priorizam o uso da terra para fins diferentes. Enquanto o território do campesinato, está e luta pela terra para uma produção e reprodução da vida, o território do agronegócio visa a obtenção de poder e lucro.

Neste sentido, fez-se necessária uma conceituação teórica sobre o uso dos conceitos de espaço e território abordados na pesquisa, objetivando superar a visão destes, apenas como sendo de um espaço de governança, ou um território desprovido de inúmeros sujeitos e instituições, no sentido de trazer uma abordagem, onde o sistema territorial integra toda sua multidimensionalidade (compreendendo natureza e as relações sociais) e multiescalaridade numa perspectiva totalizadora do território.

Mesmo optando por abordar a multidimensionalidade e a multiescalaridade do espaço na pesquisa, elas são restringidas a uma intencionalidade que é o estudo de

conflitos no campo no estado do Tocantins. Sendo assim, recortamos o espaço intencionalmente e delimitamos o Tocantins, também como um território, pois é onde ocorre a disputa, para o entendermos a produção territorial do conflito no campo desse estado. Isso implica em dizer que o recorte da pesquisa faz parte de um todo maior (espaço), porém fragmentado para que as características, os sujeitos e agentes que configuram nos conflitos, que é a centralidade da tese, fossem revelados.

A produção dos mapas, por exemplo, abarcou todo o espaço do estado, porém a dimensão e a escala da pesquisa é o território camponês e de povos tradicionais na disputa pelo território, sem prejuízo de fazer ponderações, relacionando-o a espaços nacionais e internacionais, por exemplo, sobre a comercialização de *commodities*.

Essa abordagem conceitual nos permitiu, além da identificação dos sujeitos, instituições e agentes que compõem a produção territorial do conflito no campo tocantinense, entendermos como os sujeitos se relacionam com a terra e territórios, a partir de seus modos de vida e cultura e fazer um esforço teórico sobre o conceito de conflito e confronto político, através de revisão bibliográfica.

1.3 – Cultura e Modos de Vida

O conceito de cultura está sendo utilizado na pesquisa para um esforço de reflexão e compreensão de modos de vidas distintos, que tem em suas práticas diárias elementos que os distinguem na sociedade brasileira, os quais são os camponeses, indígenas e quilombolas. Não é objetivo deste trabalho o aprofundamento neste conceito, nem tão pouco, discutir os conflitos a partir da cultura. Porém, são modos de vidas produzidos e reproduzidos a partir de hábitos seculares, como crenças, festas, religiosidades, pertencimentos, relação com a terra e etc., que os identificam. Desta forma, essa leitura sobre o conceito de cultura, tentando percebê-la nas nuances dos modos de vida desses sujeitos sociais, ajudará a compor um arcabouço teórico para a pesquisa capaz de dialogar com a produção dos conflitos agrários. Uma relação neste sentido é o encontro e mescla de culturas diferentes em um determinado território em regiões de fronteira agrícola. Essa relação ocorre muitas vezes de forma conflituosa, pois são modos de vidas, culturas e uso da terra distintas do modo capitalista de produção no campo e que se apresenta de forma hegemônica.

O trabalho de Geertz (1989) “Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura”, faz uma redução do conceito de cultura a algo que ele sintetiza como uma dimensão justa e que consiga assegurar sua importância continuada ao invés de debilitar o conceito, dessa forma, tentando mais esclarecer do que confundir. O autor cita a obra “Mirror for Man: The Relation of Anthropology to Modern Life” de Clyde Kluckhohn (1949), como sendo uma das melhores introduções gerais da antropologia sobre a conceituação de cultura. Kluckhohn (1949, p. 69 *apud* GEERTZ, 1989, pag. 4) em sua obra definiu cultura da seguinte forma,

1 – O modo de vida global de um povo. 2 – O legado social que o indivíduo adquire do seu grupo. 3 – Uma forma de pensar, sentir e acreditar. 4 – Uma abstração do comportamento. 5 – Uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente. 6 – Um celeiro de aprendizagem em comum. 7 – Um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes. 8 – Comportamento aprendido. 9 – Um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento. 10 – Um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo, como em relação aos outros homens. 11 – Um precipitado da história.

Apesar de Geertz (1989) compreender a definição de Kluckhohn (1949) como sendo um tanto comprimida e não totalmente padronizada, ela representa um progresso. Em seu entendimento sobre cultura, a qual seu texto tenta demonstrar, Geertz (1989, p. 8) diz que, “o homem é um animal amarrado a teias que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, não como uma ciência experimental, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado”.

Assim como em Massey (2004), Geertz (1989) não assimila a cultura como uma realidade findada em si mesma, restringida a padrões que aparecem identificáveis no espaço aqui e ali. Para ele compreender a cultura como algo sistêmico ou relativo a algoritmos etnográficos chegaria a um subjetivismo extremo, onde as ferramentas de análise se pautariam em “taxonomias, paradigmas, tabelas, genealogias e etc.” (GEERTZ, 1989, p. 9). Nesse sentido, é preciso indagar sobre se tal forma de representar a cultura reflete a real forma de pensar dos sujeitos que estão sendo pesquisados. É preciso entender o lugar de fala dos sujeitos, sendo esse lugar, o lugar da experiência vivida. Mesmo replicando a cultura e os modos de vida dos sujeitos, o pesquisador é apenas um mediador na produção do conhecimento científico, pois pode não ter vivido a experiência, por exemplo, do conflito pela posse e manutenção da terra e território e dessa forma a expressa de acordo com o seu posicionamento.

Dessa forma, se aproximar do objeto de pesquisa com predefinições dos modos de vida e de sua relação com a terra, dos sujeitos que vivem no campo e nas florestas de forma homogeneizadas no espaço, torna a compreensão de suas identidades engessadas. Enxergar o outro, a partir do que nós queremos que fossem, dentro de uma delimitação, principalmente teóricas, presumindo que suas inter-relações não os transvertem de outras práticas, limita a análise e a percepção de processos que estão em constante transformação. Segundo o autor “compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. Isso os torna acessíveis: coloca-los no quadro de suas próprias banalidades, dissolve sua opacidade” (GEERTZ, 1989, p. 7).

Compreender a cultura de um povo, a partir de uma ciência é enxergá-la através do olhar de terceiros. As interpretações da ciência sobre certa cultura será “sempre” algo subscrito ao que o pesquisador toma para si como referência para defini-la. Essas interpretações são geográficas, antropológicas, que para Geertz (1989, p. 10) “partem de um sistema em desenvolvimento de análise científica”. Dessa forma, o que se tem como definição de uma cultura em particular, nada mais é do que a sistematização de informações repassadas pelos sujeitos, na qual a cultura como fato natural é muitas vezes totalizada no fato teórico.

Entender a cultura a partir de uma ciência requer entender que a teoria formulada por ela nasce de elementos que não são totalizantes (uma vez que os sujeitos pertencentes a determinadas culturas trazem fragmentos dela que não podem ser generalizadas) esses elementos não se expressam de forma homogênea no espaço e não são estáticos. Com isso, a cultura expressa sobre o prisma da ciência precisa de um olhar atento (daqueles que falam e daqueles de que está falando), para as condições práticas e teóricas em que foram produzidas, deixando sempre uma margem de ruptura entre a teoria e a realidade. Para Geertz (1989, p.11)

Os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (por definição, somente um “nativo” faz em primeira mão: é a sua cultura.). Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são “algo construído”, “algo modelado” – o sentido original do fictício – não que sejam falsas, não fatuais ou apenas experimentos de pensamento. Convencer-se disso é compreender que a linha entre o modo de representação e o conteúdo substantivo é tão intracável na análise cultural como é na pintura.

A análise da cultura deve se fixar o mais próximo possível dos substratos materiais que a compõe, não dando muito espaço para abstrações imaginativas, pois estas podem,

como diz o autor, “se perder em sonhos lógicos, em embrutecimentos acadêmicos com simetria formal”. A abordagem semiótica da cultura tenta fazer uma formulação conceitual que auxilie o pesquisador a entrar no mundo dos sujeitos pesquisados e consiga dialogar com estes. Parte da premissa de que os estudos para se entender a cultura de uma determinada sociedade, em diversas escalas devem advir de desvios do que já está posto. As teorias e hipóteses já comprovadas devem ser testadas e colocadas como arcabouço de possibilidades, porém é necessário que se parta de um “tateio mais elementar” do que se quer evidenciar, para a partir disso, chegar em alegações mais conclusivas.

Fazendo uma síntese, Geertz (1989) sinaliza alguns elementos estruturantes a construírem uma investigação que aborde a cultura, os quais são:

Descobrir as estruturas conceituais que informam os atos dos nossos sujeitos, o dito no discurso social e construir um sistema de análise em cujos termos o que é genérico a essas estruturas, o que pertence a elas, porque são o que são, se destacam contra outros determinantes do comportamento humano, isto é, sobre o papel da cultura na vida humana” (GEERTZ, 1989, p. 19).

A partir dessa leitura de uma análise semiótica, pode-se inferir que ao se analisar a cultura de determinada sociedade, o que se obtém disso se expressará sempre de forma incompleta e quanto maior a impulsão no sentido de aprofundamento, maior será a dificuldade em explicá-la. Porém, o comprometimento com os conceitos, com as formas de abordagens interpretativas que as ciências que se debruçam em estudar cultura desenvolveram e desenvolvem e o envolver-se com os sujeitos que estão em estudo, leva a um aprofundamento teórico e a um refinamento do debate, tendo sempre em consideração que tais perspectivas são recortes de um dado espaço/tempo.

A utilização na pesquisa dos conceitos de Espaço, Território, Cultura e modos de vida está ligado aos mecanismos que estruturam os conflitos por terra e por território que analisamos. O conceito de espaço nos permite refletir sobre ações em escalas espaciais globais, como por exemplo, a produção de *commodities* para exportação que, a partir de governos centrais nas tomadas de decisões e agentes econômicos que monopolizam o mercado mundial agrícola interferem diretamente no território.

Este por sua vez, se articula para suprir as demandas globais, e em muitos casos se tornando subordinado a estas. É no território onde as relações espaciais globais capitalistas culminam em conflitos deflagrados, pois é neste, onde os sujeitos estão em disputa. Estas disputas/conflitos, apesar de ter como fundamento terra e território,

também estão fortemente vinculados a manutenção de suas culturas e modos de vida. Faz-se necessário neste momento entender que manter e lutar por terra e território não é só uma questão econômica mais de sobrevivência e preservação de características que identificam os sujeitos do campo na sociedade capitalista brasileira, marcada pelo agronegócio, quais sejam os camponeses, indígenas e quilombolas.

À vista disso, é preciso entender o conflito como conceito, e como ele é produzido no território, para aplicarmos no objeto da pesquisa. Destarte, ponderamos sobre o conceito em algumas linhas, identificando autores que dialogam com o tema, não com objetivo de delimitar ou fechar uma análise do conceito, pelo contrário, a intencionalidade é apresentar elementos que concatenam com as características da produção do conflito agrário no estado do Tocantins.

1.4 - Território em Conflito e Confronto Político

O trabalho tem como tese central a produção territorial do conflito agrário, a partir de elementos que se apresentam especificamente no estado do Tocantins. A partir dessa afirmação, iremos fazer uma breve conceituação do termo conflito, sublinhando diferentes abordagens do uso do termo e direcionando para a aproximação utilizada na essência da tese.

O termo conflito é utilizado, muitas vezes, para designar uma ação negativa, onde ideias contrárias se chocam no intuito de que uma prevaleça. O conflito na sociedade é visto como uma quebra da normalidade, uma ruptura do que está posto, e dessa forma deve ser evitado. As estruturas sociais, a partir de suas normas, regulam as ações dos sujeitos nesse sentido, impondo uma conduta que o desvie de atos que o leve ao conflito. O conflito, nesse caso, tem a capacidade de colocar diferentes estratos (político, econômico, etc.) da sociedade em confronto, inclusive por meios violentos, onde um *status quo* esteja sendo ameaçado. Com a capacidade de subverter a estrutura social, seria o conflito uma ação negativa?

A ciência sociológica apresenta em seus estudos premissas que dão suporte a convivência social. Essas premissas são analisadas a partir de duas teorias, a do consenso e integração social e a teoria coativa. Para Cruz (1974, p. 110), essas teorias estão definidas a partir de

1. Toda sociedade é um sistema ("relativamente") constante e estável de elementos (teses da estabilidade).
2. Toda sociedade é um sistema

equilibrado de elementos (tese do equilíbrio). 3. Cada elemento dentro da sociedade contribui para o funcionamento desta (tese do funcionalismo). 4. Cada sociedade mantém-se graças ao consenso de todos seus membros acerca de determinados valores comuns (Teoria do consenso).

2. Toda sociedade e cada um de seus elementos está submetido, durante todo tempo, à mudança. 2. Toda sociedade é um sistema de elementos contraditórios em si e explosivos (tese da explosividade). 3. Cada elemento dentro da sociedade contribui para sua mudança (tese- da' disfuncionalidade e produtividade). 4. Toda sociedade mantém-se graças à coação que alguns de seus membros exercem sobre os outros (Teoria da coação).

As teorias acima formulam que a sociedade se realiza apoiada na ideia de solidariedade entre os entes para sua manutenção, ao mesmo tempo em que essas relações são conflituosas.

Para Marx e Engels (2012) o conflito é algo vital em uma sociedade capitalista, pois está baseada em uma luta de classes que são antagônicas. Para Durkheim (2012), a sociedade deve manter uma solidariedade social e evitar ou moderar que os homens entrem em conflito. Para Simmel (1983), o conflito é revestido de complexidade, no sentido de se manifestar em variadas escalas, não sendo reduzida às classes, mas a indivíduos. Para Tarrow (2009), o conflito é um propulsor para o surgimento e manutenção de movimentos sociais.

A partir do diálogo com esses autores, discorreremos sobre esse conceito na tentativa de atravessar as características que encerram os conflitos agrários que se configuram no campo tocaninense.

Prado e Nascimento (2015), em seu trabalho intitulado “A moralidade do conflito na teoria social: elementos para uma abordagem normativa na investigação sociológica”, faz uma reflexão sobre o conceito de conflito. Para os autores este conceito consegue ter uma abordagem mais próxima da realidade social moderna, a partir do pensamento de Georg Simmel, preterindo os estudos de Marx e Engels. Para Prado e Nascimento (2015), o conceito de conflito social segue dois modelos, sendo um modelo de *manifestação* e um modelo de *interação*.

No modelo de manifestação do conflito social está a teoria formulada por Marx e Engels no manifesto comunista, a de que “até hoje, a história de toda sociedade é a história das lutas de classe”. Neste sentido, os conflitos existentes na sociedade se manifestam a

partir do embate entre a burguesia e o proletariado. Para Prado e Nascimento (2015, p.121),

O poder político é poder organizado de uma classe para opressão. A sociedade sem classes é a associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos. Sendo assim, o conflito em Marx adquire positividade ímpar. A luta de classes é o motor da história da humanidade, o mecanismo responsável pelas transformações sociais e pelo progresso. A interpretação marxista, de todo modo, é um modelo de manifestação porque todas as demais disputas entre atores sociais não passam de manifestações da luta de classes, do conflito central advindo da apropriação privada dos meios de produção.

Desta forma, segundo os autores, o conceito de conflito em Marx e Engels não abarcam a pluralidade de expressões das relações sociais contemporâneas, pois tudo se convergiria para explicar o conflito de classe. A centralidade é a classe. Sendo que o conflito surge e se realiza para que uma classe se sobreponha a outra.

Pensar o conflito a partir da luta entre a burguesia e o proletariado, seria reduzir uma complexidade de relações que se apresenta cada dia mais diversa em suas demandas. Para Prado e Nascimento (2015, p. 122), “A diferenciação funcional e social crescente da vida moderna torna por demais embaçado o pensamento utópico da sociedade humana homogênea, mesmo em nome da liberdade”. Para Dahrendorf (1971, p. 190), “nem a luta de classes é esse fator demiúrgico da transformação social, nem a mudança implica sempre um processo abrupto, que modifique de um golpe o conjunto da sociedade”.

No entanto, é necessário entender que o modo capitalista de produção gera desigualdades e por consequência conflitos. Apesar de a classe trabalhadora, que hoje se apresenta das mais diversificadas formas, não reduzir seus conflitos sociais a uma centralidade marxista⁴, não se nega aqui que as relações de produção capitalista, nas quais a burguesia e proletariado são protagonistas seja o motivador dos conflitos contemporâneos, porém não a centralidade.

A complexidade de relações sociais existente na sociedade atual engessa uma leitura na qual a classe seja a centralidade. As disputas e conflitos tendem a ocorrer em

⁴ Para que existisse essa centralidade do conflito pautada na luta de classe, seria necessária uma consciência de classe trabalhadora sobrepondo as atividades laborais, ou seja, cada trabalhador se enxergando como classe única e entendendo seus conflitos a partir do modo de produção capitalista.

escalas reduzidas, onde os sujeitos, muitas vezes não se enxergam como classe trabalhadora, por exemplo.

Durkheim (2012), é outro autor que apresenta teorias para explicar os conflitos sociais. Sua contribuição remete a análise da anomia social, situação em que há um desequilíbrio na sociedade. Para ele o conflito é uma manifestação do estado de anomia, e por isso deve ser evitado. “Ao estado de anomia devem ser atribuídos os conflitos incessantemente renascentes” (DURKHEIM, 2012, p. XVII).

As interações sociais realizadas de forma harmônica⁵, com tomadas de decisões direcionadas a manter ou mudar um *status quo* tendem a não criar rupturas significativas na sociedade, como Durkheim (2012), denomina de solidariedade orgânica.

Durkheim (2012, p. 216), discorre em sua teoria sobre a solidariedade orgânica, onde cada indivíduo, apesar de suas diferenças, deve “trabalhar” para manter a ordem social.

Na vida social derivada da moderna divisão do trabalho, o indivíduo, com a fisionomia e a atividade pessoais que o distingue dos outros, depende deles na mesma medida em que se distingue e, por conseguinte, da sociedade que resulta de sua união. Esta, a solidariedade orgânica”.

A centralidade para o autor é que a sociedade se organize de forma harmônica, evitando o confronto. Existindo o conflito de modo contínuo, colocaria em risco a própria sociedade. Para Prado e Nascimento, (2015, p. 124), “o determinismo de Durkheim advém da visão funcional da ordem social, que se baseia na divisão do trabalho. Isso torna a análise dos conflitos mera aplicação de conceitos gerais construídos abstratamente e *ex ante*”.

Para ele, os conflitos persistentes são os que teriam a amplitude e a força para uma evolução social, sendo que, as relações cotidianas conflituosas, que se dissipam com facilidade, fazem parte da estabilidade e harmonia social.

O conflito, dessa forma, é analisado a partir de anomias sociais que tenham capacidade de colocar o funcionamento do todo social em risco, principalmente de mudança em sua estrutura. Durkheim (2012, p. 432), postula que “para cessar a anomia, é preciso encontrar os meios para fazer os órgãos que ainda se chocam em movimentos

⁵ A forma harmônica sublinhada aqui refere-se as tomadas de decisões expressas pela maioria, porém deixando claro que a harmonia social pode ser alcançada por imposição de força, sem que haja conflito aparente entre os sujeitos sociais.

discordantes concorrerem em harmonia, é necessário, pois, “introduzir em suas relações mais justiça”.

Para Prado e Nascimento (2015), o conceito de conflito em Marx e Durkheim se expressa em um modelo de manifestação, ou seja, o conflito só se manifesta por haver uma disputa de classe que leva ao conflito, no primeiro, e uma divisão do trabalho social, no segundo. Contudo, fica o questionamento. Se a sociedade de classe for suprimida, não haverá mais conflito? Não havendo anomias por tempo prolongado, os conflitos cotidianos fazem parte de uma harmonia? O conflito, analisado pelo modelo de manifestação, minimiza sua complexidade, principalmente em uma sociedade contemporânea com relações sociais tão diversas.

Outro modelo em que se analisa o conflito nas ciências sociais, é o modelo de interação. Misse e Werneck (2012), Winckelman, (2012), Weber, (2012), Simmel, (1964). Neste modelo, os conflitos ocorrem a partir das interações sociais, independente de uma lei geral, como ocorre no modelo de manifestação. Para Silva e Fernandes, respectivamente,

Weber não encara o conflito como resultado de um estado anormal ou fase histórica negativa, mas ação cotidiana e histórica resultante da concorrência por bens escassos, compreendidos em sua multiplicidade, materiais e simbólicos (SILVA (b), 2011, p. 8).

A corrente que se reclama de Weber atribui ao ator social a capacidade de agir, maximizando os seus interesses, enquanto outra perspectiva se dirige mais para a estrutura da sociedade e para atores coletivos (FERNANDES, 1993, p. 790).

Weber (2012), ressalta que os atores sociais são carregados de singularidades, como a moralidade, racionalidade e outras qualidades individuais que devem ser consideradas dentro de um conflito, sejam eles, impondo sua própria vontade ou incluso em um conflito coletivo. A centralidade no modelo de interação em Weber passa a ser as ações dos atores sociais em diversas escalas de operação.

O conflito em Weber (2012) toma um caráter de normalidade, não sendo algo a ser evitado ou que seja considerado negativo. Para ele, os atores sociais agem a partir das conexões de seus sentidos e valores. Para Prado e Nascimento (2015, p. 126), “em Weber, não há a submissão da luta à questão da ordem nem se antepõe algum valor substantivo detalhado ao problema a examinar”. O comportamento dos atores sociais está intrinsecamente ligado à sua formação cultural e aos modos de dominação social

infringidos a ele, quais sejam a dominação legal, dominação tradicional e dominação carismática.

Em Simmel (1983), o conflito é considerado uma ação importante na sociedade. É a partir do conflito que se pode alçar mudanças significativas em escalas variadas do espaço geográfico. Para Simmel (1983, p.122), “Admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações. É uma forma de sociação⁶”. Para Alcantara, baseado nos estudos de Simmel,

Quando considerado enquanto uma forma social, o conflito pode possibilitar momentos de construções e destruições, quer sob as instituições, estruturas, arranjos, processos, relações e interações sociais. É um tempo socialmente espacializado e promotor de indeterminadas formas sociais, e uma expressão das relações existente entre formas e conteúdos. Nesta perspectiva, os conflitos sociais são destacados como socialmente importantes. (ALCANTARA, 2005, p. 8).

O conflito, nessa perspectiva configura como um momento de embate em que as partes se encontram em um mesmo campo de relações. Elas estão dispostas em um mesmo espaço de luta que Simmel se refere a tablado social. Ele pressupõe que o conflito gerado entre partes, sobrepostos nesse tablado social, exista apoiado em um nivelamento de forças, SIMMEL (1983). Porém ele não explicita o aspecto da violência como condição de imposição de força. Para Alcantara (2005, p. 9) o conflito,

É um ato estipulador que, em outros instantes, permitirá a própria superação das dissimilitudes dos litigantes. O conflito possui a capacidade de constituir-se num espaço social, em que o próprio confronto é um ato de reconhecimento e, ao mesmo tempo, produtor de um metamorfismo entre as interações e as relações sociais daí resultantes. Uma outra característica positiva atribuída, residiria no fato de superar os hiatos e os limites socialmente estabelecidos pelos intervalos dicotomizados, ou mesmo, as desigualdades sociais produzidas e estruturadas pelos resultados dos entrelaçamentos ocorridos na sociedade.

O conflito faz parte da rotina social, dessa forma, cada indivíduo agindo de acordo com seus interesses conflita com interesses diversos nos vários espaços de convivência. Simmel (1983, p. 122), pondera que: “Se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações”.

⁶ Mistura de correntes convergentes e divergentes dentro de um grupo. Na própria relação, elas estão fundidas em uma unidade orgânica na qual nenhuma se faz sentir com seu próprio poder isolado. (PRADO; NASCIMENTO, 2015, p. 128).

Em um espaço de conflito os sujeitos se reconhecem como contraditórios, medem suas forças e criam estratégias para superar suas diferenças, neste sentido, o conflito para Simmel (1983) tem o poder de mudar ordens estabelecidas em variadas escalas, pois também passa pela eliminação do outro. Segundo Alcantara (2005, p. 10) o conflito,

É um fator de transmutações e reordenações históricas, ao se constituir numa parte aderente à sociedade. A união ou a desunião resultante do conflito é um instante em que as partes se enfrentam e não se identificam enquanto semelhantes. Mas, o interessante, é que o conflito é uma dimensão que estipula limites e circunscreve espaços, ao crivar o singular e o desigual das partes constitutivas das sociações.

O conflito revela uma sociedade fragmentada, onde a harmonia existe pela utilização das formas de dominação. Apesar dessa fragmentação social contemporânea não ser em classe, a sociedade capitalista com seus valores pautados na posse da propriedade e no lucro, configura como um fator importante nesse esfacelamento social, como visto no mundo do trabalho.

A partir de Simmel (1983), Santos (2019), propõe a criação de subdisciplinas na ciência sociológica que estudem as nuances do conflito, dividindo-as em *conflictografia* e *conflictologia*. Essas disciplinas se prestariam a entender as formas como os conflitos acontecem ao longo do tempo e suas características, na primeira e os resultados dos conflitos nas sociedades na segunda Santos (2019).

Sobre resultados do conflito social, Tarrow (2009), em seu trabalho intitulado *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político* faz uma análise sobre o poder do conflito na formação e manutenção de movimentos sociais. Em relação a pesquisa, essa análise ajuda a compreender a formação de movimentos que lutam por terra e território.

O agrupamento de pessoas mobilizadas para confrontar grupos dominantes na sociedade pode ser descrito ao longo da história da humanidade. O confronto político ocorre por variados motivos, desde o aumento no preço dos alimentos até a derrubada de um governo.

São confrontos, geralmente motivados por um o objetivo comum e que leva em seu escopo uma sensação de se fazer justiça. Para Tarrow (2009, p. 18), “o confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas criam incentivos para atores sociais que não tem recursos próprios”.

O trabalho de Tarrow tem o objetivo compreender o surgimento e manutenção dos movimentos sociais. Para isso ele recorre aos confrontos políticos como ações que sustentam a existência destes.

O conceito de conflito é utilizado por Tarrow no sentido de uma ação política de confronto. Nele, a centralidade do conflito está manifestada pelo confronto social como criador de movimentos sociais, diferente da centralidade do conflito na luta de classe em Marx; Engels (2012) ou na divisão do trabalho Durkheim (2012).

As ações coletivas podem ser caracterizadas por insatisfações de indivíduos visando um bem comum a determinado grupo. Essas ações se caracterizam por serem temporal e especializadas dentro de instituições. As ações coletivas se tornam de confronto, geralmente quando são mobilizados por atores de fora, que desafiam autoridades e que visam uma mudança estrutural para além das demandas internas das instituições Tarrow (2009).

O conflito gerado, a partir de insatisfações individuais, tende a encontrar forças quando agrupados em coletivos que tornam insatisfações individuais em insatisfações comuns a estes. Esse coletivo, por sua vez consegue mobilizar maior poder de reivindicação e de confronto.

Esse deslocamento entre o conflito e a ação coletiva de confronto, se dá principalmente pela escala de existência. Enquanto o primeiro pode ser reduzido ao dualismo de indivíduos Simell (1983), o segundo requer uma ação conjunta de atores e de estratégias que culminam em confronto. A ação coletiva em Tarrow é o que condiciona a existência dos movimentos sociais. Conforme Tarrow (2009, p. 19),

A ação coletiva de confronto é a base dos movimentos sociais não por serem estes sempre violentos ou extremos, mas por que é o principal e quase sempre o único recurso que as pessoas comuns tem contra opositores mais bem equipados ou Estados poderosos.

Tarrow faz a distinção entre uma ação coletiva e um movimento social. Para ele a ação coletiva sem o confronto político pode ser, desde o voto, filiações, até torneios de futebol. A ação coletiva com o confronto político é o que dá forma aos movimentos sociais, pois suas atuações visam um embate contra estruturas sociais maiores, como a elite, poderes do Estado e etc., Tarrow (2009).

Os movimentos sociais não são os únicos a utilizarem o confronto político⁷ como forma de reivindicação. Coletivos de pessoas comuns, agremiações, partidos políticos empregam esse meio para conseguir seus objetivos. Porém, o confronto político, ainda é a prática dos movimentos sociais que impacta com maior contundência os objetivos da causa. Conforme Tarrow (2009, p. 22),

Apesar de sua crescente capacidade de fazer pressão, desafiar de forma legal e agir nas áreas de relações públicas, as ações mais características dos movimentos sociais continuam a ser os desafios contenciosos. Isso não se deve que os líderes sejam psicologicamente inclinados à violência, mas sim à falta de recursos estáveis – dinheiro, organização, acesso ao Estado – controlados pelos grupos de interesse e pelos partidos.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais são produtos de ações coletivas que levaram a um confronto. Porém, Tarrow pondera que tais ações devem ser perenes para que o movimento se conserve e não passe de ações espasmódicas.

Ao longo da história social, confrontos políticos iniciaram muito rápido e findaram na mesma velocidade. A ocupação das ruas com uma massa gigantesca de pessoas, pode se iniciar pela manhã e terminar à tarde, sem que se tenha chegado ao objetivo e que ela não ocorra novamente.

O entendimento de uma luta prolongada, com estratégias de confronto e criando mecanismos de sustentação são próprios dos movimentos sociais. Para Tarrow (2009, p. 18), “o confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulados por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação. O resultado é o movimento social”.

Finalizando esse apanhado do conceito de conflito aproximando-o com o confronto político, revela-se o poder e a força de se insurgir na sociedade. As estruturas de dominação social não deixam muitas brechas para que os sujeitos, de forma harmônica, pleiteiem suas demandas em um mesmo grau de paridade. O conflito tende a equalizar as forças, mesmo que ainda desproporcionais.

Nas demandas do agrário brasileiro, principalmente o tocantinense, o conflito, muitas vezes violento e o confronto político fazem parte da trajetória dos sujeitos e dos

⁷ O confronto político nos movimentos sociais é geralmente o mais usado, pois é o que tem mais força de mobilização e visibilidade, porém não é o único. Vários recursos podem ser adotados, como por exemplo, a negociação. Tarrow, (2009).

movimentos sociais. São características quase que indissociáveis. A luta pela terra camponesa e pelos territórios indígenas e quilombolas, mesmo que ceifando vidas, tem o conflito e o confronto político como aliados.

A partir dessas ponderações, acreditamos que capítulo traz a base conceitual da tese, abarcando a construção do objeto científico que é a produção do conflito por terra e território no estado do Tocantins, utilizando os conceitos de espaço e território como centrais para compreender o fenômeno.

Mostra como expansão monopolista do agronegócio no campo tocaninense, as relações de poder, entre agentes estatais e privados em nível nacional e estadual, que dificultam intencionalmente a conquista da terra e território e a luta e resistência de camponeses e povos tradicionais contra atores hegemônicos do campo, são materializados na tese a partir desses dois conceitos.

O capítulo faz uma abordagem às concepções de cultura e modo de vida delineadas para assimilar as formas como os sujeitos se expressam em seus espaços e utilizam seus territórios. Os camponeses, indígenas e quilombolas, sujeitos centrais da tese, se caracterizam por manter relações sociais e de produção antagônicas a da estabelecida pelo capital, através do agronegócio. Enquanto os primeiros tendem a ter uma relação de sustentabilidade e harmonia com seus ambientes de vivência, buscando o equilíbrio entre o uso e a preservação, o segundo segue uma lógica destrutiva da natureza, do trabalho, da saúde e etc.

Essa disputa antagônica gera o conflito territorial, motivo pelo qual fizemos o esforço teórico para conceituar conflito e confronto político. Nesse quadro, trazemos o conceito de conflito como uma ação positiva, capaz de modificar uma estrutura preexistente e mudar paradigmas, tendo maior êxito a partir de aproximação coletiva, onde os sujeitos e o confronto tendem a ter mais fôlego.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA FUNDIÁRIA, MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, TRABALHO E ACESSO À TERRA NO BRASIL: 500 ANOS DE CONFLITOS.

Apontamos que, o exercício que fazemos neste capítulo é o de compreendermos as origens da estrutura social, fundiária e econômica brasileira, que se configura na atualidade e mecanismos de subordinação que impactam os territórios.

Elencamos fatores como, a formação da estrutura fundiária e econômica brasileira, os mais de 300 anos de trabalho escravizado que excluiu milhões de brasileiros do acesso à terra, as políticas de Estado, que ano após ano não consegue realizar uma Reforma Agrária que contemple as necessidades dos sujeitos do campo e a sua predileção para o crescimento do agronegócio, o modo de vida e cultura do sertanejo no antigo norte de Goiás, atual estado do Tocantins e os mecanismos de controle e subordinação impostos pelo capital, causando conflitos no território.

Esses elementos nos ajudaram a entender a produção territorial do conflito no campo no estado do Tocantins e a identificar os fatores centrais que os promovem. Aproximamos os elementos deste capítulo, com a inércia planejada do poder público em resolver a questão fundiária de suas terras e a expansão da produção monopolista, teses centrais do trabalho.

2.1 - Formação Fundiária e Conflitos por Terra no Brasil: Raízes do Atraso

Se pensarmos o Brasil na sua colonização veremos como foi constituída a posse de suas terras. Portugueses, recém-chegados à colônia instalam em 1534, as Capitanias Hereditárias. Em meio a uma vastidão de terra necessitava dominar toda a área para que se pudesse controlar e firmar divisas. É instituído então o sistema de Sesmaria que seria a divisão da colônia em imensas áreas cada uma com um sesmeiro o qual era responsável pela exploração e guarda da terra. Nascia assim a primeira forma de latifúndio no Brasil.

As áreas entregues aos sesmeiros teriam que ser exploradas e todos os produtos retirados da terra eram exportados, até então normal como vemos nos dias de hoje, porém para exploração da terra fazia-se necessário uma grande quantidade de força de trabalho (homem).

Assim os portugueses ao iniciarem a colonização, com a implantação das Capitanias Hereditárias trouxeram para o Brasil o Instituto das sesmarias, pelo qual cada donatário poderia conceder ao colono que fosse cristão e dispusesse de recursos o direito de explorar uma porção

de terras geralmente de léguas a margem de algum rio. (ANDRADE, 1998, p.43).

Os colonos inicialmente utilizam a mão de obra indígena para o trabalho que era trocado por peças fúteis as quais o índio não tinha contato. Com isso os exploradores conseguiram grande parte da mão de obra. Os índios que não eram acostumados ao serviço forçado logo se rebelaram com a forma escravista do trabalho e se evadiram para a mata parando o trabalho de exploração. Os colonos vendo a difícil tarefa de “domesticar” o índio, importa outro tipo de mão de obra, o negro, trazido da África como escravizado. Ambos, índios e negros, vendo-se torturados, escravizados e no caso do primeiro, perdendo seu território, travam conflitos com colonos. Temos então as primeiras lutas pela posse da terra.

Esta luta se iniciou já no século XVI com a resistência indígena a conquista portuguesa e com a formação de quilombos nos lugares de mais difícil acesso. Por parte de negros que fugiam do cativeiro (ANDRADE, 2004, p. 50).

Vários foram os conflitos envolvendo o homem e o seu território como: Confederação dos Balaies, a Guerra dos Farrapos, o Quilombo dos Palmares, dos Cabanos na época do Império e outras revoltas já no período republicano como Canudos e Caldeirão. Revoltas como estas vem historicamente sendo reconstituídas na memória nacional até os dias de hoje, porém, menos sangrentas como no passado, mais ainda, com extrema violência. Apesar da criação de comunidades organizadas como as ligas camponesas e Formoso, em meados do século XX; e movimentos populares como a CPT e MST que visam uma luta passiva, porém combativa, que contemple as necessidades dos camponeses, grandes latifundiários se armam e assassinam pais e mães de famílias que lutam pela posse da terra.

No Nordeste, da década de 1950 se inicia a organização dos movimentos sociais pela terra. Em meio a um contraste gritante entre o Nordeste açucareiro (Litoral) e o Nordeste da seca, esse revela toda sua agressividade e inospitalidade. Engendrado nessa terra, o camponês exprime com certa força a vontade e a desilusão que o cerca, em um lugar onde se viver na terra não é mais importante, pois quem teve uma vida toda marcada por sofrimento e miséria jamais almejaria ter seu pedaço de chão, a morte parece ser a sua única chance de algum dia ter seu lugar nela, mesmo que esse não caiba seu corpo (MARTINS, 1981).

A morte é um dos traços mais marcantes do camponês nordestino da década de 1950. Mais cultuado do que a vida, a morte é tida como a volta para terra, terra que nunca possuirão, mas ninguém os negaria nessa hora, deixá-los fora dela. Os camponeses se sentiam impotentes diante das dificuldades, sejam elas naturais ou sociais que impedem todas as suas tentativas de sair do seu estado de miséria. A paisagem que o cerca os lembra da morte, subsistindo em meio às “agros favelas” sem nenhuma infraestrutura e conforto em algum lugar abandonado do sertão. O cemitério parece ser o melhor lugar para se estar sempre bem cuidado e arborizado (CASTRO, 1965).

Nesta estranha geografia, onde não é a terra que dá de comer ao homem, é antes o homem que nasce para dar de comer à terra. Para alimentar esta terra cemitério, que engorda com a sua matéria orgânica. (CASTRO, 1965, p.25).

Em 1955 no Nordeste surge a primeira aspiração por melhorias. Liderados por João Firmino, os camponeses se unem e fundam a primeira Liga Camponesa. Inicialmente suas preocupações são com os mortos uma vez que esses eram enterrados de forma desumana em caixões da prefeitura no qual o morto era jogado na vala e o caixão voltava para aguardar outro enterro. O sentimento do camponês nordestino com a morte se revela uma vez que, quando em vida o que tiveram foi só sofrimento e humilhação queriam agora um lugar e um caixão para que morressem com dignidade.

Com a formulação de um estatuto, começaram da reivindicar algumas melhorias, como pequenas ajudas funerárias e sementes ao senhor de engenho que humildemente elegeram como presidente. Mas como deveria ser, a aliança entre camponeses e senhor de engenho não perdurou; grandes latifundiários logo alertaram os outros o perigo que corriam ajudando os camponeses, temendo que as ligas se tornassem instrumento de agitação social.

Criada para defender os direitos dos mortos, ela iria agora se constituir como instrumento de reivindicações dos vivos [...] foi diante desta realidade, que os camponeses perceberam as injustiças da vida e identificaram os seus responsáveis. Por conseguinte, tomando consciência da sua realidade social (CASTRO, 1965, p.33).

Agora os camponeses se sentiam capazes de lutar por suas merecidas terras. Armados com a coragem e a vontade de darem a seus filhos, oportunidades que lhes foram tiradas, travavam lutas contra a elite burguesa e fundiária com o compromisso de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Acobertados pela mídia que mostra os movimentos camponeses como sendo agressores, e violentos, os latifundiários são vistos como protetores de suas propriedades protegidos pela Lei. A situação atual do campo no Brasil revela os três agentes que compõem o processo. De um lado os latifundiários do agronegócio, que se apresenta em uma diversidade de formas, desde as mais tradicionais as mais modernas e que são tidos como vítima, no meio está o governo que mantém essa estrutura através de políticas públicas, que visam a entrega de terras a capital, do outro, os movimentos camponeses que como já explicamos é tido como agressor e criador de conflitos.

[...] “quando se trata de alguma ação do MST, a estrutura das matérias costuma ser bem diferentes. Normalmente, o vocabulário e a formulação das manchetes representam o movimento como sendo violento. Folha de São Paulo, 29/4/99 - Sem Terra paralisa Incra em Marabá. Estado de São Paulo 29/4/99 - Policial é feito refém por sem-terra em São Paulo. O Globo 15/6/99 - Sem Terra invadem sede do Incra em Pernambuco. Estado São Paulo 15/7/99 - Sem Terra saqueiam e queimam fazenda histórica em São Paulo. Estado São Paulo 29/7/99 - Prefeitura da cidade de MS é depredada: Acampados em uma fazenda da cidade de Angélica quebram móveis e janelas do prédio. Folha de São Paulo 30/7/99 - MST ameaça iniciar onda de invasões” (MENDONÇA, 2000, p. 8).

As matérias de Jornais e TVs revelam a grande preocupação das elites em difamar os movimentos sociais, e não seria diferente, pois suas ideologias contrariam toda a lógica do capital, denunciando o mau uso do dinheiro público e o beneficiamento da classe burguesa colocando para a opinião pública os movimentos sociais como empecilho aos interesses capitalistas.

É onde se firma a contradição do camponês no capitalismo, pois para se ter uma Reforma Agrária que beneficie os trabalhadores do campo, precisa ser quebrado (dividido) grandes redes (áreas) de latifundiários (capitalistas) para ser redistribuídas em pequenas propriedades, nas mãos de milhares de brasileiros dando chance ao camponês de ter acesso à terra.

Para além dessa estrutura fundiária, o Brasil é um país que passou por mais de 300 anos de escravidão, e após isso, abandonou sua população negra e parda sem nenhum tipo de reparação, principalmente sem acesso à terra e trabalho. O país ainda hoje não consegue realizar de forma eficiente, políticas de reconhecimento de territórios de povos indígenas e quilombolas, onde os primeiros são nativos e os segundos se apropriaram fugindo da escravidão.

Para entendermos a luta pela terra e território em um país de maioria negra e parda é preciso voltarmos as origens de uma massa de trabalhadores que foram privados desse acesso. Sabemos que os primeiros levantes de camponeses na luta pela terra, foram formados em suas maiores por não brancos, como em Canudos, resquícios da não inclusão desses sujeitos a posse da terra.

No tópico a seguir, abordaremos de forma sintética, esse processo de exclusão do trabalhador escravizado não só da terra, o que por si, se configura hoje em conflitos no campo, mas também, como por muito tempo foi descrito de modo “distorcido” o legado desses trabalhadores.

2.2 - O Trabalho Escravizado e os Conflitos

A história da formação econômica brasileira passa por séculos de pilhagens, trabalho escravo e subordinação à metrópole colonizadora. Enquanto na Inglaterra do século XVIII seus trabalhadores conseguiam, em certa medida, regular o mercado, no Brasil seus trabalhadores (escravizados) tentavam fugir/combater/ se libertar de sua economia escravocrata. O texto “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil”, da Professora Silvia Hunold Lara (1998), será a referência para entendermos como o trabalho e os trabalhadores vão se transformando ao longo do processo de transição entre trabalho escravo e trabalho assalariado.

Para Lara (1998), a historiografia do trabalho no Brasil faz uma leitura superficial quando se trata dos períodos antes e pós-abolição da escravidão em 1888. Segundo a autora “A maior parte dos autores que tratam da história do trabalho no Brasil costuma iniciar sua análise no final do século XIX, ou mesmo nas primeiras décadas do século XX” (LARA, 1998, p, 26).

Ao trabalho de escravizados, no entanto, é dada pouca atenção ou fica relegado a um período da história que as atividades de produção não são entendidas como trabalho. O escravizado, nesse sentido, não é um trabalhador, mas, como diz a autora um “ser coisificado”, que por não ser proprietário de sua liberdade, também não seria do seu labor cotidiano, separando ontologicamente o trabalho do ser humano. É retirada desse escravizado sua importância na produção histórica do trabalho no Brasil, e é retirado daquilo que mais o identifica, sua força de labuta. Lara (1998, p. 28) explicando sobre a refutação em dar importância ao trabalho no período escravagista diz

Em nome da justiça e da humanidade burguesas, os abolicionistas erigiam-se em procuradores dos oprimidos, excluindo-os da luta pela liberdade e da própria história. Em nome de um projeto de emancipação do século XX, cientistas sociais, historiadores, e militantes de partidos e movimentos acabaram por fixar a mesma imagem.

A sociedade burguesa brasileira preferiu simplesmente esquecer o passado de massacres aos trabalhadores escravizados por ela, calando-os, diminuindo-os ao atraso e pegando a fala do presidente do Brasil, Messias Bolsonaro (2019-2022), no programa Roda Viva em 30 de julho de 2018, “Os portugueses nunca pisaram na África – O problema da escravidão foi dos negros”. Isso nitidamente mostra o descaso de certa classe da sociedade brasileira, que desde o fim da escravidão vem tentando fazer, negar/esquecer as atrocidades e a privação, das mais básicas as mais complexas, que a comunidade negra deste país foi e vem sendo submetida.

Neste sentido, Lara (1998), indica que as ideias de *substituição*, *passagem*, *transição*, foram sendo disseminadas durante a década de 1960 reafirmando a condição do negro escravizado frente a um modo de produção capitalista. O que se entende aqui é a tentativa de descredito ao trabalho realizado antes de 1888, em detrimento de uma força de trabalho dentro dos moldes capitalista, pois como coloca Lara (1998, p. 29) “porque teriam lugar na história seres coisificados, incapazes de ação autônoma?”.

Tomamos a economia moral inglesa do século XVIII, analisada por Thompson (1998) e que será retomada mais a frente, para entendermos o processo de coisificação do ser. Em um período de escravatura é retirado do sujeito à liberdade em todos os sentidos, o ser é transformado em objeto, algo moralmente aceitável numa sociedade onde o modo de produção capitalista (que escraviza de outras formas) ainda não dita as regras.

A sociedade escravagista via na tortura, estupros, assassinatos de negros etc., formas de vivências sociais moralmente normais e cotidianamente praticadas, inclusive se utilizando de uma moral cristã para justificar seus atos. Desta mesma forma é a ideia de injustiça e a forma imoral que o escravizado se enxerga nessa sociedade escravagista que o faz fugir, amotinar, saquear etc.

Assim como o Inglês do século XVIII se sentia moralmente no dever de ir contra ações de uma sociedade pré-capitalista que o infligia a não ter acesso às necessidades básicas de alimentação, os levantes de escravizados seguia no sentido da não aceitação da retirada de sua liberdade e seu cativeiro, pois para o subjugado ser coisificado é moralmente aceitável? A moral nesse sentido deve ser entendida primeiro, sobre a

perspectiva de onde se está falando, quem são os sujeitos, que a partir de suas práticas (cultura) produzem uma espécie de aceitação coletiva, que mesmo diante de atrocidades as legitimam ou não.

O modo de produção capitalista, como o temos atualmente é regulado sob princípios que teoricamente são moralmente aceitáveis. Penso que a grande façanha do sistema capitalista sobre as ações coletivas da sociedade (motins, levantes, revoluções) foi o distanciamento da sociedade sobre os processos produtivos. A incapacidade de assimilar como funciona o encadeamento, as regras, as normas dentro do capitalismo, faz com que uma visão de uma moral coletiva não seja produzida, fragmentando a sociedade (outra façanha do capital), e diminuindo o poder do povo de se insurgir.

Retornando a ausência de uma historiografia brasileira do século XX, que inclua o trabalhador(a) escravizados como sujeitos promotores das atividades produtivas antes e pós 1888, Lara (1998 p. 32) dirá que

Apesar do alargamento temático e cronológico, a historiografia sobre a presença operária continuou, no entanto, a operar com um antigo silêncio: o novo sujeito que ganhou as páginas dos estudos históricos foi sempre pensado como um ser branco, quase sempre falando uma língua estrangeira. Os negros, egressos do mundo escravista, continuaram ausentes.

Segundo a autora, só no início da década de 1992, em um trabalho dela própria “Escravidão no Brasil: balanço historiográfico” começou-se a questionar os paradigmas da *transição* e *substituição* para dar maior ênfase ao trabalho realizado pelos escravizados.

Mudar a narrativa que a classe burguesa produziu ao longo de décadas pós-abolição, de um cativo passivo, sem uma representatividade na história do trabalho no Brasil é de fundamental importância para se refutar as referências de uma produção acadêmica/escolar, que subtraiu da história contada à sociedade, o real papel do escravizado e depois liberto na construção do território e identidade brasileira.

Essa nova narrativa, conforme Lara (1998, p. 37) passa por “resgatar e inserir a experiência negra na história social do trabalho e pelo sentido da luta secular pela cidadania e acesso à terra”. É necessário que seja retirada da história a imagem criada pelos “teóricos do final do século XIX”, como Rui Barbosa, do escravizado não trabalhador e do liberto indolente, que não se ajustou as práticas capitalistas,

simplesmente com o intuito de esquecer os séculos de escravidão que este país impôs a milhares de homens, mulheres e crianças de “pele escura”.

Esses elementos do trabalho e conflitos, característicos do período escravocrata no Brasil, é baseado e sustentado numa configuração fundiária pautada na monocultura e na grande propriedade, a qual vemos esse molde nos dias atuais. Não distanciando das lutas por liberdade, travadas naquele período, e que após seu fim, relegou uma massa de excluídos sociais a própria sorte.

Vemos esse tripé econômico do Brasil Colônia, e como já colocado, perpetuado na economia atual, como uma estrutura protagonista e propulsora dos conflitos agrários que vem ocorrendo a séculos, constituídos de extrema violência para manutenção de seu *status quo*.

A intenção de descrever o processo de expropriação de liberdade, trabalho livre e terra dos sujeitos escravizados na tese, é a de entender que o conflito no campo, passa também, por uma história de não reparação a milhes de brasileiros que ficaram a própria sorte, pós abolição da escravidão.

Não que o período escravocrata seja o propulsor dos conflitos por terra e território atuais, pois estes passam hoje por complexidades que extrapolam essa época, porém não podemos deixar de olhar para essa herança maldita sem aproximá-la do contexto de conflitos no campo que estão se desdobrando.

Veremos no tópico a seguir que pós 1888, o rumo político que o Brasil tomou, continuou a manter os privilégios da burguesia, porém, agora enaltecendo o trabalho e o trabalhador, na tentativa de criar uma unidade nacional, justificada pelo período conturbado da Primeira República.

Esse período (Revolução de 30 e Estado Novo), avança na direção de aumento de direitos no campo do trabalho, porém mantém a mesma estrutura fundiária e desprivilegia os trabalhadores do campo.

2.3 - A Revolução de 30, o Estado Novo e o Trabalho no Brasil

Após passarmos por um período escravocrata, inicia-se a Primeira República no Brasil, em uma sociedade composta por uma leva de ex-escravizados e uma classe

dominante anti-industrialista, agrarista, elitista e conservadora. Sobre essa classe dominante Patto, (1999, p. 168) pondera que,

Longe de opor-se às oligarquias agroexportadoras, identifica-se com seus valores aristocráticos, cultivam os mesmos gostos e opiniões, depende economicamente dela e assume posições, no máximo reformistas, o que lhe permite aliar-se politicamente aos oligarcas sempre que os interesses destes pedem novas palavras de ordem e a ampliação do apoio da sociedade civil.

A Primeira Republica inicia sem se desvincular dos poderes oligárquicos agrícolas. Sendo assim, grande parte da massa trabalhadora nesse período continua excluída da vontade política, primeiro de uma reparação pelo período de escravidão, segundo de uma inserção desses sujeitos no acesso à terra.

A Revolução de 30 foi um período da história brasileira que ficou marcado como uma ruptura entre um Brasil com políticas liberais e sem o protagonismo do trabalhador e uma integração do homem a terra e sua coexistência social. Para Gomes (2005, p. 151), “o liberalismo, excessivamente objetivo e materialista, só via os valores quantitativos do mundo e pretendia construir o progresso sem cogitar do homem em sua dimensão total, isto é, também subjetiva e espiritual”. Gomes (2005, p. 192) define esse período de transição como,

A desordem em todos os campos da realidade social era o signo da perda das reais tradições, ou seja, da ruptura de um caminho evolutivo normal, justo e bom. A imagem remete-nos a uma fonte de inspiração hobbesiana, como se a sociedade brasileira se encontrasse em verdadeiro estado de natureza: desorganizada, em conflito e sem a presença de um soberano definidor, capaz de dar-lhe ordenação e vida.

É nesse bojo da falta de representatividade e de uma inércia planejada do poder político em integrar e valorizar uma população, onde muitos acabaram de sair de um período de mais de 300 anos de escravidão, que a Revolução de 30, culminada em 1937 vai se consolidar e colocar o trabalho no centro dos esforços para “unificar” o país.

O empenho da Revolução de 30 e o surgimento do Estado Novo passaram pelo distanciamento do que representava o governo liberal da Primeira República. Neste sentido, era necessário restaurar o Brasil da desordem e do que a agentes políticos que almejam o poder chamava de “estado de anarquia” em que este se encontrava.

Era necessário que a população enxergasse no Estado sua preocupação com o bem estar da população, com a valorização da identidade brasileira, com as riquezas naturais,

que estavam intrinsicamente ligadas ao imaginário nacional. O discurso retórico de um Brasil grande, onde as riquezas, principalmente naturais eram seu maior orgulho em detrimento do brasileiro preguiçoso e a negação da raça, não cabiam mais nesse Brasil pós Segunda Guerra Mundial e com um crescimento da população urbana em expansão (GOMES, 2005).

O Brasil pós 1937 passa a ter a democracia social como ideologia norteadora das políticas públicas empreendidas pelo Estado. Tais políticas, agora são voltadas para a valorização da pessoa através do trabalho. Era preciso encravar nos ideais da população o gosto pelo trabalho, à honra e não o martírio que era ser trabalhador. O trabalho e o Estado deveriam estar intrinsecamente ligados pelo papel criador, produtor, inspirador que o trabalhador deveria desempenhar na construção de um novo modelo de relações produtivas que, ao mesmo tempo que lhe mostrava dignidade, orgulho o infligia a se tornar um operário em tempo integral, servidor da pátria.

Logo, nessas condições, a precarização e os direitos estavam íntimos do dia a dia dos trabalhadores do nascente Estado Novo. Andrade (1941), retratando o papel do trabalho/trabalhador nesse Estado discorre que,

O trabalho – outrora - forma de escravidão – é hoje um meio de emancipação da personalidade, algo que valoriza o homem e o torna digno do respeito e da proteção da sociedade. Viver honestamente do trabalho, encontrar em seu próprio esforço esse sentido de utilidade social capaz de canalizá-lo para o bem comum – é o maior dever do cidadão e sua mais alta virtude no Estado Moderno. (*apud* GOMES, 2005, p. 201).

Neste sentido, era preciso que a população se envolvesse coletivamente nos anseios desse novo Estado. Tal objetivo passou a ser conduzido através do estreitamento de relações entre o poder público e o povo. O instrumento utilizado nesse período (a partir de 1942), para aproximar a população das ações que o governo central realizava foi o rádio. Devido ao tamanho geográfico que o país possui e a incapacidade estrutural do Estado em estar presente nas regiões mais remotas, o então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio da época, Alexandre Marcondes Filho tenta, utilizando o rádio, esclarecer, por meio de palestras, os novos direitos sociais, ainda desconhecidos da população.

Para Gomes (2005, p. 213) “O impacto e a penetração política de tais palestras são um dado difícil de avaliar em seus resultados efetivos. Porém, são extremamente

reveladoras a iniciativa no campo político da *doutrinação*, que funcionava como detentora e articuladora de toda uma política ministerial”. A palavra doutrinação surge nessa fala da autora e nos sugestiona a pensar no real propósito da utilização do rádio para divulgação de notícias.

Sabe-se que a doutrinação leva a conformação sem questionamentos. A criação de uma democracia social, sustentada por um governo centralizador (em Getúlio Vargas), iniciando depois de um período com indícios descontrolado social (Estado Liberal) viu na doutrinação uma forma de abrandar/condicionar/submeter à população, principalmente os trabalhadores, aos desígnios do Estado, pelo convencimento deste de sua obrigação moral com o país e de zelo ao trabalho como condicionante ao pertencimento a sociedade.

Nesse momento (pós 1930) de esforço do Estado Novo em ressaltar uma identidade que não dissociasse cidadão e trabalho, além da criação dos direitos trabalhistas, foram instituídas datas comemorativas: como o 1º de maio, Dia do Trabalho, essa voltada diretamente ao operário, porém datas como 10 de novembro, aniversário do Estado Novo e 19 de abril, aniversário do Presidente Getúlio Vargas, eram amplamente utilizadas para reforçar o caráter imperativo e vital de ser trabalhador.

Neste sentido, Gomes (2005, p. 217) evidencia que “Estas três comemorações – o aniversário do Presidente, o Dia do Trabalho e o aniversário do Estado Novo – constituíam três ocasiões-chave para a comunicação entre Vargas e a massa de trabalhadores”.

É preciso considerar, pelo menos, dois cenários que estão presentes nesse momento de redimensionamento do trabalho no Brasil. O primeiro cenário é o do trabalho/trabalhador dos grandes centros que estavam próximos do poder político e dos modos de produção mais modernos, que por consequência sentiram as políticas do Estado Novo em relação ao trabalho de forma mais rápida e intensa.

O segundo cenário são o dos trabalhadores e da forma de trabalho da população que vivia no interior dos estados, que tinham no seu cotidiano, outro tempo econômico e de produção e que se opunham, a seu modo, a se integrar ao modo capitalista de produção. É o caso dos sertanejos pobres do Norte de Goiás do início do século XX, que mantêm costumes que até hoje podem ser encontrados.

No próximo tópico, que aborda as relações espaciais dos sertanejos no século XX, no atual estado do Tocantins, veremos como o trabalhador do campo está longe dessas

políticas de Estado da Primeira República e Revolução de 30, mantendo seu modo de vida e modo de reprodução social, que difere dos grandes centros.

2.4 - Resistência Camponesa ao Modo Capitalista de Produção no Sertão do Norte Goiano

A análise sobre a formação social, política e econômica do Brasil que antecede este tópico nos remete a fazer uma redução da escala, saindo de uma conjuntura nacional para a uma regional, para compreendermos como os sujeitos que no momento histórico entre os séculos XIX e XX mantêm seus modos de vida e relação com a terra. O sertão do Norte goiano e atual estado do Tocantins é o nosso ponto de partida para esse esforço de compreensão.

A partir das leituras dos textos de Lara (1998), Patto (1999) e Gomes (2005) tentaremos relacionar o trabalho com o modo de vida de sujeitos sociais que habitavam os rincões do interior do Brasil no final do século XIX e início do século XX, especificamente os sertanejos⁸ do antigo norte de Goiás, hoje estado do Tocantins.

O texto “Percepções do tempo e trabalho: as disputas dos sertanejos pobres no extremo norte de Goiás em torno dos seus modos de viver - 1860 a 1920” de Olivia Cormineiro apresenta uma narrativa do cotidiano dos trabalhadores livres, que tinham em sua relação de trabalho com a terra a matriz de sua existência.

A autora inicia seu texto fazendo uma crítica, a partir de Lara (1998), a historiografia brasileira, principalmente pós 1888, quando a mesma coloca uma divisão entre trabalho escravo e trabalho livre. Essa historiografia acaba fixando nos livros de história dentre outros Lara (1998), os paradigmas da *transição*, *substituição* e *passagem* para explicar como a força laboral empregadas nos processos de produção deveriam ser entendida. Tal fato deixou a realidade desse período com uma explicação superficial desses processos, em detrimento de uma análise mais aprofundada da complexidade de formas de trabalho existentes.

Os sertanejos do interior do norte de Goiás da virada do século XIX-XX mantinham relações de trabalho que pouco se assemelhava as rotinas de produção dos

⁸ Infere-se a sertanejo como o sujeito morador do sertão, que é uma característica do camponês. Mesmo o proprietário de terras, ou seja, o latifundiário se utiliza do termo, pois ele vem de uma localidade. No texto nos referimos a sertanejo desprovido de terra ou sertanejo trabalhador para diferenciação

grandes centros da época. Suas maneiras de se ocuparem em alguma atividade econômica passava pela manutenção seu modo de vida fora do trabalho, onde segundo Cormineiro (2009, p. 175), “os modos de trabalhar do sertanejo desprovido de sua terra, no âmbito das tradições de da cultura regional se integravam a natureza.

Estes sujeitos, até o fim da década de 1890, construíram suas práticas de trabalho observando os ritmos da natureza”. Á vista disso, pode-se dizer que há um determinismo nessa forma de viver do sertanejo que vende sua força de trabalho, onde o mesmo se condiciona aos aspectos da natureza para “ajeitar seus afazeres” de subsistência e de trabalho.

Vivendo desse modo, o sertanejo trabalhador do norte de Goiás⁹ se distinguia de uma cultura capitalista, que nesse momento já se disseminava em muitos países, inclusive no Brasil. A autora, citando Barreiro (2002), em seu trabalho sobre viajantes estrangeiros no interior do Brasil diz que

Os viajantes não compreendiam os “grupos subalternos”. As noções de tempo vinculadas ao trabalho disciplinado não tinham significado dentro dos seus modos de viver. Barreiro aponta que os viajantes ao descreverem os ritmos de trabalho das pessoas pobres nos locais onde passavam enfatizavam quase sempre seu caráter de ócio e indolência – as concepções de tempo e trabalho da sociedade europeia ainda não estavam consolidadas. (*apud* CORMINEIRO, 2009, p. 176).

Um fator que dava condições ao sertanejo de flexibilizar seu tempo para o trabalho, segundo Cormineiro (2009), era: uma classe de sertanejos dominantes que era permissiva, pois seus modos de vida, também se assemelhavam ao pobre e a utilização do trabalho escravo como ampliador do tempo e trabalho. Portanto, o ócio dos sertanejos, percebido pelos viajantes estava baseado, além da cultura e subordinação, no trabalho “coisificado” do escravizado, pelo menos e não com certeza, pode-se dizer que até 1888.

No início do século XX, começaria a serem introduzidas no modo de vida do sertanejo trabalhador formas de doutrinação e diferentes condições de produção do trabalho. Nessa transição, a escola e a lei passaram a ser instituições de convencimento e coerção para o sertanejo.

⁹ Em relação ao sertão no Tocantins, a citação de Amaral (2009), nos esclarece que “a cidade de Dianópolis – TO, quando ainda, antiga região do Duro foi considerada como o sertão profundo, um lugar de difícil acesso, oculto, transporte e comunicação precários, escassa população, lugar privilegiado para fugitivos, cenário de violências e de relações sociais tradicionais.

As especializações fizeram com que as atividades secundárias como caça e pesca se restringissem, a criação do contrato formal de trabalho e a lei da camaradagem¹⁰ prendiam e exploravam mais o trabalhador sertanejo, que via nessas ações uma mudança em sua cultura.

Cormineiro (2009, p. 192), mencionando sobre a resistência dos sertanejos em manter seu modo de vida diz que

Analizando a questão percebo que apesar de exploração e dominação estarem presentes cotidianamente na vida dos sertanejos pobres, estes algumas vezes empreendiam, dentro de seus campos de possibilidades, meios de não perderem completamente o controle de suas vidas. Fosse por meios de medidas pensadas, fosse por meio da irrupção do crime e da violência, estes homens, mulheres e crianças estavam lutando por seus modos de viver que, no que se refere à relação entre tempo e trabalho, se expressava pelo desejo de manter seu tempo sob seu controle.

O capital hoje detém o controle do tempo e do trabalho, impelindo sua moral e suas regras a um contingente de bilhões de pessoas que se sujeitam a elas. O trabalho condicionado pelo capital transformou e vem transformando culturas por onde passa, porém, a resistência a esse modo destrutivo de produção/reprodução existe, e ele é o resquício de uma concepção onde o lucro e a acumulação não sobrepõem o tempo e a vida.

Retomando as leituras sobre cultura de modos de vida do primeiro capítulo, observamos que o sertanejo, que é o mesmo camponês no Tocantins, além da luta pela terra, luta também por manter seu modo de vida, mesmo com o passar do século.

Como coloca Geertz (1989), é preciso ver além do que está posto superficialmente. Intrínseco a luta pela posse da terra, também está a manutenção de um modo de vida, que o monopólio produtivo no campo tende a sobrepor, como veremos no próximo tópico, que faz uma leitura sobre a relação do homem, com a natureza e com o trabalho.

¹⁰ Lei nº. II de 20 de julho de 1892. Esta lei versava sobre a venda da força de trabalho dos pobres e baseava-se, ao menos formalmente, no reconhecimento da cessão mão-de-obra como relação de trabalho assalariado, porém, nas realidades concretas, representava antes a tentativa de legitimar, após o fim do estatuto escravista, a exploração máxima do trabalhador livre.

2.5 - Século XXI e a Precarização do Trabalho

A economia mundial pós globalização tem buscado variadas formas de aumentar sua capacidade de produção e acumulação. As relações sociais totalizadas no espaço, passam cada vez mais a se moldarem para atender as exigências do capital nas diversas escalas de abrangência.

Vimos anteriormente, que o modo de vida e relações culturais fazem parte do ser, e que no campo, isso se expressa pela forma como os sujeitos se relacionam, seja com a terra ou com o território. Quando Cormineiro (2009), relata que os viajantes viam os sertanejos do início do século XX, como ociosos e indolentes, ela mostra uma visão de um modo distinto de se enxergar o trabalho e a vida, e que o capital, através de seus mecanismos de subordinação, tenta eliminar.

Dessa forma, entender como as relações espaciais empreendidas pelo capital, em escala global afeta os territórios e os sujeitos que não se alinham ao seu modo de produção, é essencial para a análise do conflito territorial. Em uma breve síntese do trabalho do Professor Ricardo Antunes (2000), evidenciaremos os mecanismos que se utiliza o sistema capitalista para subordinação de territórios e trabalhadores.

Em seu texto intitulado “Trabalho e precarização numa ordem neoliberal” é possível identificar inicialmente a forte crítica ao modelo de produção capitalista que se configura, principalmente no início do século XXI, que traz como consequências o desemprego, a precarização do trabalho e a degradação crescente entre o homem e a natureza. Para Antunes (2000, p. 35),

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada.

A sociedade da era da acumulação flexível, segundo o autor, passa por frequentes representações da *(des)socialização*, do culto a *sociedade democrática*, até a crença na *desmercantilização da vida societal*, vislumbrando o fim do trabalho e a realização concreta do *reino da liberdade*. Ao contrário do que formula essas representações, para Antunes o que se constata é um processo destrutivo gerado pela globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadoria e a busca pela produtividade, que tem como

efeitos uma imensa sociedade dos excluídos e precarizados, que não se restringe apenas países do Terceiro Mundo, mas a países do Norte, como Estados Unidos e Japão (ANTUNES, 2000).

A velocidade com que avança a competitividade intercapitalista e se desenvolve a tecnologia concorrencial, muitos países como Brasil, Rússia, Inglaterra e Argentina não conseguem acompanhar a rapidez desse processo, levando-os a desmontagens de parques industriais, colocando em cheque a ideia de forma de sociabilidade produzida pelo capital, que desemprega e precariza mais de 1 bilhão de pessoas no mundo.

Países que entraram nesse circuito produtivo, sobretudo por serem carentes de mercado internos e dependentes do Ocidente como: Coréia, Hong Kong, Taiwan, Cingapura, entre outros, que a princípio foram bem-sucedidos, Para Antunes, “suas recentes crises financeiras são exemplos da sua fragilidade estrutural. E é bom reiterar que estes “novos paraísos” da industrialização se utilizam intensamente das formas nefastas de precarização da classe trabalhadora”.

Antunes (2000) coloca essa condição de precarização e exclusão como ação destrutiva contra a força humana e de trabalho e aponta a ideia de István Mészáros, quando o mesmo afirma que “o capital, desprovido de orientação humanamente significativa, assume, em seu sistema metabólico de controle social, uma lógica que é essencialmente destrutiva, onde o valor de uso das coisas é totalmente subordinado ao seu valor de troca” (MÉZÁROS, 1995, *apud* ANTUNES, 2000, p. 37).

Nesse sentido Antunes destaca a falácia do discurso do *fim do trabalho* numa sociedade produtora de mercadorias e um imaginário do *reino da liberdade*, onde aponta que, cada vez mais, para a metabolização do capital é necessário a superexploração do trabalho.

O autor faz um esboço analítico de pontos centrais da crise contemporânea no universo do mundo do trabalho, relacionando algumas tendências no contexto da crise estrutural do capital. São elas:

1. O padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, chamada acumulação flexível, principalmente o modelo japonês Toyotismo.
2. O modelo de regulação social-democrático, sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e antissocial. (ANTUNES, 2000, p. 37).

Essas tendências destroem a força humana de trabalho; destroçam os direitos sociais; brutalizam os enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital comandado pelos Estados Unidos, Alemanha e o Japão, que desde o início do século XXI vem perdendo sua hegemonia política e econômica na Ásia para a China (ANTUNES, 2000).

O capital vê como imprescindível a força humana de trabalho apenas para a reprodução desse mesmo capital, uma vez que ele é incapaz de realizar sua autovalorização. O capital consegue diminuir o trabalho vivo¹¹, porém não consegue elimina-lo. As tentativas dessas diminuições do trabalho vivo, segundo Antunes são claras, flexibilização, desregulamentação, terceirização são algumas delas.

Esse desmonte de direitos trabalhistas e precarização do trabalho humano vêm acompanhados de uma crise que se abateu no interior do movimento operário e sindical. Nesse sentido, o autor assinala alguns elementos centrais como: a crise estrutural do capital na década de 1970, desenvolvimento de práticas materiais da destrutiva auto reprodução ampliada do capital em detrimento da satisfação das necessidades humanas, explosivo desmoronamento do Leste Europeu, propagando-se, no interior do mundo do trabalho, a falsa ideia do “fim do socialismo”, a aceitação por parte do movimento operário e mesmo assimilação da nefasta e equivocada tese do “fim do socialismo” e a ocorrência de um agudo processo político e ideológico de social democratização da esquerda e a sua consequente atuação subordinada à ordem do capital. (ANTUNES, 2000). Dessa forma o movimento operário e sindical, passou a ter uma agenda mais próxima a agenda neoliberal.

O neoliberalismo passou então a executar seus programas de dominação nos países capitalistas, principalmente aqueles subordinados ou países periféricos. Neles foram implantados um ideário de reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional. Caracterizando

¹¹ Apesar da evolução da ciência e sua utilização pelo capital, no sentido de substituir o trabalhador por máquinas, em um processo contraditório, pois o capital se nutre da exploração do trabalho, o trabalho vivo, mesmo que diminuído, será sempre uma condição necessária. Antunes (2013).

esse momento na história, que se materializa a partir da década de 1970, Antunes (2000, p. 40) traz a seguinte citação de Harvey (1992),

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós-moderna”, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes deste período recente.

Antunes resume da seguinte forma essa processualidade complexa da crise que se abate no movimento operário e sindical: 1º - há uma crise estrutural do capital, 2º - deu-se o fim do Leste Europeu, 3º - Forte crise da socialdemocracia, 4º - expandia-se fortemente o projeto econômico, social e político neoliberal. Segundo ele, “tudo isso acabou por afetar fortemente o mundo do trabalho, em várias dimensões” (ANTUNES, 2000).

A reestruturação do capital pós-crise de 1970, também trouxe uma nova forma de acumulação que se caracteriza pela flexibilidade e avanço tecnológico, onde se destaca nesse período o Toyotismo em contraposição ao Taylorismo/Fordismo. Suas características segundo Antunes (2000), são: 1) sua produção muito vinculada à demanda; 2) ela é variada e bastante heterogênea; 3) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariada de funções; 4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção. O autor cita os “Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ)” empregados pelo Toyotismo, como uma nova forma de apropriação pelo capital do saber fazer intelectual do trabalho, o que aprofunda a interiorização do trabalho alienado.

Antunes (2000) indica algumas formas de flexibilização de acumulação capitalista, baseada na reengenharia e na empresa enxuta, que tiveram consequências enormes no mundo do trabalho: 1) Há uma crescente redução do proletariado fabril estável; que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo; 2) Há um enorme incremento de trabalho precarizado, como os “terceirizados”, subcontratados e “part-time”; 3) Um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados; 4) Níveis de desemprego acentuado no setor de serviços; 5) Há exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho dos países centrais; 6) Há uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho; 7) Há uma expansão do trabalho social combinado, onde

trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços, aumentando os níveis de exploração do trabalho (ANTUNES, 2000).

O autor faz uma leitura dessa conjuntura do mundo do trabalho que se configura pós 1970 e se amplia no século XXI dizendo que, a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais, criou-se o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional e que está subordinado a (des)sociabilização contemporânea, que tem como características a desregulamentação, flexibilização, terceirização, downsizing e “empresa enxuta”. Essas condições “são expressões de uma lógica societal onde se tem a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, que é considerada somente na exata medida em que é imprescindível para a reprodução, deste mesmo capital” (ANTUNES, 2000, p. 44).

Seu texto reafirma que o mundo do trabalho, “sob o capitalismo, não se constata o fim do trabalho como medida de valor, mas uma mudança qualitativa, dado pelo trabalho multifuncional, intensificação levada ao limite das formas de exploração do trabalho, e da objetivação de atividades cerebrais” (LOJKINE, 1995, *apud* ANTUNES, 2000, p. 44). Neste contexto o que se tem, cada vez mais é uma “*crescente capacidade de trabalho socialmente combinada*”, contatando-se uma inter-relação acentuada das formas de extração de mais valia relativa e absoluta, que se realiza em escala ampliada e mundializada.

Porém, com todo esse encadeamento de fragilização e tentativa de diminuição da relação homem/processo produtivo, Antunes (2000, p.45) em seu texto traz a seguinte reflexão sobre a tese do *fim do trabalho sob o modelo de produção capitalista*,

A simples sobrevivência da economia capitalista estaria comprometida, sem falar em tantas outras consequências sociais e políticas explosivas que adviriam desta situação. Tudo isso evidencia que é um equívoco pensar na desaparecimento ou fim do trabalho enquanto perdurar a sociedade capitalista produtora de mercadorias e — o que é fundamental — também não é possível perspectivar nenhuma possibilidade de eliminação da classe-que-vive-do trabalho, enquanto forem vigentes os pilares constitutivos do modo de produção do capital.

Ao finalizar seu texto o autor reitera que, “a tese do fim da classe trabalhadora, mesmo quando restrita aos países centrais é, em nossa opinião, desprovida de fundamentação, tanto empírica quanto analítica” (ANTUNES, 2000, p. 45). A falta de uma noção ampliada de trabalho, que leve em conta seu caráter multifacetado, é um forte exemplo da fragilidade desta tese, segundo Antunes.

Os mecanismos de subordinação do capital que buscam impor maior produtividade e lucratividade, força o mundo do trabalho a se alterar constantemente. Isso altera não só o modo de produção, mas impacta diretamente a vida daqueles sujeitos que são contradição dentro desta lógica, como camponeses, indígenas e quilombolas, porém não sem resistência. Sabe-se que esses sujeitos gerem sua produção e economia não pautadas apenas pelo lucro e a acumulação, mas também pela reprodução de seus modos de vida e produção para autossustentação.

Formas de controle social, onde o lucro não pode sobrepor a vida, a sobrevivência, foi descrita por Thompson (1998), ao mencionar o mercado a partir de uma economia moral na Inglaterra do século XVIII. Veremos no próximo tópico como formas de controle econômico, a partir da moral e a partir do capital, Brandão (2010) e Harvey (2004), moldam as sociedades e os sujeitos.

2.6 - Economia Moral e Mundialização do Capital

2.6.1- Entendendo os Preceitos da Economia Moral

O mercado é um agente que interfere diretamente na vida das pessoas. O mercado de negociações de terras, por exemplo, exclui milhares de sujeitos do acesso a terra, seja pela especulação, pela manutenção de monopólio e etc. Ele regula preço de alimentos, serviços, e bens de consumo duráveis e não duráveis. O sistema capitalista também impõe precarização a vida.

Abordaremos no trabalho de Thompson (1998) uma sociedade se movimentando, através do conflito e confronto político, para regular o mercado que está lhe impondo restrições de acesso a alimento. O que nos chama atenção no texto é a ação coletiva da sociedade, como forma de levante contra o que acham ser injusto. Novamente, anotamos em nosso trabalho, o conflito como algo positivo, capaz de transformar estruturas sociais e mostrar novos horizontes.

Thompson (1998), examinando a “Economia Moral da Multidão Inglesa do Século XVIII” faz uma análise do comportamento dessa sociedade nesse período, principalmente daqueles grupos que sentiam com maior intensidade as oscilações dos preços dos alimentos, neste caso os pobres. Thompson (1998) inicia seu texto alertando sobre a utilização do termo “motim” e a concepção de uma sociedade espasmódica.

A culminância das revoltas populares ao longo dos séculos marcou as formas como os povos enfrentam momentos turbulentos, principalmente os econômicos, quando os interesses de classes sobrepõem às necessidades humanas. Thompson (1998, p. 150) ilustra a visão de autores que tentam simplificar os motins, citando Bellof (1938) que diz,

Esse ressentimento, quando o desemprego e os preços elevados se combinavam para tornar a situação insuportável, manifestava-se em ataques aos comerciantes de grãos e aos moleiros, ataques que devem frequentemente ter degenerado em simples desculpas para o crime.

Outros autores irão abordar os motins como sendo uma “desgraça”, “rebeliões do estomago” ou espasmos, dando um caráter quantitativo a processos que se desenrolavam no cotidiano das pessoas de forma tênue entre ter o que comer e não ter, entre o preço justo e a ganância.

Essas relações sociais, que muitas vezes culminavam em violência, se alongavam durante os dias e iam inflando as pessoas para esse momento em que ocorriam as ações populares. Neste sentido, Thompson (1998, p. 152) diz que “só uma história social sistêmica, onde as nuances dos detalhes e não a quantificação espasmódica consegue conferir os reais elementos que combinados, estouravam em motins”.

O texto de Thompson (1998) relaciona-se como o de Tarrow (2009), ao ponderar sobre o confronto político e a formação de movimentos sociais. São formas de motins, como os da Inglaterra, que levados a se prolongar, podem culminar em ações coletivas organizadas, ou movimentos sociais.

Thompson (1998) levanta uma ideia que pode explicar, de forma menos quantitativa, as razões pelas quais a multidão do século XVIII na Inglaterra se sentia no direito de reclamar/exigir quando o mercado não pautava suas ações de forma a que todos tivessem acesso, principalmente a alimentos.

Além de eventos espasmódicos, a ideia de “ação legitimadora” era utilizada para explicar o porquê a comunidade se sentia no direito de reivindicar explicação ou mesmo o fim de atos praticados pelo mercado, que para ela seria injusto. Para Thompson (1998, p. 153), “os homens e mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais da comunidade, a ponto de passar por cima das causas do medo e da deferência”.

A luta dos povos indígenas e quilombolas pelo território no Brasil passam, também, pela defesa dos costumes e tradições, da noção de justiça que é ter seu espaço

de reprodução social reconhecido, e que o lucro e a ganância não podem ser mais importantes que a vida, pois moralmente não é aceitável.

Nesta “economia moral” a regulamentação, principalmente dos preços de alimentos, é feita pelas pessoas que a compõem e neste momento tem grande peso a percepção dos pobres nas oscilações de preço, pois eram os que mais sentiam seus efeitos. Diferente de um mercado que hoje é regulado pela “mão invisível” que, de certa forma exclui o sujeito da valoração de um produto, na economia moral são os sujeitos quem regulam o preço a partir das condições que são dadas para aquisição de alimentos.

Essas condições não sendo gerada de forma a dar acesso às condições básicas de vida à comunidade, e, portanto imorais, se tornariam objeto de retaliação por parte da população que se organizava e, tomados pelo sentimento de direito e justiça cobravam, muitas vezes por meio da força que os preços fossem baixados ou que se aumentasse a quantidade de alimento ofertado, que para Thompson (1998, p. 153) “os desrespeitos a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para ação direta”.

Para entender uma economia regida pela moral e não pelo mercado é preciso entender o grau do poder de intervenção que determinado setor da sociedade tem para fazê-lo. Neste sentido e nesta época, a apreensão dos sujeitos de que ninguém deve morrer de fome e nem se pode aceitar que isso aconteça (diferente do que ocorre no momento atual) paira sobre suas consciências como algo a ser combatido, algo inaceitável, não banalizado como é morrer de fome hoje, pela “simples incapacidade” de se comprar alimentos.

Não dar condições ao outro de se alimentar e por consequência sobreviver é imoral e isso alicerçava os levantes, principalmente entendendo que a alimentação na Inglaterra do século XVIII se restringia ao pão. Como sugeriu Thompson (1998), não era porque faltava pão em casa, mas porque era a única opção de alimento dos pobres.

Dessa forma, não só os preços eram regulados pela população, mas também como os produtos eram produzidos, principalmente o pão. Thompson (1998, p. 154) exemplifica a conduta dizendo que

Nas cidades, que viviam atentas aos perigos da adulteração, suspeitava-se que o pão preto permitia encobrir com facilidade aditivos nocivos – No fim do século XVIII, onde quer que o pão de trigo prevalecesse e

fosse ameaçado por uma mistura mais grosseira, sentimento de status estavam profundamente envolvidos.

Essa citação dá uma ideia clara de como se comporta uma sociedade regida por uma economia moral e uma sociedade regida por uma economia de mercado. Onde a primeira tem as condições (criadas por ela própria), de interferir de forma direta no preço que quer/pode pagar e em como se deve produzir/transformar, na segunda essas condições se distancia dos sujeitos, ficando restrita a instituições que tomam essas decisões, sem que se tenha uma intervenção direta de quem vai pagar/consumir.

O mercado numa economia moral do século XVII tinha que ser rigorosamente transparente, pois as relações se davam diretamente entre agricultor e consumidor, sem a necessidade de um atravessador para aquisição dos produtos, porém outros agentes, como moleiros e padeiros eram necessários para a produção de pães.

Algumas práticas de moleiros e padeiros faziam que o mercado desviasse de seus costumes cotidianos, inflando a população a contestar, inclusive na Câmara dos comuns, para que de forma política fosse reestabelecido a normalidade.

A classe política nessa economia moral se valia de movimentos populares, como os motins para ganhar mais prestígio e poder. As intervenções políticas eram tidas como atos nobres e de defesa do povo, e sempre que o preço do pão subia ou que se tinha uma revolta os governantes intervinham dando um ar paternal as suas ações. A prática de regular os preços do pão era mantida através da Regulamentação do Pão num formato paternalista de se conduzir a política. Em uma citação Thompson (1998, p. 158) revela

Na carestia de 1756, o Conselho Privado, além de reativar as antigas leis contra as compras antecipadas, lançou uma proclamação ordenando que todos os fazendeiros, sob pena de severas punições, devem levar seus cereais ao mercado aberto, e não devem vendê-los por amostragens em suas próprias moradias.

A compreensão de como se realizava a economia moral na Inglaterra do século XVII, sinaliza como a economia de mercado, que regula as movimentações financeiras de produtos, conseguiu separar os sujeitos desse processo, a ponto de não conseguir enxergar por onde e por quem são definidos os preços ou os encadeamentos produtivos, principalmente de alimentos, tirando toda força de mobilização para impor práticas mais justas ou mesmo de nos amotinarmos.

Nesse sentido, desde um capitalismo nascente, até os dias atuais, o conflito e o confronto político, são armas fundamentais para o controle do mercado, quando esse procede de forma imoral, principalmente com sujeitos que se opõem ao seu modo de produção.

Os motins por preço justo na Inglaterra, nos revela a força da ação coletiva, de como um sistema de produção, no caso o capitalista, não pode agir determinando a precarização da vida. Onde perdemos a capacidade de insurgirmos em meio a tanta injustiça? Vejo a produção territorial do conflito e o confronto político no campo como esses espaços de revolta e luta por uma sociedade mais justa.

Os motivos lá e agora são diferentes, porém imbuídos do mesmo sentimento, o de justiça, pois a lei não está sendo cumprida, pondo a vida em risco, como veremos no capítulo quatro. Entendemos que os mecanismos de subordinação do capital enfraquecem a capacidade da sociedade de se amotinar e que os sujeitos permeados pelos conflitos no campo, seja camponês, indígena o quilombola é resultado dessa revolta a esses mecanismos.

2.6.2 - O Capital como Regulador do Mercado

Diferente de um mercado regulado pela sociedade, o mercado regulado pelo capital impõe uma ressignificação das relações sociais. No campo, a terra e o território se tornam apenas ativos econômicos para a metabolização do capital. O modo de vida, cultura e uso natural da terra, mantendo a preservação e sustentabilidade, passam a ser fenômenos contrários à sua lógica. Dessa forma, mecanismos de subordinação em diversas escalas são criados para que o mercado se desenvolva com o mínimo de contraposição.

Considerando as devidas escalas de abrangência entre os mercados, numa economia moral era preciso uma maior aproximação com os meios de produção para que se efetivasse uma regulação, porém o que se ressalta é a ação coletiva da sociedade gerando conflito e atuando como regulador.

Numa econômica de mercado mundializada regulada pelo capital, as relações espaciais são mais complexas e de difícil compreensão, o que torna problemático a formação de motins, porém, mesmo sendo esses instrumentos de subjugação não

totalmente visíveis no espaço, suas consequências se tornam notórias nos territórios/localidades, através da embates travados pelos sujeitos. No texto, evidenciamos esses mecanismos de subordinação que dificultam a insurgência.

Os textos de Brandão (2010) “Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo” e de Harvey (2004) “O Novo Imperialismo: Acumulação por espoliação, trazem em seu cerne o processo de dominação social impelida pelo capital para sua auto metabolização”. As formas para que isso aconteça são várias. Segundo os autores mecanismos como a imposição da força, fraude, opressão, aliciamento da classe política e a intervenção do Estado estão desde muito tempo a serviço do capital.

Na formação econômica do Brasil, tais mecanismos são encontrados de forma latentes no decorrer da estruturação da sua “economia de dependência”, na qual está alicerçada até hoje. As bases em que foram fundadas as economias do Brasil e outros países da América Latina se constituíram na manutenção das economias industriais colonizadoras.

Esse processo de injeção direta de capitais nas metrópoles via escravização, espoliação, expulsão, grilagem, apadrinhamentos, etc. vão se entrelaçando, se acomodando e determinando aos países da América Latina suas “vocações” segundo a DIT – Divisão Internacional do Trabalho.

Neste contexto não se pode deixar de pensar o Brasil como produto de contradição do capital, no qual ensejando fazer parte do rol de economias industrializadas, apresentava um conjunto de formas não capitalistas de produção para gerar capital. Essa contradição determinou historicamente segundo Brandão (2010, p. 10) “um gigantesco e complexo processo de desenvolvimento desigual de seus espaços regionais e urbanos”.

Sabemos que o capital em suas relações traz consigo contradições que são próprias do seu sistema. Tais contradições são resultados gerados a partir da dinâmica do capital voltados para o trabalho, posse dos meios de produção e da renda da terra.

Em seu processo de metabolização, o sistema capitalista cria e recria condições para se manter e superar suas crises cíclicas, crises essas consequências da necessidade do aumento constante da produção e produtividade. (HARVEY, 2004).

Nada incoerente se pensarmos que o sistema em toda sua cadeia visa a obtenção do lucro, porém esse processo traz em seu bojo relações não capitalistas, relações estas

que produzem formas de resistência e que se ampliam nos mais diversos setores da sociedade, seja no campo ou na cidade.

Dentro dessa lógica de contradição e ampliação do capital o caráter de expansão de fronteira agrícola, que se desenhou e se desenha no Brasil, determinadas pela concentração da propriedade, da renda e do poder, aliado a grande oferta de mão de obra de camponeses expulsos de suas terras, criaram uma estrutura social marcada pelo “patrimonialismo, submissão e marginalidade social”. (BRANDÃO, 2010).

Os PND's – Plano Nacional de Desenvolvimento como Brandão (2010) cita, passou a despontar com grande potencial para expansão de fronteira agrícola ainda na década de 1970, quando políticas públicas territoriais foram efetivadas em diversas regiões do Brasil.

Os PND's formularam instrumentos de revitalização e modernização da agricultura brasileira, no sentido de dinamizar o setor agrícola e de ampliar a produção de alimentos e de matérias-primas; aumentar as exportações e a substituição das importações; redistribuir geograficamente as populações rurais por meio da colonização dirigida.

O I PND (1969-1974) tinha uma perspectiva de colonização, enquanto que o II PND voltou-se mais para uma ocupação baseada em um novo patamar da política econômica global, ligada à produção para o crescimento das exportações. Essa estrutura social empreendida no território impusera prejuízos enormes aos espaços periféricos do país, fazendo com que surgissem bolhas de atividades dinâmicas dispersas, não criando uma malha densa, ligando a produção, distribuição e consumo. Consequência dessa estrutura foi a formação de circuitos mercantis dispersos ao longo do território.

Porém, o que se revela na atualidade sobre a estruturação da economia brasileira é uma junção de alta capacidade de produzir capital e métodos atrasados de processos produtivos. A exemplo disso, tem-se a manutenção de latifúndios, a intensificação da produção de matérias primas em detrimento da transformação, a utilização da mão de obra análoga a escrava e a expulsão recorrente de camponeses e povos tradicionais de suas terras pelo capital.

Esses aspectos da formação, econômica e fundiária brasileira atrelados a mecanismos de subordinação impostos pelo capital, vão impactar diretamente no território, como veremos no próximo tópico, onde em locais de avanço de fronteira

agrícola, como no caso do bioma Cerrado e Amazônico, vai impulsionar a produção territorial do conflito no campo.

2.7 - Acesso a Terra no Cerrado e Amazônia Brasileira

A estrutura fundiária brasileira, no decorrer dos séculos e ciclos de sua existência (madeira, minérios, cana-de-açúcar, soja e etc.) é marcada pela concentração de grandes propriedades e o latifúndio, que sempre estiveram relacionados a conflitos, seja pela expropriação das terras dos povos originários, a destinação de terras a uma pequena parcela da classe dominante, e em um passado mais recente, a não realização da Reforma Agrária, além da grilagem privada e institucional da terra. Os caminhos da produção agrícola tomados pelo Brasil, sempre estiveram ligados a uma demanda externa e exigências do capital. De acordo com Alves (2005, p. 41),

Desde os primeiros portugueses que desembarcaram nessas terras até os nossos dias, uma das características que define a construção dessa nação é o fato dela servir como estoque de mão-de-obra para atender os sucessivos ciclos econômicos pelos quais o País passou. A elevação de cada um desses ciclos à categoria de protagonista em determinado momento ou de decadência em outro se dá pela lógica global de formação do capitalismo, da qual o Brasil, assim como os demais países colonizados, servira de base para o processo de acumulação primitiva.

Neste sentido, a ocupação do território nacional sempre esteve articulada com as necessidades que o capital impõe, movimentando levas de trabalhadores a regiões definidas pelo Estado como propícias para a sua reprodução. A região conhecida atualmente como MATOPIBA, expressa a lógica secular do Estado brasileiro em se firmar na divisão internacional do trabalho com produtor de matéria prima.

Com essa ordenação histórica do campo brasileiro, pautado pela subordinação ao capital, sem que se tenha resolvido sua questão agrária, tem gerado inúmeros problemas jurídicos e de insegurança a milhares de famílias camponesas posseiros em todo território, gerando conflitos.

Para Lima e Nobrega (2017), a insegurança quanto a propriedade da terra é um sério problema do campo brasileiro. Somada a essa estrutura, que por si, já exclui uma parcela da população do acesso à terra, o capital financeiro global tem se articulado no século XXI para expandir seus ganhos, com o monopólio da produção e do território em países da América Latina e África. Oliveira, (2010), Sauer; Borras Jr. (2016).

O ato de apropriação de terras pelo capital financeiro, denominado *Land Grabbing* tem sido objeto de extensivos estudos e produções acadêmicas desde 2008, para analisar a compra, arrendamento, fusões empresarias nacionais e multinacionais e as consequências dessas relações espaciais nos territórios, em um sentido escalar do mundial ao local, que vem ocorrendo de forma mais intensa a partir de 2000. Analisando o fenômeno *Land Grabbing* Frederico; Gras (2017), Frederico; Almeida, (2019) entendem que ele se expressa através,

Primeiramente da transferência do controle da terra, assim como de outros recursos (hídricos, minerais e florestais) a novos agentes. Em segundo lugar, comporta grandes escalas não somente de terras, mas principalmente de capital. Finalmente, ocorre no marco – ao mesmo tempo em que é resultado – da convergência de múltiplas crises (alimentar, energética financeira e ambiental) em que o grande capital desenvolve dinâmicas de acumulação nas quais a terra adquire centralidade. (FREDERICO; GRAS, 2017, p.18).

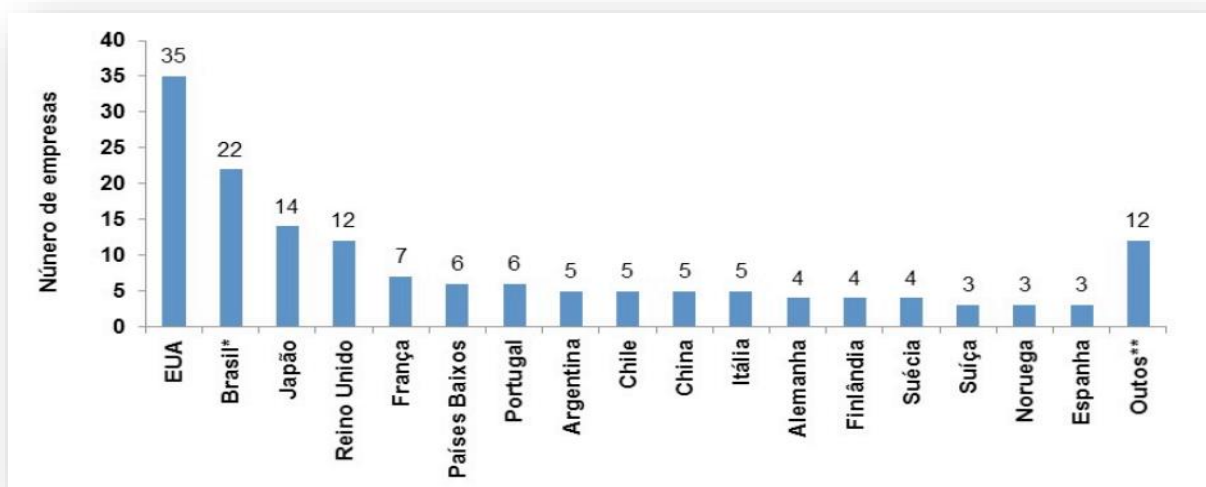
Trata-se da transferência de propriedade, ou seja, de direitos de uso e do controle de terras e recursos naturais, que pode se dar por diferentes mecanismos além da venda, como arrendamentos, parcerias e concessão de direitos de superfície. (FREDERICO; ALMEIDA, 2019, p. 129).

Para Gunnoe (2014), essa relação de apropriação de terras pelo capital é algo sem precedentes, desde o sentido da quantidade da terra adquirida ao capital investido. O discurso da escassez de alimentos no mundo, novamente retomado a partir da década de 2000 e da crise financeira de 2008, tem cancelado a prática da produção monopolista e monocultora no campo em várias localidades no mundo, principalmente em países onde a colonização serviu para a acumulação primitiva do capital (ALVES, 2005).

Esse modelo agroexportador ganhou enorme relevância para muitos Estados Nacionais na América do Sul, como por exemplo, no Brasil e Argentina, que o elegeram como política de desenvolvimento agrícola, pautado na mecanização e uso de agrotóxicos em detrimento de uma produção agroecológica.

De acordo com a perspectiva de Oliveira (2016), a partir de 2007 começa a forjar novas empresas nacionais do setor de grãos no Brasil, que estão abrindo seus capitais em bolsas de valores (gráfico 02).

Gráfico 2 - Número de Empresas de Capital Internacional de Exploração de Recursos Naturais por País Sede – 2013 – 2017.



Fonte: DATALUTA, 2018.

Essas empresas se articulam fazendo alianças com capital mundial, atuando no mercado de terras através de investidores e fundos estrangeiros, fazendo com esses participem desse mercado, independentemente das ações do governo quanto a eventuais restrições às aquisições de terras por estrangeiros¹², formando assim, grandes corporações nacionais mundializada na área de grãos.

Sobreiro, Fernandes, D. Pereira, Ramos, Lima, L. Pereira e Silva (2018, p. 20), fazem um diagnóstico do processo de apropriação de terras pelo capital estrangeiro, avaliando que,

A estrangeirização da terra corresponde a um processo materializado de diferentes formas, como a intensificação da territorialização do agronegócio, apropriação de terras para a implantação de projetos de energia renovável, mineração e conservação ambiental, o que mostra as múltiplas estratégias do capital internacional para controlar o território. A maneira mais eficaz de compreender a estrangeirização é através do território – multidimensional e multiescalar – uma vez que a essência do processo é o controle da terra, da água, da produção agrícola, do processamento e comercialização o que possibilita também o controle das políticas do desenvolvimento da agricultura em escala nacional e internacional.

¹² Quanto ao controle de aquisição de terras por estrangeiros no Brasil o INCRA controla através de “verificação dos limites previstos na Lei nº 5.709/71, em relação à área do município e ao total de aquisição e arrendamentos por cada nacionalidade em todo o território nacional. Também busca verificar a identificação, a análise e avaliação de qualquer ameaça de invasão de país estrangeiro no território brasileiro, tendo a finalidade de preservar a soberania, a segurança e a independência nacional, a exemplo das riquezas imateriais, a segurança alimentar, hídrica, energética e as tradições culturais das comunidades tradicionais”. (INCRA, 2018).

Desta forma, no Brasil, a partir de século XX, foram se expandindo áreas de fronteiras agrícolas produtoras de monocultivos, movimentando grande quantidade de trabalhadores nacionais, seja do Nordeste sentido Sudeste e Norte para as lavouras de café e produção da borracha, seja do Sul sentido Nordeste e Centro-Oeste para a produção de soja. (ALVES, 2005), (FREDERICO; ALMEIDA, 2019).

A migração no território brasileiro, proveniente desse modelo agrícola foi induzida principalmente pelo Estado, criando mecanismos para que a massa de trabalhadores seguisse para áreas de fronteira.

Em direção as áreas da Floresta Amazônica, foi criada a Superintendência de Defesa da Borracha em 1912, o Banco de Crédito da Borracha em 1942, passando a se chamar em Banco de Crédito da Amazônia em 1950, a criação em 1953 da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), sendo substituída em 1966 pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (SANTOS, 2019).

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) iniciados a partir da década de 1960, com a criação do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), foram os eixos indutores dirigidos pelo estado para a territorialização do capital em áreas do Cerrados.

De acordo com Matos e Pessôa (2014, p. 7), “para se compreender a modernização da agricultura nas áreas de Cerrado, é necessário considerá-la no contexto nacional da expansão do capital para a fronteira agrícola”. Porém, no caso da expansão de fronteira para produção soja e movimentação de sujeitos nos Cerrados, a partir de políticas de Estado, foi realizada com mão de obra especializada e com *expertise* no trabalho em lavouras dessa monocultura, causando nesses lugares complexidades territoriais.

O mito de um sertão atrasado, improdutivo e de sujeitos avessos ao trabalho Cormineiro (2009), permeou como discursos nas políticas de migração interna dirigidas as regiões da Amazônia e dos Cerrados. Tais políticas fizeram e fazem parte de um projeto geopolítico de aliança entre o Estado e o capital financeiro (BECKER; EGLER, 2014).

Está aliança, formalizada pela migração, não levou em consideração que lá se encontrava uma variedade de povos indígenas, quilombolas e trabalhadores do campo.

Segundo Assis (2014, p. 399), este “mito negligencia a ocupação desses lugares por parte de populações tradicionais”.

Sobre os discursos que estiveram presentes nas ações de governo para a interiorização das áreas, ditas como “vazias”, do território brasileiro, Santos (2019, p. 83) faz a seguinte análise

Este projeto geopolítico foi construído a partir da atuação das políticas públicas e programas de desenvolvimento regional que se estabelecem territorialmente com o auxílio de uma parafernália político-ideológica. Primeiro o discurso esteve impregnado nas políticas de colonização dos anos 1940, com o lema *Marcha para o Oeste* (Governo Getúlio Vargas) acompanhado de uma forte propaganda nos meios de comunicação da época, alegando que a migração para o Oeste seria uma ótima opção para o cidadão/migrante. O segundo discurso foi criado pelo governo militar brasileiro, do presidente Médici, ao instituir por meio do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de julho de 1970, o Plano de Integração Nacional (PIN). Para a execução deste projeto, utilizou-se da mão de obra nordestina “liberada” pelas grandes secas de 1969 e 1970. Para o presidente Médici, a Região Amazônica era considerada um grande “vazio demográfico”. A partir desse raciocínio, ele criou as noções de “vazios demográficos” amazônicos com os lemas “Integrar Para não Entregar e Uma Terra Sem Homens Para Homens Sem Terra”.

Esses discursos, aliados a programas que deram incentivos fiscais a pessoas jurídicas e financiamento de obras de infraestrutura como a construção das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Santarém, tiveram papel relevante para a ocupação de terras que visavam a exploração econômica da Amazônia e Cerrado.

Os governos militares com esse discurso nacionalista e de proteção aos recursos naturais brasileiros criaram mecanismos, inclusive o de veiculação na mídia de programas que visavam esse objetivo e que nunca existiram, como foi o caso da criação fictícia da CNDDA (Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia), lideradas por geógrafos e militares da reserva (OLIVEIRA, 2010).

Essa estratégia de tirar o foco da população com notícias falsas, criadas intencionalmente para que o debate se distancie do que realmente está acontecendo, foi uma prática comum nos governos militares e retomada com maior intensidade no atual governo.

Nesse contexto fictício da criação da CNDDA, em julho de 1970, o governo militar cria o PIN (Programa de Integração Nacional, que articulou a entrada do capital financeiro, tanto nacional como global aos recursos existentes na Amazônia. Oliveira (2010, p. 5), analisando a entrada de capital estrangeiro na Amazônia, enfatiza que,

O Projeto Jari do multimilionário Daniel K. Ludwig foi implantado no vale do rio Jari na divisa do Pará e do Amapá com seus mais de 4,6 milhões de hectares divididos em dois imóveis registrados no Cadastro do INCRA como Jari Florestal e Agropecuária Ltda com 2.918.829 hectares e Cia Florestal Monte Dourado com 1.682.227 hectares. Em Almerim no Pará, o National Bulk Carriers obtinha do governo militar 1.250.000 hectares e a Georgia Pacific conseguia 400.000 hectares em Portel e Melgaço também no Pará. [...] Dessa forma, enquanto os governos militares e a mídia informavam ao país que defendiam a Amazônia contra os interesses externos, internacionalizaram integralmente a economia brasileira e, logo, a Amazônia, sem precisar entregar um pedaço do país.

A aquisição de terras por estrangeiros no Brasil é uma realidade que vem ocorrendo de longo tempo, seja pela apropriação direta ou através de associações com empresas brasileiras. Seria então a estrangeirização de terras no Brasil uma ameaça a nossa soberania? Esse discurso também esteve presente em governos de esquerda para tirar o foco da real necessidade do campo brasileiro, que é a Reforma Agrária.

Quanto à pergunta, Oliveira (2010) ressalta, analisando as leis brasileira sobre as regras para aquisição de terras por estrangeiros¹³ que, pela quantidade de terras em posse de estrangeiros no Brasil, não há um real afronta a soberania, porém chamando a atenção para os territórios municipais, de acordo com o artigo 12 da lei 5.709/71¹⁴.

Segundo suas análises, a partir do ritmo de crescimento de aquisição de terras por estrangeiros, que em 2010 estava em 0,80% do território nacional, no ano de 2020 essa porcentagem estaria em 1,23%, concluindo que, “na realidade, o que está por trás da farsa do “novo escândalo” sobre a aquisição de terras por estrangeiros, é a grilagem das terras públicas, e a ação da banda podre dos funcionários do INCRA, para legalizá-la, via contra-reforma agrária” (OLIVEIRA, 2010, p 53).

A validação das terras públicas na Amazônia com o Programa Terra Legal¹⁵, além da regularização fundiária, serviu para o fortalecimento do agronegócio na região, promovendo ainda mais, a entrada de capital nacional e estrangeiro em áreas produtivas

¹³ Lei regulamentada em 26 de setembro de 1974 pelo Decreto nº 74.965, criada pelos militares definiu que os estrangeiros poderiam apropriar-se legalmente de 25% do território brasileiro. Ou seja, poderiam adquirir 212.871.914,9 de hectares dos 851.487.659,9 hectares que o país possui.

¹⁴ Lei nº 5.709/71 – Artigo 12. A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não poderá ultrapassar a 1/4 (um quarto) da superfície dos Municípios onde se situem, comprovada por certidão do Registro de Imóveis, com base no livro auxiliar de que trata o art. 10.

¹⁵ O Programa Terra Legal Amazônia foi criado para implementar a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e tem como objetivo a destinação e a regularização fundiária das terras públicas federais na Amazônia Legal.

na Amazônia e Cerrado, expandindo a oferta de terras em detrimento de programas que realize de forma satisfatória a Reforma Agrária. Para Oliveira (2016, p. 45),

O programa de regularização fundiária Terra Legal organizado pelo governo federal na zona de transição entre a Amazônia e Cerrado estrutura a corrida por terras no Brasil - não por que grandes quantidades de terra estão de fato sendo privatizadas, mas por que o Terra Legal enfraquece programas de redistribuição de terras em outras partes do país e consolida a infraestrutura de produção na zona de transição entre a Amazônia e o Cerrado.

Essas ações de Estado para o fortalecimento do agronegócio e um enfraquecimento de políticas públicas de distribuição de terras, para se alinhar as relações espaciais do capital global, geram conflitos e disputas territoriais, principalmente em áreas de fronteira agrícola, onde a estrutura fundiária possui maiores fragilidades jurídicas, como a não titulação das terras.

O programa Terra Livre poderia ter maior abrangência e chegar a todos os sujeitos que demandam terra no Brasil, caso os direcionamentos das políticas públicas de Estado para o desenvolvimento no campo, fosse pautado pela perspectiva da questão agrária. (FERNANDES *et.al*, 2014). De acordo com Oliveira (2016, p. 65),

O fortalecimento da produção de Estado ao longo dos corredores de transporte com relações de propriedade regularizadas - sob forte pressão e acompanhamento de movimentos sociais, ONGs ambientalistas e agentes judiciais - poderia de fato transformar a decorrente falha do programa TL em um campo de experimentação para melhores regulamentações agrícolas e ambientais.

Porém, o Estado brasileiro tem ordenado seu território para servir ao capital financeiro, através de investimentos em infraestrutura e aportes bilionários ao agronegócio em prejuízo a produção agroecológica. No momento político atual, no Brasil, sua perspectiva está totalmente voltada para um capitalismo agrário que objetiva em primeira escala, beneficiar espaços de poder externo ao país e o lucro, acima do bem-estar da população.

Na Amazônia e Cerrado, o ordenamento desses territórios apresenta gargalos que o Estado não consegue dirimir desde sempre, que é a falta de informações precisas sobre o uso e ocupação de suas terras. O próprio INCRA, órgão que deveria ter o controle das terras no Brasil, não possui dados de 100% delas. Para Edelman (2013, p. 491), “estudar a posse da terra, concretamente e ao longo do tempo, é extraordinariamente confuso”.

No Brasil isso se reflete pela falta de controle dos órgãos responsáveis por manter uma base de dados confiáveis para a pesquisa. Segundo Oliveira (2016), 20% do território nacional é desconhecido, como indicado no levantamento feito no Plano Nacional de Reforma Agrária II, de 2003, algo que ocorre com as terras no Tocantins, porém no estado não tem um quantitativo aproximado de áreas suas e as áreas que são da União.

A falta de controle do Estado sobre seu território, principalmente em áreas de fronteira tem culminado na apropriação de terras pelo capital através da grilagem. No Tocantins além da grilagem privada, com inúmeros casos sendo denunciados, houve a grilagem institucional, onde o Estado passou para sua posse¹⁶, milhares de hectares de terras da União para disponibilizar para o capital financeiro, distribuindo estas a políticos, parentes e funcionários públicos.

O capital financeiro tem tido um aliado cada vez mais influente nas decisões das políticas de desenvolvimento dos Estados. A ideologia neoliberal, que tem avançando nas áreas de governança de vários territórios nacionais, vem intervindo nas legislações ambientais e fundiárias, de forma a flexibilizar o uso e ocupação da terra. Delgado (2012, p. 92), analisa essa aliança entre o Estado e o capital para a formação de mercados voltados para demandas globais dizendo,

esses mercados dependem essencialmente da regulação (ou desregulação, conforme o caso) e provisão estatal, o capital financeiro na agricultura irá se configurar como virtual pacto da economia política entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, tendo em vista viabilizar uma parceria estratégica.

Essa flexibilização pautada na regulação ou desregulação, a partir de uma ordem neoliberal, tem avançado de forma destrutiva sobre as leis de proteção trabalhistas, criando critérios débeis para a regularização fundiária e mecanismos de afrouxamento de fiscalização e punições por danos ambientais causados. Matos e Pessôa (2014) enumeram algumas consequências da modernização agrícola brasileira norteadas pelo capital financeiro,

1- Centralização da produção; 2 - Concentração de terras; 3 - Produção voltada para a exportação em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno; 4 - Dependência da agricultura em relação à indústria; 5 - Novas relações campo-cidade; 6 - Perda relativa da importância da produção local/regional; 7 - Implantação de complexos

¹⁶ As desapropriações de terras da União, ocupadas por posseiros, feitas pelo governo do estado do Tocantins, será melhor detalhada no terceiro capítulo.

agroindustriais; 8 - Precarização das relações de trabalho; 9 - Impactos ambientais.

É histórico que o Brasil sempre se pautou pela produção de monoculturas para exportação. Porém, na crise de liquidez internacional em 1998, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, além dos empréstimos contraídos junto ao FMI – Fundo Monetário Internacional, o Estado brasileiro adotou o setor primário e o modelo agroexportador como saída para suprir os déficits da balança comercial. Nesse sentido, o agronegócio foi eleito como propulsor de uma economia de trocas de desiguais, que o Brasil pratica a séculos (SOUZA; SILVA, 2019).

Sobre a sujeição de Estados Nacionais ao capital financeiro e a opção desses Estados por permanecer na DIT - Divisão Internacional do Trabalho como produtores de matéria-prima, Marini (1973, p. 11) destaca que,

as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador.

Com essas mudanças no setor agrícola brasileiro, a partir da modernização de sua agricultura com a chegada da “Revolução Verde” e a promoção do agronegócio como estratégia para equilibrar a balança fiscal, a produção de alimentos volta-se para as demandas do mercado externo. São demandas e relações que ocorrem espacialmente fora do território nacional, mas que produzem impactos nas localidades.

Os produtores e a indústria nacional ficam subordinados a especializarem-se na produção de *commodities*, como soja, laranja, algodão, carnes, mantendo-se a maior parte da produção (cerca de 70%) dos alimentos domésticos, feijão, mandioca, banana e etc., a cargo de pequenos agricultores, porém sem o mesmo respaldo financeiro e de estrutura do poder público.

Essa lógica capitalista de produção no campo tem influência direta na diminuição de áreas¹⁷ para produção de alimentos domésticos no estado do Tocantins, fruto de desapropriações, venda, arrendamentos ou grilagem de terras de pequenos produtores.

¹⁷ Ver o gráfico – Tocantins – Área plantada de arroz, feijão, mandioca e banana entre 2009 e 2018, no terceiro? capítulo.

Outra lógica que ocorre no campo brasileiro é a mudança de culturas produzidas em áreas onde o agronegócio está presente. Para Matos e Pessôa (2014, p. 10),

Nas áreas atingidas pela agricultura moderna, há uma reestruturação produtiva a partir de novos métodos de produção e novas culturas. Com isso, culturas da tradição local perdem importância no cenário da produção, uma vez que há substituição das culturas. (MATOS; PESSÔA, 2014. P. 10).

Como consequência dessa mudança na base de produção, formaliza-se, sobretudo nas pequenas e médias propriedades, a dependência do trabalhador a uma agricultura de mercado, onde o endividamento, a precarização do trabalho, o adoecimento e o uso indiscriminado do solo e da água, são características presentes no cotidiano de muitos trabalhadores do campo. As redes agroindustriais tem participado de forma efetiva nessa mudança, cooptando trabalhadores rurais para produzirem gêneros específicos. Souza e Silva (2019, p. 155), ponderando sobre o uso dos recursos naturais em áreas onde o agronegócio se instala, observam que,

A superexploração dos recursos naturais promove a degradação do meio ambiente. O aumento das queimadas, desmatamentos e consequentemente da emissão de dióxido de carbono na atmosfera, bem como a intensificação do uso de agrotóxicos são alguns dos procedimentos que acarretam implicações severas ao meio ambiente, como a perda da biodiversidade. São fatores que não entram no cálculo da produção agrícola e que acarretam custos sociais significativos.

No Brasil, o modelo capitalista de produção no campo, tratam as áreas de fronteira agrícola entre os biomas Cerrado e Amazônia, com o discurso do que Moraes (2002), chama de “espaços vazios”, direcionando a disponibilidade de terras e água, existentes em abundância a reprodução do capital, através de políticas de ampliação da produção de *commodities*, como diretriz de governo.

Segundo Frederico e Almeida, (2019, p. 128), “para os investidores internacionais, haveria no território brasileiro, especialmente nas áreas de expansão da fronteira agrícola moderna, a “disponibilidade” de terras a serem exploradas e incorporadas à sua lógica de acumulação”. Esse paradigma, tem colocado em risco, não só comunidades tradicionais e camponeses posseiros, como também os dois maiores biomas do país.

A fronteira agrícola avança sobre as florestas destruindo a biodiversidade e a fonte de recursos para a sobrevivência de milhares de camponeses. De acordo com Celentano e Verissimo (2007, p. 7), “O avanço da fronteira é marcado pelo desmatamento, pela degradação dos recursos naturais e pela violência rural”.

Sua expansão, compromete a coleta do Coco Babaçu, do Pequi, as áreas de caça e pesca, enfim, afeta o modo de vida, tradições e culturas de indígenas, quilombolas, camponesas, com reverberações negativas, também no urbano.

A reestruturação do urbano em áreas de fronteira, para receber as atividades que dão suporte ao agronegócio, como as empresas de maquinário com alto nível de tecnologia, transportes, galpões de armazenagem, escritórios de *tradings*, empresas de insumos orgânicos, cursos voltados para formação de mão de obra para o setor agrícola e etc., tem aumentado o valor do solo urbano. Associado a crescente migração de camponeses para as cidades, essa reestruturação no urbano impõe maior grau de favelização e desemprego. Para Alvin, Bessa e Ferreira (2019, p.23),

Do ponto de vista produtivo, esses centros passam a acolher funções associadas à modernização do campo, tanto na produção de grãos como de carnes. Alguns se transformam em cidades do campo, a exemplo de Porto Nacional, Guaraí, Pedro Afonso, Campos Lindos, Cariri do Tocantins, Silvanópolis, entre outras, que são chamadas a acolher os conteúdos da modernização das atividades agropecuárias e do extrativismo.

Em pesquisa realizada por Rocha e Foschiera (2018), na região central do estado do Tocantins, que se configura como um polo do agronegócio e que atrai uma grande quantidade desses serviços, a mão de obra formada por agrônomos e mecânicos especializados e que possui níveis de salários mais elevados, era composta por profissionais que migraram de outros estados.

Aos trabalhadores locais acabam ficando os serviços de menor remuneração, como borracheiros, ajudantes de mecânica e motoristas. Sobre a migração para a Amazônia Legal, Celentano e Verissimo (2007, p. 10) observa que “a migração exerce forte influência no crescimento demográfico regional. Entre 1991 e 2000, a região recebeu cerca de 700 mil migrantes. Em 2000, 4,3 milhões de habitantes (21% da população residente) na Amazônia eram migrantes”.

Neste sentido, a migração para o estado do Tocantins, tem um primeiro *Boom* Schneider (*et al.* 2000), em 1989, quando este é desmembrado do estado de Goiás, sendo

os migrantes em sua maioria vindos da região nordeste. Um maior fluxo migratório é retomado a partir do final do século XX e início do século XXI (tabela 1), com a expansão do agronegócio, por migrantes origem sulista e mineira.

Tabela 1- Perfil Demográfico da Amazônia

Estados		População em 2004 ¹	Migrantes em 2000 ²	Urbanização em 2004 ¹	Densidade Demográfica em 2000 ³
		(milhões)	(%)	(%)	(Habitantes/ km ²)
Acre	AC	0,6	12	68	3,7
Amazonas	AM	3,2	11	77	1,8
Amapá	AP	0,6	32	92	3,3
Maranhão	MA	5,2	8	68	17,0
Mato Grosso	MT	2,8	43	77	2,8
Pará	PA	6,9	17	72	5,0
Rondônia	RO	1,5	53	67	5,8
Roraima	RR	0,4	47	80	1,5
Tocantins	TO	1,3	32	71	4,2
Amazônia		22,5	21	73	3,8
Brasil		182,1	16	83	19,9

Fonte: Celentano; Verissimo, 2007.

Observa-se na tabela que estados, como Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins onde o agronegócio tem se expandido, a porcentagem da população migrante é mais expressiva. Conforme Alves (2005, p. 51.), “constrói-se assim, a partir dessa migração, uma nova face do território brasileiro que se define por rápidas transformações seja no espaço de produção agrícola seja no espaço das cidades”.

O fato é que não havia na região central do Estado, nenhum produtor de soja natural do Tocantins, sendo que, em sua maioria, eram migrantes da região centro-sul, indicando que as famílias que eram proprietários locais, venderam ou arrendaram suas terras, deslocando-se para a cidade.

Esse descolamento se deu não só pelas famílias, mas também pelos trabalhadores que essas terras tinham agregadas. Alves (2005, p. 64), analisando o processo de transformação no espaço urbano para se adaptar a modernização no campo, no Sul do Piauí evidencia que,

Esse movimento produziu uma nova dinâmica nas cidades verificando-se uma expansão rápida da mancha urbana com acréscimos de bairros seletivos, habitados, em maior número, pelos migrantes sulistas; mas também com a periferia pobre que se expande pela presença de

posseiros que perderam suas terras pela onda da agricultura modernizadora ou ainda por migrantes também pobres de municípios vizinhos mobilizados para essas cidades pelo sonho do emprego.

O agronegócio em áreas de fronteira agrícola vem modificando substancialmente a paisagem, tanto rural, quanto urbana. Nas superfícies planas do Cerrado, as árvores nativas vão sendo derrubadas para dar lugar a soja, milho, cana-de-açúcar, eucalipto e o gado.

Máquinas agrícolas passam a fazer parte do cenário noturno nas grandes fazendas. O ritmo acelerado, que é conferido a produção de *commodities*, contrasta com o tempo e modo de vida de camponeses em assentamentos ilhados pela monocultura.

Lugares que por gerações serviram de espaços comunitários para a criação de gado, caça e coleta de alimentos, em algumas horas do trabalho de um trator de esteira, já não existem mais.

O quadro que se tenta formar é “árido”, cansativo, “sem vida”. Em áreas de cultivo não irrigado, o início das chuvas assinala o tempo do plantio. Cargas de agrotóxicos são lançadas no solo por “gafanhotos”¹⁸ e aviões pulverizadores, para mostrar a face verde da soja. Novamente a paisagem se transforma, porém vazia de gente, de vida animal não financeirizadas, das coisas que o sertanejo trouxe como identidade durante uma vida inteira.

Assim, o espaço da fronteira agrícola, direcionada pelo Estado para o agronegócio, por um processo de subordinação ao capital financeiro global e relações espaciais externas ao território nacional, vai interferindo nas localidades, devastando áreas de uso comum, expulsando trabalhadores de suas terras e gerando conflitos e mortes.

Esse modelo agroexportador de monoculturas, apoiado pela grande mídia, inclusive com o slogan de que o “agro é tudo” e firmado pelo Estado brasileiro como política de desenvolvendo, tem negligenciado o acesso à terra via uma Reforma Agrária Popular a milhares de trabalhadores do campo.

Neste sentido, o espaço agrário no Brasil está em constante conflito, redesenhando-se através dos séculos, mas mantendo sua máxima, que é a manutenção da grande propriedade privada da terra.

¹⁸ Referente ao trator gafanhoto, utilizado para pulverizar agrotóxicos nas lavouras.

Hoje não podemos pensar a questão agrária como apenas de natureza fundiária, mas pensar como o agrário pode afetar positivamente outras áreas da sociedade como a questão urbana.

Quantos trabalhadores rurais e pequenos camponeses já deixaram de trabalhar no campo por não serem assistidos por uma política agrária que lhes dê o mínimo de condição para aquisição e sobrevivência em suas terras, para se lançarem nos grandes centros urbanos atrás de melhores condições de vida.

São milhares deles todos os anos, abarrotando as grandes cidades sem condição de entrarem no mercado de trabalho que se concentra no urbano e com isso marginalizando-os ou transformando-os, em muitos casos em boias frias, peões temporários e na pior das hipóteses em trabalhadores escravos.

A conquista da terra passa a ser a busca em um lugar na sociedade, e mais do que isso, dar condições de uma vida melhor para sua família, pois com a “terra nas mãos” podem produzir, garantindo sua segurança alimentar sem a necessidade de se marginalizar nas cidades ou ficar dependendo de programas sociais que não resolvem o problema os mantendo na mesma situação de excluídos.

Temos então uma forma para mitigar a violência, a favelização, a ociosidade nos núcleos urbanos, recolocando essas pessoas para lugares onde elas possam produzir para si e o excedente levado para o urbano, onde seus produtos comercializados poderá gerar capital para cidade e a renda necessária para a subsistência do camponês.

Essa seria apenas uma das formas positivas que poderia alcançar a Reforma Agrária Popular, pois além de ajudar resolver partes dos problemas urbanos teríamos também mais alimentos sem produtos químicos menos terras paradas sem produzir, quedas nos preços dos alimentos, etc.

Dentro dessa lógica do monopólio do capital sobre a terra e o trabalho, que expropria as condições do trabalhador de subsistir sendo ele o produtor do capital, é que formas de resistência como o campesinato se articula e levantam bandeiras de lutas.

Aos olhos do que hoje é priorizado para o campo brasileiro, o agronegócio, e de governos que sevem de apoio ao capital neoliberal, a luta camponesa por ter seu próprio meio de produção/reprodução, tornam-se ameaças à ordem econômica e política, que neste momento está estabelecida.

Historicamente estes são problemas vão permanecendo sem que haja uma efetiva política que consiga dirimi-los. Essa estrutura fundiária existente no Brasil atual, como vimos, que se caracteriza pela concentração de terra, não realização de reforma agrária e reconhecimento de territórios e conflitos gerados na luta pela posse da terra, remontam de sua configuração como Estado Nação.

Dessa forma, o capítulo traz uma leitura das características da formação do Estado brasileiro em seus aspectos, sociais, econômicos, fundiário e etc., e sua relação com espaços centrais globalizados do ponto de vista do capital. Os pontos levantados tentam fazer uma leitura histórica e linear desse processo de formação.

Inicia-se com a distribuição de terras no Brasil colônia a privilegiados, algo que faz parte do agrário brasileiro até os dias atuais. A utilização do trabalho escravizado, que ainda não acabou e a impossibilidade de milhões de brasileiros de terem acesso à terra, algo que poderia ser resolvido com uma reforma agrária, mas a inércia planejada é quem dita o ritmo.

A Ascensão de uma elite burguesa, pós 1889, dependente de um agrário oligárquico e que vai perpetuar os privilégios, inclusive de acesso à terra e a predisposição a subordinação, mantendo o país como um produtor de matérias primas em detrimento de sua industrialização, sustentando uma estrutura fundiária arcaica.

Trazemos as características dos sertanejos ou camponeses do início do século XX, no atual estado do Tocantins, para nos aproximarmos dos modos de vida desses sujeitos.

Novamente ressaltamos que mesmo com o capital monopolizando o campo hoje, através do agronegócio, o uso da terra e o modo como comunidades e povos tradicionais enxergam suas terras e territórios, perpassam a visão da exploração para o lucro.

A manutenção de seus modos de vida e cultura, contraditórias a produção capitalista, são mantidas, mesmo com a intensificação da modernização da produção no campo. Dessa forma, a luta pela terra é para além da paisagem, vista apenas pela produção.

Por fim, ponderamos sobre as formas como o capital subordina os territórios, mostrando os mecanismos que submetem Estados Nações a se alinharem no sentido de maximizar a metabolização do capital.

As localidades, dessa forma, são impelidas a se ajustarem a essas demandas, que no caso do campo é o avanço do monopólio agrícola sobre camponeses e povos tradicionais.

No próximo capítulo, veremos as ações de políticas públicas e privadas beneficiando o avanço da territorialização do agronegócio no campo tocaninense, ocasionando a produção do conflito agrário.

CAPÍTULO III: POLÍTICAS PÚBLICAS FOMENTANDO TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E OS CONFLITOS POR TERRA NO TOCANTINS

A composição deste capítulo está relacionada com as ações do Estado na promoção da expansão do agronegócio no Brasil e Tocantins, fazendo um breve apanhado histórico desde o início do século XX, até as duas primeiras décadas do século XXI.

No primeiro tópico intitulado, “Expansão do Monopólio Agrícola no Tocantins Dirigida pelo Estado”, fazemos considerações sobre a modernização da agricultura brasileira baseada na Revolução Verde, especificando os programas de desenvolvimento no Cerrado, como os PND’s, PADAP, POLOCENTRO e PRODECER, assim como projetos de desenvolvimento agrícola implantados no estado do Tocantins e elementos de sua estrutura fundiária em relação as terras públicas.

Formulamos análise da recente criação de uma área para a expansão do agronegócio no bioma Cerrado no segundo tópico, intitulado “MATOPIBA”. Neste, mostramos sua criação delimitação em 2013 e dados de sua área de abrangência, o discurso de modernidade como mecanismo de apropriação e reestruturação dos lugares, sua extinção jurídica em 2016 e as articulações políticas nacionais e regionais para sua reativação.

No terceiro tópico, intitulado “Territorialização Capitalista do Monopólio Agrícola e Espacialização dos Conflitos no Tocantins”, trazemos os elementos da territorialização do monopólio privado no campo tocantinense, como a expropriação de terras de camponeses para implantação de projetos hegemônicos, como o agronegócio, revelando alguns atores hegemônicos. Trazemos observações sobre o rol de empresas do capital monopolista no campo, que estão territorializadas no estado do Tocantins, como, Bunge Alimentos S/A, Multigrain S/A, Granol Industria , Comércio e Exportação S/A, Agrex do Brasil S/A, Fiagril Ltda, Cargill Agrícola S/A, CGG Trading S/A, Amaggi & LD *Commodities* S/A, dentre outras. Identificamos também, origens migratórias de produtores de *commodities*, que atuam na região central do estado, assim como, apresentamos gráficos com o aumento de áreas para a criação de gado e produção de cana de açúcar, milho e soja em detrimento da diminuição de áreas para a produção de arroz, feijão, mandioca e banana no estado do Tocantins.

Finalizando o capítulo, adentramos nas especificidades dos conflitos por terra e espacialização do agronegócio no estado, no tópico 4, intitulado “Espacialização dos Conflitos por terra e Expansão da Produção de *Commodities* no Estado do Tocantins”. Nele, analisamos o avanço da criação de gado e produção de cana de açúcar, milho e soja em relação as áreas de conflitos por terra no estado.

3.1 - Expansão do Monopólio Agrícola no Tocantins Dirigida pelo Estado

O processo de modernização da agricultura brasileira foi idealizado a partir de modelos já estruturados em outros países, com o intuito de gerar uma maior quantidade de cultivares agrícola para exportação e elevar a balança comercial do país. Sobre o processo de modernização da agricultura, Foschiera (2005, p. 19) esclarece que “esse processo de mudança no modo de produção agrícola ocorre paulatinamente com a introdução de máquinas e implementos agrícolas, adubos químicos, de defensivos agrícolas (hoje agrotóxicos) etc.”

A modernização da agricultura, no Brasil, veio acompanhada de técnicas que priorizavam o aumento da produção e produtividade da terra e ampliação da industrialização. Para Matos e Pessôa (2011, p. 5), “ao optar pelo modelo modernizante da agricultura, o Estado tinha convicções de que esse era um projeto que renderia a expansão da produção agrícola no país e do setor industrial, que fazia parte dos projetos governamentais para o Brasil desde 1930”.

A partir da década de 1960 o Brasil viveu o chamado “milagre brasileiro” onde o pacote tecnológico da Revolução Verde começou a ser introduzido. Sobre a Revolução Verde, Matos e Pessôa (2011, p. 7) esclarecem que “a ideia de desenvolvimento rural se restringia à produção, isto é, o crescimento da produção agrícola era o principal indicador para mensurar o desenvolvimento econômico do campo de vários países que adotaram o pacote tecnológico da Revolução Verde”. Esse modelo de desenvolvimento não levou em consideração uma redistribuição e legalização de terras, principalmente em áreas de fronteira agrícola.

A agricultura, no Brasil, no período envolvendo as décadas de 1960 a 1980 tem o Estado como o principal indutor e patrocinador da modernização da agricultura. A partir de então, com uma infraestrutura estabelecida, o Estado por uma opção política, perde força nas tomadas de decisões, dando maior espaço aos programas de planejamento

agrícolas conduzidos, principalmente, por políticas neoliberais que se instalaram no Brasil, na década de 1990, e que se fazem presente na atualidade.

A região do Cerrado, onde hoje se encontra a área conhecida como MATOPIBA, que abrange terras dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, passou a despontar com grande potencial para expansão de fronteira agrícola ainda na década de 1970, quando políticas públicas territoriais foram efetivadas nessa região.

Outros três programas agrícolas de cunho governamental que influenciaram a recente ocupação produtiva do Cerrado no período posterior a 1970 foram: o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), implementado pelo governo de Minas Gerais, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), ligados ao governo federal.

O PADAP foi criado em 1973, em Minas Gerais, e tinha como intuito afirmar a viabilidade técnica e econômica do potencial agrícola do Cerrado, tendo por meio da ocupação de colonos de descendência japonesa, vindos, principalmente, do Sul/Sudeste do país. Segundo Pires (2000, p. 119), “no planejamento do PADAP, previa-se a realização de 15 atividades produtivas, no entanto, na sua efetivação, estas reduziram-se a quatro, ocorrendo uma acentuada especialização em torno do cultivo da soja, do trigo e do café”.

O POLOCENTRO foi efetivado em 1975 e foi implantado nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. Seu objetivo era incorporar mais de três milhões de hectares de terras do Cerrado destinados à pecuária, agricultura e reflorestamento (PIRES, 2000).

O uso e ocupação do solo com lavouras tecnificadas, assentadas em grandes propriedades, voltadas à produção de arroz, soja e milho para exportação, exemplificam como se deu a modernização da agricultura no Cerrado, principalmente os que faziam parte dos programas governamentais de ocupação das terras.

Ressalta-se que a forma como foi conduzido essa modernização beneficiou a produtores e a áreas de interesse específicos, e que não foram homogêneas no espaço e no tempo a toda uma classe trabalhadora rural. Integram-se a isso as contradições sociais que foram geradas pela apropriação do trabalho e da terra pelo capital, que tem como

interesse apenas sua metabolização e ampliação, através de processos que excluem e marginalizam na sociedade capitalista.

A partir desse processo de subordinação dos territórios pelo capital monopolista no campo, o estado Tocantins se tornou palco de inúmeros polos de produção agrícola. Atualmente, o principal produto que vem abrindo as maiores áreas para plantio e tendo os maiores investimentos de capital é a soja.

Em síntese, algumas cidades polo se destacam na produção agrícola do estado, como Campos Lindos, na região nordeste, com a produção de soja e milho, e em menor escala o cultivo de frutas tropicais.

Outras regiões receberam investimentos do Estado, como a região do Jalapão, que vem se destacando no ecoturismo, silvicultura, floricultura, etc. Na região sudeste do estado o projeto Manoel Alves¹⁹ vem estimulando a produção agrícola, nas áreas de fruticultura e pecuária.

No extremo norte do estado se desenvolve o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI), com o objetivo de aproveitar as potencialidades locais. No sudoeste do estado foram implantados os Projetos Rio Formoso e Projeto Javaés²⁰, que engloba os municípios de Formoso do Araguaia, Dueré e Lagoa da Confusão, viabilizando a expansão da fronteira agrícola do estado, produzindo principalmente arroz irrigado e sementes de soja. Na região centro-norte destacou-se o Prodecir III em Pedro Afonso, voltado para produção de grãos.

Em relação ao plantio de soja no Tocantins, Santos (2014) apresenta uma análise temporal dessa produção, considerando 14 municípios com maior expressão em produtividade.

Em 1995, as áreas com maiores índices de produção por faixa de número de toneladas produzidas estavam nos municípios de Alvorada e Pedro Afonso, sendo que os

¹⁹ O Projeto Manoel Alves é um investimento do Programa de Perenização das Águas do Tocantins (PROPERTINS), de iniciativa do Governo do Tocantins, com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, implantado com recursos do Ministério da Integração Nacional, 90%, e do Executivo Estadual, 10%. Localizado no sudeste do Tocantins, esse grandioso projeto se destina, principalmente, à exploração da agricultura irrigada (fruticultura tropical) e representa uma das mais importantes oportunidades de crescimento da região. (SILVA E AIRES, 2012, pag. 01).

²⁰ O projeto Lagoa da Confusão e o projeto Rio Formoso fazem parte do Projeto Javaés/Mesopotâmia – atualmente denominados projetos de irrigação das várzeas do Araguaia no Plano Estadual de Irrigação (PEI/TO) –, cujo principal objetivo é permitir o cultivo de duas safras por ano (safra e entressafra), por meio da construção de barramentos. (FLMORAIS. P.B de et al. 2014, pag.89).

municípios de Monte do Carmo, Aparecida do Rio Negro e Goiatins, que também estão relacionados na análise, neste momento não produziam soja.

Vale ressaltar que as duas regiões onde se encontravam os dois municípios em destaque (Alvorada e Pedro Afonso) estavam mais estruturadas em relação às demais.

No Sudoeste, onde se localiza o município de Alvorada, a estrutura pode ter vínculo com a implantação do projeto Rio Formoso, no município de Formoso do Araguaia, e por estar as margens da rodovia BR 153 e no Norte no município de Pedro Afonso, com a implantação do Prodecer III.

Em 2005 há uma expansão na produção de soja em todos os municípios relacionados acima, sendo que, segundo Santos (2014), os municípios de Aparecida do Rio Negro, Monte do Carmo e Goiatins só começaram a produzir soja em 2001.

A região centro-sul do estado aumenta seus índices de produção em 2005, se destacando os municípios de Porto Nacional, Santa Rosa e Silvanópolis.

Em 2008, os municípios que se destacam e que tem grande representatividade na produção de soja, (tabela 02) do estado são os municípios de Campos Lindos, Pedro Afonso, Mateiros e Dianópolis.

Tabela 2 - Principais municípios produtores de soja do estado do Tocantins por área plantada, produção, rendimento médio e participação por quantidade produzida, 2008.

Nº	Município	Área plantada (hectare)	Produção (toneladas)	Rendimento médio (kg/hectare)	Quantidade produzida (%)
01	Campos Lindos	49.000	127.400	2600	14,25
02	Pedro Afonso	30.600	85.680	2800	9,58
03	Mateiros	27.000	72.900	2700	8,15
04	Dianópolis	22.800	63.840	2800	7,14
05	Lagoa da Confusão	11.949	32.262	2639	3,61
06	Porto Nacional	11.900	29.700	2495	3,32
07	Formoso do Araguaia	11.800	32.098	2700	3,59
08	Silvanópolis	10.000	27.000	2700	3,02
09	Guaraí	8.500	22.950	2700	2,57
10	Tupirama	8.000	21.620	2640	2,42
11	Outras cidades	137.959	378.859	2750	42,36
TOTAL		329.508	894.309	-	100,00

Fonte: IBGE. Cidades@, Agosto/ 2020.

Vale salientar que a multinacional Bunge Alimentos, empresa de origem²¹ de soja, se instala em Campos Lindos em 2002, em Porto Nacional em 2003 e em Guaraí em 2004, estimulando o aumento da produção, diminuindo custos com frete, porém dominando importante fatia do mercado de financiamento e a comercialização do grão, pois não existia concorrência.

A região centro-sul, desde 2011, se estruturava como um dos principais polos de produção de soja no Tocantins. A produção de soja nos municípios de Porto Nacional, Monte do Carmo, Santa Rosa e Silvanópolis representa, segundo dados do IBGE de 2013, cerca 25% de toda soja produzida no estado, sendo Porto Nacional o principal polo agregador de investimentos privados no setor sojicultor, além de ser um dos maiores focos de conflitos agrários do estado.

Atualmente as políticas públicas de planejamento e desenvolvimento, que tem como apelo midiático a modernização do campo e a diminuição das desigualdades regionais deixam de bordar todas as relações pertinentes ao processo de desenvolvimento, como as relações do homem com o trabalho e com a terra.

Programas de incentivo à produção agrícola foram implantados em áreas de fronteira, como é o caso do MATOPIBA, que abrange parte da Amazônia Legal, numa tentativa de avançar sobre esse território, em suas áreas de floresta, que culturalmente ainda vemos como a última reserva verde do país e espaços de reprodução social de camponeses e povos tradicionais.

Em função das novas características impostas pelo mercado externo, as relações econômicas de ordem global se efetivam com a apropriação do território. Desse modo, o território se reestrutura para suprir a demanda de produção econômica, apresentando novas funcionalidades regionais, o que no Tocantins fica bem evidente já que o estado desponta como o principal produtor de soja da região norte.

Para Crestani (2014, p. 202), “a fronteira pode ser compreendida como um local que oferece ao país novas perspectivas, como crescimento econômico, soluções de problemas sociais e, principalmente, domínio de território (num sentido nacionalista), entre outras”.

²¹ Conforme o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2007), origem “tem como função descrever o papel destinado a algumas empresas em coordenar o suprimento de matérias primas. Os originadores envolvem cooperativas, corretores, armazenadores e *tradings*”.

Porém alguns pontos precisam ser levantados e discutidos sobre a implantação desses programas em áreas de fronteira, como: a grilagem privada e pública da terra, os conflitos gerados pela expropriação de camponeses, a insegurança jurídica, o modelo de desenvolvimento que está sendo alocado nessas regiões, o encontro de culturas estranhas (estranhamento) e sua posterior possível hibridização, a real necessidade desses programas e a quem eles estão beneficiando, uma vez que municípios com PIB altíssimos em função da produção de grãos, convivem com IDH muito abaixo da média brasileira, como é o caso do município de Campos Lindos no nordeste do estado do Tocantins.

Esse caldeirão de incertezas que é presente na Amazônia Legal, é uma das características cruciais da produção do conflito territorial no Tocantins. Incertezas que estão vinculadas a falta de regularização da terra e a incapacidade calculada do estado e da União em determiná-las, deixando milhares de famílias que vivem no campo em total insegurança jurídica quanto a posse da terra.

A disputa por terras no Tocantins é uma questão política e para beneficiar o capital. Os dados do próprio INCRA, demonstram que há áreas da União a serem destinadas a Reforma Agrária. Porém o problema jurídico das áreas devolutas do estado do Tocantins surge muito antes da sua criação em 1988. A Amazônia Legal, a qual o estado do Tocantins está inserido, foi criada pela Lei 1.806/53, na qual consta

Art. 2º A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º (BRASIL, 1953).

Durante o governo militar, o decreto de Lei 1.164/71, instituiu que as terras da Amazônia Legal, que antes pertenciam aos estados passem para União, sendo essas, localizadas as margens das rodovias federais, numa distância de 100km a partir delas. No Tocantins a BR 153 é um exemplo de rodovia a qual recai esta lei, cortando o estado de

Sul a Norte, que possui ainda em seu território as rodovias federais BR 010²², BR 226²³, BR 230²⁴, BR 235²⁵ e BR 242²⁶ (BUGANO, 2020). Segundo Loureiro (2005, p. 87),

Em 1987, o antigo Getat, que era o Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins, criado durante a ditadura para, supostamente, resolver conflitos agrários e questões fundiárias da zona situada entre os dois rios do mesmo nome, foi extinto e o Decreto de Lei Nº 1.164/71 que arrecadou as terras dos Estados da Amazônia Legal foi revogado, o que perdurou por 20 anos, mas não houve a nulidade dos atos e os óbices que foram ocasionados, ou seja, as áreas continuaram sob o poder da União, não retornando as terras para os estados originários. Sendo assim, o Governo do Estado do Tocantins teve, e tem até hoje, problemas de regularização fundiária nessas áreas da Amazônia Legal.

Desse modo, o Tocantins nasce com áreas pertencentes à União, causando conflitos jurídicos ao anexar, através do ITERTINS, essas terras ao estado. Sempre que há uma questão relacionada a terras devolutas, o INCRA descaracteriza a legitimidade do estado entrando com ações cíveis originárias, recorrendo ao Decreto de Lei de nº 1.164/71 (revogado), e do Decreto de Lei de nº 2.375/87. (BUGANO, 2020).

Mesmo com as terras da União estando localizadas e discriminadas pelas instituições federais, o governo do estado tem titulado essas áreas, configurando uma grilagem institucional e gerando conflitos com posseiros.

Porém não só as áreas da União estão sendo tituladas pelo estado. Ao longo do tempo, grande quantidade terras foram direcionadas pelo ITERTINS ao agronegócio, como por exemplo, a destinada para a implantação do projeto agrícola de Campos Lindos, que expropriou centenas de trabalhadores rurais posseiros de suas terras.

²² Também conhecida como Rodovia Bernardo Sayão ou Belém-Brasília, tem extensão de 1.959,6 quilômetros. Tem seu ponto inicial em Brasília - DF e término na cidade de Belém - PA.

²³ Está rodovia liga a cidade de Natal - RN a cidade de Paraíso do Tocantins - TO, passando no estado pelos municípios de Aguiarnópolis - TO e Wanderlândia - TO, integrando percurso da Rodovia Belém-Brasília. Possui extensão de 2.164 quilômetros.

²⁴ Conhecida como Rodovia Transamazônica, sua extensão é de 4.260 quilômetros, tendo seu início na cidade de Cabedelo - PB e termino na cidade de Lábrea - AM. Seu trecho no Tocantins está no extremo Norte, passando pelos municípios de Aguiarnópolis - TO e Araguatins - TO, na região do Bico do Papagaio.

²⁵ Rodovia Transversal, com extensão de 1.772 quilômetros, liga a cidade Aracajú - SE ao município de Novo Progresso - PA. No Tocantins seu trecho passa pelos municípios de Santa Maria do Tocantins - TO e Guaraí - TO.

²⁶ Rodovia que liga o município de Maragogipe - BA ao município de Sorriso - MT, com extensão de 2.311,7 quilômetros. No Tocantins a rodovia atravessa a Ilha do Bananal, passando pelo território indígena Parque do Araguaia.

Dados levantados pela Ouvidoria Regional do INCRA no Tocantins em 2016, evidencia a grilagem institucional praticada pelo órgão que regula terras no estado (Tabela 3).

Tabela 3 - Tocantins - Quantidade de áreas da União Federal tituladas pelo ITERTINS até 2016 e movimentos sociais em disputa.

MUNICÍPIOS	ÁREA (ha)	MOVIMENTOS SOCIAIS	
ARAGUAÇU	1.028	-	AC – Articulação camponesa.
ARAGUAINA	5.500	STR	
ARAGUAINA	166.146	-	
ARAGUATINS	2.800	MST	MST – Movimento Sem Terra.
ARAGUATINS	5.572	MST	
BABAÇULANDIA E WANDERLÂNDIA	379,6	STR	
BABAÇULANDIA E ARAGUAINA	2.004	ASSOCIAÇÃO	STR – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.
CACHOEIRINHA E SÃO BENTO	2.495	-	
DARCINÓPOLIS	1.681	-	
DARCINÓPOLIS	1.576	-	
DARCINÓPOLIS	1.789	-	
GOIATINS	1.834	ASSOCIAÇÃO	
GOIATINS	1.692	-	
GOIATINS	1.152	-	
GUARAÍ	23.357	-	
GUARAÍ	2.492	-	
MARIANÓPOLIS E ARAGUACEMA	3.184	-	
PALMAS	1.614	-	
PALMAS	S/I	MST	
PALMEIRANTE	1.384	ASSOCIAÇÃO	
PEIXE	4.850		
PORTO NACIONAL	301,6	MST	
PORTO NACIONAL	5.360	-	
PORTO NACIONAL	1.499	-	
PORTO NACIONAL	1.924	-	
RIO SONO	S/I	-	
RIO SONO E LIZARDA	713,2	-	
SANTA FÉ DO ARAGUAIA	577,1	STR	
SÃO BENTO	3.981	AC/ASSOCIAÇÃO	
SÃO SEBASTIÃO	2.822	MST	
Total: 21	Total: 249.708	-	

Fonte: INCRA – Ouvidoria Regional – Tocantins, 2016. Organização: Feliciano e Rocha

Observa-se que as áreas tituladas pelo ITERTINS correspondem a cerca de 78% das terras pertencentes à União. Políticos do Tocantins ligados ao agronegócio submeteram o projeto de lei Nº 436, de 2017 no Senado Federal para tornar legítimas as titulações realizadas pelo estado e validar a grila institucional e privada da terra.

Como justificativa para o retorno das terras da União para o ente estatal o projeto de lei declara,

Depois da criação do Estado do Tocantins, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, por acreditar que era legítimo detentor do domínio da faixa de terras acima mencionada (100 quilômetros de largura de cada lado do eixo das rodovias federais que cortam seu território), o Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS expediu inúmeros títulos de propriedade dentro do perímetro da referida faixa de terras, a favor dos respectivos ocupantes, os quais foram registrados perante as serventias registras competentes. (SENADO (FEDERAL, 2017, p. 4).

Ora, retornar as terras tituladas pelo ITERTINS para o domínio da União por força de decisão judicial certamente acarretará desordem fundiária e representará grave retrocesso ainda mais levando em conta a grande quantidade proprietários que será afetada, pois ao invés de pacificação no campo poderá trazer instabilidade e conflitos, mais insegurança jurídica e, sobretudo, afetando a estabilização das relações jurídicas consolidadas ao longo dos anos, além de provocar uma enxurrada de ações contra o ente estatal. (SENADO (FEDERAL, 2017, p. 6).

Inegavelmente que esta proposição visa resguardar fatos consumados de situações constituídas e consolidadas ao longo dos anos em favor de terceiros de boa-fé que receberam do poder público títulos de propriedade de áreas que ocupam de forma mansa e pacífica, os quais que se encontram em situação de insegurança jurídica, pois correm o risco de terem cancelados seus registros imobiliários. (SENADO (FEDERAL, 2017, p. 6).

No referido projeto de lei não é apresentado nenhum estudo da situação fundiária e de ocupação das áreas da União no estado, para que se tenha o real cenário dos sujeitos que estão nelas.

Pelo histórico de conflitos envolvendo tais titulações, inúmeros casos de corrupção no setor político e institucional do estado e o avanço do agronegócio sobre o Cerrado, é imprescindível que o poder de destinar essas terras passe por uma rigorosa análise, tanto por instituições federais, estaduais, movimentos sociais, sindicatos etc., para que a simples devolução dessas terras, não configure um ato de disponibilizar terras para o capital, mas que a Reforma Agraria Popular também seja priorizada.

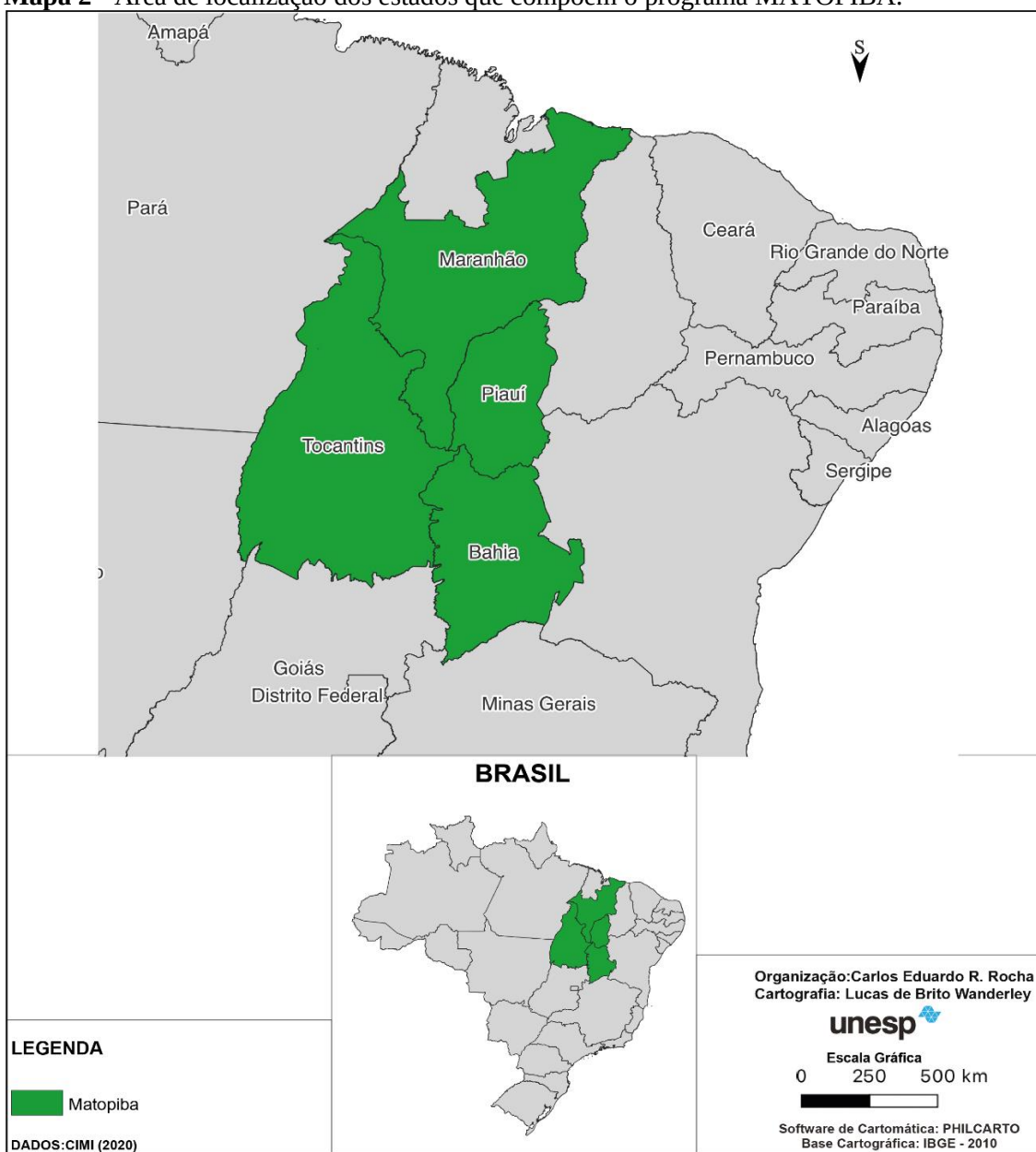
Além da complexa estrutura fundiária do estado do Tocantins, que produz insegurança jurídica, deixando posseiros e proprietários de terras sem uma garantia da posse, na segunda década do século XXI, o estado integrou a região chamada de MATOPIBA.

Compreendendo os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, é considerada como a última fronteira agrícola do país, recebendo investimentos públicos e privados para a territorialização e expansão do agronegócio. No próximo tópico, detalharemos a criação desta região e sua dissolução enquanto programa ativo do estado brasileiro.

3.2 - MATOPIBA

O território do MATOPIBA passou a ser delimitado formalmente em 2013 pela EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, tendo seu território oficializado pela então presidente Dilma Rousseff, com o decreto Nº 8.447, de 06 de maio de 2015. O território do estado do Tocantins está totalmente inserido no território do MATOPIBA (mapa 2), abrangendo 08 microrregiões, 139 municípios e uma área total de 27.772.052 (ha), correspondendo a 38% do total da região agrícola, o maior porcentual de terras entre os estados que formam o MATOPIBA. (EMBRAPA, 2014).

Mapa 2 - Área de localização dos estados que compõem o programa MATOPIBA.



As Microrregiões geográficas do IBGE que compõem o MATOPIBA no estado do Tocantins são as do Bico do Papagaio, Araguaína, Miracema do Tocantins, Rio Formoso, Gurupi, Porto Nacional, Jalapão e Dianópolis, tendo o segundo maior PIB dentro do território, conflitando com territórios indígenas, quilombolas e camponeses.

Com a expansão e desenvolvimento do capitalismo no campo o agronegócio vem tendo cada vez mais notoriedade no meio econômico no Brasil e no mundo. A cada ano números são divulgados sobre a produção/produtividade das *commodities* que compõem este setor, sendo apontado hoje, como um dos espaços de produção que, diferente de alguns setores da economia brasileira, apresenta índices de crescimento constante.

Para se ter uma ideia em 2015, a participação do agronegócio no PIB – Produto Interno Bruto brasileiro para o ano de 2015 foi de cerca de 25%, houve uma queda de produção em 2016 e o ano de 2017 apresentou aumento significativo de produção. (IBGE, 2018).

Esse crescente investimento de capital na agricultura vem acompanhado, também, pela busca de novas áreas para expansão da produção de grãos no território brasileiro, por empresas estrangeiras e brasileiras, acelerando a tecnificação no campo e ocupando os espaços que lhe garante, com mais segurança, sua reprodução. Segundo Fernandes (2009, p. 2)

O que vem ocorrendo é a compra ou arrendamento de gigantescas áreas de terras por pessoas e países em vários lugares. Esse processo de *estrangeirização de terras* apresenta características distintas em relação a forma de apropriação dessas terras. O autor indica três conjuntos de países que estão vinculados a essa prática, como sendo: “1) países arrendatários e/ou compradores de terras; 2) países arrendatários e/ou compradores de terras que são ao mesmo tempo países arrendadores e vendedores de terra; 3) países arrendadores de terras”. O Brasil através de suas empresas aparece como arrendatários ou compradores de terras em diversos países. Mas o Brasil também tem dado terras em arrendamento ou têm vendido muitas terras para empresas estrangeiras.

Porém, há controvérsias sobre a real intensidade e quantidade de terras que vem sendo adquiridas por estrangeiros no Brasil. Retomando a leitura do Prof. Ariovaldo Umbelino sobre o tema, o mesmo pondera que,

“na realidade, o que está por trás da farsa do “novo escândalo” sobre à aquisição de terras por estrangeiros, é a grilagem das terras públicas, e a ação da banda podre dos funcionários do INCRA, para legalizá-la, via contra-reforma agrária” (OLIVEIRA, 2010, p 53).

Segundo Oliveira (2010), a quantidade de terras adquiridas por estrangeiros está dentro dos limites permitidos pela lei brasileira, não sendo uma ameaça a soberania do país. No estado do Tocantins esse fenômeno se encontra ainda incipiente, sendo que, as multinacionais agem principalmente na compra e comercialização de *commodities*.

Porém, no momento atual o estado, por estar em uma região de avanço de fronteira agrícola, passa pelo processo de consolidação do monopólio do capital no campo, através do agronegócio e é suscetível a variadas formas de aquisições de terra. A ideia de modernização do campo, serve principalmente para justificar formas de subordinação dos territórios ao capital.

O discurso de modernidade tem sido muito utilizado por diferentes agentes públicos e privados, para empreender e justificar ações nos territórios, sejam elas de cunho econômico, político ou de intervenção social. Ao capital é necessário sua metabolização e fluxo constante o qual se apropria desse discurso para sustentar seu ciclo e se manter num padrão ótimo onde não há descontinuidade, pois quando isso ocorre há uma recessão ou crise (HARVEY, 2011).

A novidade ou invenção tem importante papel na manutenção desse ciclo, pois é ela quem dita a velocidade das ações modernizantes, ações essas que recebidas pelos tomadores de decisões serão colocadas em prática no território de acordo com seu viés ideológico.

A criação de uma região como o MATOPIBA, onde o agronegócio é a prioridade, vem acompanhado desse discurso modernizante e de desenvolvimento, algo que camufla as mazelas produzidas por ele, como os inúmeros conflitos que atingem milhares de trabalhadores rurais e territórios indígenas e quilombolas.

Como para o capital é necessária a ampliação de terras agricultáveis, visto o que vem ocorrendo com as áreas de produção de soja na região do MATOPIBA, está sendo intensificado via produtores e empresas especializadas à migração destes para essas áreas.

O avanço em direção Amazônia Legal que apresenta menor valor do preço da terra em relação às áreas do sul, os incentivos públicos, as atuais ações do Estado no sentido de transformar áreas de preservação em ativos privados, formam condições favoráveis para o avanço da fronteira agrícola nesses espaços, ampliando a complexidade territorial.

Todavia, juridicamente o MATOPIBA deixou de existir em 2016, porém, continuando no imaginário político de avanço do agronegócio, e aí que as relações de poder estão em andamento. Novas tentativas do poder público em formalizar um território para o agronegócio continuam, pois está em tramitação na atualidade, o Projeto de lei complementar nº 279, de 2016, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA.

O PL 279/2016 está bem adiantado. Desde 2016, quando passou pelo plenário da Câmara dos Deputados, já foi aprovado em 14 comissões, onde a última movimentação no processo foi em 25/09/2019, na comissão de finanças e tributação, que tem como relator o deputado Osires Damaso do PSC do Tocantins, restando apenas ser aprovado em mais duas comissões para ir para o Plenário, onde consta o PL como regime de tramitação de prioridade.

Entre as suas finalidades está promover e executar programas, projetos e ações em colaboração com o setor privado, ou seja, mais abertura para o capital financeiro se expandir nessa área, onde há 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária, segundo o Grupo de Inteligência Estratégica (GITE) da Embrapa.

Articulações em âmbito regional têm sido intensificadas dando continuação a ações envolta da ideia MATOPIBA, como a nomeação em maio de 2019, de Cesar Halum, Secretário de Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Tocantins (SEAGRO), para o cargo de vice-presidente no CONSEAGRI - Conselho Nacional de Secretários de Agricultura, o qual, já propôs aos quatro secretários de agricultura que compõe o MATOPIBA e foi aceito, a criação de um Termo de Cooperação Técnica entre os quatro estados.

Dessa forma, o MATOPIBA não é objeto central quando pensamos os conflitos agrários no Tocantins, pois o crescimento destes já se apresentam historicamente e de forma mais sistematizados pela CPT, desde a década de 1990. Entretanto, dirigimos alguma atenção ao MATOPIBA no trabalho por entender que o mesmo cria relações de poder em diversas escalas, que estão latentes no agrário tocantinense nesse momento e que precisam ser estudados/analísados.

Neste sentido, no Brasil pós golpe²⁷, o que se tem visto é uma verdadeira caça aos direitos e precarização da classe trabalhadora por parte do Estado. (CNBB, 2021). No campo o cenário que se apresenta (agora com mais intensidade) é o de espoliação via violência, criminalização de movimentos sociais, precarização do trabalho, desmontes de aparelhos públicos de proteção social e etc. Há de se repensar numa forma enérgica de confronto político a esse modelo de gestão do Estado que está instalado, sob o risco de mergulharmos num profundo e longo período de violações e penúria da classe trabalhadora.

3.3 – Territorialização Capitalista do Monopólio Agrícola e Espacialização dos Conflitos no Tocantins

Até a década de 1970, o estado de Goiás, hoje Tocantins apresentava em sua estrutura agrária e agrícola a dependência de recursos públicos para a indução de sua produção, através de instituições como a EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e bancos públicos. A produção era voltada para gêneros alimentícios domésticos, abastecendo o mercado local. As propriedades rurais, que muitas vezes serviam mais para lazer do que para produção, não possuíam capacidade técnica e de maquinário para produção em larga escala. (ROCHA e FOSCHIERA, 2018).

Via ações diretas do poder público, inclusive expropriando camponeses de suas terras, na década de 1980 e 1990, a produção em larga escala de gêneros como arroz e soja foram sendo introduzidos em municípios como Formoso do Araguaia, a partir cooperativas como Cooperformoso, Cooperjava e Coopergran e em Porto Nacional com a ACAR – GO - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás. Essa vinculação das demandas globais, principalmente para a produção de *commodities* territorializadas no local, estão presentes em países da América Latina e África, que passaram por um longo período de colonização e hoje se colocam como produtores de matéria prima. (ALVES, 2010).

No Tocantins a monopolização do território via produção de *commodities* se tornou uma política de Estado. Incentivos fiscais e investimentos em estruturas viárias

²⁷ Naquele dia, 31 de agosto de 2016, o Senado Federal Brasileiro aprovava o impeachment de Dilma Rousseff, Presidente do Brasil, a partir de argumentos jurídicos constrangedoramente precários, arranjos conspiratórios, traições de ultima hora e acusações genéricas, tudo transmitido em tempo real, como um melancólico reality show. (CARDOSO, 2021, p. 13).

em *hotpoints*²⁸ da produção de soja e cana-de-açúcar, como isenção de impostos, construção de estradas, pontes, Ferrovia Norte-Sul e etc., para dar fluidez na produção e escoamento, indicam o direcionamento dos esforços do estado em desenvolver manter o território do agronegócio como prioritário.

Desta forma o território, no caso do Tocantins um espaço regional, subordina-se a lógica de um dado global Santos (2000), no caso a produção de *commodities*, algo externo a sua formação fundiária e função da terra, que há menos de 30 anos se pautava pela produção de alimentos por produtores locais.

Para Frederico e Almeida (2019. p, 129) “os projetos hegemônicos tornam-se existência nos lugares, sobretudo, pela associação entre o capital financeiro internacional, a elite nacional e as classes dominantes regionais e locais”. Quanto aos atores hegemônicos que exercem domínio territorial no mundo (SANTOS, 2019), identifica a ONU - Organização das Nações Unidas, UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, OMC - Organização Mundial do Comercio, Banco Mundial, as transnacionais e os blocos econômicos.

Em escala nacional esses atores constituem-se nas esferas de atuação do Executivo Federal, empresas estatais e empresas privadas e na escala regional por cooperativas, redes de supermercados, assembleia legislativa, casas comerciais de produtos agropecuários e etc.

Na escala local esses atores aparecem nas micro e pequenas empresas, produtores rurais, políticos da cidade etc., (CALAÇA, 2010). Neste sentido, no estado do Tocantins, uma elite política e agrária abriu as vias para o capital financeiro se instalar, sem levar em conta uma estrutura fundiária que comporta milhares de camponeses, que tiraram da terra seu sustento. Casos como as expropriações de camponeses posseiros em Formoso do Araguaia e Campos Lindos para destinação de áreas para o agronegócio, são exemplos dessa escala de subordinação. Como veremos no quarto capítulo.

A noção de *land grabbing*, no sentido de apropriação de terras pelo capital financeiro Borras Jr (et al., 2012); Sauer; Borras Jr. (2016), e não apenas de estrangeirização ou grilagem, nos ajuda a caracterizar o boom da chegada de *tradings*

²⁸ *hotpoints* da produção de soja é uma referência aos municípios que vem se especializando nesta produção e que vem recebendo investimento para dinamizar esses pontos de produção, como os municípios de Campos Lindos, Pedro Afonso e Porto Nacional.

multinacionais e brasileiras que estão se territorializando e estruturam a demanda pela produção desta *commodity* na área central e norte do estado do Tocantins.

Vale ressaltar que tais empresas operam apenas com o financiamento, suporte técnico, compra da produção e logística não fazendo parte do seu rol da atuação a produção de soja na região, porém no setor sucroalcooleiro a empresa Bunge possui uma usina de cana-de-açúcar no município de Pedro Afonso.

Assim, as empresas que serão apresentadas formalizam o projeto hegemônico do capital, a monopolização da produção agrícola e subordinação do território no estado do Tocantins. São elas: Bunge Alimentos S/A, Multigrain S/A, Granol Industria , Comércio e Exportação S/A, Agrex do Brasil S/A, Fiagril Ltda, Cargill Agrícola S/A, CGG Trading S/A, Amaggi & LD *Commodities* S/A , ADM - Archer Daniels Midland Ltda, Algar Agro S/A , Nidera Sementes Ltda, Sodrugestvo trading S/A , Dupont Pionner S/A, Monsoy Ltda, GDM Genética do Brasil Ltda, Bayer S/A.

A primeira *trading* voltada para o setor sojicultor que se instalou no estado foi a **Bunge Alimentos S/A**, em 1993. No Brasil ela está instalada desde 1905. A presença desta empresa na região gerou o aumento da demanda por terras e o início de um ciclo de especialização da produção desta *commoditie*. Esta empresa, de atuação global, também está presente na região nordeste, central e sul do estado nos municípios de Guaraí, Pedro Afonso, Campos Lindos, Porto Nacional e Gurupi. Sua área de atuação no estado abrange financiamento, comercialização, armazenamento e logística de grãos, além de uma usina de cana de açúcar em Pedro Afonso, instalada em 2011, a partir da joint venture formada pela Bunge e a empresa japonesa **Itochu**.

A empresa **Multigrain S/A**, fundada em 1988 em São Paulo é controlada pela japonesa **Mitsui**. Está presente nos estados MT, DF, GO, MG, BA, TO e MA, atuando no financiamento, comercialização e logística da soja.

A **Granol Indústria, Comércio e Exportação S/A**, empresa de capital 100% brasileiro, foi fundada em 1965 em São Paulo. Está presente nos estados de MT, MS, GO, RS, MG e TO. Atua na comercialização, armazenagem, processamento e logística da soja no estado.

A **Agrex do Brasil S/A**, fundada em 1995 como Ceagro, integrou-se ao grupo argentino **Los Grobo** em 2008 e em 2012 a **Mitsubishi Corporation** tornou-se acionista, passando a se chamar Agrex do Brasil. Está presente nos estados PI, GO, MT, BA e TO,

atuando nas áreas de Financiamento, comercialização, logística, sendo a única com transbordo no pátio multimodal da Ferrovia Norte-Sul, região central do estado.

A **CHS Comércio, Serviços e Soluções Agrícolas Ltda**, fundada em 1929 nos Estados Unidos, está instalada no Brasil desde 2003. Têm como sócia a **Multigrain/Mitsui** e a companhia brasileira **PMG Trading**. Empresa de atuação global, realiza financiamento, comercialização, logística da soja.

A empresa brasileira **Fiagril Ltda**, fundada em 1989 em Mato Grosso, atua no estado na comercialização de agrotóxicos, financiamento, comercialização, armazenamento, logística da soja.

A **Cargill Agrícola S/A**, fundada 1865 em Conover, Iowa, EUA, está instalada no Brasil desde 1965. junto com a Bunge, monopoliza o financiamento, comercialização e armazenagem de soja em municípios como Campos Lindos, Pedro Afonso e área central do estado, principais áreas produtoras dessa *commoditie*.

A **CGG Trading S/A** foi fundada em 2010. Empresa brasileira com capital japonês, iniciou em 2013 a construção do Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM) no porto de Itaqui. Está presente nos estados MT, PI, GO, MG e TO, atuando no Financiamento, comercialização e logística da soja.

A empresa **Amaggi & LD Commodities S/A** foi fundada em 2009. Empresa brasileira com capital Francês, está presente nos estados do MA, TO e PI, atuando na comercialização e logística.

A empresa **ADM - Archer Daniels Midland Ltda**, fundada em 1902, Minneapolis, Minnesota, EUA, possui atuação global. No estado realiza financiamento, comercialização e logística da soja na região central.

A **Algar Agro S/A**, foi fundada em 1978 em Uberlândia – MG. Pertence ao Grupo Algar. A empresa está presente nos estados de MG, GO, S, RJ, PR, MA, DF e TO, atuando no Financiamento, armazenagem, comercialização e logística na região centro sul do estado.

A **Nidera Sementes Ltda**, foi fundada em 1920 nos Países Baixos. Com atuação mundial, está presente em mais de 20 países. Instalada no Brasil desde 1950, está possui escritórios nos estados do MA, BA, MT, MS, GO, MG, SP, PR, SC, RS e TO, atuando no financiamento, comercialização e logística da soja.

A **Sodrugestvo trading S/A**, foi fundada em 1994 em Luxemburgo. Com atuação global, está instalada no Brasil desde 2010, atuando no financiamento, comercialização e logística da soja na região sul do estado.

Outro ramo de atividade que vem dando suporte na produção de soja em Porto Nacional é a de pesquisa e desenvolvimento de sementes certificadas, por meio de melhoramento genético. Essas empresas multinacionais têm por finalidade fazer com que certa cultivar tenha maior adaptação às condições locais de solo, clima, etc., aumentando sua produtividade e produção, além da produção de agrotóxicos.

Na região central do estado estão instalados quatro laboratórios de multinacionais que desenvolvem sementes transgênicas e produção de agrotóxicos, sendo a primeira a ser instalada em 2008 a **Dupont Pioneer S/A**. Fundada 1802, Eleutherian Mills, Delaware, EUA, possui atuação global. Atua nas áreas de pesquisa em ciência e tecnologia, agrotóxicos, fibras, produtos químicos, polímeros, produtos agrícolas, possuindo mais de 200 representantes no Brasil.

A **Monsoy Ltda** foi fundada em Saint Louis, Missouri, EUA, em 1901. Com presença global, está instalada em mais de 66 países, no Brasil possui 39 unidades em 12 Estados. Atua no desenvolvimento de sementes, produtos químicos, biotecnologia, agrotóxicos, fibras sintéticas. Segundo o Site Agência Brasil: Empresa Brasil de Comunicação, em matéria publicada em 2005, referendando os dados publicados pela ONG – Organização Não Governamental Action Aid, relata que a Monsanto está contribuindo para o crescimento da fome e da miséria no mundo, ao controlar grande parte do comércio internacional de alimentos e produtos agrícolas. Essa conclusão está descrita em relatório divulgado, durante o Fórum Social Mundial de 2005. (AGÊNCIA BRASIL, 2005).

A **GDM Genética do Brasil Ltda** foi fundada na Argentina em 1983. Está presente em países do Mercosul, África e Estados Unidos, atua no desenvolvimento de sementes, biotecnologia e agrotóxicos.

A **Bayer S/A** foi fundada em 1863, em Wuppertal, Alemanha. Segundo a obra "IG Farben - From Anilin to Forced Labor" "as fábricas da corporação utilizavam trabalhadores forçados como cobaias em seus experimentos com novos medicamentos e vacinas". (LIMA, 2014, p.27). Com presença global, atua nas áreas de Saúde (Bayer HealthCare), Agronegócios (Bayer CropScience) e Materiais Inovadores (Bayer

MaterialScience). Ainda segundo Lima (2014), A Bayer, Basf, IG Farben e a Hoechst AG, que formavam um conglomerado em 1930, doaram para a campanha de Adolf Hitler, 400 mil marcos para ajudar em sua nomeação como chanceler, além de produzirem o gás Ziklon – B, utilizado nas câmaras de extermínio na Segunda Guerra Mundial.

Com a territorialização de *tradings* do agronegócio e empresas de manipulação genética e produção de agrotóxicos monopolizando a produção agrícola do estado, o preço da terra na área central do estado elevou-se consideravelmente. De 2007 a 2015 o preço da terra saltou de R\$ 2.000 para cerca R\$ 40.000, aumento de quase 2000% nesse período. Outro fator no aumento do preço da terra foi a desmatamento do Cerrado para tornar o solo produtivo para a soja, ou seja, deixando-a em condições para servir a produção do agronegócio.

Segundo Bernardes e Maldonado (2017, p.58), os motivos para os baixos valores das terras em áreas de fronteira agrícola estão associados ao,

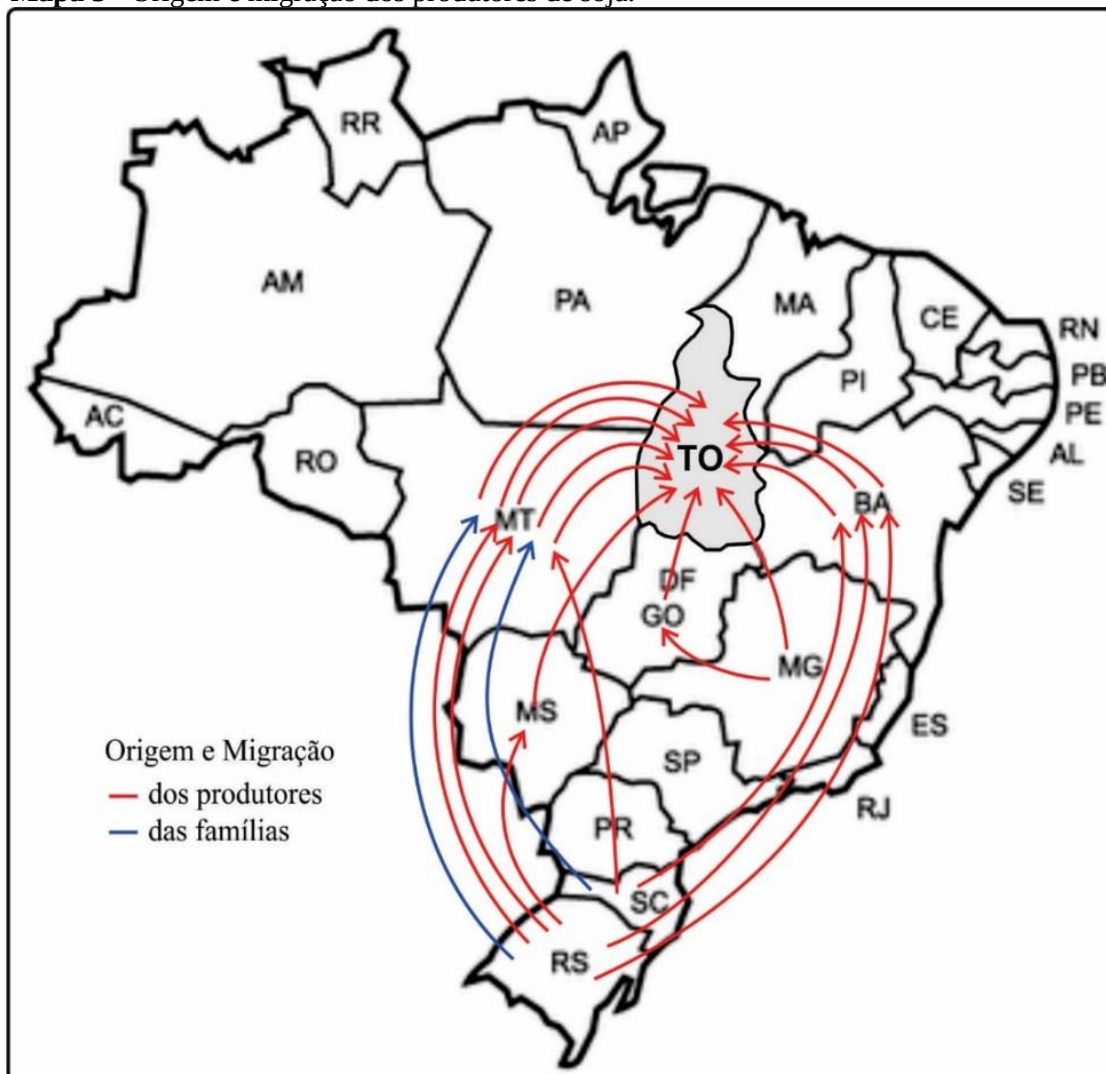
fato de ainda não terem sido preparadas para as atividades agrícolas modernas, por sua localização, seja em relação à logística dos portos de escoamento, aos grandes centros de produção agrícola ou de consumo produtivo; por estarem localizadas em áreas de precária infraestrutura, as quais geralmente se encontram sob responsabilidade do Estado ou dependentes de sua concessão; por situarem em regiões de instabilidade política; por apresentarem problemas de titulação.

Além chegada das empresas de originação de soja no estado do Tocantins, e a infraestrutura viária, promovida pelo Estado, produtores de outras regiões do país, principalmente do Sul, migraram em busca de novas áreas, sendo esses elementos, os principais causadores da elevação do preço das terras nessa região.

Para Alves (2005, p.26) “É do sul do Brasil que, ainda no século XIX, se forma a principal corrente migratória de agricultores que se expande, num movimento contínuo, em direção às terras ao norte, ultrapassando, inclusive, as fronteiras do território brasileiro”.

Em trabalho de pesquisa realizado por Rocha e Foschiera (2018), com 12 produtores rurais da região central do estado, pode-se comprovar a citação de Alves (2005), sobre esta migração de sulistas para produzir soja no Tocantins. A partir de entrevistas realizadas no estudo citado, pode-se elaborar um croqui (mapa 3) dessa trajetória demonstrando a origem das famílias e dos produtores.

Mapa 3 - Origem e migração dos produtores de soja.



Fonte: Rocha e Foschiera, 2018.

As linhas azuis sinalizam as famílias do Sul que migraram para outros estados como o Mato Grosso e seus filhos migraram para o Tocantins como produtores. As linhas vermelhas sinalizam a trajetória do produtor, por exemplo, saindo do estado do Rio Grande do Sul, migrando para o estado da Bahia e novamente, migrando para o estado do Tocantins.

Essa estruturação territorial para produção de soja por empresas de originação, insumos, maquinário, transporte, assistência técnica, genética, produtores especializados e instituições de ensino tem impactado o meio rural e a área urbana tocantinense. Todo esse processo de estruturação vem se consolidando no sentido de uma maior reprodução do capital, visto que, a especialização de município em um só produto (*commodity*) leva a pensar em sua real intencionalidade.

Para Milton Santos (2006, p. 248) “Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer. Seria outra forma de considerar a valorização do espaço”. Essa valorização do espaço elevou a procura por terras, fazendo com que os proprietários locais as vendessem ou arrendassem, não fazendo parte diretamente, nesse momento, do processo de territorialização das lavouras de soja, pois não conseguem ou não se interessaram em se inserir no mundo do agronegócio, uma vez que este processo está se consolidando.

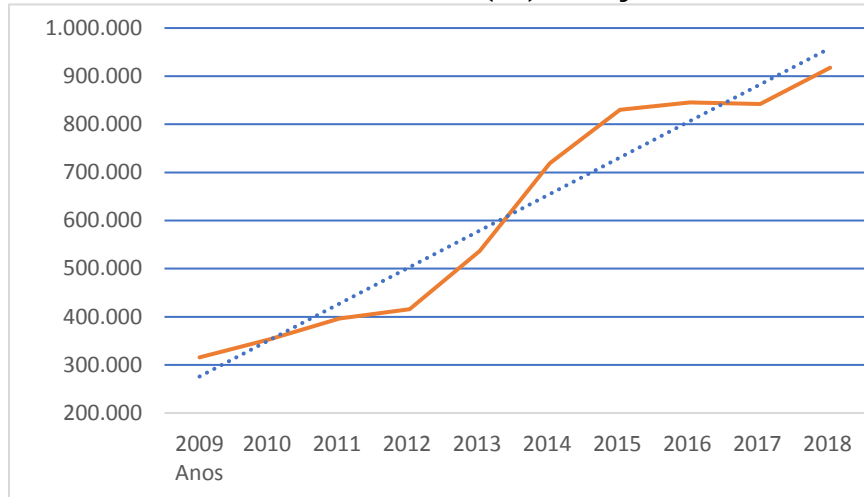
As áreas dos Cerrados têm sido devastadas desde os projetos agrícolas implantados no regime militar, no Tocantins com maior intensidade no século XXI. O bioma tem a segunda maior extensão no Brasil e possui importantes riquezas hídricas como os aquíferos Urucuaia, Guarani e Bambuí. Este território agrega culturas e modos de vida distintos do que o capital tem empreendido. O tempo mercadológico da produção de *commodities* esbarra no tempo de vida da população camponesa, quilombola, ribeirinha, com sua produção agroecológica de alimentos, seu modo de pensar e sentir, o legado que essas populações deixam para suas gerações e etc, dizem porque elas são e o que são Geertz (1988) e se distanciam de um modo de produção capitalista.

Segundo dados da Mapbiomas (2018), no bioma Cerrado a agropecuária já toma 40,2% de seu território, com uma área desmatada de cerca de 269,5 mil km² desde o início do século XXI. As áreas do Cerrado são vistas por políticos e empresários como reserva de capital, espaço atrasado e por isso precisa ser modernizado (espoliado, degradado) para geração de riquezas e priorização na produção de *commodities*, porém não para a distribuição dela, como ocorre no município de Campos Lindos, um dos maiores produtores de soja do estado e que em 2010 figurava em penúltimo lugar com pior IDH – Índice de Desenvolvimento Humano entre os municípios do estado.

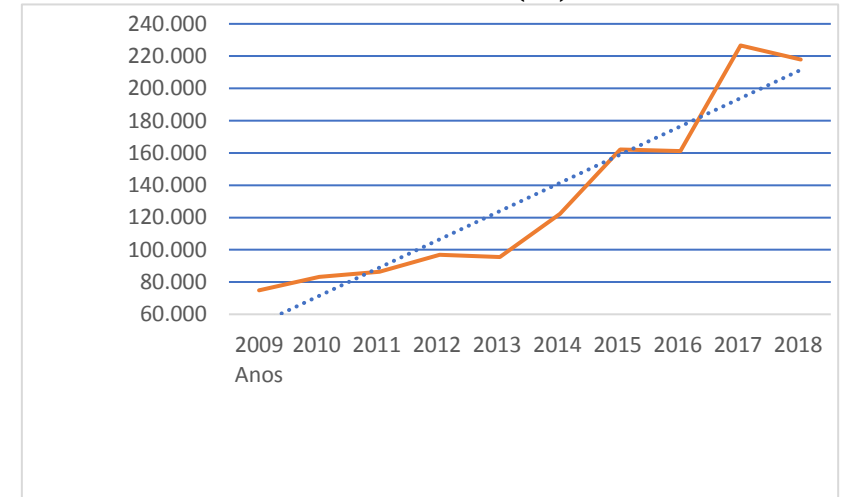
Como consequência dessa monopolização do território e da produção pelo capital Oliveira (2010); Sauer; Borrás Jr. (2016), as terras para produção de *commodities* como soja, milho e a produção de cana-de-açúcar e boi no estado do Tocantins tem se ampliado nos últimos 10 anos (gráfico 03). Suas áreas de Cerrado têm sido devastadas, principalmente para a produção de soja, empurrando camponeses posseiros para os fundos de vale, onde suas lavouras de alimentos e criação de animais se reduzem ao pouco espaço das áreas de reserva ambiental.

Gráfico 3 - Tocantins – Área plantada de soja, milho, cana-de-açúcar e quantidade de rebanho bovinos entre 2009 e 2018.

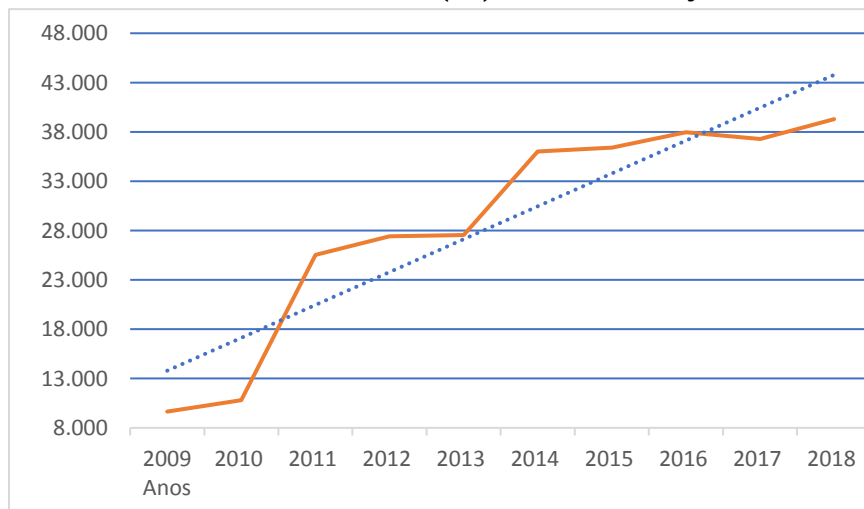
Área Plantada (ha) de Soja



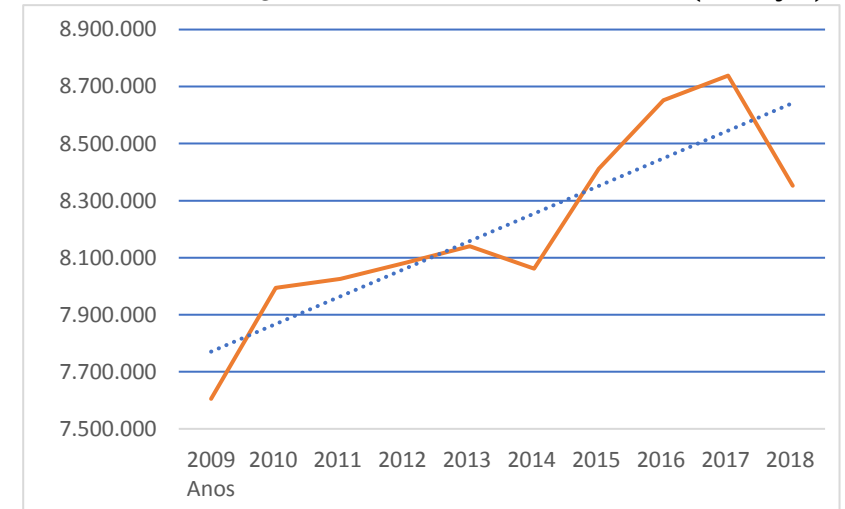
Área Plantada (ha) de Milho



Área Plantada (ha) de Cana-de-açúcar



Quantidade de Rebanho Bovino (Cabeças)



Fonte: IBGE@cidades, 12/08/2020. Organização: Feliciano e Rocha.

Em 10 anos, as áreas para a produção de soja, milho e cana-de-açúcar cresceram cerca de 300%, enquanto a quantidade produzida de boi aumentou cerca de um 1.000.000 de cabeças nesse período.

Esses dados revelam que a tendência (linha pontilhada) de abertura de áreas para produção dessas monoculturas e criação de gado no estado do Tocantins está em plena expansão, adentrando territórios de comunidades tradicionais, algumas há mais de 100 anos na terra e gerando conflitos. Frederico e Almeida (2019, p. 132), analisando o processo de apropriação de terras no MATOPIBA, apontam que

Os principais impulsos para este crescimento foram a chegada de grandes produtores provenientes de outras regiões do país, e também de empresas agrícolas controladas pelo capital financeiro. Tem-se assim a coexistência de divisões do trabalho muitas vezes contraditórias e geradoras de conflitos. Enquanto os grandes produtores e empresas agrícolas financeirizadas são os vetores da racionalidade dominante, e buscam a todo custo implantar seus projetos de acumulação, dezenas de comunidades camponesas resistem, na tentativa de garantir suas tradicionais formas de reprodução.

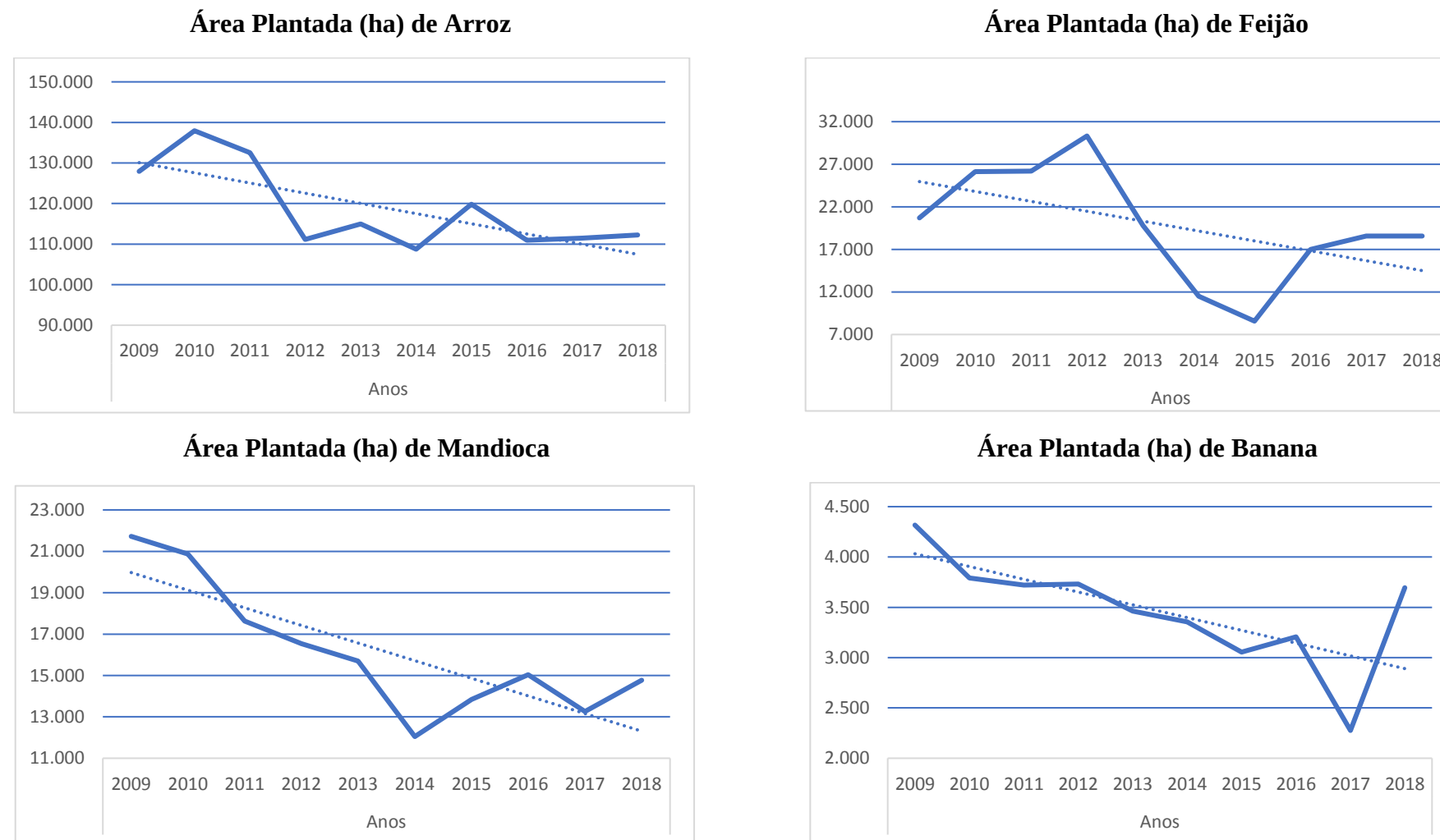
Este modelo de produção agrícola (voltado para a produção de *commodities*) que o estado do Tocantins vem adotando, mais intensamente no início do século XXI, está alinhado com o fenômeno de *land grabbing*.

Esse fenômeno reforça o processo de financeirização e monopólio da produção pelo qual o estado está passando. As principais áreas que tem sido apropriada pelo agronegócio, são as áreas planas em baixões e em elevações entre rios, que apresentam um platô, onde as máquinas tem maior facilidade para desmatar e fazer a colheita.

Isso tem feito com que os camponeses posseiros, expulsos de suas terras, seja pela grilagem, seja pela inércia planejada dos poderes públicos federal e estadual, em titular suas terras, ocupem cada vez mais as áreas de fundos de vales.

Em detrimento deste avanço nas áreas do Cerrado tocantinense para a produção dessas monoculturas, as áreas para o plantio de alimentos de consumo doméstico (gráfico 4) como arroz, feijão, mandioca e banana tem sofrido o efeito inverso.

Gráfico 4 - Tocantins – Área plantada de arroz, feijão, mandioca e banana entre 2009 e 2018.



Fonte: IBGE@idades, 12/08/2020. Organização: Feliciano e Rocha

Esses itens, que compõem a alimentação de milhões de brasileiros, são produzidos em sua grande maioria por camponeses em cooperativas e pequenas propriedades, sendo no Brasil o responsável pela produção de 88% da mandioca e 68% do feijão, e corresponde por cerca de 74% da mão de obra empregada no campo. (IBGE, 2009).

Observa-se no gráfico 3 que, no mesmo período de 10 anos, em que as commodities tem aumento suas áreas para produção, as áreas para o plantio de alimentos de consumo doméstico no estado do Tocantins sofreram diminuição gradativa. Este cenário está intrinsecamente ligado a compra, arrendamento, expropriação e grilagem de terras em territórios camponeses, para o agronegócio.

Ao mesmo tempo, as políticas de distribuição de terras públicas para a reforma agrária têm sofrido duros golpes desde 2008, onde segundo Oliveira (2010), com o “factoide” da estrangeirização de terras no Brasil, foi desviado o foco da classe política e dos movimentos sociais em torno da luta pela reforma agrária.

Neste contexto a produção territorial do conflito agrário no Tocantins, a partir do século XXI, se intensifica a através da territorialização da produção monocultora e a lógica do capital financeiro na aquisição de terras como ativo de especulação, uma vez que um de seus mecanismos para a apropriação da renda da terra é a transformação de terras brutas em áreas produtivas, sendo a ideia do território do MATOPIBA um ativo de especulação, pois mesmo sem existir, o agronegócio o constitui com delimitação e função, conflitando com território de comunidades tradicionais. Além disso, o discurso de última fronteira agrícola, continua levando a uma corrida por apropriação de terras nessa região.

Na análise dos dados relacionados nesse tópico pode-se compreender que a produção territorial do conflito agrário no Tocantins está mergulhada em diversos fatores, porém, três desses fatores chamam a atenção, por serem uma expressão totalizante das gradações dos conflitos, quais sejam: as políticas públicas de expropriação de terras para o agronegócio, a expansão de áreas para a produção de monocultura e a insegurança jurídica sobre a posse da terra.

Esses três fatores combinados conseguem balizar as relações de conflitos e confrontos políticos no estado do Tocantins em relação a luta pela terra. A violência, a inércia planejada do governo estadual e federal em resolver a questão fundiária, o uso da

máquina pública como meio de intimidação, as desapropriações questionáveis e etc. são nuances que permeiam esses três fatores.

3.4 - Espacialização dos Conflitos por terra e Expansão da Produção de *Commodities* no Estado do Tocantins

Para pesquisar a territorialização do agronegócio e conflitos por terra e território no Tocantins analisamos dados de expansão da produção de 4 *commodities*, quais são: soja, milho, cana-de-açúcar e o gado em relação a focos de conflitos por terra e famílias envolvidas entre os intervalos de 2003 e 2019, utilizando dados do IBGE, CPT e CIMI.

Neste sentido, para este capítulo, produzimos 4 mapas, a partir de dados coletados no CEDOC - CPT Goiânia e IBGE que articulam áreas de conflitos por terra e expansão de áreas para produção de soja, milho, cana de açúcar e gado referentes ao período de 2003 a 2019. A espacialização dos conflitos são os mesmos para cada mapa, mudando em cada um deles a localização do avanço da produção das *commodities*.

3.4.1 – Espacialização dos conflitos por terra a partir da *commoditie* gado “arrouba do boi gordo”

A disposição das áreas de conflitos por terra com o quantitativo de famílias envolvidas e os municípios produtores de gado estão relacionados no próximo mapa de forma a proporcionar a análise da caracterização da produção territorial do conflito a partir dessa *commoditie*. Começaremos nossa análise pela *commoditie* gado²⁹, por representar uma das atividades agrícolas com maior consolidação no campo tocantinense. Porém, algumas ponderações são necessárias, antes de adentrarmos na análise dos mapas.

As informações relativas aos mapas que mesclam dados de conflitos e expansão de áreas para produção de gado no Tocantins foi elaborada a partir da quantificação e localização de famílias envolvidas em conflitos levantados pela CPT e a quantificação e localização dos municípios produtores em quantidade de cabeças de gado informados pelo IBGE no período que compreende de 2003 a 2019.

²⁹ Na produção bovina, sua carne é a matéria prima e a arrouba do boi é a *commoditie*. Dessa forma, utilizaremos a criação de gado como referência a *commoditie*.

O levantamento da Comissão Pastoral da Terra – CPT³⁰, categoriza os conflitos no campo a partir de um conjunto de ações de violência contra camponeses e povos tradicionais. Nesse conjunto de violações que a CPT utiliza estão a expulsão de famílias, tentativa/ameaça de expulsão, famílias despejadas, ameaçadas de despejo, casas destruídas, roças destruídas, pertences destruídos, pistolagem e invasão.

A espacialização dos conflitos nos 4 mapas, que compreendem as *commodities* gado, milho, cana-de-açúcar e soja está relacionada a violência contra os sujeitos categorizados pela CPT como assentados, sem-terra, posseiros, atingidos por barragem, ribeirinhos e trabalhador rural. A categoria dos que praticam a violências são distribuídos por governo federal, governo estadual, governo municipal, fazendeiro, grileiro, judiciário, pistoleiro, empresário, polícia militar, hidrelétrica e capataz, gerente ou administrador da fazenda.

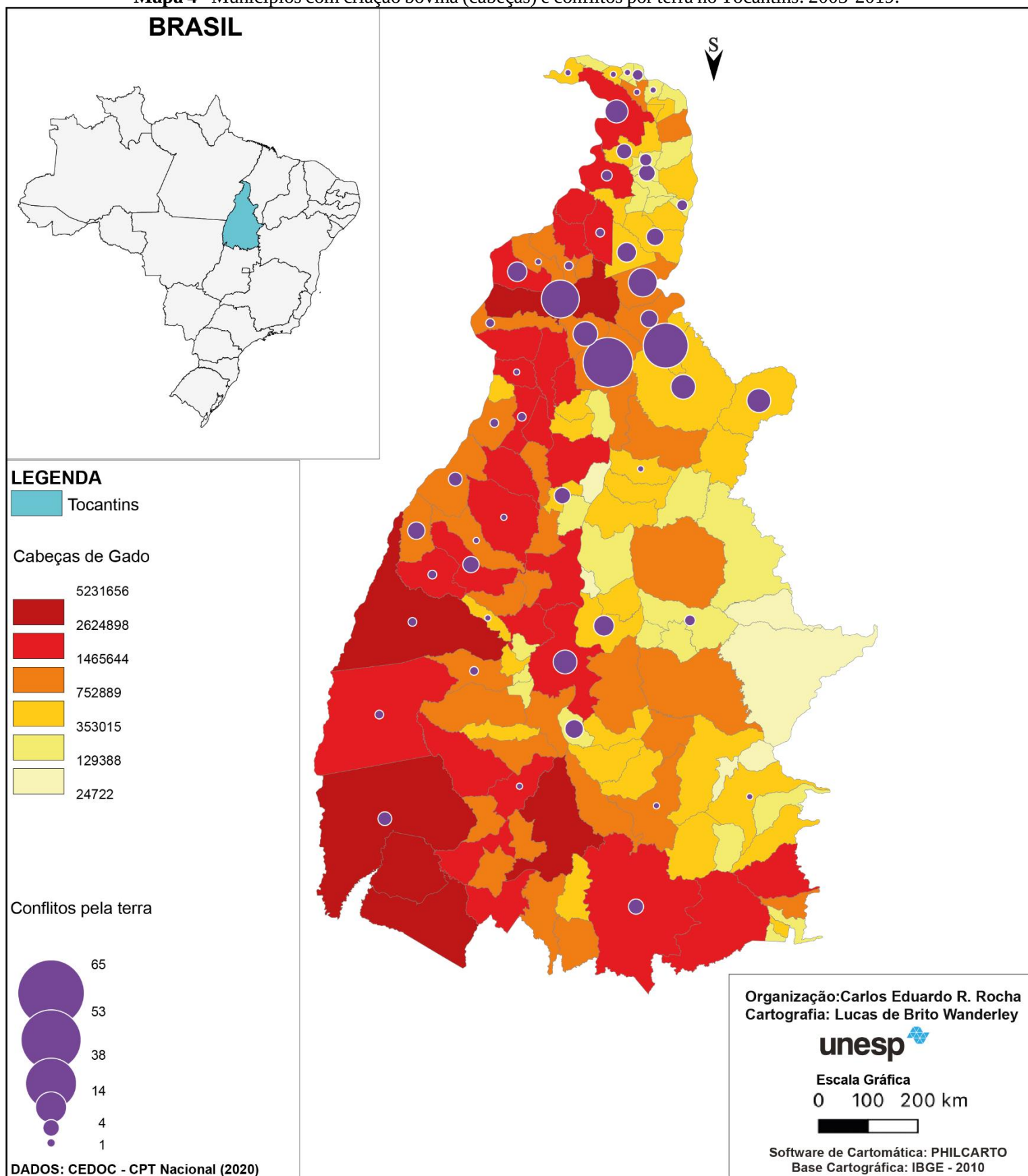
Entendemos que, embora haja uma variedade de sujeitos que sofrem as ações de violência, englobamos aqui as famílias e as localidades onde os conflitos são dados pela posse ou manutenção da terra. A luta pela terra é a centralidade que utilizamos para unificar esses sujeitos que se apresentam nas mais diversificadas formas.

Quanto aos que praticam as ações de violência e que se apresentam em múltiplas escalas de poder, compreendemos estes como sujeitos que atuam para a manutenção e expansão de um modo de produção capitalista no campo pautado na monocultura, que é assimétrico ao modo de vida camponês.

Outro fator que observamos e que são fontes geradoras de conflitos, mas que não estão relacionadas nos mapas, são as rodovias federais que cortam o estado do Tocantins. As terras as suas margens, conforme Bugano (2020), pertencem à União, dessa forma, passíveis de reforma agrária e também de grilagem. Dessa forma, ao quantificarmos e localizarmos em todos os mapas, famílias envolvidas em conflitos e *commodities* produzidas, estamos falando de uma multiplicidade de sujeitos que estão sintetizados nessas variáveis. O (Mapa 4), a seguir traz os dados de conflitos a partir da *commoditie* gado.

³⁰ A CPT registra conflitos, entendidos como ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Esses conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. Nesse sentido, os registros são catalogados por situações de disputas em conflitos por terra, pela água, conflitos trabalhistas, em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo e conflitos sindicais. (CPT, 2021, p. 12).

Mapa 4 - Municípios com criação bovina (cabeças) e conflitos por terra no Tocantins: 2003-2019.



A criação de gado foi uma das alternativas econômicas, mais viáveis para o Brasil com a queda na produção aurífera no século XVIII. Para Silva, Boaventura e Fioravante (2012, p. 39),

A decadência da mineração se consolidou e representou uma transição do regime econômico vigente, com estabelecimento de fazendas de pecuária extensiva. Tal colapso retraiu os centros urbanos e deixou os vilarejos inabitados. Foi, assim, que, no início do século XX, o gado já se tornara a principal fonte de renda na região de Goiás

No Tocantins, ainda estado de Goiás, a agricultura não mecanizada e a criação de gado de forma extensiva eram os principais meios utilizados no setor agropecuário até as últimas décadas do século XX. Conforme Silva, Boaventura e Fioravante (2012, p. 40), “em 1980 a região Centro-Oeste já possuía o maior rebanho do país e atualmente abriga em torno de 35% do rebanho nacional, mais de quatro cabeças por habitante, e uma das principais indústrias de laticínios do país”.

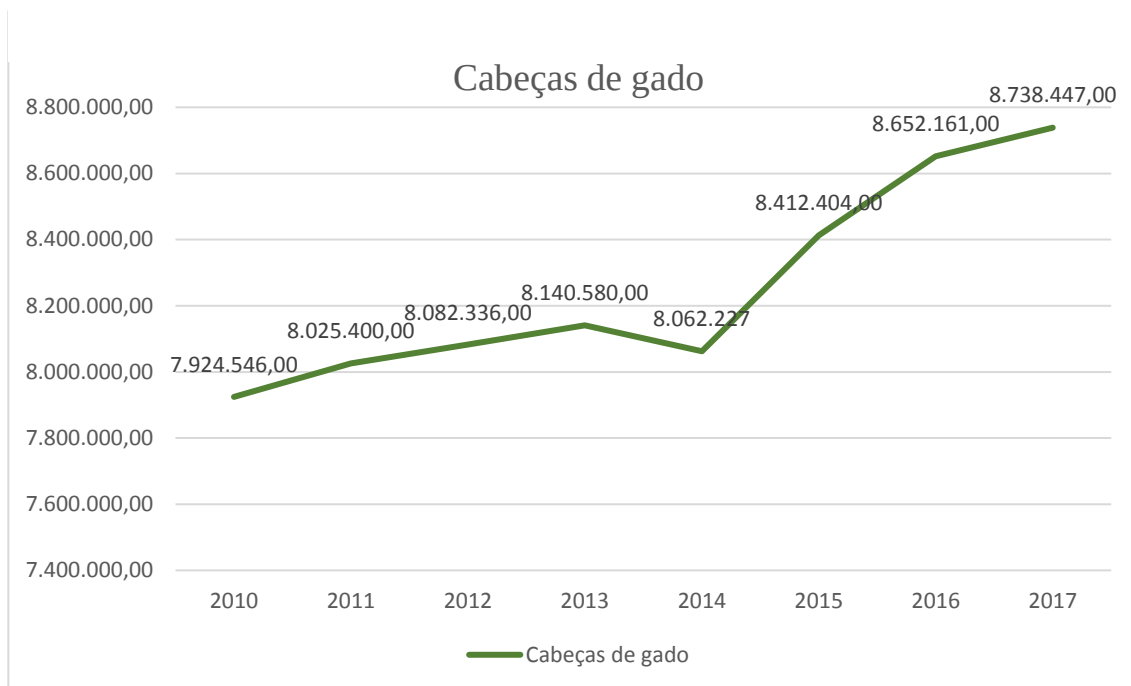
Atualmente o estado do Tocantins ocupa a 10^o posição nacional na criação de gado e a 2^o posição na região Norte. De acordo com o gráfico 1 a quantidade de bovinos no estado cresceu aproximadamente um milhão de cabeças entre 2009 e 2018.

A substituição da criação do gado de forma extensiva pela forma intensiva, por exemplo, com o confinamento é uma tendência crescente na pecuária. Essa técnica pode elevar a quantidade produzida sem que seja necessário aumentar as áreas para criação, além de gerar ganhos na manutenção das propriedades.

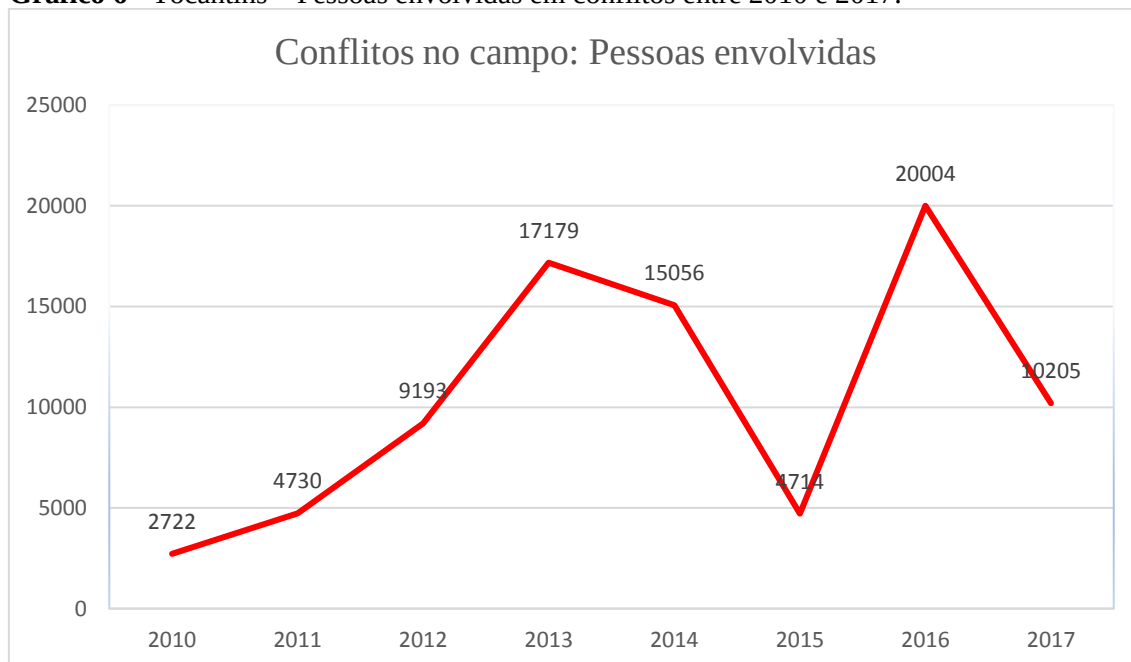
Porém, no Tocantins essa tendência de produção bovina em confinamento ainda se apresenta de forma incipiente. Até 2010, apenas 4 propriedades rurais utilizavam essa técnica de produção no estado, passando a 70 propriedades em 2017.

Mesmo com elevação expressiva de propriedades adotando a técnica no Tocantins, esses números ainda são diminutos, se comparado com o estado de Goiás, que em 2013 haviam 234 propriedades trabalhando com confinamento. (IBGE, 2019).

Desta forma, a produção bovina no Tocantins apresenta características gerais de produção em modo extensivo, com o gado na solta, o que requer maiores áreas para aumentar a criação, causando conflitos com invasão, muitas vezes intencionais em propriedades vizinhas. Os gráficos 5 e 6 trazem a elevação, tanto da criação de gado, quanto o aumento de pessoas envolvidas em conflitos no período entre 2010 e 2017.

Gráfico 5 - Tocantins – Criação de cabeças de gado entre 2010 e 2017.

Fonte: IBGE@idades, 16/08/2021. Organização: Rocha.

Gráfico 6 - Tocantins – Pessoas envolvidas em conflitos entre 2010 e 2017.

Fonte: CEDOC Dom Tomas Balduino – CPT, 2018. Organização: Rocha.

De acordo com os dados do IBGE entre, 2006 e 2017 as áreas para a criação de bovinos no Tocantins aumentaram mais de 600.000 hectares. Esse aumento de áreas para produção de gado, reflete o aumento no número de cabeças produzidas.

A junção entre expansão de áreas para produção commodities, como o gado e os conflitos por terra no estado Tocantins estão intrinsicamente ligados. O modo extensivo de criação do gado, aliado a uma estrutura fundiária mau definida juridicamente, tanto pelo governo estadual quanto pelo governo federal, culmina na insegurança da posse da terra.

Isso se constata nas denúncias de invasão de gados em terras de posseiros, de forma criminoso, como ocorreu na Gleba Tauá, no município de Barra do Ouro – TO. O fato de o Instituto responsável pelo ordenamento das terras do estado (Itertins), não ter o mapeamento preciso das terras públicas pertencentes ao estado e a União, também abre brechas para essas ações.

Ao analisarmos os dados do mapa, podemos observar que os conflitos por terra no Tocantins envolvendo o maior número de famílias, se concentram na região norte do estado. Relacionando com a commodity arroba do boi gordo os focos de conflitos estão mais latentes nos municípios da região de Araguaína e a região conhecida como Bico do Papagaio.

A Microrregião de Araguaína no norte do estado é uma das maiores produtoras de gado do Tocantins. Estão inseridos nessa região os municípios de Colinas do Tocantins, Nova Olinda, Wanderlândia, Xambioá, Babaçulândia, Filadélfia, Santa Fé do Araguaia, Arapoema, Palmeirante, Aragominas, Araguañã, Pau D'arco, Bandeirantes do Tocantins, Muricilândia, Piraquê e Carmolândia.

A alta produção de gado de modo extensivo tem causado conflitos nessa região a várias décadas. Conforme Silva; Cunha, (2012, p. 5), “o Bico do Papagaio nas décadas de 1960-70 do século passado, foi porta de entrada para a toda a Amazônia Legal constituindo-se numa região de intensos conflitos envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros durante todo o regime militar (1964-1985)”.

Os conflitos por terra nessa região perduram até hoje. Nessas primeiras duas décadas do século XXI, constata-se a partir dos dados da CPT que a cada ano, milhares de famílias são envolvidas em disputas, muitas vezes violentas.

Os dados do mapa 4, mostra que os maiores produtores de gado do estado se concentram na região norte, sul e sudoeste. Dados da CPT afirmam que até 2010 os

conflitos estão na região norte, porém a partir de 2011 os conflitos começam a se intensificar no eixo centro/sul do estado³¹.

Os focos dos conflitos vão mudando ao longo dessas duas décadas à medida que o agronegócio vai se expandindo. Se por um lado até 2010 os conflitos estão concentrados na região norte do estado, a partir de 2011 esse eixo passa figurar também na região centro-sul do estado com o crescimento de áreas para a produção de monocultura.

A criação de gado é um elemento importante nesse primeiro mapa, pois nesse período entre 2000 e 2010, é uma atividade que predomina na região norte do estado do Tocantins e onde se concentram os conflitos.

Uma dessas consequências é a solta do gado por fazendeiros em propriedades de posseiros alegando serem os donos, pois sem a posse documentada da terra as ações de grileiros são constantes, como veremos nos dados de pesquisa de campo realizada.

3.4.2 – Espacialização da produção de cana-de- açúcar e os conflitos

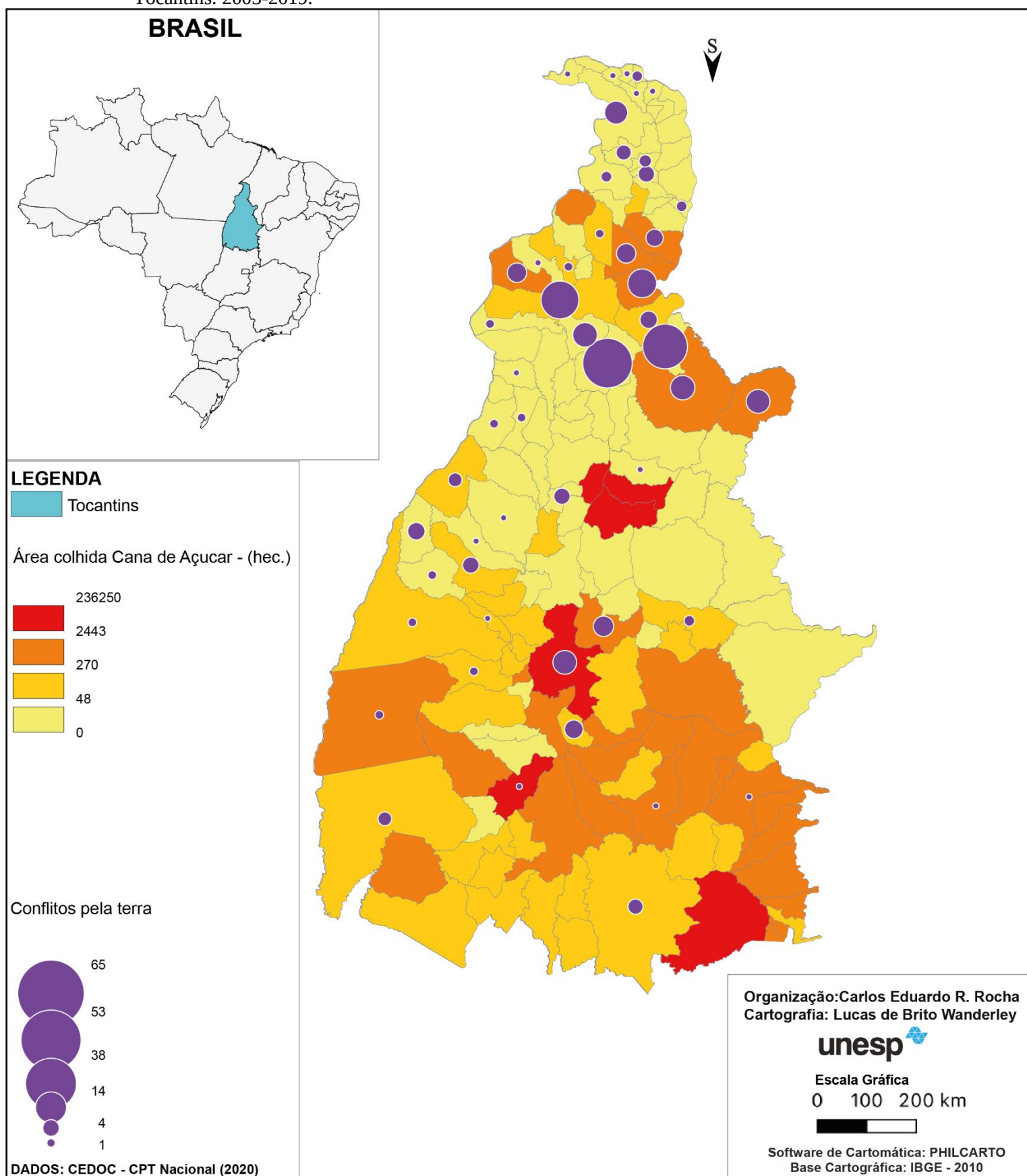
Outra *commoditie* que vem expandindo áreas no estado para sua produção é a cana de açúcar³². Se comparada as áreas para produção de soja, a produção de cana de açúcar ainda se mostra incipiente no estado, porém com crescimento de cerca de 300% de áreas plantada de 2009 a 2018.

Ao longo da primeira década do século XXI, as principais áreas foram se descolando do Sul para o Centro/Norte do estado (mapa 5), sendo o município de Pedro Afonso - TO o que possui maior expressividade de produção.

³¹ Os dados de localização e produção de *commodities* e localização e quantificação de conflitos por ano, no período entre 2003 e 2019, estão disponíveis em pranchas disponibilizadas nos apêndices.

³² A cana de açúcar é a matéria prima da *commoditie* açúcar. Utilizaremos a cana de açúcar como *commoditie* por ela ser a referência para expansão de áreas agrícolas para o agronegócio.

Mapa 5 - Municípios com produção de cana de açúcar em hectares e conflitos por terra no Tocantins: 2003-2019.



Um dos principais fatores para a concentração da cana de açúcar nessa região foi a atuação da multinacional BUNGE LIMITED, a partir de uma joint venture com a japonesa ITOCHU. Inaugurada em 2011 no município de Pedro Afonso, a usina produz açúcar, álcool combustível e energia elétrica a partir do bagaço da cana.

Este município recebeu em 1996 o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER III, que financiou e deu o suporte técnico para a produção de soja. Isso fez com essa região passasse por uma reestruturação produtiva, pautada na mecanização e na monocultura. Para Santos (2019, p. 16),

Com a implantação do PRODECER III, as terras do município de Pedro Afonso vão aparecer nas políticas de planejamento e desenvolvimento como área de avanço tecnológico na agricultura. Isto significa dizer que são áreas destinadas à monocultura da soja, ou seja, áreas especificamente “preparadas” para investimento de capitais internacionais e nacionais com o objetivo de alavancar o processo de desenvolvimento regional. Entretanto, o modelo de desenvolvimento implantado pelas políticas públicas de investimentos juntamente com o capital interno e externo, implica em outras condicionalidades territoriais. Dentre as quais, podemos citar a de territorializar “novas” relações de produção globais e desterritorializar “velhas” relações de produção local desencadeando impactos territoriais na região.

Atualmente, muitas áreas que faziam parte do Prodecer III foram vendidas ou arrendadas e fazem parte das terras da usina da BUNGUE LIMITED. Os municípios que concentram as maiores áreas de produção de cana de açúcar no estado estão no entorno de Pedro Afonso, com sua produção voltada para abastecer a usina.

Desde sua implantação a usina já foi multada 3 vezes por incêndio criminoso. Segundo o Naturatins – Instituto Natureza do Tocantins, órgão responsável pelo controle ambiental no estado, em 2018 a empresa Bunge usou fogo em sua plantação de cana de açúcar causando destruição em fazendas vizinhas, queimando um total de 458 hectares. Em 2017 foi multada por causar destruição em 118 hectares, incluindo áreas preservadas do Cerrado em uma reserva legal.

Apesar de a quantidade de áreas para a produção cana de açúcar no estado ainda estar em uma fase inicial, ela vem se expandindo a cada ano. Levando-se em consideração a *metamorfose do latifúndio*³³, defendida por Oliveira (2017), os Cerrados passam a ser

³³ Conforme Oliveira “a compreensão da metamorfose do latifúndio passa antes de tudo pelos investimentos maciços de capitais privados e públicos capitaneados pelas políticas públicas de abertura de vias de transportes, energia, telecomunicações, pesquisas agropecuárias, flexibilidade ambiental para que se efetive a extração da renda. (OLIVEIRA, 2017, p. 283).

uma região estratégica para ação de políticas públicas que visam garantir a expansão do agronegócio.

Dessa forma, pode-se pensar em um cenário futuro onde a soja pode ser substituída pela cana, ou as duas monoculturas continuarem a sua expansão por mais áreas, sem que haja uma substituição.

De todo modo, são mais áreas do Cerrado a derrubar, mais concentração de terras e mais camponeses em situação de insegurança jurídica fundiária a mercê de uma estrutura estatal que não o beneficia, haja vista a inércia planejada da política de reforma agrária do governo Bolsonaro.

3.4.3 – Espacialização da produção de milho e os conflitos

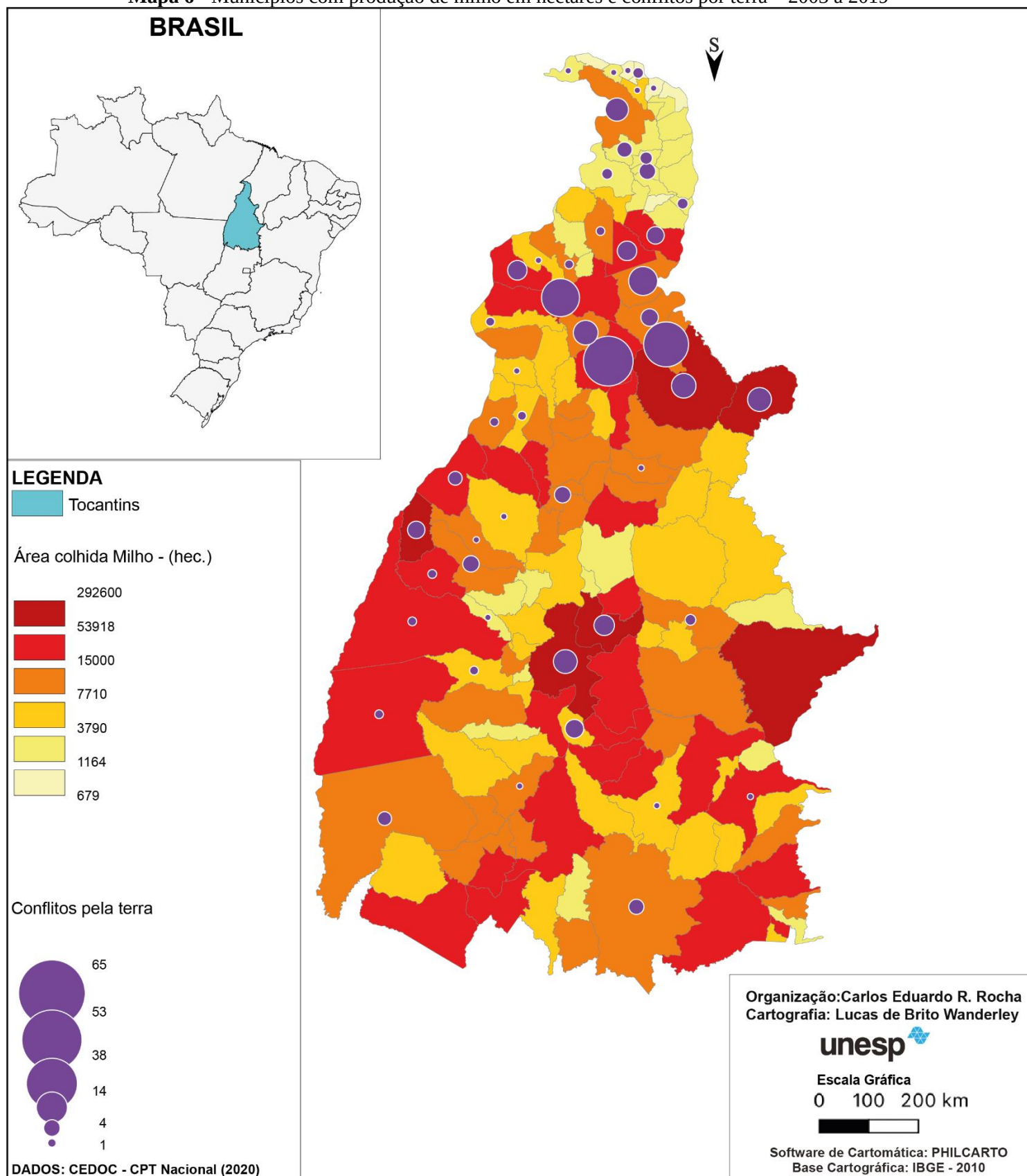
Como já mencionado, até o fim da primeira década do século XXI, os conflitos por terra no Tocantins estão concentrados na porção Norte do estado, onde nesse período, a produção de commodities agrícolas está iniciando sua expansão.

Em sua grande parte, as áreas para a produção de milho no Tocantins sempre foram destinadas ao consumo interno e intercaladas com outras culturas, além de ser cultivadas em pequenas propriedades. Com os incentivos públicos voltados para o agronegócio no estado Tocantins, as áreas para produção de milho vêm aumentando a partir da segunda década do século XXI. Para Cruz (2018, p. 167),

O milho, assim como a soja, também aumentou sua produção com os incentivos à produção de grãos. Normalmente, esta cultura é intercalada com a plantação de soja e apresenta maior abrangência no Tocantins, em comparação à soja. Na região de Araguaína, a produção de milho está atrelada à pecuária bovina. Ao contrário da soja, cujo principal destino da produção é o mercado externo, a produção de milho tem o mercado interno como principal destino, principalmente para alimentação animal.

Dessa forma, as principais áreas de produção de milho no Tocantins estão atreladas a produção de gado e produção de soja (mapa 6). São nas áreas de produção de soja, onde a cultura do milho tem se expandido com maior expressividade no Tocantins. Logo após a colheita da soja, inicia o plantio do milho safrinha na mesma área, intensificando o uso da terra para maximizar os lucros.

Mapa 6 - Municípios com produção de milho em hectares e conflitos por terra – 2003 a 2019



A partir dos dados da produção de milho e conflitos por terra no Tocantins, observamos que essas duas variáveis se intensificam e convergem com maior intensidade, principalmente a partir de 2013 acompanhando o crescimento da produção de soja.

Não é sem motivo que a *commoditie* milho vem aumentando sua produção no Tocantins e nacionalmente. Atualmente, com a desvalorização “intencional” da moeda brasileira pelo Governo Federal, a demanda internacional por carne bovina, suína e aves cresceu de forma exponencial. Isso fez com que a produção de carne, principalmente bovina e suína crescessem no último ano, segundo dados do IBGE.

Mesmo com o aumento da produção, com o câmbio favorável à exportação, essas mercadorias são vendidas a países como a China, deixando o mercado interno desabastecido e aumentando os preços dessas proteínas para os brasileiros.

Nos últimos três anos, como consequências nas altas dos preços dos alimentos, energia e combustíveis, os trabalhadores são forçados a priorizar pelo consumo de ovos em substituição a carne bovina. Isso fez com que a produção de ovos disparasse no país, demandando ainda mais ração animal.

Por consequência, a demanda por milho, que é uma das bases da alimentação animal é de aumento. Segundo a CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, com a crescente alta nos preços dessa *commoditie*, ampliou o interesse dos produtores pelo seu plantio. Em estimativa feita pelo órgão do governo para a safra 2021/22, a expectativa é que as áreas para produção de milho cresçam 1,6%, chegando a 4,41 milhões de hectares no Brasil. CONAB (2021).

No Tocantins, apesar das áreas para produção de milho serem significativamente menores que as áreas para a produção de soja, elas estão localizadas nos principais focos de conflitos do estado. É um plantio que também recebe grandes incentivos do Estado e a territorialização cada vez maior de empresas de melhoramento genético, que necessitam cada vez mais de agrotóxicos para sua adaptação nos solos dos Cerrados.

Por ser produzido também em pequenas propriedades, como em comunidades tradicionais e terras de posseiros, no Tocantins, esse plantio é alvo de destruição nas roças de trabalhadores camponeses, sendo essas ações praticadas por grileiros ou fazendeiros como forma de intimidação, como constatado em trabalho de campo.

Apesar de não ter a relevância de áreas de produção, como o da próxima *commoditie* (soja), que iremos detalhar, a produção do milho como monocultura é a expressão do agronegócio e das mazelas produzidas por ele.

3.4.4 – Espacialização da produção de soja e os conflitos

A espacialização do monopólio agrícola via intensificação da produção *commodities* em áreas de fronteira agrícola, como o Tocantins, tem acirrado a disputa por terra e território. Essa disputa, muitas vezes desleal e desigual, tem gerado conflitos e confrontos nestes *hotpoints* do agronegócio no Tocantins.

Isso ocorre não só pela expansão de áreas para o plantio, mas também pela sua lógica de destruição do Cerrado, do modo de vida do sertanejo, da influência negativa na manutenção da cultura dos povos indígenas e quilombolas.

Nesse bojo de expansão de fronteira agrícola, via produção de monocultura, uma das *commodities* agrícolas que mais tem impactado os Cerrados tocaninense no século XXI e os sujeitos que vivem nele, é a produção de soja.

A leguminosa vem sendo produzida desde a década de 1970, a partir de projetos agrícolas, induzidos pelo estado. Seu início de produção já vem carregado de conflitos, quando uma área, no final da década de 1970, no município de Formoso do Araguaia – TO, ainda Goiás, foi desapropriada, deixando os posseiros a própria sorte, pois não houve indenizações. Esse modelo de expropriação da terra camponesa ainda permaneceria, nesses mesmos moldes, com a criação do estado do Tocantins.

O estado da “Livre Iniciativa e da Justiça Social”, slogan de campanha de um dos políticos (coronéis), mais influente no Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, não é tão justo com seus trabalhadores do campo e povos tradicionais.

Enquanto primeiro governador do novo estado da federação, em 1988 e seus três mandatos posteriores, Siqueira Campos, como é mais conhecido, usou a mesma manobra utilizada em Formoso do Araguaia – TO para expropriar terras de comunidades tradicionais no município de Campos Lindos - TO, alegando, destinação a utilidade pública como veremos no próximo capítulo.

Assim como em Formoso do Araguaia, em Campos Lindos a utilidade pública tinha seu público específico, os “amigos do rei”. Essas áreas foram tiradas da posse de

sujeitos camponeses que já habitavam nelas há dezenas de anos, com benfeitorias, plantando suas roças e criando seu gado e foi direcionada para políticos e seus amigos, como é o caso da Senadora Katia Abreu, uma das beneficiadas.

Na época, em 1996, a Senadora pagou míseros R\$ 27.914,00 por uma área de 1.268 hectares e vendeu em 2005 por 4,4 milhões, (AF Notícias, 2021), seu irmão, Luiz Alfredo Abreu também se apropriou de uma área do mesmo tamanho. (MST, 2014). Hoje não paga o valor de 1 hectare. Infelizmente, para as ações políticas, essa expropriação era apenas mais uma área a ser destinada ao agronegócio, desconsiderando todos os sujeitos que ali viviam e produziam.

Desde sua intensificação no Tocantins, no início deste século, a produção de soja tem sido o grande motivador da devastação dos Cerrados. Em um estado onde setores econômicos como a indústria mostram números incipientes, a agricultura foi escolhida como motor principal da economia. OLIVEIRA (2019).

Políticas de desregulamentação ou como denominam “Comissão Especial de Regularização Fundiária, tem tomado fôlego em uma bancada ruralista nascente no estado do Tocantins, desde 2019. Nomes, como os deputados estaduais Vilmar, Olynto Neto, Ricardo Ayres, vislumbam o fortalecimento dessa bancada, que entre outras coisas, privilegiam a expansão do agronegócio no estado. (CLEBER TOLEDO NOTÍCIAS, 2019).

No âmbito Federal, a bancada ruralista do Tocantins na Câmara dos deputados e Senado, segundo dados de 2019 do Departamento Intersindical da Assessoria Parlamentar conta com 5 deputados, sendo eles: Carlos Henrique Gaguim do DEM, Célio Moura do PT, Eli Borges do SDD, Osires Damaso PSC e Vicentinho Júnior do PR.

No Senado Federal, figura uma família de ruralista, a senadora, Katia Abreu do PDT e seu filho, senador Irajá Abreu do PSD.

Os mecanismos de subordinação do capital nos territórios, passam pelo *lobby* da política local, regional e nacional, encontrando nessas bancadas, o apoio necessário para sua expansão.

A expansão do capital na agricultura procurando novas áreas para retirar a renda da terra, aliados a grupos ruralistas, fez com que o Tocantins se tornasse rapidamente, junto com a região formalizada do extinto MATOPIBA, na nova “Serra Pelada” para os investidores nacionais e internacionais do agro.

Em 10 anos, entre 2009 e 2018 as áreas para produção de soja aumentaram cerca de 200%, chegando a quase um milhão de hectares. Isso fez com que a procura por terra no estado aumentasse, assim como seu preço.

Ondas migratórias de “plantadores de soja” vindo do Centro/Sul do Brasil em busca de terras agricultáveis a baixo preço, encontraram aqui uma agricultura sem *Know-how* na produção de soja em larga escala. Motivo pelo qual, muitos proprietários locais venderam ou arrendaram suas terras, como ocorreu na região central do estado.

Essa lógica da terra como ativo financeiro não tem atraído só produtores de monocultura para o estado. A busca por terra no Tocantins tem levado há inúmeros conflitos. Com o aumento da demanda por terras agricultáveis e a falta de controle fundiário, o estado passa a ser alvo de grileiros, que muitas vezes se beneficiam da insegurança jurídica e da morosidade dos órgãos públicos estaduais e federais em declarar o proprietário da terra.

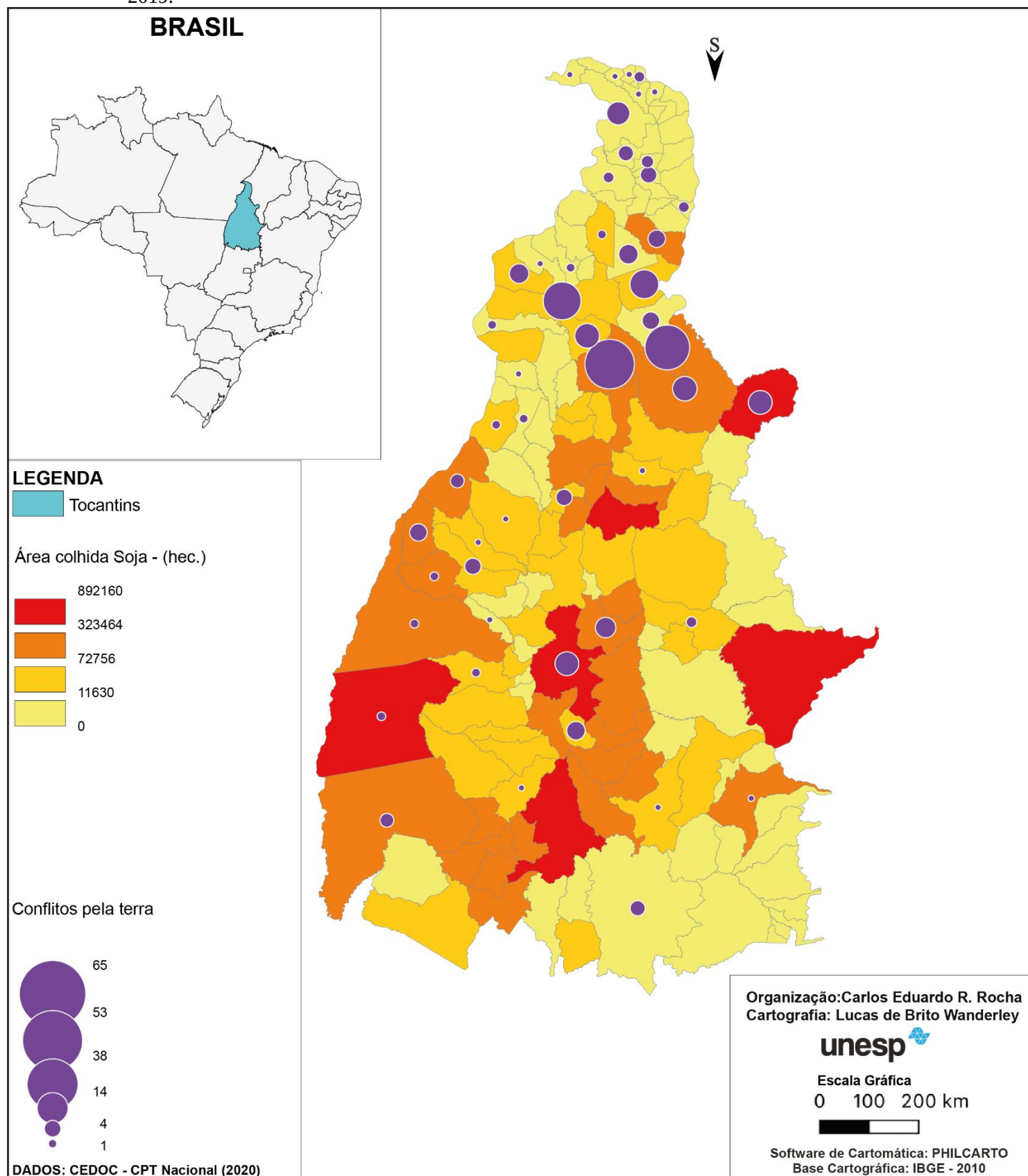
Algumas dessas áreas abrigam, há mais de 30 anos, comunidades tradicionais com dezenas de famílias, como é o caso da Gleba Tauá, no município de Barra do Ouro – TO. As famílias pertencentes a gleba Tauá tem sido alvo de conflitos violentos há quase uma década, onde seu algoz é um grileiro de Santa Catarina. Em outro caso de conflito por terra na Gleba Chaparral no município de Nova Olinda – TO, o grileiro reside no Rio de Janeiro.

Conflitos por terra no Tocantins datam de muitas décadas, porém no século XXI eles têm ampliado em quantidade de famílias envolvidas e em localização geográfica. O agronegócio, neste sentido, atua como um amplificador de conflitos, pois em seu processo de territorialização monopoliza o território. Isso implica em comandar uma cadeia de produção onde os sujeitos não são os mais importantes, mas sim a mercadoria.

Ao redirecionar o uso da terra para o capital agrícola, o agronegócio privilegia a grande propriedade, a monocultura, interfere no planejamento/orçamento público, cria expectativa de expansão demandando mais terra, altera de forma agressiva o meio ambiente, destrói biodiversidade e etc.

Neste sentido, as áreas produtoras de soja no estado não são as áreas exclusivas onde ocorrem os conflitos territoriais (mapa 7), porém eles estão presentes, à medida que, o agronegócio se expande.

Mapa 7 - Municípios com produção de soja em hectares e conflitos por terra no Tocantins: 2004-2019.



A partir dos dados relativos à expansão da produção de soja (IBGE) e famílias envolvidas em conflitos disponibilizados pela CPT, observa-se a partir de 2007, que na região de três municípios polos de produção desta monocultura, Porto Nacional, Campos Lindos e Mateiros o aumento no número de sujeitos implicados em confrontos.

Vale ressaltar que, Campos Lindos em 2018 ocupava a posição 18º de 139º em PIB per capita no estado e 3º na região geográfica imediata, apresentando IDH de 0,544 em 2010. A população ocupada nesse município em 2019 era de 8,6% e IDEB na casa dos 3,5 e em relação a taxa de escolaridade fica na posição 133º de 139º. Possui ainda condições de esgotamento sanitário, arborização e urbanização de vias públicas que não passavam de 12% em 2010, chegando a ser 0% o índice de urbanização. (IBGE, 2020).

Os dados mostram que apesar de Campos Lindos ter um PIB per capita alto em relação ao estado, principalmente pela produção de exportação de soja, o retorno social é mínimo. Mesmo sendo um polo de monocultivos o município não possui 10% da população empregada, e os que vendem sua força de trabalho são explorados. Nos estados que compõem a região de fronteira agrícola Norte/Nordeste, conforme a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2010, p. 10),

O custeio com mão de obra (mão de obra fixa, temporária e encargos sociais) teve uma variação de 0,24 a 6,5% nos custos de produção no Matopiba entre 2006 a 2019. A maior participação da mão de obra na região ocorreu em 2015 em Pedro Afonso (TO), momento de expansão das fazendas, em que há contratação para catação de raiz. Em 2019, a mão-de-obra representou 0,36% do custo total na Bahia, ou R\$10,92 por hectare produzido. No Maranhão, no mesmo ano, a mão-de-obra representou 0,08% (R\$2,39) e no Tocantins 1,2% (R\$35,00). É fundamental para a tentativa de gerar novas rodadas de acumulação, a superexploração do trabalho como forma de diminuir os custos de produção.

Em um estado onde a maioria da sua população nativa rural é composta por famílias que vivem da terra, produzindo em pequena escala, a expansão da produção de monocultura em áreas de povos tradicionais e áreas de posseiros, tem causado contaminação de rios e solos. Consequência dessa forma de produção, tem sido a pressão sofrida por esses sujeitos a migrarem para as cidades ou se submeterem a super exploração do trabalho.

Conflitos produzidos pela expansão do agronegócio afetando camponeses foram analisados nesse capítulo. Outros elementos que estão inseridos no capítulo e que nos ajudam a entender os três fundamentos centrais na produção do conflito territorial no

estado do Tocantins, que são: 1º - Inércia planejada do poder público em resolver a questão fundiária de suas terras, produzindo insegurança jurídica; 2º - Expansão da produção monopolista através do agronegócio, tendo como um de seus meios o uso da violência e 3º a luta e resistência camponesa, indígena e quilombola em manter suas terras e seus territórios, no caso do terceiro capítulo, com ênfase no campesinato, são: A falta de esforço político federal e estadual em regularizar as terras devolutas do estado, que não seja aquelas promovidas por agentes públicos representantes do agro e a espacialização de agentes hegemônicos da produção no campo, fazendo avançar a produção de commodities sobre áreas de camponeses gerando conflitos.

Após essas análises, traremos no quarto capítulo, as características da produção do conflito por terra e território no estado do Tocantins, a partir de dados coletados em trabalho de campo, como relatos, entrevistas e produção de imagens, assim como, produção de mapas relacionando produção de commodities com conflitos por território de povos tradicionais no estado.

CAPÍTULO IV- CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DOS CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NO TOCANTINS

Neste capítulo, além dos dados secundários da produção dos conflitos por terra e território no Tocantins, apresentamos com maior ênfase os dados primários, obtidos através da realização do trabalho de campo nas regiões Norte e Sudeste do estado. Nele, evidenciaremos localidades que estão em situação de conflitos, a partir da produção de mapas e reproduzindo falas, imagens dos sujeitos que estão sendo diretamente impactados pela violência no campo deste estado.

No primeiro tópico, apresentamos números iniciais de conflitos e violência no campo tocantinense entre 2003 e 2019 produzidos pela CPT, além da metodologia utilizada para a produção de dados primários e secundários e os elementos centrais que compõem a tese.

Os conflitos por terra no município de Formoso do Araguaia, na região Sudeste do estado serão abordados no segundo tópico, onde foi feito um breve histórico da expropriação de camponeses pelo poder público para a implantação do projeto agrícola Rio Formoso. Ainda neste tópico, traremos o relato de resistência de um camponês que está em conflito jurídico e violento pela posse da terra dentro do projeto.

No terceiro tópico discutiremos sobre conflitos por terra na região Norte do Tocantins, abordando outro projeto agrícola, implantado pelo estado no município de Campos Lindos - TO, a partir da expropriação de terra de camponeses. Evidenciaremos também, os conflitos jurídicos e violentos pelos quais posseiros e acampados entrevistados, estão sofrendo nesta região.

Os conflitos, resistências e lutas por território travados por povos indígenas ou originários no estado do Tocantins estão espacializados e analisados no quarto tópico. Nele, trazemos elementos como, modo de ser, ancestralidade e espaço-tempo para dar ênfase a esses sujeitos que, por suas especificidades, são singulares na sociedade brasileira, tendo sua relação com a terra características distintas do agronegócio.

No quinto e último tópico deste capítulo, espacializamos e analisamos os conflitos e resistências dos povos quilombolas do Tocantins pela titulação e manutenção de seus territórios. Apresenta também, aspectos da formação de quilombos, territórios certificados e as características da violência sofrida por essas comunidades no estado.

4.1 - Conflitos por Terra no Tocantins

Segundo dados do Atlas de Conflitos na Amazônia Legal, publicado pela CPT - Comissão Pastoral da Terra, o estado do Tocantins registrou no ano de 2017, 135 conflitos no campo, envolvendo 5.453 famílias, tendo ocorrido 3 assassinatos em 2016. Estes conflitos estão presentes em 52 municípios do estado, ou seja 37% dos municípios estão envolvidos em conflitos no campo, sendo que sua maior concentração está localizada na região Norte do estado.

De acordo com a CPT (2020), os conflitos no campo no Tocantins não é novidade, porém a presença de pistoleiros, ações judiciais, onde no período de entre 2003 e 2019, 7083 pessoas foram despejadas no estado, agressões, ameaças de morte e prisões, tem aumentado nos últimos anos, com o avanço do agronegócio.

Nesse sentido, o capítulo aborda as características estruturais que compõem a produção territorial do conflito por terra e território, a partir de levantamento de dados de pesquisa de campo, com mapas, imagens, relatos de camponeses, pesquisa textual e etc., que ajudarão a entender os elementos centrais na produção do conflito territorial no estado do Tocantins, que são: a inércia planejada do poder público em resolver a questão fundiária de suas terras, produzindo insegurança jurídica, a expansão da produção monopolista através do agronegócio, tendo como um de seus meios o uso da violência e a luta e resistência camponesa, indígena e quilombola em manter suas terras e seus territórios.

4.2 - Conflitos Territoriais na Região Sudoeste do Estado. Projeto Agrícola Rio Formoso

Antes de adentrarmos nos dados de conflitos por terra no estado do Tocantins, apresentaremos algumas realidades atuais dos sujeitos envolvidos³⁴ nos conflitos. Faremos um breve histórico da influência do poder público como indutor destes. O município de Formoso do Araguaia teve sua origem na extração de mineiro de cristal em 1949, que por esse motivo formou-se um povoado. A emancipação política deste

³⁴ Os nomes das camponesas e camponeses entrevistados e que relataram suas histórias de luta nessa pesquisa, foram alterados por motivo de segurança para preservar a identidade desses sujeitos, pois vivem em áreas de conflito permanente. Substituímos pelo nome de camponesas e camponeses assassinados como uma forma de homenagem à memória luta pela terra no Brasil.

município ocorreu em 25 de setembro de 1963. A área onde hoje se encontra o município de Formoso do Araguaia é habitada pelos índios Javaé.

O projeto Rio Formoso, implantado em 1982, situado neste município, se concretizou a partir da expropriação de terras de famílias camponesas. Alegando que a desapropriação era de interesse social e que beneficiaria, sobretudo, populações carentes e de baixo poder aquisitivo, o governo do estado de Goiás expropriou cerca de 28 mil hectares para produção de arroz e soja, formando cooperativas que passariam a administrar o projeto. Porém o que ocorreu segundo Barbosa (1996, p. 30) foi que

No aspecto social, a influência do Estado é notória. Basta ressaltar o processo de desapropriação pelo qual antigos donos não poderiam ingressar no projeto. O acesso às cooperativas ficou restrito a um grupo privilegiado de gaúchos, na Cooperformoso, e a pessoas ligadas ao governo de Goiás, familiares, amigos e padrinhos políticos que participaram da criação da Cooperjava e da Coopergran, na segunda e terceira etapas. O Projeto Rio Formoso atendeu a interesses de um segmento preciso, pessoas próximas a governador (Ary Valadão), mesmo aquelas sem compromisso com a agricultura.

Para Barbosa (1996), o Estado foi apenas um mediador entre as terras do projeto e a iniciativa privada, pois após a elaboração e implantação os cooperados deveriam remunerar o Estado pelos gastos efetuados e assumirem a administração. O projeto trouxe a modernização da agricultura para o Vale do Médio-Araguaia, modificando as técnicas de cultivo e empregando mão de obra qualificada, porém expulsando camponeses e gerando conflitos com populações indígenas. No que diz respeito à produção de soja neste projeto, Silva (2010, p. 99) esclarece que,

Em 1982, a implantação do Projeto Rio Formoso visava à constituição de um polo de agricultura irrigada de arroz, em Goiás. Entretanto, o projeto apresentou desenvolvimento desfavorável, em face do desgaste dos solos, custos de produção e baixa rentabilidade, além da forte presença da pecuária extensiva. Nesta fase os bancos não estavam autorizados a financiar a soja. Não havia sementes disponíveis. Todavia, houve um começo da soja em Gurupi, mas não havia mercado de classificação da produção. De Gurupi, a soja se desloca para Pedro Afonso.

Nota-se neste período, que os esforços para territorializar a produção de soja no Tocantins, ainda com sua área pertencente a Goiás, ocorre através de expropriações. Esse mecanismo e discurso de interesse social serviu para direcionar terras a agentes políticos e apadrinhados, como se viu anteriormente, pois as empresas que certificam a origem da soja, bancos e assistência técnica, que criam um mercado de interesses, neste momento, ainda não se encontravam nesta localidade.

Essas estratégias perversas de direcionamento de terras para o capital, formalizadas ainda no então Norte Goiano, perpetuariam com os mesmos moldes, após a criação do estado do Tocantins. Em uma das pesquisas de campo no município de Formoso do Araguaia – TO, nos encontramos com o secretário de agricultura do município para realização de entrevista com o mesmo.

O agente público nos direcionou ao Projeto Rio Formoso³⁵, nos indicando contato com o administrador de uma das empresas de agronegócio que atua dentro do projeto. Destaca-se que apesar da área ser pública e estar destinada a atividades particulares, não é permitida a entrada sem uma autorização prévia das empresas.

Em pesquisa de campo realizada no projeto agrícola Rio Formoso (imagem 1) constatamos como o agronegócio é excludente, mesmo se apropriando de áreas públicas para sua reprodução. Ressalta-se ainda que, no processo de expropriação os antigos donos, formados principalmente por pequenas propriedades, administradas por posseiros, não poderiam ingressar no projeto.

Imagem 1- Entrada do Projeto Rio Formoso e casa de bombeamento de água de canais. Logo que se adentra o projeto, nota-se o grande volume de água utilizada e a expressiva estrutura de canais para produção de arroz e semente de soja. Uma área pública, destinada ao agronegócio pela expropriação de camponeses.



Fonte: Rocha, março de 2021.

³⁵ O acesso às cooperativas ficou restrito a um grupo privilegiado de gaúchos, na Cooperformoso, e a pessoas ligadas ao governo de Goiás, familiares, amigos e padrinhos políticos que participaram da criação da Cooperjava e da Coopergran, na segunda e terceira etapas. O Projeto Rio Formoso atendeu a interesses de um segmento preciso, pessoas próximas a governador (Ary Valadão), mesmo aquelas sem compromisso com a agricultura. (BARBOSA, 1996, p. 30).

No projeto agrícola fomos recebidos pelo gerente de produção da empresa Talismã Sementes, uma das beneficiarias do projeto público, onde o mesmo fez um dia de campo nos mostrando o processo de produção dentro do projeto. O Projeto Rio Formoso produz arroz e semente de soja irrigada. (Imagens 2, 3, 4, 5, 6 e 7). As imagens abaixo foram sequenciadas para demonstrar o processo de produção do arroz e semente de soja irrigados, principais cultivos dentro do projeto.

Imagem 2 - Retirada de água do Rio Javaé. A captação de água do rio Javaés é controlada a partir de medições das três barragens que o projeto possui.



Imagem 3 - Barragem formada pelo Rio Javaés. Percebe-se que o volume de água captada para manutenção das barragens é bastante considerável dada sua dimensão.



Imagem 4 - Tubulação de ligação entre as barragens.

A água das três barragens que possui o projeto é escoada através de tubulações que fazem a ligação com os canais. Os canais, por sua vez, inundam as áreas de plantio irrigado. Mesmo com a grande quantidade de água acumulada nas barragens, as empresas ainda retiram água do rio Javaés para usar na lavoura, causando desabastecimento em áreas indígenas.

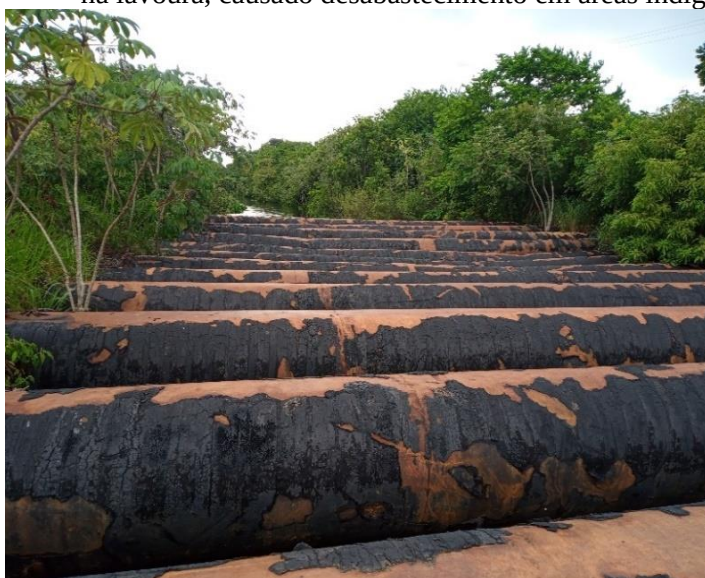


Imagem 5 - Canal de irrigação.



Imagem 6 - Produção de Arroz Irrigado. Áreas com plantio de arroz irrigado, contornado por canais secundários.



Imagem 7 – Pós colheita do arroz. área inundada onde já foi feito a colheita do arroz. Há também a presença considerável de quantidade de animais selvagens dentro do projeto. Na imagem, observa-se algumas aves.



Fonte: Rocha, Março de 2021.

Na estrutura do projeto, iniciado na ditadura militar, foram construídas 3 barragens de grande porte utilizando as águas bombeadas do rio Javaés, que também nomeia a tribo indígena que tem seu território em sua margem, localizada na Ilha do Bananal, e que é motivo de conflitos na região.

Vale salientar que o projeto possui uma área de cerca de 27 mil hectares, sendo utilizadas por poucas empresas³⁶, onde alguns de seus proprietários são parentes de políticos que governaram quando o estado do Tocantins ainda fazia parte do estado de Goiás.

Apesar de estar produzindo arroz, um dos principais alimentos que compõem a cesta básica do brasileiro, uma área pública, com investimento público e com essa extensão, poderia estar sendo destinada para mais trabalhadores do campo. Quantas famílias não poderiam estar sendo beneficiadas com a destinação de pequenas áreas para os trabalhadores?

Porém o campesinato resiste dentro deste projeto. Acompanhados pelo nosso contato em Formoso do Araguaia – TO, um professor da rede estadual de ensino, que

³⁶ “Dos 21 assentamentos de reforma agrária existentes em toda a bacia hidrográfica do Rio Formoso, apenas três lideranças foram contempladas com vagas de membros dentro do comitê de bacia hidrográfica (número pequeno se comparado com os 13 membros representantes das empresas agrárias e proprietários de terra que se utilizam de sistemas de irrigação”. (RODRIGUES, 2013, p 109).

leciona em uma aldeia indígena, conhecemos uma pequena área de posse dentro do projeto Rio Formoso.

Essa área, de cerca de 14 hectares está em conflito jurídico e violento há mais de 13 anos. O posseiro, Sr. João de Deus³⁷ foi trabalhador no projeto, ainda no seu início na década de 1970. A área em disputa servia (imagem 8), de alojamento para administradores do projeto, que segundo o senhor João de Deus, com o passar do tempo abandonaram o local por moradias melhores na cidade.

O senhor João de Deus nesse momento pede autorização ao presidente das cooperativas que estão instaladas no projeto para que o mesmo pudesse morar no local com sua família, sendo este local ao lado de uma das estruturas de armazenamento das empresas.

Imagem 8 - Divisa entre a área da cooperativa e a posse do Sr. João de Deus. Destaca-se que, tanto as cooperativas, quanto o senhor João de Deus, desfrutam de uma mesma área pública, diferindo-os apenas pelo tamanho e forma do uso da terra.



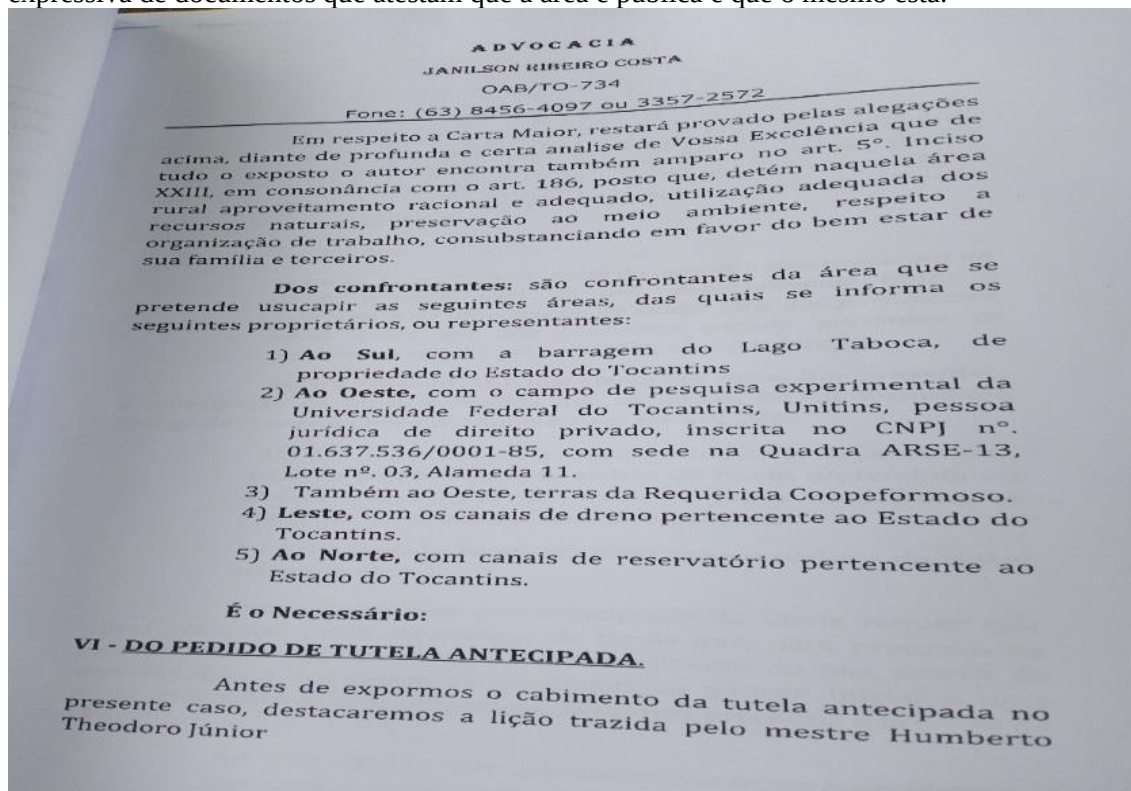
Fonte: Rocha, Março de 2021.

Segundo o senhor João de Deus, por mais de 20 anos ele ficou na terra sem que houvesse conflitos sobre a sua posse. O mesmo relata que a partir desse período pessoas, cooperativas que compõem o projeto e externas ao projeto, empresas e a Unidade da

³⁷ Nome fictício em homenagem a João de Deus Moreira Rodrigues. Tinha 51 anos de idade e foi morto por pistoleiros em sua residência em 2021 na zona rural do município de Arari – MA.

UNITINS – Universidade do Tocantins, que possui uma área ao lado de sua posse, começaram a questioná-lo e a exigir a sua saída, gerando um conflito judicial (imagem 9) e violento. Ações como o envio jagunços, onde o mesmo não sabe a origem do mandante para intimidá-lo, matando seus animais e o envio de aparato policial, foram utilizados para fazer com que ele desista da terra.

Imagem 9 - Parte da documentação juntada pelo Senhor João de Deus. Ao longo desses mais de 10 anos de disputa violenta e jurídica pela área, o senhor João de Deus juntou uma quantidade expressiva de documentos que atestam que a área é pública e que o mesmo está.



Fonte: Rocha, Março de 2021.

Na terra, o senhor João de Deus produz frutas, verduras e cria galinhas, sendo a principal fonte de sua renda a criação de peixes. As represas onde estão os criatórios de peixe eram valas formadas pela retirada de terra para edificação das barragens e que ficaram sem nenhuma utilização, após o fim da construção, sendo esse um dos motivos para o abandono da área.

Com investimento de trabalho e recursos financeiros próprio, o senhor João de Deus estruturou essas valas em tanques para peixes, utilizando também, os canais e a água das barragens utilizados no projeto. Nas imagens 10, 11 e 12 que apresentaremos abaixo, pode-se observar os canais que passam pela propriedade da família do senhor João de Deus e a produção de peixe para venda local. Na próxima imagem pode-se constatar a

proximidade da área do camponês com a área da cooperativa, distinguindo-se a dimensão da produção e o uso do solo de ambos.

Imagem 10 - Divisa da área do Sr. João de Deus com uma área do agronegócio. A imagem mostra como a área do senhor João de Deus está próxima a áreas das empresas do agronegócio, segundo o camponês a intenção dessas empresas com sua expulsão é agregar essa área par.



Fonte: Rocha, Março de 2021.

Imagem 11 - Canal que abastece os tanques de peixe. O canal que passa pela propriedade do senhor João de Deus sai diretamente da represa principal que abastece as outras duas, por isso a água que ele utiliza nos tanques, teoricamente não entra em contato com agro local.



Fonte: Rocha, Março de 2021.

Imagem 12 - Processamento do pescado. Como observado na pesquisa de campo, os peixes são retirados dos tanques com redes, sendo o trabalho realizado pela sua família. Os peixes são levados para a parte dos fundos da casa, onde o senhor João de Deus, esposa, filho filhos e noras fazem a limpeza do pescado e sua acomodação em caixas térmicas para ser comercializados na cidade de Formoso do Araguaia – TO.



Fonte: Rocha, Março de 2021.

O senhor, João de Deus trabalha com sua esposa e 4 filhos na terra, tirando seu sustento dela. Os peixes produzidos são vendidos no comércio local e entregues limpos, sendo que todo trabalho é feito manualmente.

Segundo o senhor João de Deus, a ideia é criar uma cooperativa para ampliar a produção, poder armazenar o pescado e aumentar a oferta de trabalho para camponeses da região.

Segundo, Rodrigues (2013), a região possui 21 assentamentos de reforma agrária que não estão dentro dos limites do projeto. Este contingente de trabalhadores rurais poderia ser beneficiado com a iniciativa de criação da cooperativa.

Vemos nesse conflito por terra, travado em uma área pública algumas contradições. Enquanto as grandes empresas se beneficiam de toda uma estrutura criada e mantida com recursos do governo sem nunca serem questionadas ou serem alvo de violência para sua retirada, um trabalhador posseiro, que comunga dos mesmos critérios de posse é atacado sucessivamente por estar na área.

Outra contradição é que este questionamento não é feito por gestores públicos, que são os legítimos responsáveis pela terra, mas por agentes que veem a terra apenas como ativo econômico e sem nenhuma legalidade para fazê-lo. O próprio Estado do Tocantins realiza obras de reforma, ampliação e investimento em infraestrutura, tanto em áreas das cooperativas, quanto na posse do senhor João de Deus, demarcando o responsável original pela terra.

Além de tirar o sustento da sua família da terra, o senhor João de Deus tem preservado o ambiente, mantendo sua área sem desmatamento, optando por não abrir pastos para criar gado, assim como cuidando da qualidade da água que passa por sua propriedade. No entanto ele tem alertado para algo que pode gerar uma catástrofe.

O senhor João de Deus tem alertado os órgãos públicos sobre o sucateamento (imagem 13 e 14) e a falta de manutenção nos sistemas de controle de água das barragens. As estruturas das barragens, tubulação e canais de escoamento já tem mais de 40 anos e apresentam estruturas deterioradas.

Imagem 13 - Comportas sucateadas. A imagem mostra o sucateamento do sistema de controle de águas de uma das barragens do projeto. Os mecanismos que controlam a vazão da água estão danificados, sem possibilidade de uso, o que em caso de enchente não fará o controle adequado de escoamento.



Fonte: Rocha, Março de 2021.

Imagem 14 - Encosta erodida. Encosta em processo de erosão na parte externa do aterro que segura a principal represa do projeto. Segundo o senhor João de Deus, em períodos chuvosos o nível da água chega ao topo do aterro adentrando a estrada que margeia o lago e que é o sistema de contenção.



Fonte: Rocha, Março de 2021.

Assim como a catástrofe que aconteceu em Brumadinho, no estado de Minas Gerais, o mesmo pode acontecer com as barragens do Projeto Rio Formoso. As mesmas são contidas por um aterro de cerca de 20 metros que separam as comportas das saídas de água para os canais.

Constatamos que de 12 comportas que regulam a quantidade de água da barragem, apenas 3 funcionam (imagem 15). O senhor João de Deus relata que as águas da barragem já chegaram na parte superior do aterro, transbordando sobre a estrada.

Neste caso, as comportas serviriam para escoar uma maior quantidade de água evitando, o que nas palavras do camponês seria uma perda de centenas de vidas, pois a água atingiria fazendas e cidades que ficam a baixo da barragem.

Imagem 15 - Mecanismo de abertura de comporta. Como mostra a imagem, os mecanismos de abertura e fechamento não possuem as alças que giram as comportas, impossibilitando em caso de enchente a vasão de água, forçando o rompimento do aterro.



Fonte: Autores. Março de 2021.

De acordo com o que vimos no campo e os relatos do senhor João de Deus, o perigo de se romper essa barragem é eminente. Deixamos registrado em nosso trabalho de pesquisa o seu apelo para que os órgãos públicos competentes tomem providências quanto a reforma e manutenção das barragens que compõem o projeto Rio Formoso, afim de evitar uma tragédia.

Finalizamos nosso dia de campo na posse do senhor João de Deus com uma deliciosa refeição preparada pela sua esposa, demonstrando o quanto o camponês partilha e é receptivo. O valor do uso da terra em uma mesma área pública fica nítido quando nos relacionarmos com os sujeitos que vivem ou trabalha nela, ou seja, o valor da reprodução da vida e o valor da reprodução do capital.

4.3 - Conflitos Territoriais na Região Norte do Estado. Projeto Agrícola, Posseiros Assentados e Acampados.

Em Campos Lindos, município criado em 1989 e umas das maiores áreas produtoras de soja, as ações do governo estadual incidiram diretamente na territorialização do agronegócio, via produção de soja. Se em Pedro Afonso os maiores esforços giraram entorno de ações do governo Federal, com a criação do PRODECER III, em Campos Lindos, as ações do governo estadual, expandiram vastas áreas para produção de grãos nessa região do estado, gerando consideráveis problemas sociais, principalmente aos sujeitos trabalhadores do campo.

No município de Campos Lindos o poder público estadual influenciou diretamente na expansão da produção de soja, titulando terras, a partir do ITERTINS – Instituto de Terras do Tocantins e desapropriando áreas, transferindo-as para familiares, empresários, políticos e secretários de estado, segundo o Ministério Público Federal, onde os posseiros não receberam nenhum tipo de indenização.

Para Cifuentes (2013, p. 87), —Em Campos Lindos (TO), em 1997, “o governo do Estado, num processo imerso na ilegalidade, expropriou todos os estabelecimentos, moradias e benfeitorias, numa extensa área de mais de cento e cinco mil hectares das melhores terras do Cerrado”.

Alegando utilidade pública o governo do Tocantins desapropriou cerca de 44.000 hectares em agosto de 1996, em áreas que hoje compõem o município de Campos Lindos, com o discurso de implantação do Polo de Produção de Grãos e Frutas de forma cooperativa, pois considerava as terras dessa área devolutas.

Um ano depois, o mesmo governador do estado, revoga o decreto de 1996, e, alegando utilidade pública, desapropria em 1997, 105.690,50 hectares (CIFUENTES, 2013). Os motivos alegados pelo estado para tal ato foram publicados em diário oficial do Estado do Tocantins

CONSIDERANDO que o Decreto nº 315, de 30 de agosto de 1996 declarou de utilidade pública três áreas de terras, todas localizadas no Loteamento Fazenda Santa Catarina, situado no Município de Campos Lindos, neste Estado, destinando-as para dar continuidade ao Subprograma de Promoção e Diversificação da Produção Vegetal e Animal no Estado do Tocantins, que tem por finalidade processar a implantação do Pólo de Produção de Grãos e Frutas de forma cooperativa, visando a atingir os mercados nacional, internacional e

estrangeiro, tornando terras consideradas improdutivas em produtivas. (CIFUENTES, 2013, p. 85).

Neste contexto, as famílias que hoje ocupam essas áreas, expropriadas para o capital, vivem com a possibilidade de serem despejados a qualquer momento, pois não possuem a segurança jurídica para estar na terra.

Muitos deles relataram que estão em suas comunidades tradicionais há mais de 3 séculos, e que hoje são obrigados a ocupar apenas os fundos de vales, onde a produção de soja não chega. Sobre populações tradicionais, Almeida (2004, p. 12), assinala que,

A própria categoria “populações tradicionais” tem conhecido deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada mais e mais do quadro natural e do domínio dos “sujeitos biologizados” e acionada para designar agentes sociais, que assim se autodefinem, isto é, que manifestam consciência de sua própria condição. Ela designa, deste modo, sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político organizativo uma diversidade de situações.

Para o Sr. Genivaldo³⁸, pertencente a uma das famílias tradicionais da Comunidade Serra do Centro (imagem 16), a desapropriação desconsiderou toda cultura, tradição, que existia ali, desde o aproveitamento do Cerrado, tanto para criação de animais, como para aproveitar os recursos naturais, desde a caça.

Imagem 16 - Camponês relatando sobre a perda de suas terras. Na imagem o camponês faz um desenho do avanço da produção de soja sobre sua propriedade deixando-o ilhado do ponto de vista do modo de produção.



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

³⁸ Nome fictício em homenagem a Genivaldo Braz do Nascimento, liderança camponesa assassinada em 08/07/2016, no município de Araguaína (TO).

Conflitos, muitas vezes violentos entre posseiros e o poder públicos ocorrem nas desapropriações. Relatos de destruição das plantações e o avanço da cerca sobre suas áreas já restritas, por parte dos proprietários, indicam a insegurança dos posseiros em continuar resistindo na luta pela posse da terra.

Para além da posse da terra, outros problemas são mencionados, como o uso de agrotóxicos na produção de soja contaminando a água e a plantação dos posseiros (Imagens 17 e 18), impasses trabalhistas e problemas de saúde advindos do processo de cultivo da monocultura.

Imagem 17 - Lavoura de soja. Área plantada de soja no município de Campos Lindos, local onde antes moravam camponeses da comunidade tradicional Serra do Centro, que estão sendo empurrados pelo agronegócio para as áreas de preservação.



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

Imagem 18 - Uso de agrotóxicos na lavoura. Durante o trabalho de campo nos deparamos com trabalhadores manuseando agrotóxicos para aplicação na lavoura de soja. Essa prática acaba lançando veneno nos rios que abastecem as propriedades camponesas.



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

Em conversa com os camponeses, ficou característico o modo de vida desses sujeitos que resistem ao avanço do capital. Em grande número, sua população é composta por comunidades tradicionais, que praticam o extrativismo, agricultura de base tradicional e criação de gado na solta³⁹.

Para Santos (2000, p. 81) “hoje, com a globalização, a Terra é inteiramente compartimentada, e todo e qualquer pedaço da superfície se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas”.

Nesse sentido, o modo de vida dessas comunidades criam um contraste na maior região produtora de soja do estado do Tocantins, que se caracterizou pela expropriação

³⁹ A prática de criar gado na solta está ligada ao uso comum e coletivo de uma área, onde o animal pasta de forma livre e posteriormente é trazido por cada um de seus donos para as propriedades. DAYRELL (1998). Segundo (LÚCIO, 2013, p.87), “as regras que definem a prática da solta são informais e se baseiam em acordos de parceria entre eles. Todos os dias pelo menos um criador visita a área da solta”.

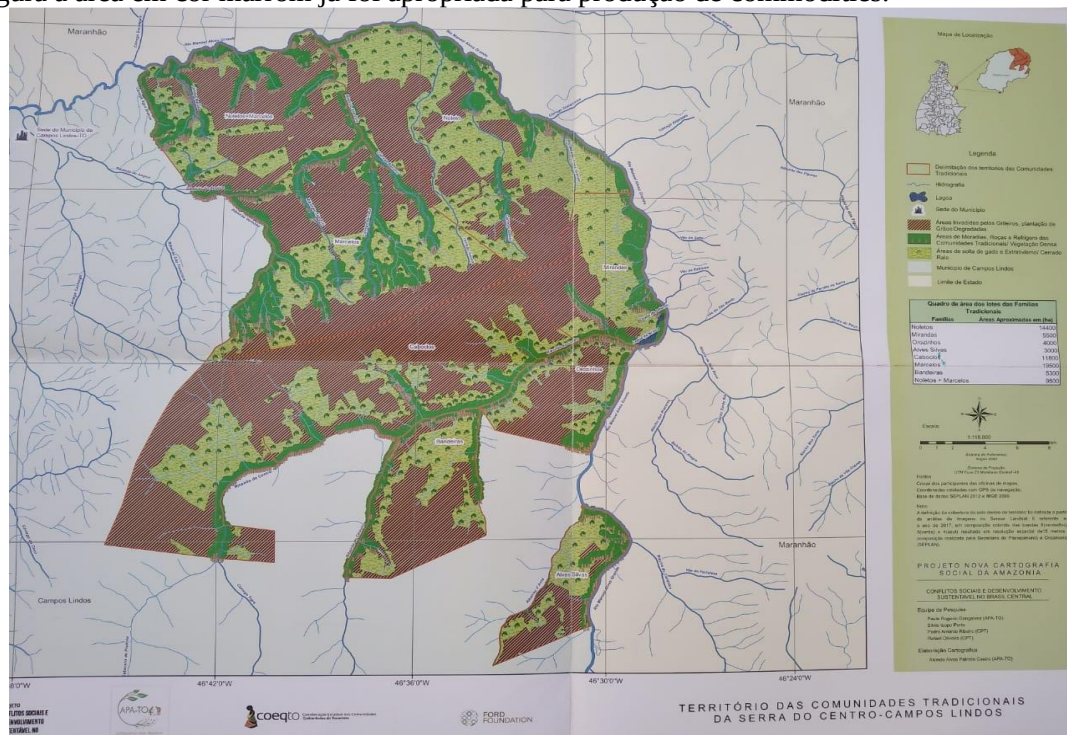
de famílias de suas terras e a ligação de espaços local/mundial a partir do capital, tornado essa relação conflituosa nos territórios, na medida que os interesses do sertanejo/posseiro vai na contramão do grande produtor.

Em histórias de vida nos relatada, a ancestralidade sempre está presente ao definir o lugar onde vivem e que agora pertence ao capital. A terra é uma “herança” passada de bisavos, avos, pais para filho e está no imaginário dos camponeses a partir de sua terra natal, em sua maioria do estado do Maranhão, dos locais das casas, dos pés de manga e macaúba, do curral, do lugar do plantio.

Sobre esse sentimento de pertencimento relatado, alguns critérios são postos quando se trata de comunidades tradicionais, como “raízes locais profundas; fatores político-organizativos; autodefinições coletivas; consciência ambiental; e elementos distintivos de identidade coletiva” (ALMEIDA, 2004, p 20).

Suas falas refletem uma vivência na terra, uma ligação com ela marcada pelo tempo e que ultrapassa sua noção de mais valia, característica de seu uso atualmente, além de se encontrarem bem organizados politicamente. Conversamos com alguns moradores do território chamado de Serra do Centro no município de Campos Lindos (imagens 19).

Imagem 19 - Mapa da Comunidade Serra do Centro. Mapa do território elaborado pela própria comunidade com a ajuda técnica de várias instituições que mediam o conflito dessa região. Na figura a área em cor marrom já foi apropriada para produção de commodities.



Fonte: Projeto: Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central. 2018.

Representantes que formam essas comunidades, relataram a perda de suas terras por a plantação de grãos. Em um trabalho produzido em parceria com instituições de ensino, CPT – Comissão Pastoral da Terra e a APA-TO – Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins, essas comunidades elaboraram um material que apresenta as histórias e modos de vida dos sujeitos sociais que a compõem.

No mapa produzido, todo o recorte pertencia a comunidade. Este recorte é formado por 8 lotes onde cada família tradicional: Noletos, Mirandas, Orozinhos, Alves Silvas, Caboclos, Marcelos, Bandeiras e Noletos+Marcelos, possuíam suas áreas.

A área em marrom indica as terras das comunidades que foram expropriadas para o agronegócio. Percebe-se no mapa, na cor verde claro, que os camponeses foram sendo empurrados para as áreas de reserva, ficando restrita sua moradia, a criação de gado e extrativismo as margens dos rios.

Sobre o uso da terra pelas comunidades tradicionais e o avanço da produção de soja frente a elas, o camponês Raimundo Marcelo relata, em um material impresso entregue a nós pelo representante do sindicato rural de Campos Lindos, o Sr. João Ramos ao realizar o campo, que

Era uma relação cultural, e hoje não tem isso, porque quem tinha cento e cinquenta gado nessa região, hoje não tem nenhum pra fazer chá de rapa do chifre. Não tem mais, onde tinha duzentos e tanto, trezentos gado hoje você chega lá e acha vinte, e a soja tá a trinta metros do terreiro deles. Lá onde era o maior pátio de vaquejada, que era aqui na Primavera, hoje é uma das grandes fazendas de soja, e hoje a soja tá no terreiro, o cara não pode nem criar galinha. (GONÇALVES *et.al.*, 2018, p.18).

Na região conhecida como Comunidade do Mirante, também no município de Campos Lindos, os conflitos por terra estão latentes. Rodeados pela plantação de soja, os camponeses desta comunidade já sofreram ordens de despejo acionadas por fazendeiros, mesmo com a área esta em litígio, pois segundo os camponeses a área é da União.

Mesmo sem definição jurídica final da posse da terra, o poder público do estado do Tocantins colocou frente a frente cerca de 40 policiais armados e mais de 100 posseiros. Segundo relatos, o intuito era fazer a medição das terras da comunidade por um corretor de imóveis.

Neste conflito foram queimados barco com carretinha, pontes por onde os policiais iam passar, colocados pedaços de metal enterrados no chão para cortar pneus, árvores derrubadas no meio da estrada e etc.

O desfecho deste conflito passou pela intimação de 40 famílias de posseiros e do dono de uma empresa que dizia ser o proprietário da terra, e argumentou que não sabia que tinham tantas famílias morando lá. Segundo falas dos posseiros o juiz indicou que iria pedir a perícia das terras para reconhece-los como proprietários, porém o juiz foi retirado antes de fazê-lo e a situação atual encontram-se da mesma forma.

A insegurança jurídica, a expropriação de terras, o isolamento e a ausência do poder público como mediador, faz com que no município de Campos Lindos -TO os conflitos por terra sejam perenes, porém a resitência dos posseiros se mostra organizada, seja através de sindicatos, união das comunidades, envolvimento de instituições de ensino superior como a UFPA - Universidade Federal do Pará e a UFT - Universidade Federal do Tocantins no debate e o apoio da Comissão Pastoral da Terra e Associação Alternativas para pequenos Agricultores.

De 2010 a 2015 o número de pessoas ameaçadas de despejo saltou de 02 para 1266. O número de famílias atingidas por conflito por água também aumentou consideravelmente nas últimas décadas, em decorrência da construção de usinas hidrelétricas.

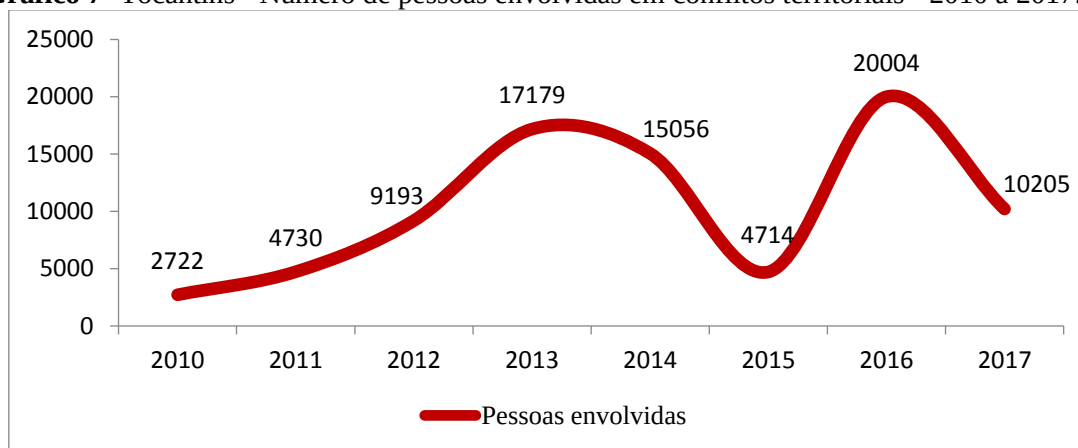
Ainda de acordo com os dados da CPT (Gráfico 08), das cinco formas de violências levantadas, todas tiveram crescimentos acentuados no campo tocantinense. Entendemos que esse aumento pode estar ligado ao crescimento de áreas para produção de soja.

Dados de conflitos por terra no Tocantins mostram a elevação no número quantidade de famílias envolvidas em conflitos territoriais, principalmente após 2015, ano da formalização pelo governo federal do MATOPIBA (gráfico 07). Porém quando vinculamos nossa observação para o (gráfico 08), pode-se considerar o clima de tensão gerado pela chegada desse programa.

Como demonstrado no capítulo anterior, as empresas que monopolizam a produção de commodities, estimulando a oferta desses produtos, tanto em escala nacional como internacional estão presentes de norte a sul do estado, com isso, as áreas para cultivo dessa *commoditie* vem aumentando a cada ano.

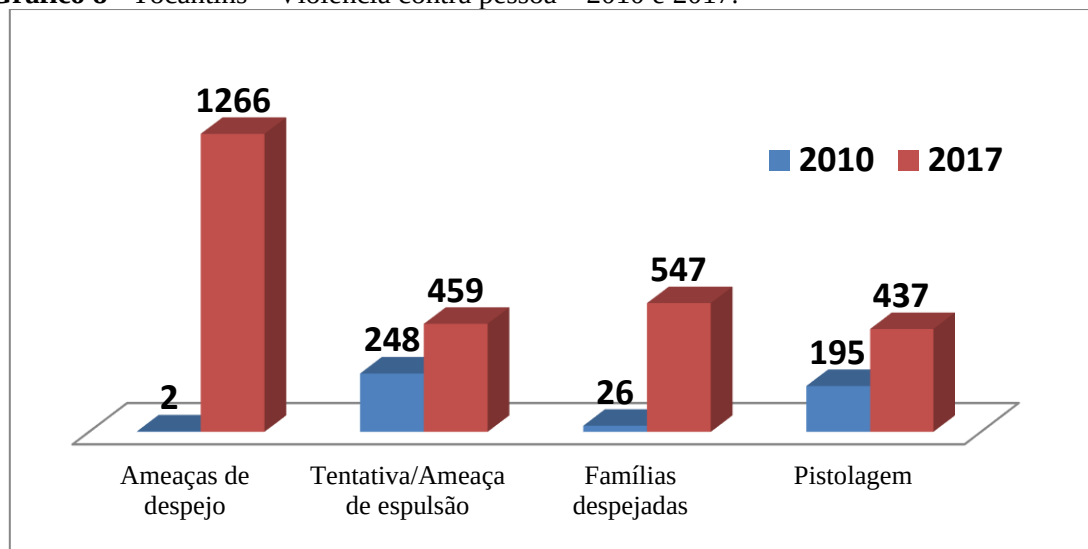
Quando relacionamos essas informações com a presença das multinacionais no Tocantins, podemos fazer uma leitura que a violência já estava em processo crescente com a territorialização das *tradings*, a partir dos anos de 2010. Isso nos faz ponderar que para o avanço, consolidação e legitimação do agronegócio na região necessitava-se de um aparato Estatal, através de mecanismos de subordinação do território, culminando na criação do MATOPIBA.

Gráfico 7- Tocantins - Número de pessoas envolvidas em conflitos territoriais - 2010 a 2017.



Fonte: CEDOC Dom Tomas Balduino – CPT, 2018. Organização: Rocha.

Gráfico 8 - Tocantins – Violência contra pessoa – 2010 e 2017.



Fonte: CEDOC Dom Tomas Balduino – CPT, 2018. Organização: Rocha

Observa-se a partir dos gráficos, que em menos de 10 anos a violência no campo tocantinense tem aumentado consideravelmente. Segundo o site Conexão Tocantins,

2017, em entrevista com coordenador da CPT, traz uma leitura das características dos conflitos existentes no estado.

Com três assassinatos no campo e 105 ocorrências de conflitos agrários, 2016 foi um dos anos mais violentos no Estado do Tocantins. Além das três mortes registradas, houve outras duas tentativas de homicídios envolvendo agricultores familiares, sete ameaças de morte e 11 agressões físicas. Esse tipo de violência, em suma, é praticado por pistoleiros e jagunços a mando de grandes grileiros latifundiários. “A inoperância do Incra do Programa Terra Legal com o terror vivido nas comunidades do campo, visto que áreas da União estão sendo griladas e o governo federal em vez de dar a destinação correta para essas áreas, legitima a grilagem de terras”, como aponta Edmundo Rodrigues, coordenador da regional Araguaia-Tocantins da CPT, que acrescenta “atribui-se, também, a responsabilidade ao poder judiciário, que segue concedendo mandados de reintegração de posses sem ouvir famílias, sem fazer perícia, o que ocasiona diretamente na expulsão do povo camponês” (CONEXÃO TOCANTINS, 2017, pag. 01).

A luta pela terra é marcada por violência e morte no campo tocaninense. Corroborando os dados da CPT, pudemos ver em loco como essa violência opera em uma das atividades de campo. Na manhã do dia 27/01/2020 nos encontramos, em uma residência na cidade de Araguaina - TO, com a Dona Regina⁴⁰ e sua filha, que nos acompanhou até o acampamento Gabriel Filho.

Dona Regina é uma das camponesas acampadas, que perdeu suas terras em reintegração de posse de uma área denominada Fazenda Recreio. Para Fernandes (2003, p.25) “O Brasil tem a segunda concentração de terras do mundo e está entre os dez países com maior índice de desigualdade. A Reforma Agrária ao atingir a estrutura fundiária concentrada, democratizando o acesso à terra, modificará essa conjuntura”.

Porém a luta desses camponeses pela posse da terra demonstra o quão distante estamos de uma Reforma Agrária Popular que consiga alcançar a todos. Chegamos até o acampamento, em um dia chuvoso, que fica ao lado da terra que os posseiros viviam, por um percurso de cerca de 5km de estrada de chão, saindo da via pavimentada.

No acampamento fomos convidados para uma conversa, onde neste dia, só haviam mulheres e crianças no local e em número reduzido, pois a maioria dos acampados tiveram que ir para a cidade em busca de trabalho.

⁴⁰ Nome fictício em homenagem a Regina dos Santos Pinho, liderança camponesa do Assentamento Zumbi dos Palmares, assassinada em 08/02/2013 no município de Campos dos Goytacazes (RJ), combatendo as investidas dos latifundiários visando à expulsão das/os assentadas/os

Na entrevista realizada com a Dona Regina e sua mãe, foi relatado que as famílias que ocupavam a área abandonada da fazenda estavam no local desde 2007, cada um em seu lote, quando no mesmo ano, dois proprietários reivindicaram a terra e começaram uma disputa judicial por sua posse, porém os camponeses continuaram ocupando o espaço, aguardando uma decisão da justiça.

A área em disputa, segundo o site Reporter Brasil em reportagem de 2010, diz que a Fazenda Recreio foi dividida em duas, sendo uma a Fazenda Freitas onde os posseiros ocupavam e a outra a Fazenda Recreio II, de responsabilidade do antigo dono de toda a extensão, que já concordou em negociar a parcela que lhe cabe para viabilizar o projeto de assentamento. Para Feliciano (2006, p. 111).

A partir do momento em que as fazendas são ocupadas, logo aparecem donos de direito das terras que de fato não tinham dono. E na maioria das vezes, ao lado do proprietário, surgem os “seguranças” da propriedade. Assim o impasse está configurado.

Na entrevista, foi relatado que os primeiros conflitos ocorrem quando um dos proprietários, chamado Paulo de Freitas começou a derrubar e incendiar os barracos dentro da fazenda ocupada. Essa violência praticada contra o posseiros, culminou em 2010, segundo as camponesas, com este proprietário assassinando um dos membros da comunidade, chamado de Gabriel Filho. (REPÓRTER BRASIL, 2010).

Segundo relatos das camponesas um facão foi subtraído a força pelo Paulo de Freitas das mãos da senhora Maria José⁴¹, uma acampada. Gabriel Filho que era uma das lideranças do acampamento, chegou a se deslocar até a delegacia de Palmeirante - TO para fazer o boletim de ocorrência acerca do caso.

Contudo, não encontrou ninguém na unidade policial para fazer o boletim de ocorrência. No retorno, teve ainda de fazer um desvio por um caminho mais longo para evitar bloqueios por parte dos ameaçadores e chegar até o acampamento.

Porém naquela mesma tarde, Gabriel Filho foi até a sede da fazenda pedir o facão de volta, pois era seu. Neste momento em 16 de outubro de 2010 ele foi assassinado (imagens 20 e 21), com 5 tiros, onde segundo os acampados foram disparados por Paulo de Freitas.

⁴¹ Nome fictício em homenagem a Maria José Amorim Silva Lima, presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Povoado Belo Monte 3, zona rural de Amarante, sudoeste do estado do Maranhão. Ela foi morta em 10 de julho de 2014 por pistoleiros, com quatro disparados enquanto estava na porta da sua casa, em plena luz do dia.

Imagem 20 - Gabriel Filho. Liderança da comunidade, foi assassinado dentro da área de posse pelo suposto proprietário da fazenda. O acampamento onde hoje se encontram as famílias despejadas leva seu nome.



Fonte: CPT – Araguaína/Tocantins

Imagem 21 - Local do assassinato de Gabriel Filho. Ao deixarmos do acampamento em direção a cidade de Araguaína, nos deparamos com uma cruz que marca o local onde o camponês Gabriel Filho foi assassinado.



Fonte: Rocha, Janeiro 2020.

Segundo o site Repórter Brasil de 2010, “os próprios agentes da pastoral sofreram ameaças diretas de Paulo de Freitas. Na companhia de pistoleiros com armas de fogo, o fazendeiro teria declarado inclusive que daria um basta à vida de outro acampado”. Após a morte de Gabriel Filho, segundo as camponesas, o acusado pela morte fugiu para o Japão, ficando as famílias morando na terra.

Após 8 anos da morte de Gabriel Filho, em 2018 foi cumprida a reintegração em favor de Paulo de Freitas. Segundo o site Mongabay, em publicação de 2018, intitulada “Comunidade desalojada por acusado de assassinato busca justiça para Gabriel Filho” diz que

Coincidentemente, o juiz que concedeu a Paulo de Freitas o direito de expulsar as famílias é o mesmo juiz que comanda o caso de assassinato. O juiz, assim como Paulo de Freitas, é um grande proprietário de terras e fazendeiro da região. Alguns membros da comunidade acreditam que o juiz é um bom amigo de Paulo de Freitas. A Mongabay tentou contato com Paulo de Freitas, por meio de seu advogado, mas não obteve resposta. (MONGABAY, 2018).

Na ocasião da reintegração de posse a defensoria pública do estado do Tocantins juntamente com a CPT - Comissão Pastoral da Terra, entrou com *habeas corpus* em 2017 para impedir a reintegração de posse, onde a DPE alega que “há controvérsia da área que se pretende reintegrar de fato e, ainda, a área descrita no mandado, além de cobrar uma urgente solução para o caso antigo de homicídio na comunidade. No pedido de *habeas corpus* impetrado pela defensoria do estado do Tocantins, está em anexo um texto rimado, produzido pelo defensor público Sandro Ferreira Pinto, que espelha a realidade vivida por esses camponeses, dizendo

Do assassinato do camponês, sete anos se passaram
E até hoje ninguém se viu preso
Se o réu do processo está ileso
Vou contar dos trabalhadores que ficaram
Dez anos se passaram, por todo tempo trabalharam
Semearam, colheram e de novo plantaram
E por tanto terem trabalhado
Eles que nunca foram denunciados
Temem ser encarcerados
Quem matou o companheiro falecido? O finado Gabriel Filho
Até hoje nunca foi perturbado
Já o camponês que não morreu
Por ser pobre será castigado
Feito bicho escorraçado
Com tanta desolação, os conflitos pedem socorro
E deixam a indignação
Como podem tratamentos tão distintos?
E se perguntar não ofende, deixo outra questão

Se o dono da terra no processo criminal diz estar no Japão
 Pra que tirar desse povo o sustento que vem do chão?
 E para fechar a discussão, pergunta nossa gente desiludida
 Por onde andará a tal função social, na Constituição prometida
 Não sei... (DEFENSORIA PÚBLICA DO TOCANTINS, 2017).

Segundo relato da Dona Regina, no momento da reintegração, Paulo de Freitas, acompanhado de polícias, derrubou casas, padrão de energia e pé de manga dentro da fazenda. Com o despejo dos camponeses, foi cedido um espaço para as famílias em frente a fazenda onde eles moravam.

Nesse local estavam acampados famílias pertencentes ao mesmo grupo, porém esses não foram retirados porque era uma área desmembrada e as famílias tinham entrado com o pedido de usucapião, contudo essa área também diz ser de propriedade de Paulo Freitas, mas que até o momento não conseguiu expulsar os trabalhadores.

A questão agrária no Brasil passa pelas intensificações das lutas e reivindicações travadas pelos movimentos sociais, seja quando entram na terra e armam suas barracas, à espera de uma solução do governo ou quando acampam à frente dos Ministérios. É importante destacar que inclusão e exclusão social no campo são resultados de ações políticas que se configuram num mesmo espaço, especificamente pelo caráter contraditório das relações capitalistas e não capitalistas.

Discutir os espaços de inclusão como a luta pela terra por meio da ocupação e acampamento é uma forma de reivindicar a realização de uma Reforma Agrária Popular. Para Fernandes, (1993, *apud*, FELICIANO, 2006, p. 109),

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. são, por conseguinte, realidades em transformação. É uma forma de materialização dos sem-terra e trazem em si os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações.

Neste sentido, o acampamento, passa a ser para aos camponeses uma alternativa quase que imprescindível na mobilização pela posse do território, suas identidades se fixam nele, tornando pelo tempo que ali resistem parte de si mesmos. Logo que materializado o acampamento, toda uma estrutura é erguida para dar o mínimo de condições aos acampados para permanecerem o máximo de tempo possível na luta pela terra.

São construídos refeitórios, espaços para reuniões, salas de aula e logística para obtenção de água e alimentos, porem tudo isso de forma precária e dependente muitas

vezes de órgãos públicos como é caso da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, que fornece alimentos aos acampamentos. Ao mesmo tempo em que coexistem em um espaço comunitário, suas singularidades podem ser notadas em cada barraco que apresentam formas variadas de estrutura se adequando as necessidades de cada família.

Nesse processo de materialização do acampamento, o enfrentamento torna-se algo latente no dia a dia dos acampados, tais enfrentamentos vão surgindo à medida que o acampamento toma corpo e visibilidade dependendo da forma de ocupação realizada. As formas mais violentas de enfrentamento se dão quando a ocupação é feita dentro de fazendas improdutivas ou devolutas, mesmo com essas terras não cumprindo sua função social, o que é uma característica inalienável da terra, segundo a Constituição Federal brasileiras.

Vivendo de forma desumana, os camponeses ali resistem e insistem (imagens 22 e 23), em querer a terra sem nunca perder a esperança de um dia estar com os pés pisando nela. Desta forma, foi montado o acampamento para que a luta pela terra continuasse.

Imagem 22 - Estrutura externa. Ao chegarmos no acampamento fomos autorizados a produzir imagens do acampamento. Esta é a estrutura externa das moradias, composta por madeira e lona, construídas pelos acampados



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

Imagem 23 - Vista do acampamento. A vista panorâmica do acampamento mostra a estrutura das moradias em que os acampados vivem. Observa-se que alguns barracões foram desmontados e a captação de água e precária.



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

Estando neste local desde 2018, foram levantados barracões com estrutura precária para as famílias se alojarem e aguardarem o desfecho jurídico da criação do assentamento. Vivem nos barracos hoje, feitos de lonas e pedaços de madeira, cerca de 20 famílias.

Mesmo com a saída dos camponeses da terra, o conflito e a violência continuaram. Por estarem acampados ao lado da fazenda que eles pleiteiam, começaram a serem alvos de ameaças de jagunços contratados pelo fazendeiro, a partir de novembro de 2018.

As camponesas relatam que os jagunços ficavam parados próximos da cerca que divide o acampamento da fazenda, e a noite elas os viam debaixo dos pés de manga, que ficavam com os restos de cigarros deixados. Um dos jagunços chegou a ir até o acampamento se identificando como policial e estava ali com o conhecimento das polícias de Araguaína - TO e de Colinas – TO, inclusive apresentando documento de identificação militar.

Segundo relatos do camponeses esse jagunço é policial aposentado do estado Pará e compõe milícia para segurança de fazendas, sendo que sempre que possível, passa próximo ao acampamento levantando a camisa, mostando que está armado.

As acampadas relatam ainda que, sempre que precisam sair da área do acampamento sozinhas e os encontram, são questionadas para onde vão e o que vão fazer, assim também acontece com pessoas conduzindo motocicletas ou carros pelas vias que dão acesso a fazenda.

Outras formas de intimidação também são relatadas, como a sabotagem de motocicletas na varanda dos barracos, colocando açúcar no motor, inclusive deixando um recipiente com o produto no local e envenenamento de cães.

Em 6 de fevereiro 2019, houve outra morte dentro da área em conflito, segundo relatos, um dos jagunços contratados pelo fazendeiro foi morto por um dos acampados. Segundo Dona Regina, foram presos em abril do mesmo ano, cerca de 9 pessoas do acampamento, acusadas pelo crime, incluindo ela, o marido e o filho.

Dona Regina relata que em agosto de 2019, a polícia foi até o acampamento prende-la, sob a acusação de estar foragida. O seu marido, sabendo da prisão veio da região do Bico do Papagio no Tocantins para se apresentar na delegacia de Araguaina – TO.

Dona Regina foi levada para o presídio feminino de Babaçulândia – TO, onde deu entrada no dia 13 e saiu dois dias depois, 15/08/2019, seu marido, que foi encaminhado para o casa de prisão provisória de Araguaina – TO e saiu no dia 16/08/2019, após pedido de soltura feito por advogado particular, porém seu filho, que segundo a mãe de Dona Regina possui problema mental, continua preso, até momento da pesquisa de campo.

A justiça diz aos familiares que, os que estão soltos não podem visitar os que estão presos, pois respondem no mesmo processo, como é o caso da Dona Regina que não pode ver o filho.

Os relatos das camponesas são acompanhados de muita emoção e tristeza nas falas e nos gestos. Explicar a forma como os familiares e amigos foram acusados e presos, torna essa parte da entrevista carregada de sentimento de injustiça, choro e impotência. (imagens 24 e 25).

Imagem 24 - Entrevista com Dona Regina. A entrevista com Dona Regina foi realizada em uma área comum do acampamento. O relato da camponesa é carregado de muita emoção e sentimento de injustiça.



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

Imagem 25 - Entrevista com a mãe da Dona Regina. Sua mãe se mostra ainda mais emocionada ao relatar toda a violência pela qual os acampados têm sofrido. As expressões corporais, o choro, mostram como a produção territorial do conflito é perversa e desumana.



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

Nota-se nas falas dos acampados a dificuldade que é a luta pela terra, mas ao mesmo tempo, a grande vontade de ter seu pedaço de chão. Assim também é a angústia de perceber que o poder público simplesmente age de forma lenta e parcial nas tomadas de decisões quando diz respeito ao assentamento de camponeses. Ao final da pesquisa no acampamento, organizamos nosso retorno para Araguaína, onde nos acompanhou de volta a Dona Regina, sua mãe e uma criança de 7 anos. Sobre planejar a rota para entrar e sair da área da fazenda, fomos orientados por elas a seguir por um caminho diferente do que tínhamos feito na chegada, onde teríamos menor probabilidade de encontrarmos os jagunços.

Porém, ao distanciarmos uns 2 quilômetros do acampamento, nos deparamos com 3 homens que estavam arrumando um “mata-burro” e com isso tinham impedido a passagem de veículos. Os homens foram identificados pelas camponesas como sendo os jagunços da fazenda, inclusive um deles era bem conhecido dos acampados. O medo foi instantâneo dentro do carro. As camponesas se abaixaram com receio de serem identificadas. A criança foi escondida atrás do banco do carro e as mulheres pediram para que alguém fosse falar com os pistoleiros. Naquele momento ficou muito perceptível o medo e a violência que aquelas pessoas sofriam. Decidimos então pedir que liberassem a estrada para que pudéssemos passar (imagem 26).

Imagem 26 - Prof. Carlos Feliciano indo pedir que liberassem nossa passagem. Era necessário naquele momento que alguém fosse se apresentar aos jagunços explicando a nossa presença e intenção no acampamento.



Fonte: Thaysllorrane, Janeiro de 2020.

Na conversa como os pistoleiros fomos questionados sobre de onde estava vindo e para onde estava indo e se era da CPT, respondemos que somos da universidade e que estamos estudando o acampamento.

Os pistoleiros tiram os arames que estavam impedindo a passagem e indicou que virássemos a direita na próxima entrada, alegando que se seguissemos reto a estrada estaria em péssimas condições.

Porém ao informar as camponesas sobre a rota, as mesmas disseram que indo pela direita, de onde os pistoleiros estavam, podiam nos alcançar, pressupondo que a orientação dada poderia ser uma emboscada. Seguimos reto, na rota recomendada pelas camponesas, onde a estrada tinha condições boas de tráfego.

Deixamos a área do acampamento, mas as falas como a da criança de 7 anos “Vó são os jagunços”, ficaram ecoando em meio a tamanha violência que os camponeses do acampamento Gabriel filho vem sofrendo, principalmente as crianças, que com essa idade já se encontram no epicentro desses conflitos gerados pela ganância e o agronegócio.

Mesmo com toda essa dificuldade existente no Estado brasileiro para se ter uma Reforma Agrária que contemple a todos, trabalhadores organizados e os movimentos sociais de luta pela terra têm sido os principais sujeitos de mobilização para que isso aconteça.

Acampamentos como o que visitamos já fazem parte de nossa paisagem e se configura como uma bandeira de luta contra um sistema que não aceita o trabalhador como dono do seu próprio meio de produção.

Em meio a essa realidade de violência e privações no campo tocantinense, em pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que realizou uma “Caravana ao MATOPIBA” que se iniciou no dia 04/09/2017, existem denúncias de violações de direitos humanos, como o direito à alimentação e impactos ambientais.

Dentro das comunidades afetadas estão agricultores familiares, povos indígenas e quilombolas e assentados da reforma agrária. Uma das considerações do Conselho é a de que “embora utilizam-se do conceito de sustentabilidade, que na região em tela ocorrem diversos conflitos que extrapolam a questão ambiental, conflitos fundiários,

principalmente com quilombolas e indígenas e a ocorrência de trabalho escravo”. (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA, 2017, p. 01).

Para Feliciano (2006), a violência é uma das características e está presente na história dos movimentos sociais do campo brasileiro. Segundo o autor, sobre a violência no campo,

No Brasil, trata-se de um fator alarmante, tendo sempre existido de forma insofismável. Muitos já morreram, outros resistem bravamente. Todos estão sujeitos a sofrer qualquer tipo de violência, seja física ou não. Mas a história do Brasil revela fatos que nos deixaram e deixam perplexos pela tamanha brutalidade como sucederam (FELICIANO, 2006, p. 81).

Considerando esse contexto exposto, o estado do Tocantins apresenta inúmeros problemas, sejam eles econômicos, sociais, políticos e ambientais, os quais precisam de uma maior visibilidade da sociedade civil e de órgãos de controle, pois o que se observa é uma verdadeira eliminação da fauna e flora do Cerrado, acompanhado de conflitos, muitas vezes mortais entre camponeses e grandes produtores.

Outras exemplificações da barbárie no campo tocantinense estão na Gleba Tauá e Chaparral. São duas áreas de posse de trabalhadores rurais que estão em conflitos jurídicos e violentos.

Participamos no dia 26/01/2020 pela manhã, junto com o representante da FETAET, de uma assembleia com trabalhadores rurais sindicalizados da Gleba Tauá, no município de Barra do Ouro – TO.

Nesta reunião (imagem 27), que contou com uma presença expressiva de camponeses, estava em pauta a indicação de 2 representantes para participar de um evento, que seria realizado em Palmas – TO, além da presença de representantes de uma empresa que estavam propondo criar uma cooperativa na região, para a produção de alimentos com os pequenos agricultores.

Imagem 27 – Assembleia com trabalhadores rurais em Barro do Ouro – TO. Nesta assembleia tivemos contato com camponeses posseiros da Gleba Tauá, em uma área que já foi considerada da união, mas sofre com ação de grileiros.



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

Durante a assembleia fomos convidados a nos apresentar. Explicamos a nossa presença, ressaltando a importância da união dos trabalhadores na resistência e luta pela terra, a relevância do pequeno agricultor para a produção de alimentos e que estávamos pesquisando conflitos agrários no estado do Tocantins.

Essa nossa fala, que aconteceu em todos os espaços onde estivemos na realização do campo, se tornou um momento importante no sentido metodológico da pesquisa, pois serviu para diminuir o distanciamento natural entre nós e os sujeitos que estavam sendo pesquisados.

Pesquisar áreas de conflitos requer criar um espaço de diálogo onde a confiança é estritamente exigida. Se inserir em uma lógica, mesmo que por curto período de tempo, onde muitas vezes a violência é constante e vidas são ceifadas, requer ter um posicionamento de empatia e entender que sua posição enquanto pesquisador é a de conseguir mais ouvir, não em um sentido neutro, mas o ouvir propositivo, intervindo de forma a agregar na ajuda para a resolução desses conflitos.

Neste sentido, estávamos com alguém que tinha conhecimento da comunidade e que facilitou nossa aproximação com os sujeitos presentes (imagem 28), como o Sr. Manoel Barbasa, representante da FETAET, ajudou a estreitar os laços de confiança.

Imagem 28 - Representante da FATAET e a presidenta do Sindicato Local. A assembleia contou com uma boa participação de camponeses na discussão da pauta do dia. Observamos que é presente o engajamento de entidades que auxiliam os trabalhadores do campo e fazem a mediação dos conflitos.



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

Nesta assembleia conversamos com algumas lideranças de comunidades rurais do município, como o representante da Gleba Tauá. Esta Gleba está em conflito jurídico e violento por terra há mais de 17 anos. As terras que a compoem pertence a União, onde vivem mais de 80 famílias e foi grilada pelo grupo Binotto, cujo proprietário é conhecido como Emilio Binotto, empresário em Santa Catarina.

Em relatos os posseiros da Gleba Tauá têm denunciado ameaças de morte e expulsão por parte deste empresário desde 2003, sendo que já ocorreu a derrubada de casas com motosserra e destruição de plantações de milho, mandioca e feijão.

Na fala dos camponeses o medo de que aconteça mortes é cotidiano, pois foram contratados pistoleiros para aterrorizar essas famílias. Segundo dados publicados pelo Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2013, só em 2012 na Gleba Tauá, na ordem que segue, houve a reintegração de posse impetrada pela CPT, denúncia do posseiro Moisés Messias sobre a queima do seu barraco e do seu irmão, inquérito civil público para apurar supostas irregularidades na ação de regularização fundiária, com a possível conivência de servidores do INCRA – TO, denúncia de que policiais militares, juntamente com o filho do empresário rural, Emílio Binotto, intimidaram os posseiros a deixarem suas casas e roças, audiência com o MPF- Ministério Público Federal - TO para averiguação de grilagem de terras neste município, audiência pública na Gleba Tauá com mais 150 pessoas, cumprimento pela Polícia Federal de um mandado de busca e apreensão para averiguar denúncias de grilagem de terra e no final do ano os posseiros fazem registro de ocorrência sobre a retirada de 10 animais (bois e vacas) da Gleba por parte de grileiro.

Em publicação na Revista Alterinfos América Latina (2015), intitulada: Agronegócio vs Povos da Terra foi registrada a fala da Dona Vitória⁴², moradora da Gleba Tauá onde a mesma relata que não pode plantar nada, pois é tudo destruído.

Na mesma publicação é exibido um vídeo, onde é realizada a reintegração de posse pela polícia militar do estado do Tocantins de forma violenta. Agentes da CPT, como o Frei Xavier Plassat e posseiros foram retirados a força em uma ação truculenta, inclusive com o barracão de Dona Vitória sendo destruído por um trator com funcionários do empresário Binotto. A reintegração de posse foi suspensa em decorrência da ação do empresário.

Em 2018, foi publicado um decreto da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA do Estado do Tocantins aprovando a proposta de destinação da área da Gleba Tauá para o assentamento de trabalhadores rurais, prevendo a criação de 57 unidades agrícolas familiares. O decreto determina,

Art. 2º a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(26)F desta Superintendência Regional para atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro na base dos dados cartográficos.

⁴² Nome fictício em homenagem a camponesa assentada Vitoria Filha do Nascimento, assassinada no município de Natividade (PI) em 26/08/2003.

Art. 3º Criar o Projeto de Assentamento Rio Tauá, código SIPRA nº TO0462000, com área de 2.606,1849 ha (dois mil, seiscentos e seis hectares, dezoito ares e quarenta e nove centiares), localizado no município de Barra do Ouro, Estado do Tocantins, a ser implantado por esta Superintendência Regional em articulação com as Diretorias desta Instituição. (DECRETO Nº 285, de 1º de Março de 2018).

Mesmo com o decreto, nos meses de julho e outubro de 2018, novamente a Gleba é alvo dos grileiros e casas são incendiadas e derrubadas. Segundo relatos dos posseiros as ameaças e as formas de coagir nos dias de hoje continuam as mesmas.

Porém, mesmo com a violência gerada pelo conflito, os camponeses resistem na terra e suas falas são de permanecer nela, mesmo sabendo que pode lhe custar a vida. Para fazer frente as sequências de atos violentos e a inaptidão do poder público em resolver a situação jurídica, as famílias da Gleba Tauá criaram estratégias para combater e dar visibilidade a sua luta. (imagem 29).

Imagem 29 - Mapa da Gleba Tauá. Os camponeses com a ajuda da CPT de Araguaína produziram mapas identificando as famílias tradicionais das áreas e panfletos que contam um pouco da história de luta e organizam feiras para vender seus produtos na cidade.



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

No mesmo dia, após conversas e entrevistas com camponeses em Barra do Ouro – TO, retornamos a Araguaina - TO de onde seguimos para a Gleba Chaparral no município de Nova Olinda – TO, uma área de cerca de 1.300 hectares.

Nossa presença estava sendo aguardada, pois estávamos acompanhados do Sr. Manoel Barbosa, representante da FETAET, que anteriormente havia marcado uma reunião com a liderança dos posseiros. Ao chegarmos no local da reunião, na casa da Dona Margarida⁴³, uma das líderes e mais de 40 pessoas entre mulheres, homens e crianças estavam nos aguardando.

A percepção do quanto aquelas famílias ansiavam por apoio, baseado na quantidade de pessoas em um final de dia de domingo foi o que primeiro chamou atenção. Nas falas e pedidos de ajuda essa impressão ficou nítida. O medo trazido pelos conflitos violentos no campo brasileiro justificam a fala de milhares de trabalhadores rurais posseiros.

No Brasil, em 2019 houve um aumento de 14% no número de assassinatos, sendo nove indígenas, sete sem-terra e cinco assentados, onde quase metade eram lideranças. Houve ainda, crescimento de 7% no número de tentativas de assassinato e 21% em ameaças de morte. (REDE BRASIL ATUAL, 2019).

Nesta evolução de conflitos no campo, as famílias da Gleba Chaparral, que estão na terra há mais de 11 anos, tinham sido despejada a menos de um ano das áreas que mantinham posse, onde seus pertences, produção, animais e casas foram depredados nesta ação, porém essas famílias retornaram para a terra, mesmo sem uma ordem judicial. Essa não foi a primeira vez que a comunidade sofre a ameaça de despejo.

Segundo a Prestação de Contas Ordinária Anual do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2013, por meio da atuação conjunta da OAR-TO – Ouvidoria Agrária Regional, Defensoria Pública, advogados particulares, MPF – Ministério Público Federal, INCRA, AGU- Advocacia Geral da União e Programa Terra Legal foram evitados despejos das 47 famílias de trabalhadores rurais que compõem a Gleba Chaparral.

⁴³ Nome fictício em homenagem a Margarida Maria Alves, liderança camponesa foi assassinada em Alagoa Grande (PB) na porta de sua casa no dia 12/08 1983, na presença de sua mãe, seu marido e filho, com um tiro de espingarda no rosto.

Segundo entrevista realizada em 2017 para o site Conexão Tocantins, o Coordenador da Comissão Pastoral da Terra – CPT – Araguaína/Tocantins, Edmundo Rodrigues da Costa, disse que a “pauta referente a assentamentos em terras públicas da União é uma demanda antiga e que há muito tempo o grupo busca do diálogo e as solução da ocupação dessas áreas”.

Na fala do coordenador da CPT podemos visualizar um dos elementos centrais que integram a tese que é a inércia planejada do poder público em resolver a questão fundiária de suas terras, produzindo insegurança jurídica.

Nas entrevistas realizadas com os camponeses (Imagem 30), os conflitos mais violentos iniciaram há dois anos, quando as famílias conseguiram colocar energia elétrica em suas propriedades e por esse motivo apareceu o suposto proprietário sem mostrar a titularidade da terra, e que segundo os camponeses é proveniente do Rio de Janeiro. Porém segundo a DPE – TO – Defensoria Pública Estadual as terras são públicas e pertencem à União.

Este é um dos casos que se configura dentro do Decreto de Lei de nº 1.164/71 (revogado), porém não anulado, que legitimam as áreas da União no estado do Tocantins, pois estas terras estão dentro do limite de 100 quilômetros as margens da Rodovia Federal BR 153.

Imagem 307 - Entrevista com lideranças da comunidade. Ao chegarmos no local nos apresentamos e ouvimos os relatos de violência sofridos pelos trabalhadores. Suas falas carregadas de apreensão pelo receio de serem despejados da terra, ditou o andar da nossa conversa.



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

Os posseiros relatam que antes da reintegração de posse que os despejaram da terra em 2019, uma reunião foi marcada para resolver a situação das famílias, porém instituições como AGU e INCRA, que segundo eles deveriam estar na reunião não compareceram, sendo que a mesma foi realizada em uma delegacia com a presença de representantes do suposto proprietário e uma representante dos direitos humanos.

Mesmo não apresentando a titulação da terra e sem a presença destas instituições, foi homologada a reintegração e posse e as famílias tiveram que deixar a área. Antes da volta das famílias para a terra sem ordem judicial, as ameaças continuaram. Uma das líderes da comunidade a Dona Margarida relata em entrevista, como as ameaças ocorreram.

A ameaça foi dizendo que vinham derrubar os barracos...ficamos sabendo que no posto onde eles abasteceram dizendo que iam arrancar tudo e jogar no meio do tempo, jogar não sei pra onde...os mesmo chegaram no posto Filadelfia e disseram, agora nós vamos abastecer os tratores para derrubar o barracos...foi onde nós entramos antes de derrubar os barracos. (Entrevista realizada no dia 26/01/2020).

As famílias de posseiros que compõem a Gleba Chaparral produziam grande parte de seus alimentos em sua terras, de forma agroecológica, onde tinham estruturas para criação de aves e porcos, além do plantio de cupuaçu, limão, mandioca, pimenta, goiaba, abobora, milho, possuindo também uma fábrica de farinha.

Com o conhecimento por parte dos posseiros, de que iriam derrubar os barracos, e o receio pela destruição das plantações, as famílias retornaram para a terra, mesmo correndo o risco de entrarem em confronto violento com os que os ameaçaram, retomando seus plantios e suas criações. Em janeiro de 2020, quando fizemos a pesquisa no local, a sensação dos camponeses era o medo de que a qualquer momento poderiam ser despejados de suas terras.

Essa lógica de violência está perpassada pelo entendimento que o desenvolvimento capitalista no campo ocorre de forma contraditória e desigual, pois ao mesmo tempo que avança sobre o campo, e procura eliminar os sujeitos que estão emperrando seu avanço, também gera seu contrário, criando brechas e formas para que as relações não capitalistas se materializem, seja em assentamentos, áreas de territórios tradicionais, ou então o processos de migração de camponeses posseiros. (OLIVEIRA, (2004).

Entendemos que a dinâmica econômica e de relações sociais locais, na atualidade é visivelmente alterada pela produção de *commodities*, principalmente a soja no MATOPIBA, seja pela forma homogênea que se apresenta, por tecnologias inseridas, antes vistas em grandes centros produtores e por produtores especializados, por empreendimentos voltados exclusivamente para tal demanda ou mesmo pela mudança do cotidiano dos moradores locais.

O MATOPIBA, enquanto projeto de expansão da produção monopolista no campo, se configura como mais um ponto estratégico para ação de agentes que promovem a expansão do agronegócio, que se instalam nessas regiões e de certa forma, monopoliza o território. Vê-se que tal movimentação do agronegócio, principalmente no setor sojicultor, é no sentido de ampliação territorial para geração de mais capital.

Como para o capital é necessária à ampliação de terras agricultáveis, visto o que vem ocorrendo com as áreas de produção de soja na região do MATOPIBA, está sendo intensificado via produtores e empresas especializadas que migram para essas áreas e se territorializam, muitas vezes, gerando conflitos violentos com proprietários de terras locais.

A paisagem rural e urbana (hoje como nunca antes) está sendo alterada pela utilização de novas tecnologias, o modo de produzir agora é outro, o tempo natural das culturas já não tem mais a mesma velocidade, alguns lugares antes desprovidos de uma racionalidade econômica nas cidades e no campo recebem novas funcionalidades.

Ao alcance das classes, muitas vezes desprovidas de um olhar crítico, o que chega como explicação para os acontecimentos que geram confortos e/ou desconfortos em sua vivência, é o discurso da modernidade, que muito superficialmente esclarece a real profusão das ações empreendidas no território.

Em quase duas décadas do século XXI, a elite agrária (tradicional e moderna) do agronegócio (nacional e internacional), pautada pela agricultura capitalista continua o processo de manter seus privilégios para manter o controle territorial e para isso necessita se expandir para um território “vazio” de 15 milhões de hectares, com as seguintes características, para os próximos 20 anos: “terras planas, extensas, com solos potencialmente produtivos, com disponibilidade de água, clima propício com dias longos, com elevada intensidade de sol”. (MAPA, 2016).

Essa lógica que acompanha a formação territorial brasileira apenas fomenta a barbárie, provinda do conflito entre de modelos distintos de ver e relacionar com a natureza e a sociedade.

O pensamento e projeto para o Brasil de país agroexportador atravessa nossa história, pois compreende o território sem povo, sem gente e sem natureza. Diante desse olhar para o território, (des)matar é justificado pelo discurso do desenvolvimento.

Porém, a resistência através do conflito e confronto político tem mostrado que o assentamento de camponeses e sua luta pela manutenção do seu modo de vida continuam vivos, sejam através dos movimentos sociais ou ações isoladas.

Nessa experiência que vivenciamos em uma pesquisa de campo em Araguaina – TO, a resistência camponesa ficou marcada. Fomos convidados pelo Prof. Dr. Eliseu Pereira Brito, que nos acompanhou nesse dia de trabalho, para conhecer o campus da UFT - Universidade Federal do Tocantins, em Araguaina, onde o mesmo é professor.

Na ocasião fomos recebidos por ele no laboratório de solos, que nos contou um pouco da história e estrutura do curso de Geografia e onde iniciamos nossa conversa sobre o assentamento Amigos da Terra, local que o professor está desenvolvendo pesquisa. Seguimos da Universidade Federal do Tocantins para o município de Darcinópolis – TO, onde o assentamento está localizado as margens da rodovia TO-134.

Segundo Jesus (2014, p. 75) “O Projeto de Assentamento Amigos da Terra foi criado em 1999, onde sua comunidade surgiu na década de 1980, sob grandes impasses agrários em terras da união”. O assentamento hoje está cercado por plantação de soja, eucalipto e criação de gado.

Fomos recebidos no assentamento por uma das líderes, a Dona Dilma⁴⁴ e seu companheiro, em sua casa. Foi nos relatado a história de vida e luta para a conquista da terra, onde no processo sofreram bastante com o descaso do INCRA em desapropriar a terra.

Segundo ela, muitos dos camponeses tiveram que dispor de bens materiais e vender sua força de trabalho para o latifúndio para resistir na luta, tendo ainda, após a

⁴⁴ Em homenagem a Dilma Ferreira Silva, liderança que trabalhava como coordenadora regional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Ela foi assassinada, no dia 22 de março de 2018. No mesmo ataque, morreram Claudionor Costa da Silva, 42 anos (marido de Dilma), e um homem identificado como Hilton Lopes, 38 anos. O caso ocorreu em Tucuruí - PA.

conquista da terra, que enfrentar sede e fome, chegando alguns camponeses a abandonar o lote.

Sobre as nuances da luta pela terra, a Dona Dilma nos relatou que o espaço onde hoje é o assentamento, pertencia a uma fazendeira para quem ela trabalhava e que nesta mesma época a camponesa começou a organizar um grupo para reivindicar a área.

Ela relata que a proprietária da Fazenda Canto Bom tinha o conhecimento de que movimentos sociais tinham interesse em sua desapropriação. Sabendo que sua “patroa” estaria ausente por uns dias, por motivo de viagem, e vendo uma oportunidade, a Dona Dilma mobilizou famílias de camponeses para que acampassem na terra nesse momento.

A assentada relata que conseguiu caminhões, palhas e outros matérias e se dirigiram para a fazenda, para iniciar a luta e as negociações com as partes interessadas, sendo que o processo de desapropriação ocorreu sem conflitos violentos. Dessa mobilização que reuniu camponeses, sindicatos dos trabalhadores rurais, Federação dos Trabalhadores Rurais do Tocantins – FETAET e Comissão Pastoral da Terra – CPT, 159 famílias foram assentadas.

A permanência na terra não foi fácil desde o início, como relata a Dona Dilma. O solo degradado pela pecuária, que antes era praticada no local, a falta de apoio do poder público em dar suporte técnico e financeiro para conseguirem produzir, a pouca disponibilidade de água e os interesses diversos das famílias, dificultaram a fixação e organização dos assentados.

A falta de uma política que traga celeridade e condições mínimas para permanência dos camponeses após o assentamento também se configura em uma das preocupações dos acampados. Não poucas vezes integrantes dos movimentos deixam de seguir para áreas demarcadas para assentamentos por terem consciência que estão indo para lugares sem nenhuma condição para produzir ou o que é minimamente imprescindível, a água.

O assentamento hoje já se encontra bem estruturado. Com área comum para o plantio, poço artesiano, vias de tráfego em boas condições e escola para os anos iniciais do ensino fundamental. De acordo com Jesus (2012), no decorrer do estabelecimento do assentamento os trabalhadores criaram alternativas para produzir na terra, uma delas foi a apicultura.

Preocupados com a qualidade ambiental do assentamento e não dispondo de um solo com capacidade de produção agrícola satisfatória,

boa parte das famílias apostaram na criação de abelhas *Apis Mellifera*⁴⁵ para a produção de Mel. Assim, alguns agricultores camponeses através da atividade apícola, tem encontrado a forma de conseguir o sustento de seu grupo familiar, mas ao contrário de poucos muitos assentados ainda vivem em condições precárias e dependem de uma ajuda externa, para começar a dar seus primeiros passos na busca pela sustentabilidade (JESUS, 2012, p. 24)

Dona Dilma relata que já produziu uma diversidade de produtos no assentamento, desde grãos, peixes e aves e que agora está produzindo sementes crioulas para doação e plantas medicinais em seu lote (imagem 31 e 32).

Imagem 31 - Mudas de plantas. A camponesa cultiva em sua área inúmeras plantas para comercialização e para a produção de sementes. No quintal de sua casa, viveiros e árvores frutíferas podem ser vistas em todos os espaços.



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

⁴⁵ As abelhas do gênero *Apis Mellifera* são as que mais se prestam para a polinização, ajudando a agricultura, produção de mel, geleia real, cera, própolis e pólen. (RAMOS e CARVALHO, 2007, p. 2).

Imagem 32 - Amostra de sementes. Do seu viveiro de plantas, Dona Dilma seleciona sementes de variadas espécies, criando um mosaico de cores e formas que ajudarão a preservar espécies do Cerrado, além de manter seu modo de vida, através da utilização de plantas medicinais.



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

Deixamos o assentamento Amigos da Terra em direção ao município de Tocantinópolis – TO, ainda pela manhã, mais convictos da necessidade de uma Reforma Agrária ampla e popular, que proporcione o acesso de milhões de trabalhadores rurais a terra, dando-lhes condições para produzir e se fixarem nela.

Seguimos para o município de Tocantinópolis. O município está inserido na região denominada de Bico do Papagaio, composta por 25 municípios abrangendo uma área total de 15.852, 60 km², onde acirrados conflitos por terra entre fazendeiros e posseiros ocorreram durante as décadas de 1970 e 1980. O objetivo ali era conhecer na prática o ofício das quebradeiras de coco babaçu. Uma das líderes mais atuantes na defesa da manutenção e valorização das quebradeiras de coco na região foi a dona Raimunda, com destaque internacional, expressando a luta de sua comunidade na China, Estados Unidos, França e Canadá.

A líder camponesa foi uma das fundadoras do MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, que atua nos estados do Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí, sendo indicada em 2005 ao prêmio Nobel da Paz e recebeu título de doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Tocantins em 2009. Dona Raimunda faleceu em 7 de novembro de 2018 aos 78 anos. Em pronunciamento, Frei Xavier Plassat e a Comissão Pastoral da Terra – CPT – Araguaia/Tocantins, lamentou a morte de dona Raimunda,

Descanse em paz, Raimunda, grande, incansável, querida lutadora, mulher exemplar que tem iluminado e seguirá iluminando o caminho de tanta gente. Precisaremos mais que nunca da sua força e sua determinação, da sua esperança e sua serenidade, para enfrentar os tempos duros que se apresentam. Onde esteja agora, entre Josimo e Dorothy, são Romero e Marielle, frei Henri, dr. Osvaldo e Maria do Espírito Santo, Expedito e Margarida, mande-nos suas bênçãos, sempre. Seus familiares, Toinho, Moisés, recebam nosso abraço de consolo e ternura, na fé que nos une no Deus da Vida que sempre guiou a Raimunda. Fr. Xavier e todos seus amigos e amigas da CPT, unidos a vocês nesta noite de imensa perda e invencível esperança (CPT – Araguaia/Tocantins, 2018).

Foi criada em homenagem a dona Raimunda, a lei nº 3.508, de 2 de agosto de 2019, que institui o Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu no estado do Tocantins. Sua luta pela autonomia política e financeira das quebradeiras e da proteção e direito de acesso dos camponeses as áreas de coleta do coco, nunca será esquecida.

Para entendermos melhor essa luta da dona Raimunda, fomos conhecer uma das quebradeiras de coco da cidade de Tocantinópolis – TO, Dona Maria⁴⁶. Ela nos recebeu em sua casa onde nos concedeu uma entrevista, relatando sua história de vida. A camponesa nos relata que começou a quebrar coco ainda criança para ajudar os pais e segue nesse ofício até hoje com quase 60 anos. A planta do coco babaçu é nativa da região e se distribui por extensas áreas do cerrado do Tocantins e Maranhão. Segundo Dona Maria antigamente a coleta era feita apenas indo nas fazendas, sem precisar de permissão, pois as cercas eram mínimas e sem precisar também dividir os ganhos com os fazendeiros, que até gostavam, pois deixavam o pasto limpo.

Com a chegada de uma empresa bioindustrial (TOBASA), em 1970, na cidade de Tocantinópolis – TO, que produz vários subprodutos do babaçu, dentre eles o óleo, o

⁴⁶ Em homenagem a Maria do Espírito Santo, assassinada em 2011 em Nova Ipixuna, região leste do Pará. Líder no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) chamado Praia Alta Piranhiera, a extrativista sofria constantes ameaças e intimidações por denunciar a ação de madeireiros, latifundiários e carvoeiros.

sabão, compensado feito de mesocarpo e carvão aditivado, o incentivo à cata do coco inteiro nas áreas de babaçuais aumentou. Com isso, a demanda pelo coco e pelas áreas onde eles são encontrados geraram conflitos entre camponeses e os proprietários de terra. Hoje muitas áreas de coleta estão cercadas, sendo necessário a permissão do fazendeiro para que as quebradeiras tenham acesso.

Outra prática que surgiu com a demanda pelo coco foi o pagamento a fazendeiros pela coleta, sendo esse pagamento feito com os subprodutos produzidos por elas. Para assegurar o direito das camponesas a ter acesso ao babaçu e regulamentar sua exploração, em 2007 foi criada a Lei nº 231/2007, intitulada Lei do Babaçu Livre. Esta lei fez com que os conflitos pela atividade extrativista diminuíssem, dando respaldo legal para que as coletoras(es) pudessem continuar com o seu modo de vida, como é o caso de Dona Maria. (imagem 33).

Imagem 33 - Local da quebra e transformação do coco em subprodutos. Em um local de trabalho, nos fundos de sua residência, Dona Maria armazena os cocos que ela coleta e transporta com a ajuda de um equino. Observa-se que é produzido o carvão da casca do coco babaçu nos fornos de barro.



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

A lida diária de quebradeira, segundo Dona Maria não fácil. É preciso andar longas distancias para a coleta do babaçu, transportar todo o coco até sua residência utilizando força animal e trabalhar muitas horas por dia em sua quebra. Deve-se observar que a prática da quebra do coco é uma atividade insalubre e requer bastante habilidade no manuseio do porrete e do machado.

Todo trabalho é feito manualmente de forma rústica e com ferramentas como facão, machado e um pedaço de madeira (imagem 34). Dona Maria se orgulha ao dizer que criou os filhos e que tudo que conseguiu até o momento foi do trabalho como quebradeira, inclusive sua casa própria.

Imagem 34 - Dona Maria quebrando coco. A camponesa nos relatou que a lida diária com a quebra do coco babaçu requer muitas horas de trabalho, pois além do coco in natura e produz seus derivados.



Fonte: Rocha, Janeiro de 2020.

Conhecedora dos processos de transformação do coco babaçu em seus subprodutos, a camponesa produz no quintal de sua residência e comercializa, além da castanha *in natura*, o óleo do coco, o carvão feito com a casca, e a coleta do Gongo ou Bixo do Coco, que nasce alimentando-se da castanha e pode ser utilizado para

alimentação. Ela também produz o óleo extraído do buriti, outra palmeira encontrada nessa região.

A coleta, quebra e transformação do coco babaçu tem gerado renda a muitos camponeses na região Norte do estado do Tocantins, além de oportunizar a manutenção de seus modos de vida. O avanço do agronegócio na região vem diminuindo as áreas nativas dos babaçuais, se caracterizando como um entrave para as famílias que dependem da coleta do coco, e se tornando um instensificador de conflitos nessas localidades.

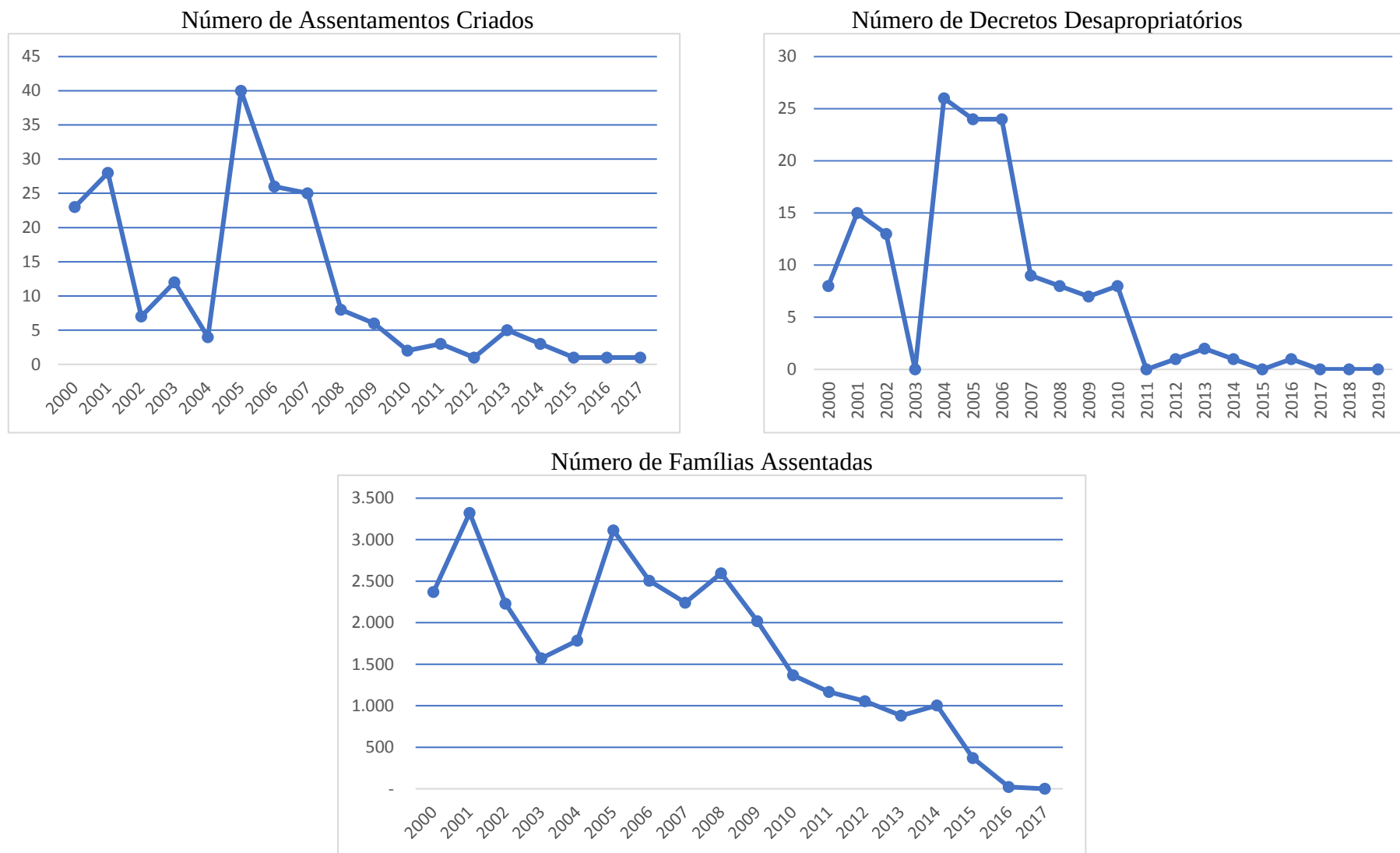
Ao mesmo tempo que o capital internacional está territorializado nessas localidades, via produção de commodities, as comunidades tradicionais e trabalhadores rurais tem sofrido com as mazelas trazidas por ele, sendo que os aspectos percebidos que se configuram no campo dessa região entremeiam, violência, morte, ameaças, insegurança jurídica e resistência.

Reforçando o modelo de desenvolvimento no campo brasileiro, que privilegia o agronegócio, praticado em grandes propriedades, em detrimento de uma Reforma Agrária Popular, estão as ações de Estado, principalmente o atual, no sentido da diminuição ou estagnação na criação de assentamentos, desapropriações e demarcações de territórios tradicionais.

O enfraquecimento deliberado de instituições como INCRA, FUNAI – Fundação Nacional do Índio e IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais tem causado enormes retrocessos nas políticas de distribuição de terras e preservação de áreas já tituladas.

Isso resulta em trancamento de pautas que contemplem sujeitos que lutam por reforma agrária e a conquista e manutenção de seus territórios. Nesse sentido, os dados do IBGE mostram que no estado do Tocantins, as ações do poder público, desde o golpe de 2016, são no sentido de frear a disponibilização de terras, (gráfico 8), para camponeses chegando a zerar o número de famílias assentadas.

Gráfico 9 - Tocantins - Quantidade de assentamentos criados, decretos desapropriatórios e famílias entre 2000 e 2019.



Fonte: IBGE@cidades, 12/08/2020. Organização: Rocha

No período compreendido entre 2000 e 2019, observa-se que a tendência na quantidade de assentamentos criados, no número de decretos de desapropriações e o total de famílias assentadas vem diminuindo drasticamente no estado do Tocantins. Nos últimos 5 anos, principalmente pós golpe, esses dados são reveladores de um sistema de governança, pautado pelo neoliberalismo, que não tem interesse em realizar o mínimo de distribuição de terras.

Desse modo, o número de famílias trabalhadoras rurais, que demandam terras no Tocantins tem aumentado, em virtude da não desapropriações de áreas griladas da União para Reforma Agrária. Para exemplificar, um dos casos de inércia planejada do poder público nesse sentido é o caso das 330 famílias no município de Fortaleza do Tabocão, na região Centro-Norte do estado.

Estas famílias estavam acampadas na BR 153 no perímetro deste município desde 2013, aguardando o INCRA desapropriar a fazenda Aragarina, algo que nunca aconteceu. Com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, as famílias acampadas no Olga Benário, que agora já somam 500, ocuparam a fazenda Santa Barbara em 2017, pois é uma propriedade que foi flagrada produzindo plantas psicotrópicas, ligadas ao tráfico de drogas, além de ser uma área grilada da União.

Segundo a Lei nº 8.257/91 e no Artigo 243 da Constituição Federal (Terras que cultivam plantas psicotrópicas devem ser expropriadas e ou desapropriadas para fins de Reforma Agrária sem que haja nenhuma indenização para os proprietários). Mesmo como o Ministério Público Federal se manifestando favorável a destinação da área para a Reforma Agrária e o INCRA abrindo processo de expropriação/desapropriação com o objetivo de criar um projeto de assentamento, quatro meses após ocuparem a área, as famílias sofreram ação de despejo.

Uma das acampadas do Olga Benário e que também assina essa citação, relata as ações das mulheres camponesas em defesa da luta pela terra e contra o agronegócio.

O ano de 2016 foi tenso e marcado por conflitos, a saída da presidente Dilma desmotivou a vida das famílias e a luta pela terra no Olga Benário. Vários acampados desistiram de lutar pela terra e pela reforma agrária. Companheiras morreram antes de conquistar a terra que tanto desejavam. Mas as poucas guerreiras camponesas não deixaram de enfrentar e continuaram na luta. Ocuparam a secretaria da Agricultura na gestão da Kátia Abreu, na luta contra o agronegócio, destruíram um galpão da empresa multinacional de agronegócio e alimentos Bunge em Porto Nacional, contra o plantio abusivo de soja, com uso alarmante de agrotóxico.

No ano de 2017, a luta prosseguiu, porém com mais revolta. As mulheres ocuparam vários órgãos em Palmas, a capital do Estado do Tocantins, com muita indignação, tais como a Caixa Econômica Federal, o Prédio da Previdência, e, mais uma vez, construiu-se uma nova estrutura de acampamento em frente do INCRA, onde as famílias permaneceram acampadas por um período de trinta e dois dias até a representação Nacional do INCRA comparecer e explicar a situação em que se encontra a questão agrária no Brasil. (SOUZA; DRUMOND, 2019, p. 328).

Mesmo o estado do Tocantins possuindo uma vasta área da União, que poderia ser utilizada para a realização da Reforma Agrária, os camponeses passam anos lutando pela regularização de suas posses, e como descrito pela trabalhadora rural acampada, muitos morrem sem ter conquistado a terra.

Para entender melhor a situação fundiária do estado do Tocantins, protocolamos documento no ITERTINS – Instituto de Terras do Tocantins, requerendo informações/mapas da localização das áreas pertencentes ao estado e as áreas pertencentes à União, para fazermos uma relação com as áreas de conflito por terra classificadas pela CPT.

Na oportunidade, fui conduzido para conversar com o advogado do instituto que atendeu prontamente, nos concedendo uma entrevista. Relatei o pedido que gostaria de protocolar, porém o mesmo me informou que eu não teria resposta, pois o estado do Tocantins não tem a relação dessas terras, nem mapa de localização com as delimitações, quem são os sujeitos que estão nelas, nem a porcentagem de terras pertencentes ao estado e a União. O que possuem de concreto são as áreas que já estão tituladas em definitivo e que começaram agora montar um banco de dados para inserir as terras pertencentes ao estado.

O advogado relatou que a estrutura fundiária do Tocantins é muito complexa. Segundo ele “para mapear toda essa estrutura precisaria de um esforço enorme de recursos humanos e financeiro para averiguar *in loco* os sujeitos que estão na terra ou não, e a cadeia dominial da propriedade.

O que ficou evidente é que o ente federado e a União agem apenas por demanda, ou seja, quando alguém os acionam ou quando há um conflito possível, sem que haja um real esforço para localizar e separar suas áreas.

Esse posicionamento vai de encontro com a atual política nacional de não realização de assentamentos em áreas públicas e privadas improdutivas, como informado

em matéria veiculada em 08/01/2019 no site Repórter Brasil com o título “Governo Bolsonaro suspende reforma agrária por tempo indeterminado” e no site da Câmara dos Deputados em 04/07/2019, com o título “Presidente do Incra descarta novos assentamentos e desapropriações de terras improdutivas.

Dados de 2016 obtidos na Ouvidoria Agrária Regional do INCRA - Tocantins, demonstram que a disponibilidade de terras da União no Tocantins não é um gargalo para a destinação destas a famílias que necessitam de terras para trabalhar. A instituição relaciona os imóveis e a quantidade de área (ha) por municípios pertencentes à União (Tabela 4).

Tabela 4 - Tocantins - Quantidade de áreas (ha) da União Federal em 2016 e movimentos sociais em disputa.

MUNICÍPIOS	ÁREA (ha)	MOVIMENTOS SOCIAIS	
ARAGUAÇU	1.028		AC – Articulação camponesa.
ARAGUAINA	172.727	STR/ AC/ASSOCIAÇÃO	
ARAGUATINS	8.372	MST	
AUGUSTINÓPOLIS	113,44	-	MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem.
BABAÇULANDIA	12.474	AC/MAB	
BABAÇULANDIA E WANDERLÂNDIA	379,6	STR	
BABAÇULANDIA E ARAGUAINA	2.004	ASSOCIAÇÃO	MST – Movimento Sem Terra.
BARRA DO OURO	13.370	AC/MAB	
CACHOEIRINHA	5.359	MST	
CACHOEIRINHA E SÃO BENTO	2.495	-	STR – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.
CARRASCO BONITO	3.000	MST/STR	
DARCINÓPOLIS	8.435	STR	
ESPERANTINA	S/I	STR	
FILADELFIA	1.801	MAB/STR	
GOIATINS	4.678	AC	
GUARAÍ	27.849	-	
MARIANÓPOLIS E ARAGUACEMA	3.184	-	
NOVA OLINDA	2.477	STR	
PALMAS	1.614	MST	
PALMEIRANTE	14.480	STR/AC/ASSOCIAÇÃO	
PEDRO AFONSO	S/I	STR	
PEIXE	4.850	-	
PIRAQUÊ	1.952	STR	
PORTO NACIONAL	9.084	MST	
RIO SONO	S/I	-	
RIO SONO E LIZARDA	713,2	-	
SANTA FÉ DO ARAGUAIA	577,1	STR	
SÃO BENTO	13.981	AC/ASSOCIAÇÃO	
SÃO MIGUEL	1.633	ASSOCIAÇÃO	
SÃO SEBASTIÃO	2.822	MST	
Total: 30	Total: 321.452	-	

Fonte: INCRA – Ouvidoria Regional – Tocantins, 2016. Organização: Feliciano e Rocha

Questionei com o advogado sobre a lista de áreas que o Incra possui como sendo de sua posse. De acordo com ele, apesar do Incra ter uma lista de localidades (tabela 3), essas áreas não possuem delimitações precisas e referenciadas.

Ele nos deu exemplos da dificuldade em definir o que é terra do Estado e terra da União no Tocantins. Um desses exemplos é o Loteamento rural Água Fria no município de Itacaja – TO. Nessa área já ocupada, possuem títulos definitivos do antigo IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, do Itertins e do INCRA, além de títulos a serem reconhecidos e posseiros.

Em levantamento feito pela CPT entre 2017 e 2018 e publicado no Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico de 2020 foi constatado que, cerca de 59% dos conflitos foram gerados por insegurança jurídica, ou seja, por terra sem legalização ou sem titulação legal envolvendo comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e posseiros, com a ocorrência de 80 assassinatos. CPT (2020).

A luta pelo território também tem estado nas realidades de povos indígenas no estado do Tocantins. A inércia do poder público em reconhecer territórios e o avanço da produção de monocultura sobre terras indígenas tem sido fatores geradores de conflitos, como veremos no próximo tópico.

4.4 - Espaço-tempo dos povos originários – Tekoha

A história dos povos indígenas ou originários no Brasil é marcada pelo conflito, principalmente após a chegada dos colonizadores. O modo de viver e a defesa do território pelos povos originários passou a ser entrave na expansão colonizadora praticada pelos europeus. A forma como ocorreu o entrelace desses dois povos na América é estabelecida à base da violência e subjugação.

A resistência dos povos indígenas pela manutenção do *tekoha*⁴⁷ (aldeia ou lugar de ser) os impeliram a luta. Para Mota (2015, p. 98), “os indígenas souberam das múltiplas alternativas de sobrevivência que tiveram que efetivar para resistirem ao impacto

⁴⁷ Etimologicamente a palavra é composta pela fusão de *teko* - sistemas de valores éticos e morais que orientam a conduta social, ou seja, tudo que se refere à natureza, condição, temperamento e caráter do ser e proceder Kaiowá -, e *ha*, que, como sufixo nominador, indica a ação que se realiza. Assim, *tekoha*, numa acepção mais dura, pode ser entendido como lugar (território) onde uma comunidade Kaiowá (grupo social composto por diversas parentelas) vive de acordo com a sua organização social e seu sistema cultural (cultura). (PEREIRA, 2004, 116).

colonial, ora se aliando, ora guerreando com os brancos”. Uma luta desigual, porém, ao contrário dos interesses econômicos dos colonizadores, eles lutaram e continuam lutando ativamente pela continuidade de seus laços com a terra e com *tekoymã* (modo de ser dos antepassados).

O modo de viver para os povos originários perpassa a ideia de terra/território como algo imobilizado, circunscrito a uma área e perene. Ao contrário da luta camoponesa, que tem a posse da terra, delimitada e utilizada, também como um ativo econômico, os territórios indígenas existem a partir de outros elementos que dão sentidos a eles.

Para Benites (2021, p. 21), “o *tekoha* está além da fronteira e do tempo da reserva, compondo uma vasta rede de interconexões de lugares/*tekoha* que propícias, então, a produção do *Teko Araguyje*⁴⁸”.

Uma área de ocupação indígena pode ser mudada por seus habitantes de acordo com as necessidades em um determinado período, sem que isso acarrete a perda dessa área. Suas relações com a terra tendem a ocorrer de forma harmônica com o ambiente natural, pois sempre que for preciso tempo para que o solo se recupere de um uso, por exemplo, eles se colocarão em movimento, buscando novos ambientes, porém nunca perdendo o vínculo com aquele lugar. Esse vínculo se manterá vivo através da memória e da fala. Conforme Benites (2021, p. 41),

As pessoas antigas, os cochos (onde se faziam bebidas tradicionais), canto-reza e as árvores, por exemplo, foram considerados como objetos espaços-tempos (ou resquícios de outros espaços-tempos), permitindo que a memória fosse reacendida para reavivar os sentidos de um lugar que já “não existe” no mundo físico, mas ainda permanece “fundo” e “denso” como dimensão da própria memória.

O espaço-tempo aqui é compreendido como as relações produzidas em um determinado lugar. Essas relações criam memórias que serão passadas para outras gerações criando uma ligação, um sentido de pertencimento aquele lugar.

Dessa forma, delimitar território indígena requer entender que este território é móvel ao longo do tempo, e, ele é móvel não só no sentido de onde se está agora, mas de onde estão suas memórias. Benites, pondera da seguinte forma a mobilidade dos Guarani e Kaiowá

Portanto, o *tekoha* é o *oikoha* (o lugar do vivido em movimento), onde a vida se move, fazendo as relações com os diversos seres para obter a

⁴⁸ Jeito sagrado de ser.

própria vida, reunindo as energias do lugar e corporificando-as para se manter-se em trânsito na busca permanente de aperfeiçoar o teko (modo de ser). A vida produzida nestas condições se torna como representante dos lugares percorridos, por onde as trajetórias foram materializadas e buscando reproduzi-las em outros contextos e em outros lugares, forçando as fronteiras do tekoha para que sejam cada vez mais estendidas. (BENITES, 2021, p. 46).

Esse modo de ser e viver tem passado por inúmeras transformações ao longo do tempo. O avanço do modo capitalista de produção instituído pelos “*karai kuéra*” (os não indígenas) tem modificado as relações dos povos originários com seus territórios.

Na perspectiva de Reis (2012, p. 06) sobre a existência de uma memória que atravessa o tempo e se apresente da mesma forma como foi, ela argumenta que, “Não existe mais uma totalidade de sentidos, mas somente trechos de histórias e de sonhos, indubitavelmente uma ameaça de destruição, mas também – e ao mesmo tempo – esperança e possibilidades de novas significações”.

Uma das hipóteses levantada por Brand (2004), para a diminuição das relações espaço-tempo de forma plena atualmente, também pelos povos Guaraní e Kaiowá, passa pelo

Pouco engajamento das gerações mais jovens, que representam aproximadamente 55% do total dessa população, já “criadas” no interior das reservas demarcadas, que não conhecem e não vivenciam mais a experiência de seus pais, de retirar da terra o sustento para si e seus filhos. Também não vivenciaram, em grande parte, o fenômeno já amplamente destacado por diversos autores (Meliá, Nimuendaju, Viveiros de Castro e outros), do *oguata*, (caminhar, ou do peregrinar) dentro do território toda vez que determinadas condições tornavam indesejável a permanência naquele local (BRAND, 2004, p. 144).

Com a criação das reservas indígenas sob a gerência de órgãos públicos e o avanço da produção capitalista no campo, as terras indígenas estão cada vez mais disputando fronteira com o agronegócio.

O espaço-tempo e a mobilidade ficaram restritos a áreas confinadas, fazendo com que se tornassem dependentes de atividades fora da reserva. Para Brand (2004, p. 140), “esse processo de perda territorial e consequente confinamento em espaços extremamente exíguos impuseram profundas limitações às suas economias, decorrente da inviabilização da itinerância em território amplo e do rápido esgotamento dos recursos naturais”.

Hoje a luta dos povos originários é pela demarcação e manutenção do “território confinado” para a reprodução de seu espaço-tempo. O uso terra como ativo financeiro

tem avançado e vem sobrepondo áreas antes ocupadas por eles. Isso fez com as relações do indígena com a terra e a água também mudasse. As variadas formas de subsistência, como caça e pesca, vão dando lugar ao assalariamento e a preferência pela agricultura com pouca variedade.

Nesse processo de luta a violência e o confronto estão presentes nas mais variadas formas. Em entrevista realizada com o Geógrafo Gilberto Vieira dos Santos (Giba), que atua com a questão indígena desde 2004, através do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, que é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), onde já atuou na Secretaria Nacional em Brasília e na coordenação regional em Mato Grosso. O mesmo nos relatou a complexidade (do branco) de entender o índio em seu território e as diversas formas de violências causadas por diversos sujeitos e instituições.

Segundo o entrevistado, o CIMI, que foi fundado 1972, atua em todo território nacional organizados em 11 regionais e equipes volantes. A atuação do Conselho vai desde a política na defesa dos direitos territoriais, saúde, educação até a articulação entre os povos.

Sobre as conquistas de direitos territoriais a partir de articulações dos povos indígenas com o Conselho Missionário, Gilberto pondera que

O artigo 231⁴⁹ da Constituição Federal que fala do reconhecimento do direito ao território, da cultura, da língua, e o 232⁵⁰ que reconhece os povos indígenas como sujeitos de direito, pois até então havia uma tutela do Estado...são conquistas que contaram com a participação fundamental dos povos...pressão, articulação, e o CIMI como parceiro se fez presente justamente por entender que esse é um direito fundamental. O artigo 231, ele é a configuração do que é esse entendimento do território para os povos indígenas, como um espaço onde os povos podem ser eles mesmos. (Entrevista realizada em 10/12/2021).

Neste sentido, o território indígena desde a constituição de 1988, passa a ter o entendimento de um lugar onde as relações dos povos com a terra são expressas de maneira diferenciada, daquelas produzidas pelo não índio. Conforme Gilberto, refletindo sobre a relação dos povos com seus territórios considera que

⁴⁹ Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

⁵⁰ Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Tem uma palavra que para mim ela é muito ilustrativa utilizada pelos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul e também os Guarani de outras regiões usam para definir seu território tradicional que é a palavra *tekoha*...e a tradução livre que se faz da palavra *tekoha* é o lugar onde se é...então pra gente isso é muito significativo pois é o entendimento não só dos Guaranis por esse termo específico, mas de todos os povos indígenas...do território como essa possibilidade de serem eles mesmos, justamente porque eles são resultado de um processo histórico...um vínculo extremamente íntimo com sua ancestralidade. (Entrevista realizada em 10/12/2021).

Assim, as políticas públicas relacionadas aos direitos territoriais indígenas devem passar pelo respeito aos espaços-tempos produzidos a partir da mobilidade dos povos, levando em consideração sua ancestralidade, e vínculos com os lugares.

Ao contrário do que diz a Constituição Federal de 1988, está havendo um conflito jurídico (PL nº 490/2007) motivado, principalmente pela Frente Popular da Agropecuária, conhecida como banca ruralistas, para que as terras indígenas sejam usurpadas.

O projeto de lei nº 490/2007, mais conhecido Marco Temporal sobre Terras Indígenas determina que quem tem direito as áreas para demarcação serão os povos de estavam ocupando o local, no dia 05 de outubro de 1988, quando proclamada a Constituição Federal. Esta tese retira dos povos o significado de suas relações com seus espaços-tempo.

Muitos povos deixaram suas áreas por motivos diversos, como por exemplo, expulsão de suas terras sob violência, o avanço da produção agrícola e urbana, doenças e etc. antes ou no momento da promulgação da Constituição. A tese do Marco Temporal não se sustenta, à medida que, os povos indígenas são originários, estavam aqui antes de ser constituído um território nacional.

O autor do projeto, o deputado Homero Pereira, falecido em 2013, pertencia a bancada ruralista e durante sua trajetória política transitou nos partidos PPS – Partido Popular Socialista, mudando a sigla para Cidadania em 2019, PR – Partido da Republica, mudando sua sigla para PL – Partido Liberal em 2019 e o PSD – Partido Social Democrático. São partidos que pertencem ao chamado Centrão, com forte influência na política brasileira. Entre algumas proposituras do ex-deputado estão,

Requer a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para discutir a Aquisição de Terras por Estrangeiros. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, REQ 278/2012 CAPADR).

Requer que sejam convocados o Sr. Mendes Ribeiro, - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Gleise Hoffman - Ministra de Estado da Casa Civil, Sra. Isabella Teixeira - Ministra do Meio Ambiente, para dispor sobre a proibição do uso de clotianidina, imidacloprido, fipronil e tiametoxam via pulverização aérea. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, REQ 286/2012 CAPADR).

Em seus requerimentos a pautas agrícolas estavam sempre presentes, nesses dois casos acima, para beneficiar o agronegócio. O Marco Temporal criado pelo ex-deputado, tornando-se lei, irá criar impedimentos para a demarcação de terras indígenas, onde muitas delas já foram retomadas.

Uma das prerrogativas da PL é que a FUNAI – Fundação Nacional do Índio perca seu poder de demarcar terras indígena, passando esse controle para o Congresso Nacional. Na sua escrita o projeto de lei menciona que,

De fato, a demarcação das terras indígenas não se limita à política indigenista. Trata-se de matéria que ultrapassa os limites da política indigenista e atinge interesses diversos. Hoje a ponderação de todas essas questões está reduzida ao âmbito do órgão federal de assistência ao índio, que é a Fundação Nacional do Índio.

De fato, existe em nosso ordenamento jurídico indigenista uma ofensa ao princípio da harmonia entre os Poderes da União, princípio este consagrado pelo art. 2º da Constituição. A competência para demarcar as terras indígenas está restrita ao Poder Executivo, e concentrada em apenas uma unidade administrativa, estando os Poderes Legislativo e Judiciário alijados de questões tão fundamentais para o País. Enquanto o Congresso Nacional não tem poder decisório sobre as questões vinculadas ao processo, o Poder Judiciário depara-se com filigranas jurídicas que inibem o exame e julgamento desses atos administrativos que, além de complexos, são peculiares, por serem discricionários. (PROJETO DE LEI Nº 490/2007, p. 3).

Levando em consideração o poder político que a bancada ruralista possui no Congresso Nacional, direcionar as tomadas de decisões sobre demarcações de terras indígenas para a Câmara e o Senado tornaria o processo desigual.

Isto se dá, uma vez que o *lobby* exercido no meio político pelo agronegócio para se beneficiar através de investimentos públicos é superior as lutas e confrontos travados pelos povos originários e instituições que os apoiam.

As tomadas de decisões passariam por sujeitos/bancadas que representam posições antagônicas, não só a demarcação de terra indígena, mas também a terra quilombola e a realização de assentamentos rurais.

Conflitos como esse, são expressões da tentativa do Estado em diminuir cada vez mais o acesso aos territórios pelos povos, além de criar brechas para imposição de mecanismos de gestão que interfira na autonomia e organização das terras indígenas.

A luta pela não aprovação no Marco Temporal é um exemplo de conflito em escala nacional, pois atinge povos que não atendam os critérios para a demarcação ou a retomada, onde quer que eles estejam. Porém, muitos outros conflitos e confrontos são produzidos todos os dias nas aldeias indígenas desse país.

4.5 – Território Indígena - Espacialização e Caracterização de Conflitos, Violência / Violações - Tocantins

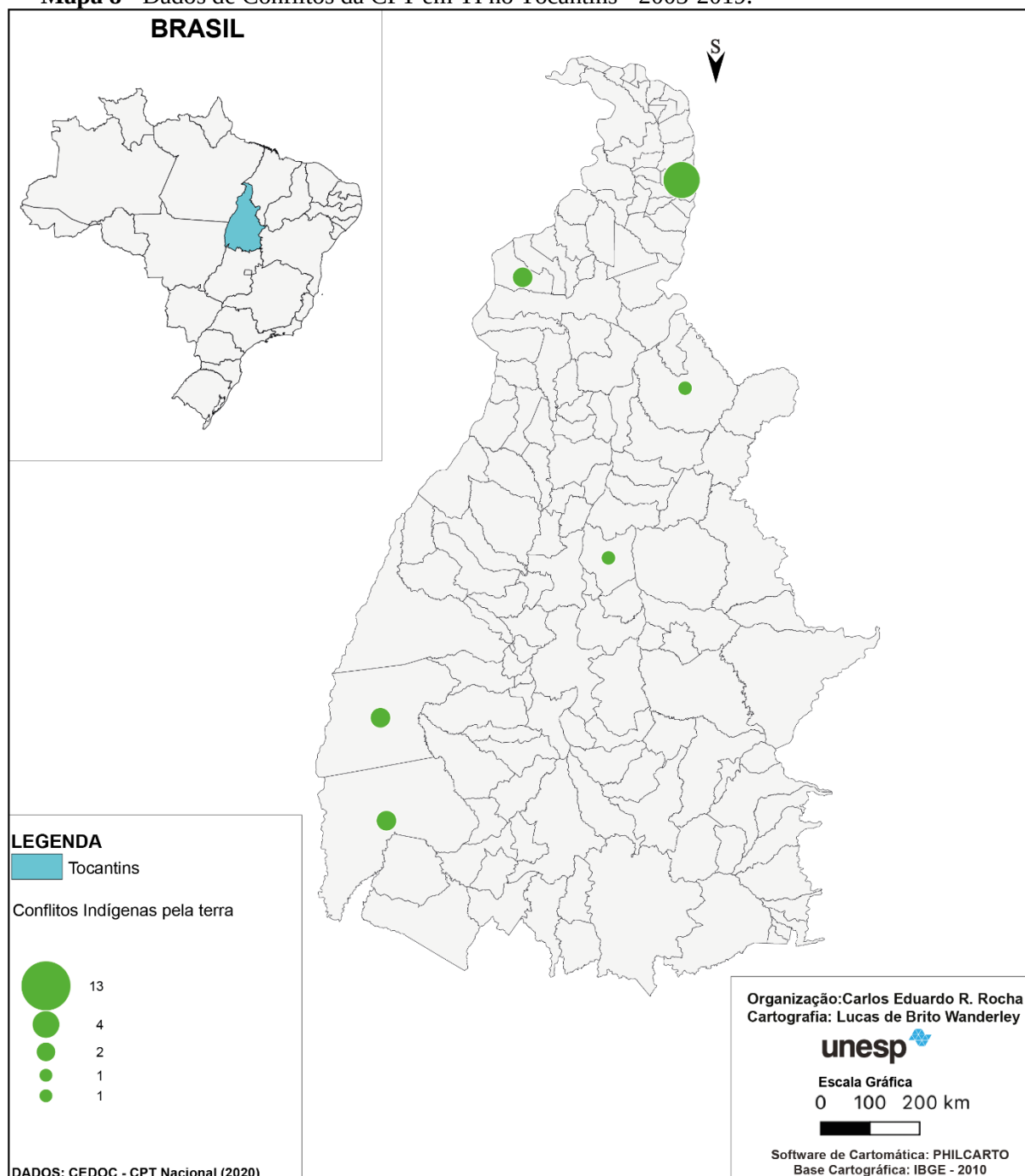
O presente trabalho analisou os conflitos por territórios indígenas (Mapa 2) no estado do Tocantins a partir de dados produzidos pelo Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil.

O relatório é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário, que iniciou sua produção ainda na década de 1970, com outro formato e com períodos sem publicação.

O documento dá visibilidade a violências e as violações de direito que ocorrem com os povos indígenas e um instrumento de denúncia, com o intuito de provocar o Estado brasileiro a tomar medidas de proteção e cuidados.

O Relatório produzido pelo Conselho Indigenista Missionário, traz em seus dados a separação entre violência e violações de direitos, algo que difere do Caderno de Conflitos produzido pela CPT.

Os dados produzidos pelo CEDOC (mapa 7), incluem conflitos em Terras Indígenas e quilombolas, porém diferem em volume, quando comparados com dos dados do caderno de conflitos produzidos pelo CIMI no mesmo período. Produzimos um mapa com dados da CPT no período de 2003 a 2019 em Terras Indígenas para efeito de comparação com os dados do Conselho Indigenista Missionário.

Mapa 8 - Dados de Conflitos da CPT em TI no Tocantins - 2003-2019.

Os mapas mostram a quantidade de notificações de conflitos em Terras Indígenas relacionados pela CPT. Nota-se que eles aparecem sem uma continuidade, sendo notificados em alguns anos e outros não. Desta forma, a escolha por trabalhar com os dados do CIMI se deu pela maior abrangência de dados publicados no Relatório de Violência Contra os povos Indígenas, que em sua metodologia, trazem uma separação entre violência e violações.

Conforme, Gilberto, o Relatório,

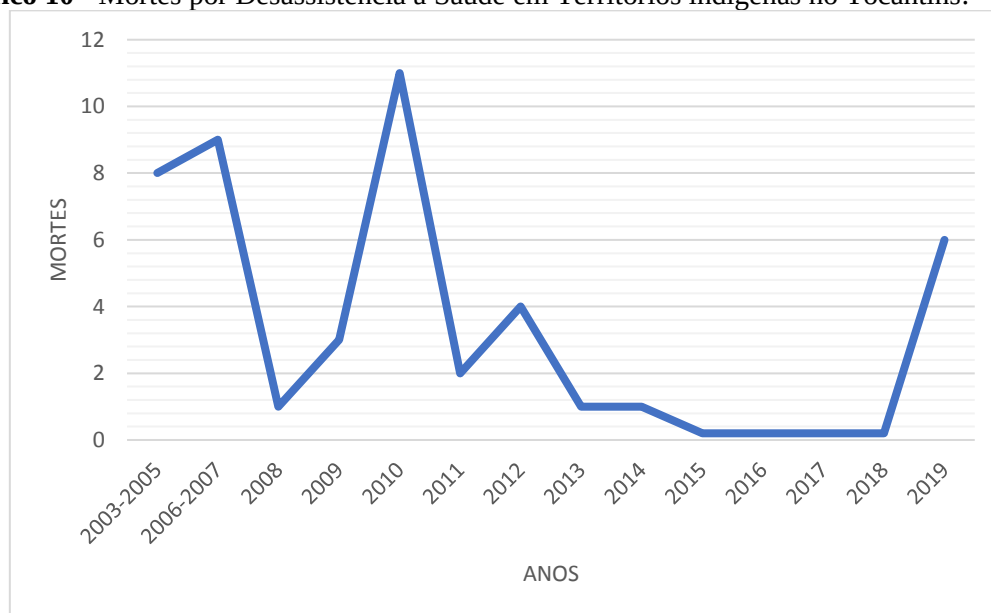
Distingue entre violências e violações de direitos. A violação do direito ao território, a violação do direito a água, a violação do direito a saúde e as violências...violências físicas, as tentativas de assassinatos, assassinatos, as ameaças. Então, essa gama de informações é um instrumento que nós utilizamos para dialogar com a sociedade...demandando que a sociedade brasileira reaja de alguma forma. (Entrevista realizada em 10/12/20210).

Desta forma, utilizamos os dados do Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no período entre 2003 e 2019 para identificarmos os conflitos por território e os localizarmos no estado do Tocantins.

Para este trabalho dedicamos foco nos dados que remetem a violência para a produção de mapas, no sentido de alinhamento com os dados da CPT que utilizamos para a produção de mapas de conflitos por terra, isso por que, nos Relatórios do CIMI eles distinguem Violência de violação de direitos. Porém sem prejuízo de fazer ponderações sobre violações de direitos dos povos.

Entre estas violações está a desassistência a saúde como causadora de mortes (gráfico 10) em terras indígenas no estado do Tocantins.

Gráfico 10 - Mortes por Desassistência a Saúde em Territórios indígenas no Tocantins.

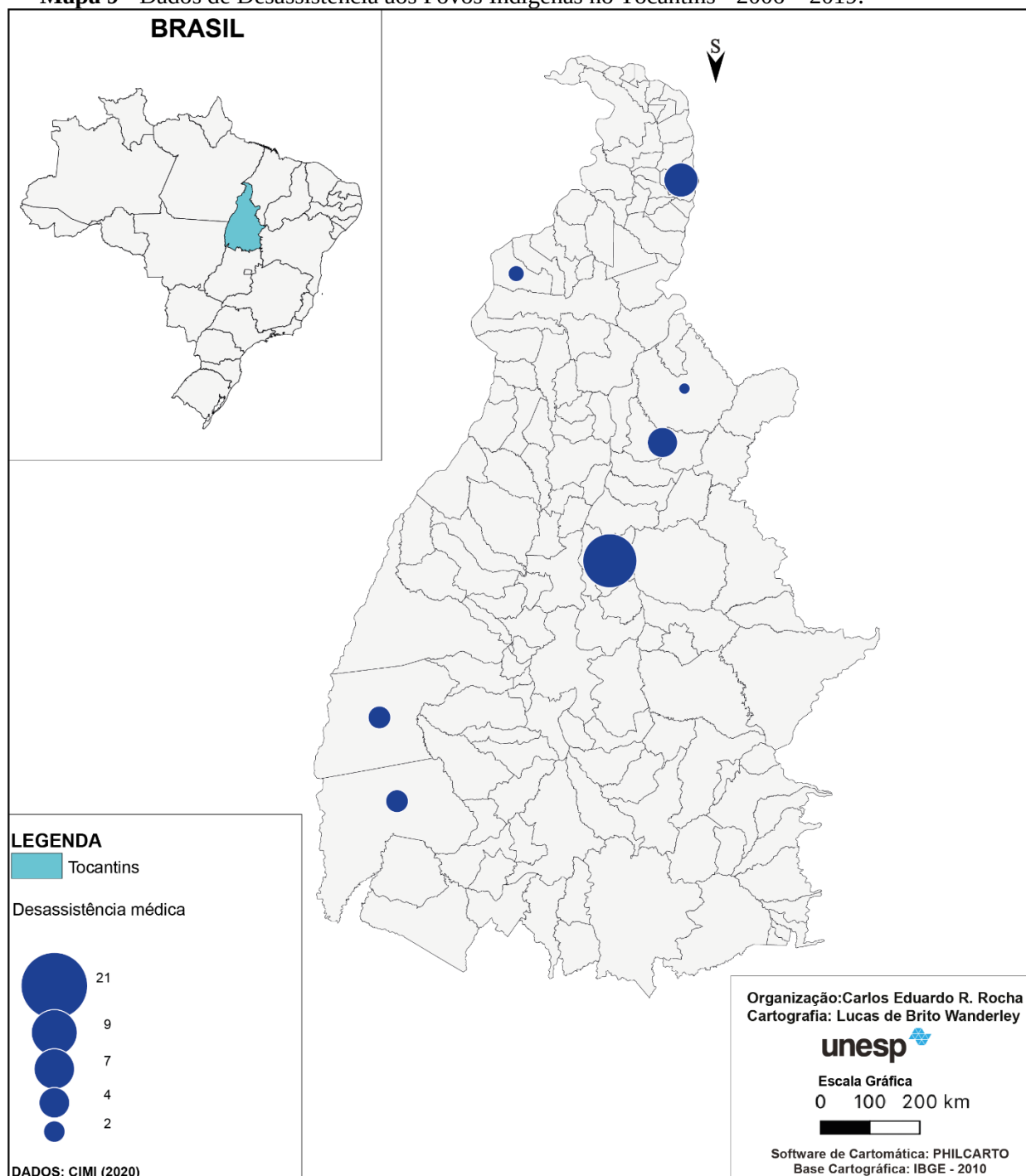


Fonte: Relatório de Violência contra os Povos Indígenas. 2003 a 2019. Organizado pelos autores.

No Tocantins entre 2003 e 2019 (mapa 9), cerca de 40 mortes foram registradas em terras indígenas. Nesse período houve oscilação no número de mortes, chegando a zerar entre 2015 e 2018, porém há um aumento significativo em 2019.

Segundo Relatórios do CIMI os principais motivos para a desassistência que resultaram em mortes no Tocantins, onde os registros começam no ano de 2006, foi a falta de repasse de verbas da FUNASA para entidades que atendem a população indígena. Isso acarreta em falta de medicamentos, não pagamento de funcionários, falta de combustível para o transporte dos doentes e etc.

Mapa 9 - Dados de Desassistência aos Povos Indígenas no Tocantins - 2006 – 2019.



A desassistência a saúde no estado do Tocantins, apresentou dados no Relatório a partir do ano de 2006. É uma das formas de violência sofrida pelos indígenas pois, sendo povos de costumes culturais e alimentares diferentes do não índio, padecem de doenças causadas por ele, através da contaminação de rios e solos, doenças trazidas por invasores, dentre outras. Problemas com alcoolismo são grandes geradores de mortes, incluindo suicídios nas aldeias, se tornando um problema de saúde. De acordo com o relatório do CIMI as tentativas de suicídio e suicídio entre os povos indígenas são motivadas principalmente porque,

vivem extremamente confinados, enfrentam desemprego ou exploração no emprego, convivem com a pobreza, fome, falta de assistência, rejeição da sociedade envolvente, abuso de álcool, violência, desestruturação social e, para completar, falta perspectiva (RELATÓRIO VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2003-2005).

No Tocantins, em 2011 foram registrados na terra indígena Karajá, localizada na Ilha do Bananal, no município de Lagoa da Confusão, 7 casos suicídio e 8 tentativas de suicídio. Dados levantados pelo Relatório de Violência, a partir de informações da comunidade sobre os suicídios, indicaram que,

07 jovens provocaram sua morte, através da prática do enforcamento (03 casos ocorreram em 2012). O problema do alcoolismo foi apontado como causa principal das mortes. Os indígenas reclamam da omissão da Funai e da Funasa e pediram o apoio do governo. (RELATÓRIO VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2011).

Sobre as tentativas de suicídio,

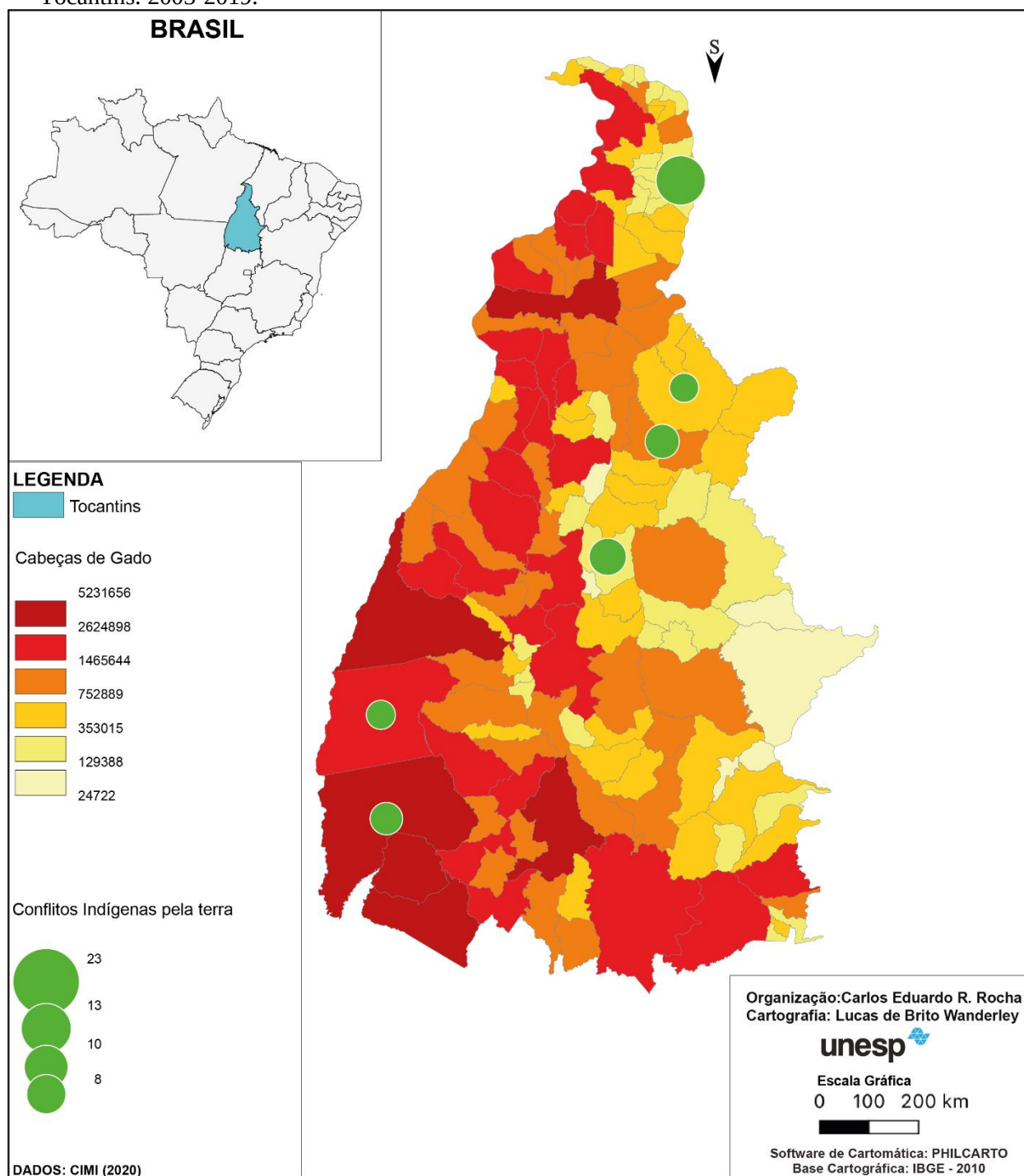
Foram registrados 8 casos de tentativa de suicídios. Todos eram jovens (homens e mulheres) com idade entre 15 a 28 anos. (RELATÓRIO VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2011).

Cabe ao Estado brasileiro direcionar políticas públicas de assistência à saúde que reduzam as mortes em terras indígenas, causadas muitas vezes pelo próprio modelo de destinação de territórios e a gestão na integração com o não índio.

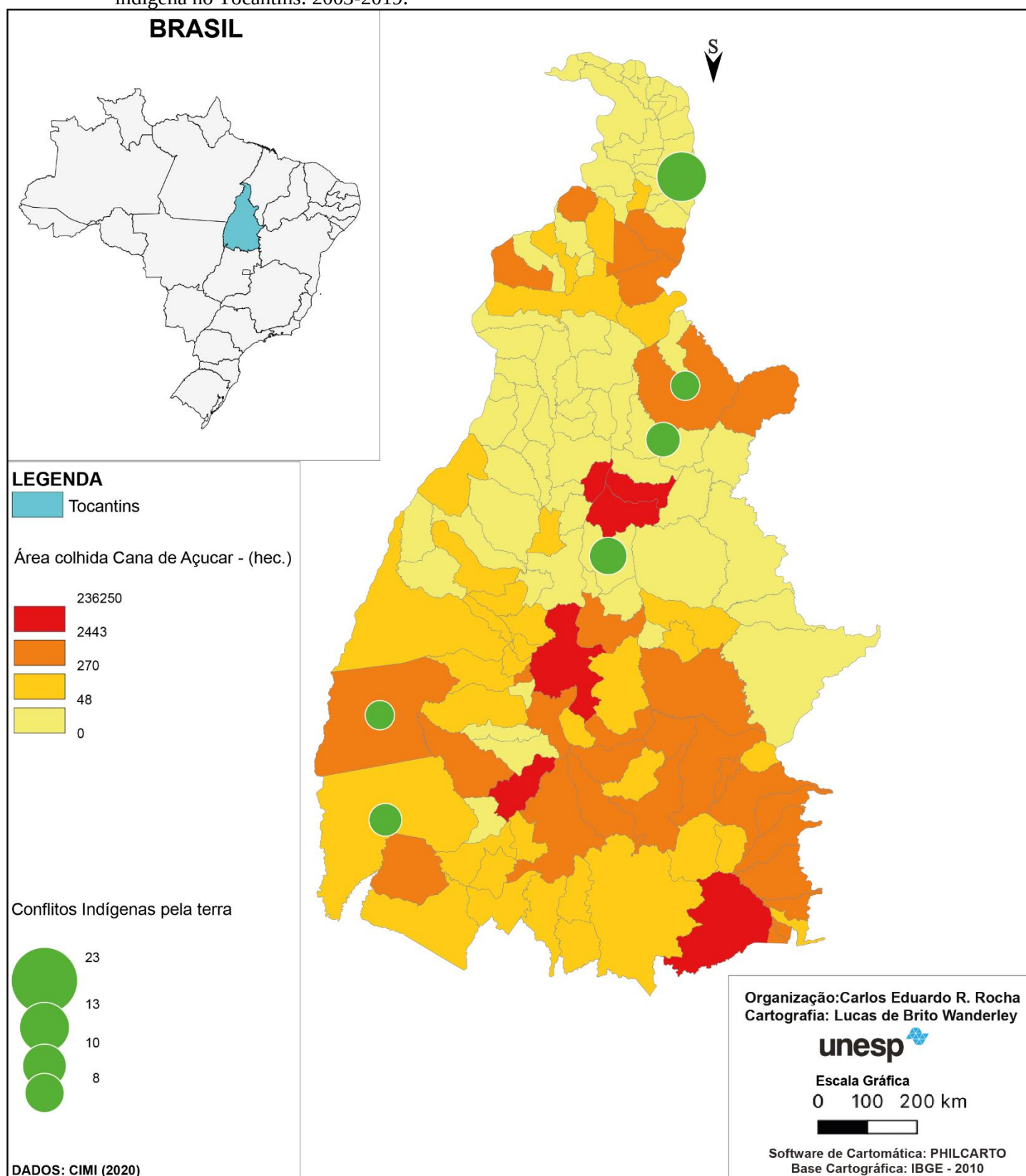
Quanto a violência, os territórios indígenas no estado do Tocantins tem sido palco de inúmeras formas de agressão ao índio e ao ambiente onde vivem. A expansão da fronteira agrícola no estado tem ocasionado conflitos, principalmente quando sua lógica de produção, pautada pelo uso de agrotóxicos, causam danos ao solo e rios que fornecem água e alimentos nos territórios indígenas.

Os dados de violência contra indígenas no estado do Tocantins, produzidos pelo CIMI foram organizados e sintetizados em forma de mapas no período entre 2003 e 2019 neste trabalho, fazendo uma relação com as áreas de expansão da produção soja, milho, gado e cana de açúcar. Os mapas a seguir (mapas 10, 11, 12 e 13) localizam as áreas de conflitos em Terra Indígena (TI) por ano e sobrepostas as áreas de produção de commodities.

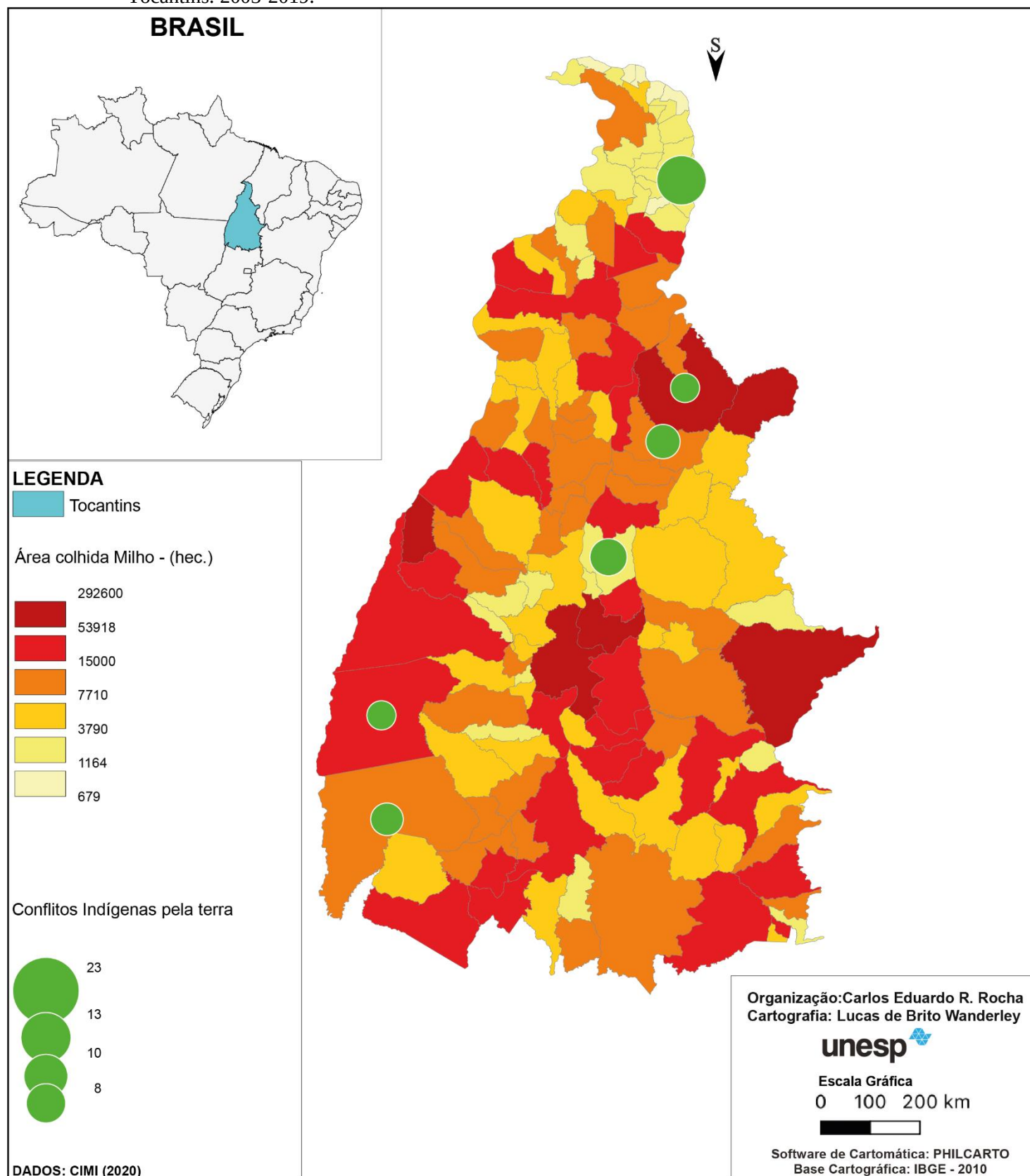
Mapa 10 - Municípios com criação bovina (cabeças) e conflitos por território indígena no Tocantins: 2003-2019.



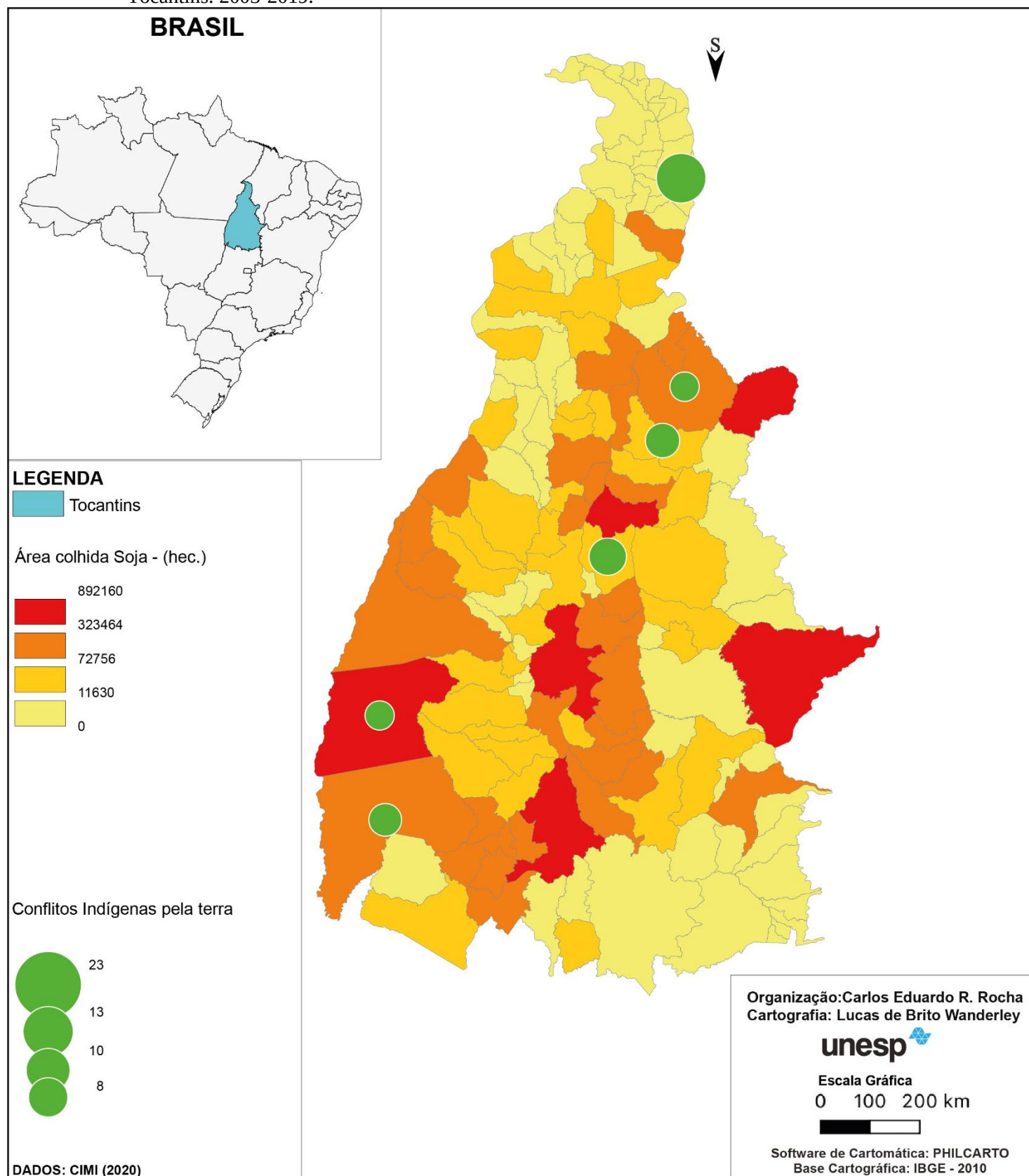
Mapa 11 - Municípios com produção de cana de açúcar em hectares e conflitos por território indígena no Tocantins: 2003-2019.



Mapa 12 - Municípios com produção de milho em hectares e conflitos por território indígena no Tocantins: 2003-2019.



Mapa 13 - Municípios com produção de soja em hectares e conflitos por território indígena no Tocantins: 2003-2019.



A expansão de fronteira agrícola com a produção de commodities é um dos elementos que compõem a produção territorial do conflito em Terras Indígenas. Ao longo do século XXI e neste exato momento, está havendo uma expressiva mudança no setor agrícola do estado, introduzindo monoculturas, lavouras mecanizadas e produtos químicos (agrotóxicos).

Como observa-se nos mapas as áreas de conflitos levantadas pelo CIMI entre 2003 e 2019 no estado do Tocantins, estão localizadas em regiões com significativa produção de commodities, principalmente gado e milho.

Ressalta-se que a produção dessas duas monoculturas está presente a mais tempo no campo tocantinense, sendo a soja e a cana de açúcar, atividades mais recentes, porém, estas já estão presentes, ladeando territórios indígenas. O modo de produção do agronegócio tem afetado a vida nas aldeias, seja causando doenças, diminuindo a produção de alimentos ou contaminando os rios.

Para dar visibilidade a violência e aos conflitos que os povos indígenas no estado do Tocantins têm sofrido, e entender como são produzidos, traremos algumas denúncias que demonstram como a expansão do agronegócio é um dos fatores centrais nesse confronto entre modos de vida e uso da terra distintos. Todas as denúncias constam nos Relatórios de Violência Contra os Povos Indígenas produzidos pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI entre 2003 e 2019.

Em 2005 no município de Itacaja, lideranças do povo Krahô denunciaram ao Ministério Público a contaminação de rios e córregos que banham a reserva, causados por agrotóxicos de lavouras de soja que são plantadas até as margens. Outra denúncia feita ao Ministério Público e ao IBAMA na mesma área indica o envenenamento dos rios Vermelho e Manoel Alves causada pelo intenso uso de produtos químicos e pelo desmatamento.

No mesmo ano de 2005, lideranças dos povos, Javaé, Karajá, Avá-Canoeiro e Tapirapé nos municípios Formoso do Araguaia, Pium e Cristalândia denunciaram ao Ministério Público a Companhia Brasileira de Agropecuária – Cobrape por poluir os rios Araguaia e Javaés com pesticidas, herbicidas e inseticidas através da produção de lavouras mecanizadas e irrigadas, que também estão causando o assoreamento e destruição da mata ciliar do Rio Javaés.

Em 2007, um fazendeiro soltou seu gado na Terra Indígena Xerente causando danos morais e perda de bens. A ação do fazendeiro se deu por conflito já existente entre os limites da fazenda e o da Terra Indígena. Entre 2006 e 2007, houve denúncias de poluição da água, pesca predatória, espancamento com morte, ateio de fogo com morte e um incêndio que ocorreu na Terra Indígena Apinayé, onde um grupo encapuzado ateou fogo nas casas e deram tiros em todas as direções, sendo que as famílias da aldeia sofrem ameaças constantes de prefeituras, empresas e fazendeiros.

Em 2009, lideranças do povo Krahô denunciaram que vem sofrendo com o plantio de soja próximos a TI. A denúncia indica que está havendo contaminação de pessoas, solo, água e animais devido a pulverização de agrotóxicos, causando doenças respiratórias e de pele, além de erosão e morte de aves e pequenos animais. Ainda ocorreu neste ano, assassinato, lesão corporal, trancamento de estrada, agressão física e verbal por parte de agentes da Polícia Federal e apropriação indébita de cartão.

Na Terra Indígena Xerente em 2011, que fica próxima de uma grande plantação de cana de açúcar, foi feita a denúncia de que estaria sendo drenada a água de um rio, onde a nascente fica dentro da TI. Com isso está havendo a redução da quantidade de água e a poluição da mesma pela contaminação com agrotóxico, deixando onze aldeias com escassez hídrica. Além da diminuição e contaminação da água os xerentes denunciam danos à saúde causados pela queima da cana, atingindo principalmente as crianças com problemas respiratórios.

Ações de agentes do Estado também são alvo de denúncias pelos indígenas. Em 2013 as famílias da Terra Indígena Apinayé em Tocantinópolis sofreram ameaças de um ex-chefe do posto da Funai, o qual responde na justiça Federal processo por estupro e ainda assim transita entre as aldeias causando conflitos entre as lideranças. Denúncias de extração ilegal de madeira, venda ilegal de madeira e desmatamento também foram registrados nesse ano.

A convivência do governo do estado do Tocantins está no rol de denúncias de 2015. O povo Apinayé tem denunciado o desmatamento praticado por fazendeiros de uma área que eles reivindicam desde 1980. Está havendo a retirada de matas ciliares podendo causar o assoreamento dos rios e a poluição por agrotóxicos. O desmatamento está sendo feito com o aval do órgão estadual Naturatins – Instituto Natureza do Tocantins, que emitiu licença para a prática.

Indígenas isolados no estado do Tocantins correm risco de sobrevivência. Em denúncias de 2017, o grupo indígena Inãwébohona, também conhecidos como Cara Preta e localizados na região da Mata do Mamão, no centro da Ilha do Bananal sofreram grandes incêndios criminosos, além de lutarem contra a pesca predatória, a caça ilegal e a provável construção da rodovia BR-0500. Outras denúncias, como extração ilegal de madeira, invasão e desmatamento foram registradas nesse ano.

Em 2019 houve um número recorde de denúncias, contrastando com o primeiro ano do governo Bolsonaro. Governo este que incita o ódio as minorias, incentiva a destruição do meio ambiente através de desamamento e a proliferação de garimpos, nega políticas públicas de Reforma Agraria, reconhecimento e titulação de territórios indígenas e quilombolas. Só em 2019 foram 18 denúncias de conflitos em Terras indígenas no estado.

Lideranças do povo Javaé denunciam a invasão de seu território por empreendimentos do agronegócio, o que tem ocasionado a diminuição do volume de água dos rios que banham as aldeias. Isso por que as empresas bombeiam a água (imagem 35), do rio para as plantações de arroz e soja.

Imagem 35 - Máquinas desviando água do rio para as plantações de arroz e soja. Em trabalho de campo realizado em 2021 no projeto Rio Formoso constatamos a prática da retirada da água do rio para as plantações, realizada pelas empresas do agronegócio.



Fonte: Autores, 2021.

Além da retirada da água os indígenas relatam casos de doenças provocadas pela má qualidade da água em virtude do uso de agrotóxicos nas lavouras, comprometendo sua sobrevivência espiritual e física. Só na Terra Indígena Xerente, em 2019 foram denunciadas invasões, exploração ilegal de madeira, incêndio e desmatamento. Na Terra Indígena Krahô-Kanela foram registrados incêndio, danos ao meio ambiente e danos ao patrimônio. Os povos indígenas Avá-Canoeiro e Inãwébohona sofreram incêndios criminosos, invasão, danos ao meio ambiente e criação ilegal de gado.

O povo Avá-Canoeiro foi contactado na década de 1970 pela Funai. Desde lá este povo foi expulso de seu território e hoje vivem em aldeias dos povos Karajá e Javaé, porém, reivindicando seu retorno. O processo estava em fase de desintrusão em 2019, pois na área se encontram assentamentos do Incra e a fazenda Eletroenge. Em 2018 os Avá-Canoeiro conseguiram na justiça a retirada dos ocupantes de suas terras por um período de dois anos. (CIMI, 2019).

Segundo o Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas,

“A Portaria Declaratória sofreu vários ataques de políticos da região, como a senadora Kátia Abreu e o deputado Carlos Henrique (Gaguim), que tentaram anulá-la. Advogados e o antropólogo Edward Luz foram contratados pelo agronegócio para desqualificar o relatório de identificação e delimitação da terra”. (RELATÓRIO DE VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS, 2019, p. 106).

Essa quantidade expressiva de denúncias demonstra que a produção de commodities tem afetado de forma direta a vida nas Terras Indígenas, sendo um elemento central na produção de conflitos, porém, não é o único. A construção de usinas hidrelétricas, a intencional inércia do poder público nas demarcações e a falta de garantia na manutenção dos territórios, aliados a uma política nefasta de integração com o não índio, tem sido fatores com potência para gerar conflitos.

Os conflitos e a violência no Brasil têm atingido outros povos tradicionais, além dos indígenas. Os povos quilombolas, que surgiram da fuga e resistência à escravidão, também têm sofrido com a inércia do Estado em reconhecer seus territórios e o avanço do agronegócio sobre suas áreas já titulada.

Porém, a luta e resistência estão presentes no dia a dia de milhares de famílias quilombolas que tem na ancestralidade, modo de vida e cultura, sua singularidade na sociedade brasileira.

No tópico a seguir, traremos uma breve reconstituição da formação dos quilombos no Brasil e no Tocantins, relacionando os territórios que foram certificados no estado, além espacialização da produção agrícola e dos focos de conflitos em territórios quilombolas.

4.6 – Quilombos – Território, Luta e Resistência

A formação de Quilombos no Brasil foi estabelecida pela luta e resistência do povo negro. A escravidão imposta aos africanos nas terras tupiniquins e saqueada pelos europeus, lhes tiraram algo mais que a liberdade, lhes tiraram seu território.

Sem este, o espaço e lugar de vivência do escravizado passa a ser a senzala ou quando muito em serviços na casa grande. Ao escravizado a fuga das fazendas foi um meio de resistência e sobrevivência às mazelas que lhes eram compelidas.

Em um território continental como o do Brasil a escravidão estava diluída de Norte a Sul, seja no campo ou na cidade, com um contingente de cerca de 6 milhões de africanos trazidos para cá durante os 358 anos de escravidão.

Na busca pela liberdade ou fugindo da morte, a formação de quilombos foi uma alternativa coletiva na produção de territórios onde o povo negro pôde viver sem o jugo dos senhores de escravizados, terem seu lugar de relações sociais sem a imposição da violência, mesmo que em um sistema hierarquizado e reproduzir seus modos de vida de acordo com suas ancestralidades.

Da mesma forma que a escravidão, os quilombos também estão presentes de Norte a Sul do Brasil. Sua presença no território nacional demarca a existência e resistência de um povo que criaram laços com seus territórios. Conforme Rodrigues (2020, p. 15),

Se a memória retrata esse passado abominável, traz para o presente o patrimônio cultural construído nas relações familiares gestadas e transmitidas em atividades econômicas, nos usos que faz essa etnia do território, das águas e das florestas, e nas relações extra familiares que constroem no território, o que lhes assegura uma identidade étnica que lhes respaldaram na perspectiva de reivindicarem a autoafirmação de sua identidade.

Assim como no território indígena, o território quilombola é alicerçado no lugar de vivência, onde as raízes ancestrais se encontram e onde seus modos de vida e cultura passam a ser identificados na sociedade como singular.

Suas histórias, festas, danças, culinária e etc. são a expressão de um passado que não os relacionam apenas com a escravidão, mas com a luta por seu lugar na sociedade que perpassa, apenas a ideia da subserviência forçada.

Ainda assim, para Rodrigues (2020, p. 15), o período de escravidão no Brasil deixou “memória e legado de práticas terríveis de tortura, superexploração do trabalho, separação dos entes familiares e a negação de direitos.

O quilombo de Palmares foi e continua sendo um símbolo de resistência do povo negro. Depois dele, muitos outros surgiram e se espalharam pelo território brasileiro. Atacados, esses lugares de reprodução da ancestralidade sempre renasciam em outros, pois o espaço-tempo caminham com os povos, reterritorializando suas práticas, costumes e cultura.

Diferente dos indígenas que aqui já estavam e possuíam laços com os lugares que ocupavam, o povo negro criou seus vínculos com a terra nos quilombos a partir da cultura que carregavam, pois a “mobilidade imposta” pela perseguição os impeliu a estar em movimento.

Essa resistência e renascimento de quilombos tomam forma na fala de Antonio Bispo dos Santos (Nego Bispo) do quilombo Saco Curtume no estado do Piauí, publicado no documento (Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil (2018), organizado pelo CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Fogo!...Queimaram Palmares,
 Nasceu Canudos,
 Fogo!...Queimaram Canudos,
 Nasceu Caldeirões,
 Fogo!... Queimaram Caldeirões,
 Nasceu Pau de Colher,
 Fogo!...Queimaram Pau de Colher...
 E nasceram, e nasceram tantas outras
 Comunidades que os vão cansar se
 Continuarem queimando.
 Porque mesmo que queimem a escrita,
 Não queimarão a oralidade.
 Mesmo que queimem os símbolos,
 Não queimaram os significados.
 Mesmo queimando nosso povo
 Não queimarão a ancestralidade.
 (Nego Bispo, 2018).

É nesse refazer e reterritorializar que os quilombos vão fixando lugar no território brasileiro. Depois da promulgação da Lei Áurea novos ajuntamentos de pessoas em comunidades, com uma população sertaneja e de descendentes da escravidão como foi o caso de Canudos (1897), Caldeirões (1937) e Pau de Colher (1938) enfrentaram invasões, massacres e sua destruição.

Atualmente os territórios quilombolas são reconhecidos e demarcados pelo Governo brasileiro, porém os povos dessas comunidades ainda vivem uma realidade de conflitos pela manutenção de seus territórios.

Segundo o (CONAQ, 2018, p. 16), “os conflitos têm como elemento central os territórios, tensionados por interesses ilegítimos e inconstitucionais de terceiros em disputa pela propriedade da terra”.

A violência contra os povos negros em comunidades quilombolas no Brasil, passam não só pelo receio da perda ou negação da posse do território, mas também pelo assassinato, negação de acesso a bens e serviços, despejos, prisões ilegais, ameaças, torturas e etc.

4.7 - Território Quilombola - Espacialização e Caracterização de Conflitos – Tocantins

A interiorização da escravidão no antigo Norte de Goiás, atual estado do Tocantins tiveram como meio de deslocamento os dois grandes rios que cortam os dois estados, o rio Araguaia e o rio Tocantins. A entrada de mão de obra escravizada no território tocanтинense no século XVIII seguiram duas rotas de exploração econômica, a rota do ouro e a rota do gado. A busca por pedras preciosas e por ouro deram origem a muitos povoados que utilizavam mão de obra escravizada em suas lavras no sudeste do estado. Cidades como Dianópolis (Vila São José do Duro), Natividade (Arraial Nossa Senhora de Natividade) , Paranã (Vila São José da Palma), e Arrais (Povoado Nossa Senhora dos Remédios de Arraías), nasceram a partir de instalações de garimpos com mão de obra escravizada. No século XIX a população dessa região contava com quase 90% negra. Com a queda na produção do ouro nessa região muitos escravizados seguiram como mercadoria para outras regiões do estado, outros se refugiaram ou criaram quilombos, outros foram morar como agregados em fazendas. (APOLINÁRIO, 2006).

A rota do gado foi outra forma de entrada de escravizados no território tocanтинse no século XIX. A expansão da criação bovina no estados de Pernambuco e Bahia levaram muitos produtores a adentrarem o Sul do Maranhão em busca de novas áreas.

Nesse avanço, através da solta do gado livre nos pastos, a mão de obra escravizada era a principal força de trabalho. Segundo a APA-TO (Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins), a rota do gado foi responsável pela fundação de vilas e ocupação do extremo Norte do estado.

Em 1825 é criada a vila de Boa Vista do Tocantins, atual Tocantinópolis e em 1868 a vila de São Vicente, atual Araguatins. Os criadores vêm soltando o gado nos pastos naturais, e deixam um ou mais escravizados cuidando dos animais. Após o fim da escravidão, os africanos ocupam as áreas de floresta, para trabalharem com a caça, extrativismo e roça de tóco. Um grande número de africanos expulsos do Estado do Maranhão pelos fazendeiros, também se abrigaram nas florestas do Bico do Papagaio do Estado do Tocantins (APA-TO, 2012, p. 6).

Essas rotas econômicas trouxeram para o atual estado do Tocantins um contingente expressivo de povos escravizados, criando inúmeras comunidades quilombolas e formando a maioria étnica no Tocantins.

No senso do IBGE de 2010, consta que 70% da população do estado é composta por negros e pardos. As comunidades quilombolas do Tocantins somam 45 áreas e estão distribuídas nas regiões Norte, Central, Sudeste e Sul do estado. Segundo Pinheiro (2020, p. 12),

No Estado do Tocantins, até agosto de 2019, segundo a FCP (Fundação Cultural Palmares), 45 (quarenta e cinco) comunidades quilombolas foram certificadas como minorias que sustentam uma cultura tradicional em estreita relação e dependência da terra, cujos relatórios antropológicos do INCRA estão revelando, desde festejos, cantorias, crenças, expressões e linguajar, culinária, formas de organização e de trabalhar a terra, etc. com particularidades e singularidades socioculturais que requerem atenção especial do Estado para a sua proteção.

Em trabalho publicado em 2012 pela APA – TO sobre os territórios quilombolas no Tocantins a instituição relaciona as etapas do processo para a titulação dos territórios, sendo I – Fundar e regularizar uma associação da comunidade quilombola; II – Certificação pela FCP – Fundação Cultural Palmares; III - Solicitação da regularização do território ao INCRA; IV- Elaboração do Relatório Técnico de Identificação e delimitação – RTID (Relatório Antropológico); V - Levantamento fundiário; VI - Elaboração da planta e memorial descritivo do perímetro (limites) da área reivindicada;

VII - Relação das famílias quilombolas que vivem no território; VIII - Levantamento e análise de sobreposição unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, terras indígenas ou situadas em terrenos de marinha, em outras terras públicas arrecadadas pelo INCRA ou Secretaria do Patrimônio da União e em terras dos estados e municípios; IX - Publicação do RTID - Publicação do edital, por duas vezes seguidas, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Tocantins, contendo o nome do território e os limites da terra a ser titulada; X - Prazo para contestações; XI - Análise das contestações; XII - Publicação da área do território; XIII - Desapropriação de fazendeiros e reassentamento de posseiros; XIV - Demarcação do território e XV - Titulação – O território será titulado de forma coletiva, assim não pode ser dividido, vendido, loteado, arrendado ou penhorado. (APA – TO, 2012).

Essas comunidades (tabela 5) vem passando pelo processo de certificação e titulação desde 2004, sendo o quilombo Lagoa da Pedra no município de Arraias a primeira a ter seu território reconhecido, porém a mesma desistiu da regularização da sua área.

Abaixo está a relação das comunidades quilombolas no Tocantins que já passaram pelo processo de Certificação da Fundação Cultural Palmares.

Tabela 5 - Relação de comunidades certificadas como remanescentes de quilombos até 2019 – Tocantins.

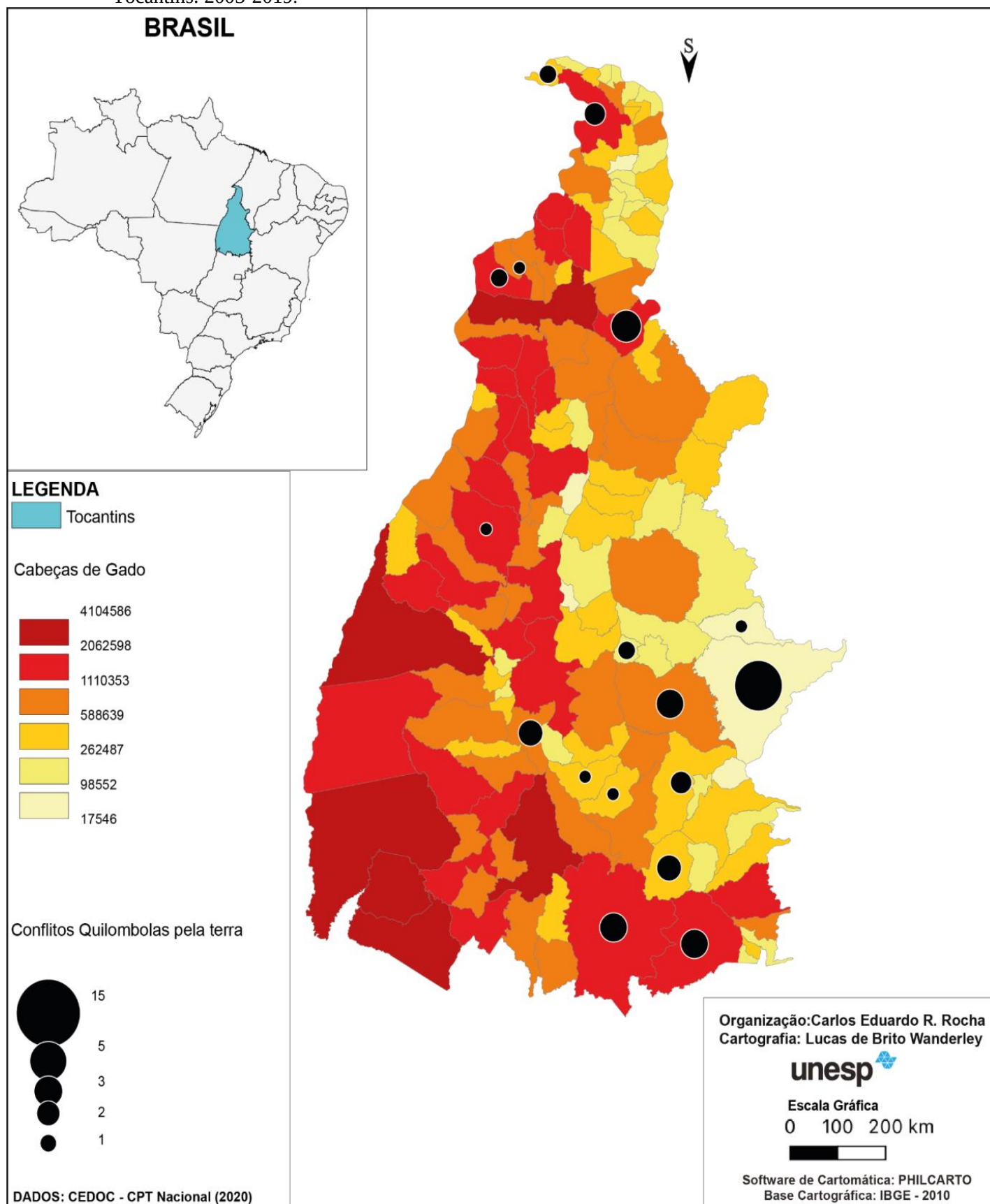
Municípios	Denominação das Comunidades	Nº de Comunidades
Almas	Baião e Poço Dantas	2
Aragominas	Projeto da Baviera e Pé do Morro	2
Araguatins	Ilha São Vicente	1
Arraias	Lagoa da Pedra, Fazenda Lagoa dos patos e Fazendas Kágados	3
Arraias/Paranã	Mimoso	1
Brejinho de Nazaré	Córrego Fundo, Malhadinha, Curralinho do Pontal e Manoel João	4
Chapada da Natividade	São José e Chapada da Natividade	2
Conceição do Tocantins	Água Branca e Matões	2
Dianópolis	Lajeado	1
Dois Irmãos do Tocantins	Santa Maria das Mangueiras	1
Esperantina	Carrapiché, Ciríaco e Praia Chata	3

Filadélfia	Grotão	1
Jaú do Tocantins	Rio das Almas	1
Lagoa do Tocantins/Novo Acordo/Santa Tereza do Tocantins	Barra do Aroeira	1
Mateiros	Mumbuca, Ambrósio, Carrapato, Formiga, Margens do Rio Novo, Riachão, Rio Preto e Boa Esperança	8
Monte do Carmo	Mata Grande	1
Muricilândia	Dona Juscelina	1
Natividade	Redenção	1
Paranã	Claro, Ouro Fino e 3 Prata	3
Ponte alta do Tocantins	Lagoa Azul	1
Porto Alegre do Tocantins	São Joaquim e Laginha	2
Santa Fé do Araguaia	Cocalinho	1
Santa Rosa do Tocantins	Morro de São João	1
São Félix do Tocantins	Povoado do Prata	1

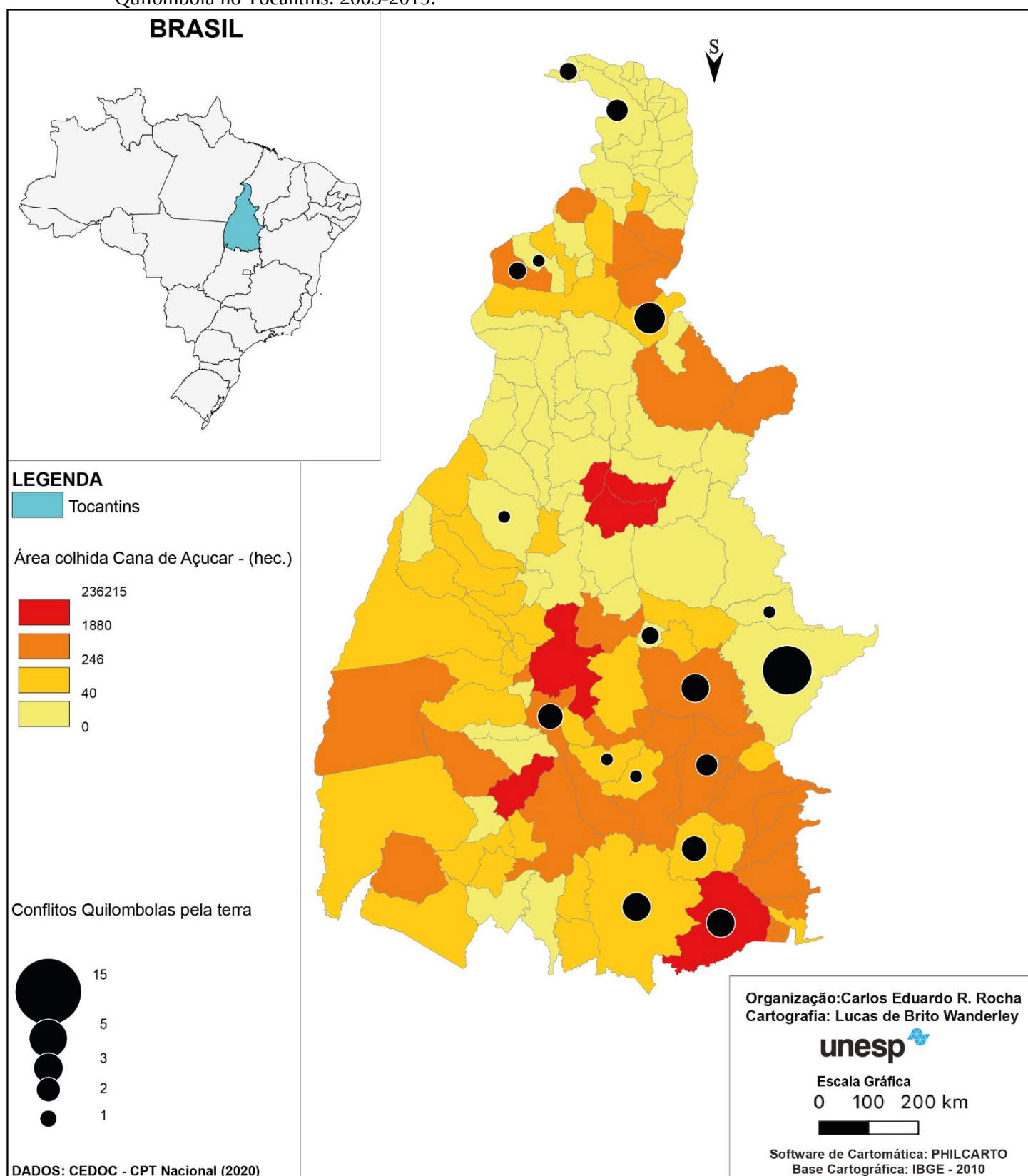
Fonte: Pinheiro, 2020.

Os dados que utilizaremos para caracterizar os conflitos em Territórios Quilombolos (TQ) foram os da base de dados do Centro de documentação Dom Tomas Balduino - CEDOC. Na produção dos mapas (14, 15, 16 e 17) foram utilizados exclusivamente dados da CPT levantados no período entre 2003 e 2019.

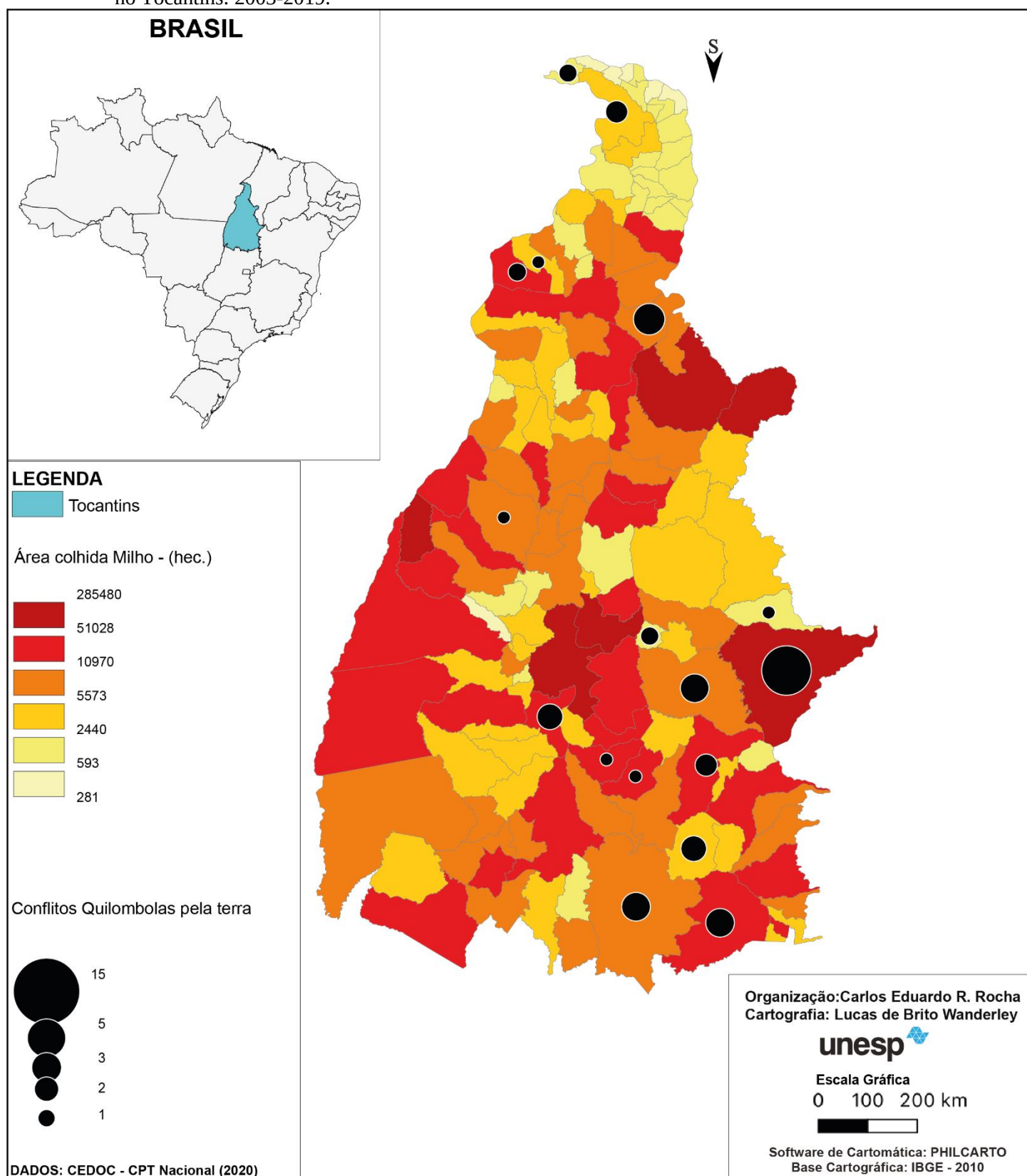
Mapa 14 - Municípios com criação bovina (cabeças) e conflitos por território quilombola no Tocantins: 2003-2019.



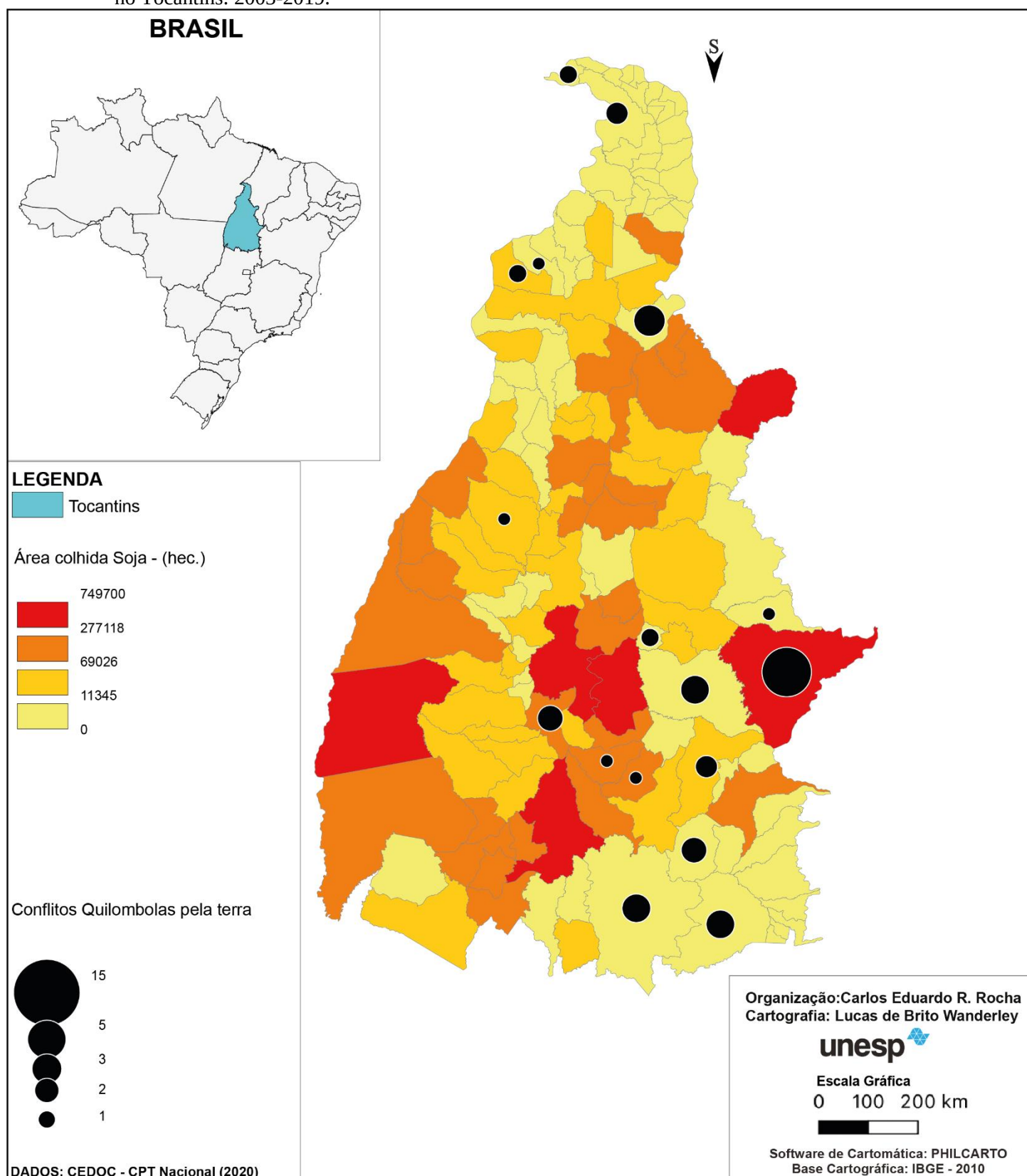
Mapa 15 - Municípios com produção de cana de açúcar em hectares e conflitos por território Quilombola no Tocantins: 2003-2019.



Mapa 16 - Municípios com produção de milho em hectares e conflitos por território Quilombola no Tocantins: 2003-2019.



Mapa 17 - Municípios com produção de soja em hectares e conflitos por território Quilombola no Tocantins: 2003-2019.



Sintetizamos os dados de conflitos em Territórios Quilombolas, produzindo mapas que localizam e relacionam esses conflitos com áreas de expansão da produção de commodities no estado do Tocantins. Em razão da pandemia da COVID – 19, não conseguimos realizar trabalho de campo em TQ's, ficando a análise fixada nos dados da CPT, no relatório produzido pela CONAQ, intitulado “Racismo e violência contra quilombos no Brasil”, publicado em 2018 e bibliografia regional sobre o tema.

O relatório elaborado pela CONAQ, 2018, intitulado “Racismo e Violência Contra Quilombos no Brasil”, apresenta diferentes contextos em que são produzidos os conflitos em territórios quilombolas. O trabalho enumera 6 tipos de ocorrências envolvendo diversos sujeitos e formas de violência. De acordo com o relatório, foram identificadas, conflitos abrangendo,

Especulação imobiliária: conflitos em quilombos urbanos e rurais em que a comunidade sofreu violações decorrentes de processos de especulação imobiliária.

Latifúndio: casos em que as situações de violação se deram no contexto de conflito com grandes proprietários de terras, latifundiários.

Megaprojetos-socioambiental: casos em que as violações decorreram de conflitos socioambientais envolvendo grandes projetos: duplicação de rodovia, mineração, agronegócio, construção de portos ou complexos portuários, usinas hidrelétricas, entre outros.

Outros: casos em que as violações estão associadas à violência de gênero, ao racismo religioso e ou à presença do tráfico de drogas e ou de grupos milicianos no território.

Racismo Institucional: casos em que as violações decorreram de discriminação racial perpetrada por instituições públicas ou por grupos empresariais.

Sem informação: casos em que não foi possível identificar o contexto de conflito vivido pela comunidade. Essa categoria foi utilizada, na maioria, em casos de assassinatos em que não se conhecia o contexto no momento de ocorrência das mortes. (RACISMO E VIOLÊNCIA CONTRA QUILOMBOS NO BRASIL, 2018, p. 80).

No estado do Tocantins, os dados de conflitos em Territórios Quilombolas levantados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT entre 2007 e 2019 envolvem majoritariamente, como causadores das ações o governo federal, governo estadual, fazendeiros e grileiros.

De acordo com Xavier e Lira (2018), uma situação que tem preocupado as famílias das comunidades quilombolas, são os incêndios criminosos em áreas de coleta do capim dourado na região do Jalapão.

Em 2007, foi registrado na comunidade quilombola Grotão, município de Filadelfia, ameaça a 10 famílias por parte de um fazendeiro. Em 2008 e 2010 na mesma

comunidade foi registrado intimidação causada por um grileiro. A comunidade já passou por um processo de desapropriação e despejo em outubro de 2008, retornando ao território em dezembro do mesmo ano. A operação de despejo foi realizada com atos de truculência, abuso de autoridade e demonstração de racismo.

Nas comunidades quilombolas do município de Mateiros, foi registrado em 2013, omissão/conveniência do governo do estado do Tocantins, afetando 446 famílias da região. Essas comunidades enfrentam conflitos por invasão de suas terras por grileiros, e sobreposição de seus territórios pela criação de Parques, como é o caso do Parque Nacional das Nascentes do Rio Panaíba que sobrepõe o território quilombola do Prata e a Estação Ecológica da Serra Geral que sobrepõe os territórios do Carrapato, Formiga e Ambrósio. Essa sobreposição conflita com os costumes e tradições quilombolas, principalmente na sua forma de uso da terra.

A comunidade quilombola Kalunga sofreu em 2014, ameaças de mortes por parte de fazendeiros. A área, ocupada há mais de 200 anos, tem passado por invasões, avanço do agronegócio, cercamento de terras e grilagem, ocasionando expropriação de parte de seu território. A comunidade enfrenta ainda, expulsões, incêndios criminosos e desmatamento para retirada de madeira.

Em 2016, houve a maior quantidade de relatos de conflitos em Territórios Quilombolas no estado do Tocantins (tabela 6), registrados pela CPT, em sua maioria envolvendo o governo estadual e fazendeiros.

Tabela 6: Comunidades quilombolas e número de famílias envolvidadas em conflitos territoriais no estado do Tocantins em 2016.

Comunidades Quilombolas Implicadas em Conflitos	Número de Famílias Envolvidas
Ilha de São Vicente no município de Araguatins – TO.	48
Quilombo Baião no município de Almas - TO	25
Fazenda Lagoa dos Patos no município de Arraias - TO	10
Kaagados no município de Arraias - TO	10
Mimoso no município de Arraias – TO	20
Curralinho do Pontal no município de Brejinho de Nazaré – TO	24
Corrego Fundo no município de Brejinho de Nazaré – TO	25
Malhadinha no município de Brejinho de Nazaré – TO	85

Matões no município de Conceição do Tocantins – TO	38
Água Branca no município de Conceição do Tocantins – TO	35
Santa Maria das Mangueiras no município de Dois Irmãos do Tocantins – TO.	60
Carrapiche no município de Esperantina – TO	15
Prachata no município de Esperantina – TO	25
Ambrósio no município de Mateiros – TO.	20
Boa Esperança no município de Mateiros – TO.	8
Borá no município de Mateiros – TO.	8
Capão do Modesto no município de Mateiros – TO.	8
Carrapato no município de Mateiros – TO.	20
Margens no município de Mateiros – TO.	15
Mata Verde no município de Mateiros – TO.	15
Mumbuca no município de Mateiros – TO.	80
Mumbuquinha no município de Mateiros – TO.	8
Rapadura no município de Mateiros – TO.	8
Riachão no município de Mateiros – TO.	15
Rio Preto no município de Mateiros – TO.	15
Dona Juscelina no município de Muricilândia – TO	35
Claro no município de Paranã – TO.	40
Ouro Fino no município de Paranã – TO.	40
Prata no município de Paranã – TO	40
Lajinha no município de Porto Alegre do Tocantins – TO	40
São Joaquim no município de Porto Alegre do Tocantins – TO	68
Morro de São João no município de Santa Rosa do Tocantins – TO.	28
Barra da Aroeira no município de Santa Tereza do Tocantins – TO.	174
Rio da Prata no município de São Felix do Tocantins – TO.	78
Total: 34	Total : 1183

Nos anos de 2017 a 2019, foram registradas mais 26 ocorrências de conflitos em Territórios Quilombolas que tiveram como agentes causadores, governos municipais, grileiros, governo estadual, fazendeiros e madeireiros, onde os conflitos causados foram,

ameaças de expropriação, danos, contaminação por agrotóxicos, omissão/conveniência, ameaça de morte, intimidação e impedimento de ir e vir. No total desse período 1365 famílias estiveram envolvidas em conflitos.

Evidencia-se no relatório de dados da CPT que os conflitos em Territórios Quilombolas passam pelas abordagens que são centrais na tese, quais são: a inércia planejada do poder público em resolver a questão fundiária dos territórios quilombolas, produzindo insegurança jurídica; 2º - Expansão da produção monopolista através do agronegócio, tendo como um de seus meios a grilagem de terra e 3º a luta e resistência quilombola em manter seus territórios.

A produção territorial do conflito em TQ está intrinsecamente ligada, não só na posse da propriedade (território), mas em preservar a ancestralidade e garantir a continuidade do modo de vida e cultura de um povo. Para Lira e Carvalho (2018),

O território para as comunidades remanescentes de quilombo, é caracterizado como forma de reverência física e de representações simbólicas para a manutenção da identidade quilombola, que dentro da lei, lhes assegura o direito aos seus territórios originários. A estrutura social e as representações culturais que remontam as ancestralidades africanas é um dos pilares importantes na construção da identidade étnica para uma comunidade quilombola. (LIRA; CARVALHO, 2018, p. 362).

Dessa forma, os três pilares da produção do conflito por terra e território no estado do Tocantins tem se mostrado cada vez mais presentes, criando barreiras para a consolidação dos territórios e gerando violência no campo. O cenário infelizmente não é de mudança, porém a luta é diária e como disse Nego Bispo “E nasceram, e nasceram tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem queimando”.

Caracterizamos neste capítulo quatro, elementos que produzem conflitos territoriais, como, a expropriação de terras de camponeses e povos tradicionais, o uso do aparato público para realização de despejo em áreas com titularidades questionáveis, a violência constante nas terras e territórios, o avanço do agronegócio, e a luta e resistência camponesa, indígena e quilombola.

Nos relatos, entrevistas e imagens, pode-se constatar que o conflito no campo no Tocantins é algo presente no dia a dia de muitas famílias. Em um estado que tem seu território formalizado a pouco mais de 30 anos, desmembrado de um sertão esquecido do governo central do estado de Goiás, envolvido em inúmeros casos de corrupção na

política e judiciário, desde sua criação e cheio de “coronéis oligarcas”, camponeses e comunidades tradicionais tem sofrido as mazelas dessa conjuntura política, social e econômica.

Em meio a esse cenário no campo tocantinense, que tem privilegiado a expansão da monocultura e sem políticas efetivas de destinação de terras públicas aos trabalhadores do campo, a luta e a resistência, também através do conflito, tem sido a forma de embate encontrada pelos sujeitos em suas localidades para não sucumbir ao projeto hegemônico do capital no campo.

Observamos que os dados dos conflitos por terra e território, obtidos por meio dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, do Conselho Indigenista Missionário e da Coordenação Nacional de Articulação Quilombola, onde as denúncias mostram que a produção de *commodities* tem impactado a vida de camponeses e povos tradicionais, corrobora com as afirmações centrais da tese, configurando a produção territorial do conflito agrário no estado do Tocantins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação territorial do Brasil ao longo dos seus cinco séculos é marcada pelo poder, ganância, violência, distribuição privilégios e etc. Desde a chegada do europeu por aqui, a terra tem sido um ativo financeiro, propulsor de conflitos e mortes. O modo como se inicia a distribuição destas terras irá reverberar numa estrutura fundiária concentrada, latifundiária, elitista e excludente.

Dessa forma, o trabalho mostrou ao longo de seus 4 capítulos como a produção territorial dos conflitos por terra e território se apresenta no estado do Tocantins no século XXI, debatendo e analisando desde a questão fundiária brasileira, conflitos, trabalho escravo, Reforma Agrária e expansão de fronteira agrícola.

Desse esforço de pesquisa, chegou-se a três principais características que se configuraram como centrais no conflitos pela posse e manutenção da terra e território no estado do Tocantins, que são: 1º - Inércia planejada do poder público em resolver a questão fundiária de suas terras e territórios, produzindo insegurança jurídica; 2º - Expansão da produção monopolista através do agronegócio, tendo como um de seus meios a expropriação de terra e 3º a luta e resistência camponesa, indígena e quilombola em manter suas terras e seus territórios.

Para indicarmos esses elementos como centrais na produção do conflito por terra e território e como eles se configuram no estado do Tocantins, construímos quatro capítulos que se vinculam, iniciando pela problematização e conceitos centrais utilizados na pesquisa no primeiro capítulo, uma breve evolução histórica da formação econômica, social e fundiária do Brasil e o acesso a terra nos biomas Cerrado e Amazônia no segundo capítulo, políticas públicas de fomento ao agronegócio e a espacialização da produção de *commodities* relacionado a áreas de conflitos por terra no Tocantins no terceiro capítulo e a caracterização e espacialização de conflitos por terra e território no Tocantins no quarto capítulo.

Deste modo, tentaremos sintetizar os elementos propostos em cada capítulo e como eles se relacionaram para possibilitar a construção da tese e a produção dos seus resultados. O objetivo é demonstrar ao leitor os caminhos percorridos durante a pesquisa, sinalizando quais conceitos, métodos e técnicas foram aplicadas na elaboração do trabalho.

Com a “Problematização e Questões Teóricas”, debatemos sobre a contrução do objeto científico e como ele se dintingue do senso comum. Sua construção não é aleatória e passa pelas experiências vivenciadas pelo pesquisador, como é o caso do trabalho que produzimos. Porém, mesmo o objeto de pesquisa não sendo algo isolado dos valores que carregamos, o que pode levar ao senso comum, no objeto científico é o método e a técnica que irão distinguí-los. Dessa forma, pautamos o trabalho na materialização histórica, no uso da cartografia, produção de imagens e etc.

Os conceitos centrais que trazemos para a análise do recorte da pesquisa são os conceitos de espaço, território, cultura e modos de vida e conflitos e confrontos políticos. Compreendemos como a totalidade das relações sociais estão permeadas no espaço geográfico, como sistemas de controles do capital globalizado interferem nas localidades e que essas relações são detentoras de interconexões em diversas escalas, por exemplo, o no monopólio agrícola mundial. O território como fração delimitada, possui os mesmos elementos do espaço, porém, possuindo fronteiras circunscritas, que no trabalho se estente intencionalmente pelo território do estado do Tocantins.

Nesse espaço delimitado, se encontram sujeitos que estão em disputa pela terra e território, disputa essa que tem como uma das características a resistência ao modo de produção capitalista que difere de outros dois conceitos, cultura e modo de vida dos camponeses de povos tradicionais. Essa dintinção entre os sujeitos produzem embates que levam a produção dos conflitos e confrontos. Esses conceitos permearam todo o trabalho, fazendo a ponte entre o teorizado e as experiências de campo realizadas, por exemplo.

No debate realizado sobre “Estrutura fundiária, mundialização do capital, trabalho e acesso à terra no Brasil: 500 anos de conflitos”, tentou-se fazer uma breve materialização histórica da formação do Brasil e sua subordinação aos países centrais. Esse esforço objetivou compreendermos como o Brasil inda mantém formas arcaicas em sua estrutura fundiária, perpetuação de oligarquias no campo e a não realização de reforma agrária. Aspectos como, divisão de terras a privilegiados, mais de 300 anos de utilização de mão de obra escravizada, sem compensação aos trabalhadores, mas sim aos escravistas, restrição de acesso a terra a milhões de brasileiros e os inúmeros golpes de Estado a serviço da elite política/agrária, nos mostram que mesmo com a modernização agrícola no país, essas características do atraso, ainda estão muito presentes na estrutura fundiária no recorte da pesquisa.

Porém, meios de resistência podem ser vistos se materializando nesse processo, como a não aceitação dos povos originários ao trabalho forçado, a fuga dos escravizados e o estabelecimentos de quilombolos e a formação de movimentos sociais no campo, mostram que a luta pela terra e território estão presentes desde sempre. A resistência para a manutenção do modo de vida e cultura do sertanejo no atual estado do Tocantins no início do século XX, que podemos ver nesse capítulo, demonstra como o camponês se diferencia do modo capitalista de produção, em sua relação com a terra.

Adentramos também, nos mecanismos de subordinação empreendidos pelo capital monopolizando a produção no campo e precarizando trabalhadores, além de fazermos uma análise do acesso a terras nos biomas Cerrado e Amazônico, características presentes no campo do estado do Tocantins.

Na discussão feita sobre “Políticas públicas fomentando territorialização do agronegócio e os conflitos por terra no Tocantins” aparecem elementos da modernização da agricultura brasileira, induzida pelo Estado até a década de 1980 e sua posterior perda de espaço para o monopólio do capital privado, os programas de desenvolvimento dirigindo a migração de trabalhadores para áreas do Cerrado, a expansão da produção de *commodities* no estado Tocantins relacionando os principais municípios produtores, a falta intencional de planejamento dos órgãos públicos, como INCRA e Itertins no mapeamento e identificação de áreas, criação de aportes fazendários para financiar estudos que mostrem a real situação das áreas e a indenizações, se preciso, a criação, extinção e relações de poder em torno do MATOPIBA e a espacialização de *commodities* relacionadas a focos de conflitos por terra no Tocantins.

Nesse capítulo os elementos centrais 1 e 2 da tese (1º - Inércia planejada do poder público em resolver a questão fundiária de suas terras e territórios, produzindo insegurança jurídica; 2º - Expansão da produção monopolista através do agronegócio, tendo como um de seus meios a expropriação de terra), são demonstrados a partir das relações existentes entre o Estado e o capital na monopolização do agronegócio, aportes financeiros para infraestrutura de logística, dispensa de impostos, decisões judiciais questionáveis contra camponeses, em detrimento de relacionar de forma concreta as áreas públicas do estado que poderiam ser destinadas a reforma agrária.

Esses fatores, combinados com o avanço de fronteira agrícola e a expansão da monopolização monocultora tem sido o estopim da produção territorial do conflito no

campo no estado do Tocantins, onde consequentemente a produção de alimentos de consumo domésticos, como arroz, feijão, mandioca e banana tem apresentado diminuição das áreas para sua produção. Apresentamos também, nesse capítulo mapas que produzimos a partir de dados do IBGE e a CPT, mostrando a espacialização das áreas produtoras de *commodities* que são foco da pesquisa e a espacialização dos conflitos por terra no período entre 2003 e 2019.

As especificidades da produção dos conflitos por terra e território no estado são debatidas nas “Características da produção dos conflitos por terra e território no Tocantins”, onde sintetizamos dados dos relatórios da CPT, CIMI e CONAQ, além de trazermos as falas e as realidades dos sujeitos que estão em conflitos, muitos deles violentos, como as experiências vivenciadas na realização do trabalho de campo. Separamos nesse capítulo, os sujeitos pelas lutas que travam, sendo os camponeses, a luta pela terra e os povos tradicionais a luta pelo território.

Na luta pela terra, trazemos um aporte de falas, coletadas através de entrevistas, denúncias de camponeses e órgãos públicos, imagens produzidas no trabalho de campo, que nos aproximam da situação de conflito e resistência camponesa, além da espacialização das monoculturas que são foco da pesquisa, relacionando áreas de conflitos por território indígena e quilombola. Em razão da pandemia do Covid 19, e prezando pela saúde dos sujeitos pesquisados e a nossa, não realizamos trabalhos de campo em terras de povos tradicionais.

É o capítulo onde o elemento central 3 da tese (3ª luta e resistência camponesa, indígena e quilombola em manter suas terras e seus territórios), se apresenta com maior potência, pois nele são evidenciados os esforços coletivos, as estratégias de enfrentamento, a resistência e luta dos acampados e assentados em conseguir e manter suas terras e territórios.

Enfatizamos também, as variadas formas de violência e violações sofridas pelos sujeitos pesquisados, alinhando com as tipologias trabalhadas pelos relatórios de conflitos. A violência como uma das faces do conflito, permeia os relatos dos camponeses que entrevistamos e documentos pesquisados, sendo o produto da junção dos elementos centrais da tese. Em uma das entrevistas um camponês nos pediu que levássemos sua história de luta pela terra a mais pessoas, dessa forma, o trabalho, também tem o objetivo de denunciar e dar visibilidade a esses sujeitos que vivem em estado de conflito. Assim,

relatar o processo de violência no campo no Tocantins, também se configura como um produto da tese.

A partir desse detalhamento dos capítulos do trabalho, relacionamos as complexidades que tornam a produção do conflito territorial no campo no estado do Tocantins, uma realidade que se apresenta no dia a dia de milhares de camponeses e povos tradicionais.

O poder público estimulando e viabilizando a expansão do capital privado no campo via práticas efetivas, contrasta com a inércia planejada em realizar a distribuição de terras e demarcação de territórios no Tocantins. Aos sujeitos do campo, a luta e a resistência passam a ser fatores imprescindíveis, sendo o conflito e o confronto político fundamentos positivos que podem transformar a realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AF NOTÍCIAS. **Justiça averba ação milionária em fazenda vendida por Kátia Abreu em Campos Lindos**. Disponível em: <https://afnoticias.com.br/estado/justica-averba-acao-milionaria-em-fazenda-vendida-por-katia-abreu-em-campos-lindos>. Acessado em 29/10/2021.

AGENCIA BRASIL. Empresa Brasil de Comunicação. **Multinacionais da Área de Alimentos Contribuem para o aumento da fome, diz relatório de ONG**. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-02-09/multinacionais-da-area-de-alimentacao-contribuem-para-aumento-da-fome-diz-relatorio-de-ong>. Acessado em 15/08/2021.

ALCÂNTARA JUNIOR, J. O. **Georg Simmel e o conflito social**. Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1 / maio 2004.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **A Mobilidade Sulista e a Expansão da Fronteira Agrícola Brasileira**. Agrária, São Paulo, Nº 2, pp. 40-68, 2005.

ALVIN, Ana Márcia Moreira; BESSA, Kelly; FERREIRA, Guilherme Luiz Lopes. **Urbanização, Migração e Rede Urbana no Tocantins**: Concentração de Atividades Político-Econômicas e Redefinição dos Papéis dos Principais Centros Urbanos. Bol. geogr., Maringá, v. 37, n. 1, p. 13-31, 2019.

ALTERINFOS AMÉRICA LATINA. **Agronegócio vs Povos da Terra. Despejo da Gleba Tauá – TO foi suspenso e agentes da CPT e posseiros foram detidos (vídeos)**. 2015. Disponível em: <<http://dial-infos.org/spip.php?article7174>>. Acessado em 25 de março de 2020.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Reforma Agrária: Conflitos por Terra**. Outubro, 2004.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6ª ed. Recife: Universitária. 1998.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão: políticas indígenas e indigenistas no norte de capitania de Goiás atual estado do Tocantins, século XVIII**. Goiania: Kelps, 2006, p. 276.

ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: CES/Almedina, 2013.

ASSIS, W.F.T. **As novas terras do Sem-Fim**: Expansão capitalista e acumulação primitiva no Brasil rural. *Campo-Território* v. 9, n. 17, p. 388-417, 2014.

BARBOSA, Yacarim Melgaço. **Conflitos sociais na fronteira amazônica**: Projeto Rio Formoso. Campinas, SP: Papirus; Goiânia: Elege Publicidade e Editora Ltda., 1996.

BECKER, Berta K.; EGLER, Cláudio. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 2 ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

BENITE, Eliel. **A Busca do Teko Araguyje (jeito sagrado de ser) Nas Retomadas Territoriais Guarani e Kaiowá**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal da Grande Dourados. 2021.

BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERNARDES, J. A.; MALDONADO, G. **Estratégias do capital na fronteira agrícola moderna brasileira e argentina**. In: BERNARDES, J. A. et al. (Org.). *Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017. p.57-80.

BORRAS, Saturnino Jr.; FRANCO, Jennifer; GÓMEZ, Sergio; KAY, Cristóbal; SPOOR, Max. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. **Journal of Peasant Studies**, vol. 39, nº. 3-4, 2012, p. 845-872.

BRAND, Antonio. **Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS**. *Tellus*, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr. 2004.

BRANDÃO, Carlos. **Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; ACSERIALD, Henri et al. (orgs.). (2010). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Lamparina.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 2.375, DE 24 de novembro de 1987. **Revoga o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2375.htm > Acessado em Setembro de 2020.

BUGANO, Karen Cristina. LIPPI, Roger Rodrigues. **Regularização Fundiária: A Disputa Dominial entre União e o Estado do Tocantins**. *Revista Conteúdo Jurídico*. Edição de 19 de junho de 2020. Disponível em: < <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/54746/regularizacao-fundiria-a-disputa-dominical-entre-unio-e-estado-do-tocantins#:~:text=Como%20o%20exposto%20nos%20cap%C3%ADtulos,Decreto%20de%20Lei%201.164%2F71> >. Acessado em 24 de novembro de 2020.

CALAÇA, Manoel. **Territorialização do Capital**: Biotecnologia, Biodiversidade e seus impactos no Cerrado. *Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica – UFG – IESA*. Edição Especial. Goiânia – GO, v. 1, n. 9 fev/2010, p. 06 -23.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Presidente do Incra descarta novos assentamentos e desapropriações de terra improdutivas.** Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/noticias/561587-presidente-do-incra-descarta-novos-assentamentos-e-desapropriacoes-de-terras-improdutivas/>>. 2019. Acessado em 08/12/2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biografia. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/141448/biografia>>. Acessado em 16/12/2021.

CARVALHO, Igor Simoni Homem de. **A “pecuária geraizeira” e a conservação da biodiversidade no cerrado do Norte de Minas.** Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 5, n. 3, p. 19-36, set/dez 2014.

CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão.** São Paulo: Brasiliense, 1965.

CELENTANO, Danielle; VERÍSSIMO, Adalberto. **O Avanço da Fronteira Amazônica: do Boom ao colapso.** Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2007.

CIFUENTES, Joaquim Eduardo Manchola. **Agronegócio e acumulação por espoliação: O enclave da soja em Campos Lindos Tocantins.** Tese de doutorado. UNB - Universidade de Brasília. 2013.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.** Relatório, 2003-2005.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.** Relatório, 2006 -2007.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.** Relatório, 2008.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.** Relatório, 2009.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.** Relatório, 2010.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.** Relatório, 2011.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.** Relatório, 2012.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.** Relatório, 2013.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.** Relatório, 2014.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**. Relatório, 2015.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**. Relatório, 2016.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**. Relatório, 2017.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**. Relatório, 2018.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**. Relatório, 2019.

CLEBER TOLEDO. **AL instala comissões sobre questão ambiental: marca criação da bancada ruralista, diz Vilmar**. Disponível em: <https://clebertoledo.com.br/politica/al-instala-3-comissoes-sobre-questao-ambiental-marca-criacao-da-bancada-ruralista-diz-vilmar/>. Acessado em 29/10/2021.

CNBB. **O Desmonte do Estado Brasileiro e o Retrocesso Civilizatório**. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/O-DESMONTE-DO-ESTADO-BRASILEIRO-E-O-RETROCESSO-CIVILIZATORIO-maio-de-2021.pdf>. Acessado em 20/07/2021.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Estimativa indica aumento na produção de grãos na safra 2021/22, com previsão em 288,61 milhões de toneladas**. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4316-estimativa-indica-aumento-na-producao-de-graos-na-safra-2021-22-com-previsao-em-288-61-milhoes-de-toneladas>>. Acessado em 09/12/2021

CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil**. Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

CONEXÃO TOCANTINS. **Em audiência pública, posseiros em terras da União pedem agilidade na criação de assentamento**. 2017. Disponível em <<https://conexaoto.com.br/2017/11/08/em-audiencia-publica-posseiros-em-terras-da-uniao-pedem-agilidade-na-criacao-de-assentamento>>. Acessado em 25 março de 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2020. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT, 2021. 279 p.

FIAN BRASIL. **Matopiba**: Caravana ouve relatos de violações de direitos na região. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/matopiba-caravana-ouve-relatos-de-violacoes-de-direitos-na-regiao/>. Acessado em Setembro de 2020.

CORMINEIRO, Olivia M. M. **Percepções do tempo e trabalho**: As Disputas dos Sertanejos Pobres no Extremo Norte de Goiás em Torno dos Seus Modos de Viver - 1860 a 1920. Revista Mundos do Trabalho, v. 1, n. 2. UFSC, 2009.

COSTA, Rogério H. da. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Dona Raimunda, quebradeira de coco babaçu e liderança no Tocantins, morre aos 78 anos**. 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/4542-dona-raimunda-quebradeira-de-coco-babacu-e-lideranca-no-tocantins-morre-em-casa-aos-78-ano>>. Acessado em 27 de março de 2020.

CPT. **Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico**. Goiânia: CPT (org.); 2020. 116 p. 1ª Edição, Setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14207&catid=0&m=0>>. Acessado em 08/12/2021.

CRESTANI, L. de A. **Nas fronteiras do oeste do Paraná: Conflitos Agrários e Mercados de Terras (1843–1960)**. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

CRUZ, Alice Eloisa da. **Dinâmica da produção de grãos nas microrregiões do Estado do Tocantins de 1990 a 2016**. Redepp, v. 2, n. 2, p. 158-180, 2018

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. Bancada ruralista diminui na Câmara e aumenta no Senado. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/88907-bancada-ruralista-diminui-na-camara-e-aumenta-no-senado>. Acessado em 29/10/2021.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Decreto Nº 285, de 1º de Março de 2018**. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/5268550/do-1-2018-03-05-portaria-n-285-de-1-de-marco-de-2018-5268546>. Acessado em 25 de março de 2020.

DPE – TO. Defensoria Pública do Estado do Tocantins. **Defensoria denuncia violação de direitos de camponeses em Palmeirante no norte do Estado**. 2018. Disponível em: <<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/25823>>. Acessado em 26 de março de 2020.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

EDELMAN, Marc. Messy hectares: questions about the epistemology of land grabbing data. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 40, nº. 3, 2013, p. 485-501.

EMBRAPA. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>>. Acesso em: Março de 2018.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde: A reforma agrária no Brasil**. São Paulo. Ed. Contexto, 2006.

FERNANDES, António Teixeira. **Conflitualidade e movimentos sociais**. Análise social, v. XXVIII (123-124), 1993 (4º-5º), p. 787-828.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Texto espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. Universidade Estadual de São Paulo: Presidente Prudente, Junho, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição Teórica para uma Leitura Geográfica dos Movimentos Sociais. Revista Nera – Ano 8, N. 6 – Janeiro/Junho de 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Geopolítica da Questão Agrária Mundial**. Revista NERA. Presidente Prudente, junho de 2009, número 18.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os Usos da Terra no Brasil: Debates sobre Políticas Fundiárias**. 1. Ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **A Produção Agrícola no Brasil**. Interface. Porto Nacional/TO, v.2, n.2, p. 18-31, maio 2005.

FREDERICO, S.; GRAS, C. Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: BERNARDES, J. A. et al (org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017. p.12-32.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA**. Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação da Cultura**. Editora LTC, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Editora FGV. 3ª edição. 2005.

GONÇALVES, Paulo Rogério et al. **A resistencia das comunidades tradicionais de Campos Lindos em seus territórios**. Edições/ PNCSA, Nº 05. Manaus, 2018.

GUNNOE, A. The political economy of institutional landownership: Neorentier society and the financialization of land. **Rural Sociology**, v. 79, n. 4, 2014. p. 478-504. <http://dx.doi.org/10.1111/ruso.12045>.

HARVEY, David. **The ‘New’ Imperialism: Accumulation By Dispossession**. Socialist register, 2004.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: E as Crises do Capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

LARA, Silvia Hunold. **Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 16, São Paulo: Educ., 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13721-asi-agricultura-familiar-ocupava-844-dos-estabelecimentos-agropecuarios>>. Acessado em 18/08/2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Campos Lindos – TO**. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/campos-lindos/panorama>>. Acessado em 10/12/2021.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Prestação de Contas Ordinária Anual Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=7819898>>. Acessado em 25 de março de 2020.

JESUS, Sidinei Esteves de Oliveira. **Construção do Território, Atividade Apícola e Reprodução Camponesa**: Estudo sobre o Projeto de Assentamento Amigos da Terra, Tocantins, Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LIMA, Cláudia de Castro. **Os aliados ocultos de Hitler**. Revista Super Interessante, São Paulo, n 333, p. 24-35, maio, 2014.

LIMA. Débora Assumpção; NOBGREGA. Mariana Leal Conceição. **Análise do preço de terras agrícolas no Tocantins**: Decifrando os caminhos do agronegócio. R. RA' e GA. Curitiba, v. 40, p. 163 – 176, Agosto/2017.

LIRA, Elizeu Ribeiro; CARVALHO, Isabel Antonio de. **O quilombo Morro São João**: as ações de grileiros e o encurtamento do território. Geografia Agrária do Tocantins: campesinato, latifúndio e conflitos. Goiânia:/Kelpes, 2018.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Questão Fundiária na Amazônia**. Dossiê Amazônia brasileira II, v.19 n.54. São Paulo maio/ago. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/04.pdf>>. Acessado em 24 de novembro de 2020.

LÚCIO, S.L.B. **Gestão participativa e conflitos socioambientais em áreas protegidas no Cerrado mineiro**: a pecuária de solta na RDS Veredas do Acari-MG. Dissertação de Mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2013, 123p.

SANTOS, Lyndon de Araújo. BACCEGA, Marcus Vinícius de Abreu. MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. (Organizadores). **O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil**. São Luís: EDUFMA, 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **TO – Apesar da violência e ameaças de jagunços e grileiros, camponeses da Gleba Tauá continuam a resistir.** 2013. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=to-apesar-da-violencia-e-ameacas-de-jaguncos-e-grileiros-camponesas-da-gleba-taua-continuam-a-resistir>>. Acessado em 25 de março de 2020.

MAPBIOS. **Cerrado: Evolução da Cobertura e Uso da Terra (1985 -2018).** Disponível em: <https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/mbi_colecao4_cerrado_la_rev.jpg>. Acessado em 17 de Agosto de 2020.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência.** 1973. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20%20exp.%20popular.pdf> Acesso em: 27 de Agosto. 2020.

MARRE, Jaques. **“A construção do objeto científico na investigação empírica”.** Curso ministrado: seminário de pesquisa do oeste do Paraná. Fundação universidade estadual do oeste do Paraná – cascavel - PR, 16 a 18 de outubro de 1991.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Trad. Sergio Tellaroli. São Paulo: Penguin Group: Companhia das Letras, 2012 (edição eletrônica).

MASSEY, D. **Power-Geometries and the Politics of Space-Time (Hettner-Lecture 1998).** Heidelberg: Departamento de Geografia da Universidade de Heidelberg, 2004.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela descolonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha - Dourados/MS.** Tese. (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2015.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território.** Geo UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011 p. 290-322.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **A Apropriação do Cerrado pelo Agronegócio e os Novos Usos do Território.** Campo Território: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 6-26, abr., 2014.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de história oral.** 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MENDONÇA, Maisa. **Mídia e Movimentos Sociais.** O MST na Mídia. Setembro, 2000.

MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre. O interesse no conflito. In: MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre (orgs.). **Conflitos de (grande) interesse**: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 7-25.

MONGABAY. **Comunidade desalojada por acusado de assassinato busca justiça para Gabriel Filho**. 2018. Disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2018/08/comunidade-desalojada-por-acusado-de-assassinato-busca-justica-para-gabriel-filho/>>. Acessado em 26 de março de 2020.

MORAIS, Antonio Carlos Robert. Ideologias Geográficas. São Paulo: Hucitec, 2002. 156p.

MORAIS, Paula Benevides de; NOLÊTO, Sebastião Júnior; MARTINS, Iracy Coelho de Menezes. **Análise de Sustentabilidade do Projeto Hidroagrícola Javaés/LAGOA, NO Estado do Tocantins**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 34, n. 1, p. 83-111, jan./abr. 2014.

MST. **Relembremos do Golpe de Kátia Abreu contra Camponeses do Tocantins**. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/11/22/relembremos-da-historia-do-golpe-de-katia-abreu-contra-camponeses-do-tocantins/>. Acessado em 20/10/2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). O campo no século XXI: **território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil** - um retorno aos dossiês. AGRÁRIA, São Paulo, No. 12, pp. 3-113, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L.T. **Regularização Fundiária e a “Corrida Mundial por Terras” no Brasil**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. Edição especial, p. 43-75, jun., 2016.

OLIVEIRA, Nilton Marque de. **Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins**. Palmas/TO: Universidade Federal do Tocantins / EDUFT, 2019.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. CRESTANI, Leandro de Araújo. STRASSBURG, Udo. **Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins**. Revista IDeAS, v. 8, n. 2, p. 104-134, 2014.

OLIVEIRA, Sebastião de Souza. **O Avanço do Capitalismo no Cerrado Brasileiro e a Metamorfose do Latifúndio no Município de Pedro Afonso – Tocantins**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, ano 2017.

PARDO, David Wilson de Abreu; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do Nascimento. **A Moralidade do Conflito na Teoria Social**: Elementos para uma abordagem normativa na investigação sociológica. Revista Direito GV, São Paulo 11(1) | P. 117-140 | JAN-JUN 2015.

PATTO, Maria Helena Souza. **Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres**. Revista Estudos Avançados, ano 13, N 35, 1999.

PEREIRA, Levi Marques. **Imagens Kaiowá do Sistema Social e seu Entorno**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de São Paulo, 2004.

PIRES, Mauro Oliveira. **Programas Agrícolas na Ocupação do Cerrado**. Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 111-131.

PROJETO DE LEI Nº 490, DE 2007. **Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio**. Congresso Nacional, 2007.

RAMOS, Juliana Mistrioni; CARVALHO, Naiara Cristina de. Estudo Morfológico e Biológico das Fases de Desenvolvimento de *Apis Mellifera*. **Revista Científica Eletrônica de Engenharia Florestal**. Ano vi, número, 10, agosto de 2007.

RATZEL, F. **Geografia do homem**. In: Ratzel. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo-SP: Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais.).

REDE BRASIL ATUAL. **Violência cresce no campo em 2019, com cinco conflitos por dia e 32 assassinatos**. 2020. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/violencia-cresce-no-campo-em-2019-com-um-conflito-a-cada-cinco-dias-e-32-assassinatos/>>. Acessado em 28 de Setembro de 2020.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Especulação com terras na região Matopiba e impactos socioambientais**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2017.

REIS, Eliana Schueler. DOCES E AMARGOS BÁRBAROS. **POLÊMICA**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 01 a 09, abr. 2012.

REPÓRTER BRASIL. **Trabalhador rural é assassinado em acampamento no Tocantins**. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2010/11/trabalhador-rural-e-assassinado-em-acampamento-no-tocantins/.2010>>. Acessado em 26 de março de 2020.

REPÓRTER BRASIL. **Governo Bolsonaro suspende reforma agrária por tempo indeterminado**. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2019/01/governo-bolsonaro-suspende-reforma-agraria-por-tempo-indeterminado/>>. 2019. Acessado em 08/12/2021.

ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro e CASTRO, Rogério Ferreira de. **Acampamento Sebastião bezerra: A Ocupação como Forma de Reivindicação**. Anais do III Simpósio Nacional Cidades, Fronteiras e Território Tradicional. Porto Nacional, 2014.

ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro; FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Soja, Capital Estrangeiro e Migração: Impactos da Produção Monocultora em Território do Matopiba no Município de Porto Nacional – TO**. In: Geografia e Trabalho no Século XXI. Commodities, Conflitos Territoriais e Degradação do Trabalho no Brasil. Vol. 9. Presidente Prudente. Ed. Centelha, 2018.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **Território e Territorialidade étnica em comunidades quilombolas do litoral sul da Paraíba, Brasil**. A geografia dos povos tradicionais, Vol. III. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 223 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, R. S. **Fronteira e Desenvolvimento Regional no Município de Pedro Afonso – TO**. Revista Cerrados, Montes Claros/MG, v.17, n. 1, p. 03-25, jan./jun.-2019

SANTOS, Roberto de Sousa. **Políticas Públicas e o Agronegócio na Amazônia Legal/Cerrado: Conflitos Socioterritoriais** – in Território em Conflitos, Terra e Poder. Ed. Kelps, Goiânia, 2014.

SANTOS. Roberto Souza. **Territorialização dos atores hegemônicos, desenvolvimento regional local**: Uma análise crítica sobre o Tocantins. Goiânia: Kelps, 2019.

SAUER, Sérgio; BORRAS, Saturnino Jr. **‘LAND GRABBING’ E ‘GREEN GRABBING’**: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. Edição especial, p. 6-42, jun., 2016.

SCHNEIDER, R.; Arima, E.; VERÍSSIMO, A.; BARRETO, P. & Souza Jr., C. 2000. **Sustainable Amazon**: limitations and opportunities for rural development. World Bank Technical Paper No 515. Environment Series. Washington DC: World Bank.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado Nº 436, de 2017**. Dispõe sobre os registros imobiliários com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelo Estado do Tocantins. Disponível em < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7266831&disposition=inline>>. Acessado em 25 de Novembro de 2020.

SIDNEY, Tarrow. **O poder em Movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVA(b), Marcos José Diniz. **O conflito social e suas mutações na teoria sociológica**. Qualitas Revista Eletrônica, v. 1, n. 2, 2011, p. 1-12.

SILVA, Carlos Alberto Franco. **A rede Política Territorial da Soja em Pedro Afonso (TO)**. ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 4, n. 7, p.91-107, jan./jul. de 2010.

SILVA, Dione Ribeiro da; AIRES, Berenice Feitosa da Costa. **Impactos Sociais do Projeto Manoel Alves**. Seminário de Iniciação Científica, UFT. 2012.

SILVA, Marcelo Corrêa da; BOAVENTURA, Vanda Maria; FIORAVANTI, Maria Clorinda Soares. **História do Povoamento Bovino no Brasil Central**. Revista UFG / Dezembro 2012 / Ano XIII nº 13.

SILVA, Aichely Rodrigues da; CUNHA, Valdeir Vieira da. **A LUTA PELA TERRA NO MARANHÃO**: Caso do Bico do Papagaio. Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia. Outubro de 2012.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

SOBREIRO, José; FERNANDES, Bernardo; PEREIRA, Danilo; RAMOS, Eraldo; LIMA, Diogo; PEREIRA, Lorena; SILVA, Francisco. **O Golpe na Questão Agrária Brasileira**: Aspectos do Avanço da Segunda Fase Neoliberal no Campo. DATALUTA. Fev.2018,n122.Disponívelem:<http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_2_2018.pdf> Acessado em: Junho de 2018.

SOUZA, Gessivan Carmo de; DRUMOND, Viviane. As mulheres do Acampamento Olga Benário na luta pela terra no Tocantins. **Revista Humanidades e Inovação** v.6, n.17 – 2019.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; SILVA, Laís Ribeiro. **Agronegócio e Dependência**: Uma Perspectiva de Análise sobre a Região do MATOPIBA. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 20, n. 72 Dez/2019 p. 149–168.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território**: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: Estudos sobre Cultura Popular Tradicional. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

XAVIER, Jonathas Adonias; LIRA, Elizeu Ribeiro. **Comunidades Quilombolas do Jalapão – TO e suas relações com as unidades de conservação do parque estadual**. Geografia Agrária do Tocantins: campesinato, latifúndio e conflitos. Goiânia:/Kelpes, 2018.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 2012, v. 1.

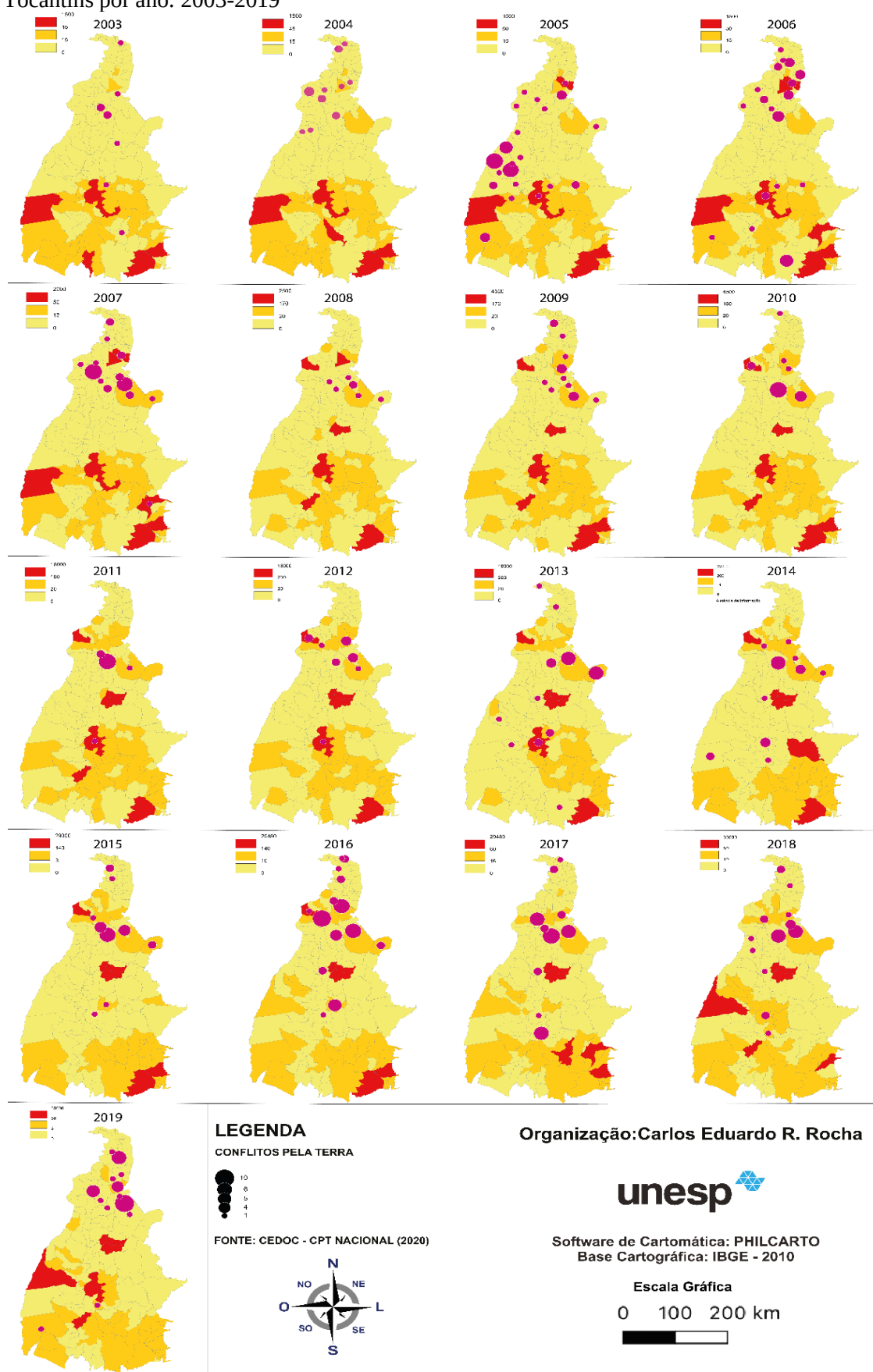
WINCKELMANN, Johannes. Prefácio. In: WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 2012, v. 1, p. XVII-XXX.

APÊNDICE

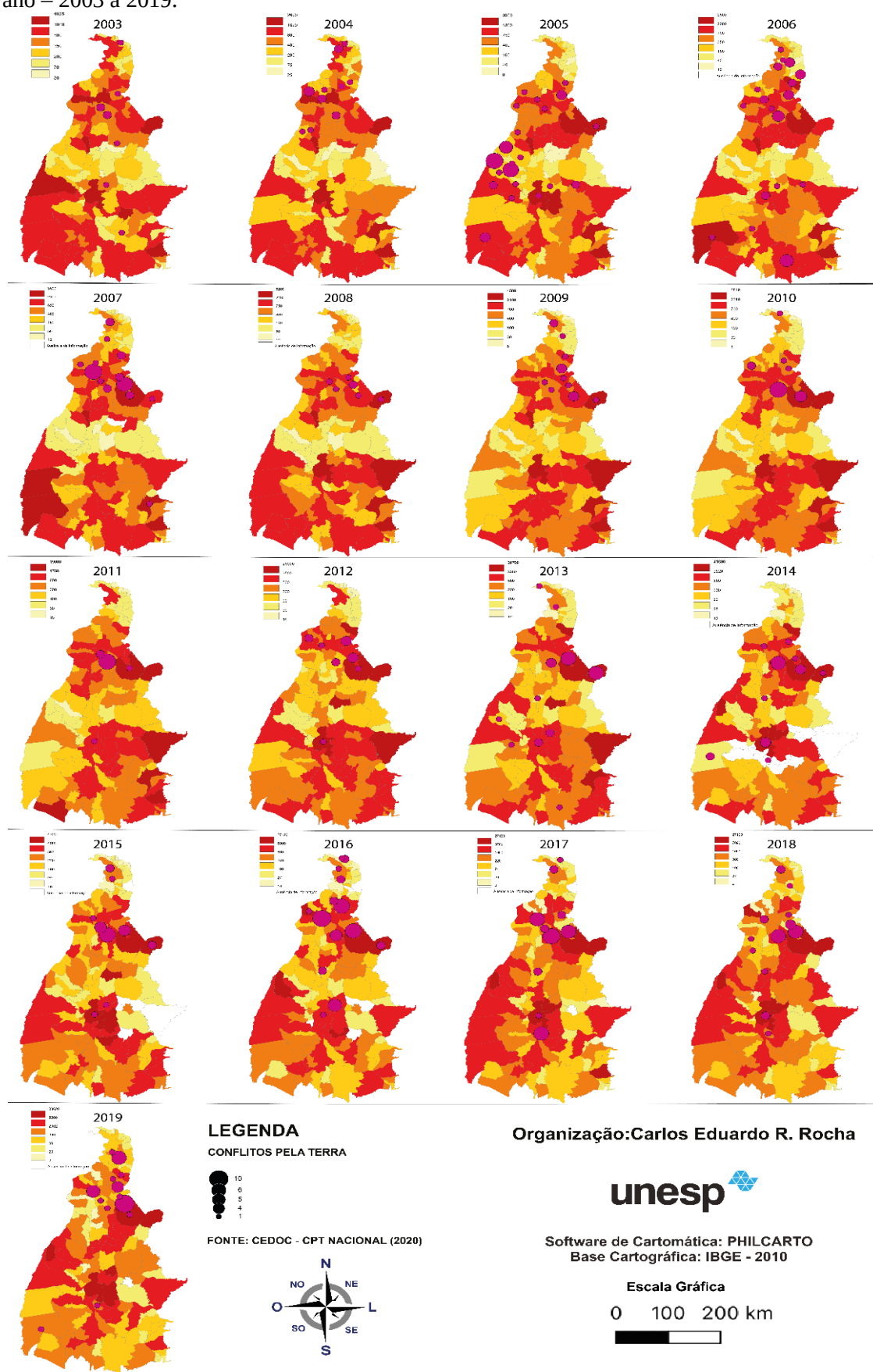
Mapa 18 – Municípios com criação bovina (cabeças) e conflitos por terra no Tocantins por ano entre 2003 e 2019.



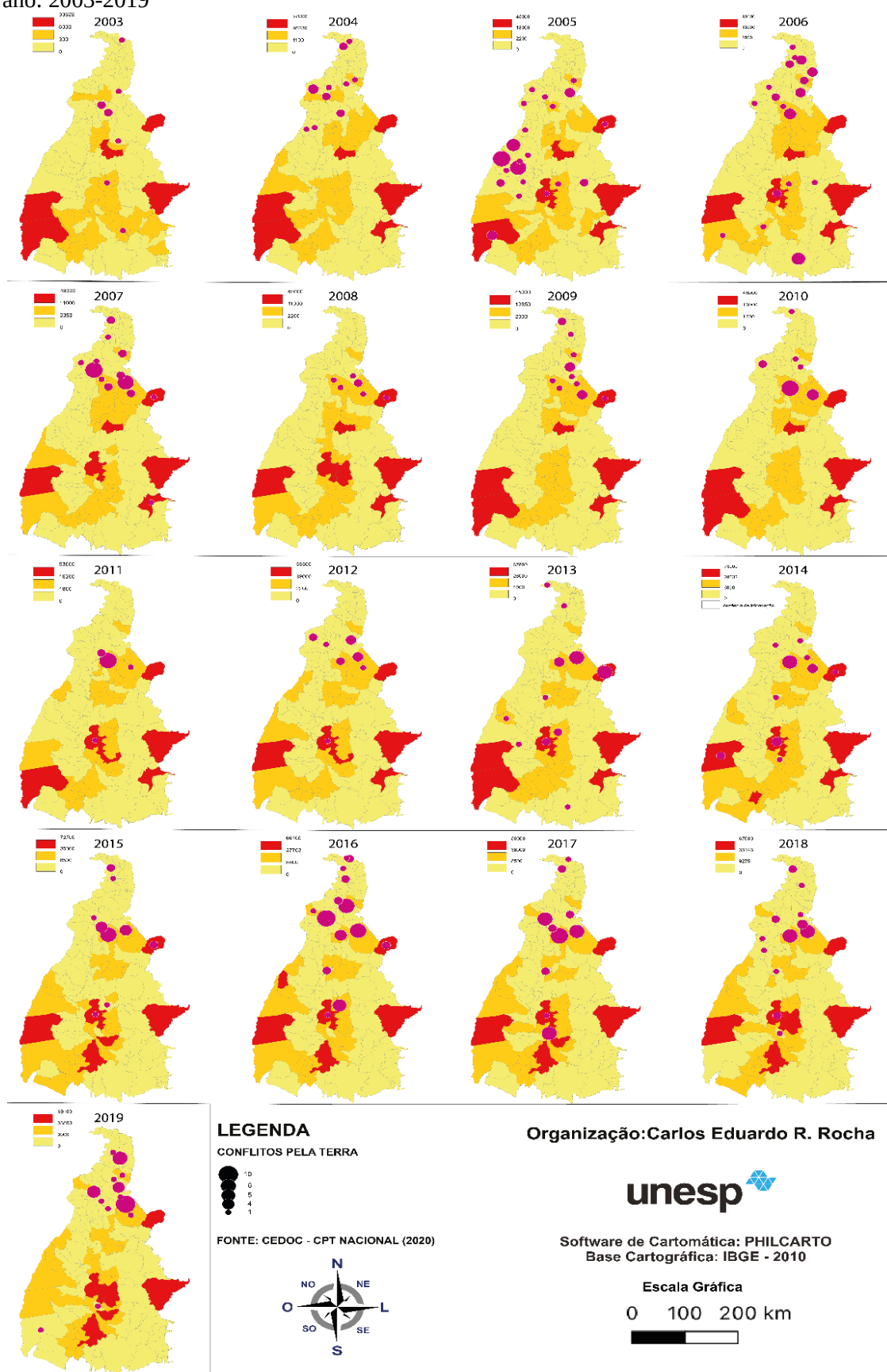
Mapa 19 – Municípios com produção de cana de açúcar em hectares e conflitos por terra no Tocantins por ano: 2003-2019



Mapa 20 – Municípios com produção de milho em hectares e conflitos por terra no Tocantins por ano – 2003 a 2019.



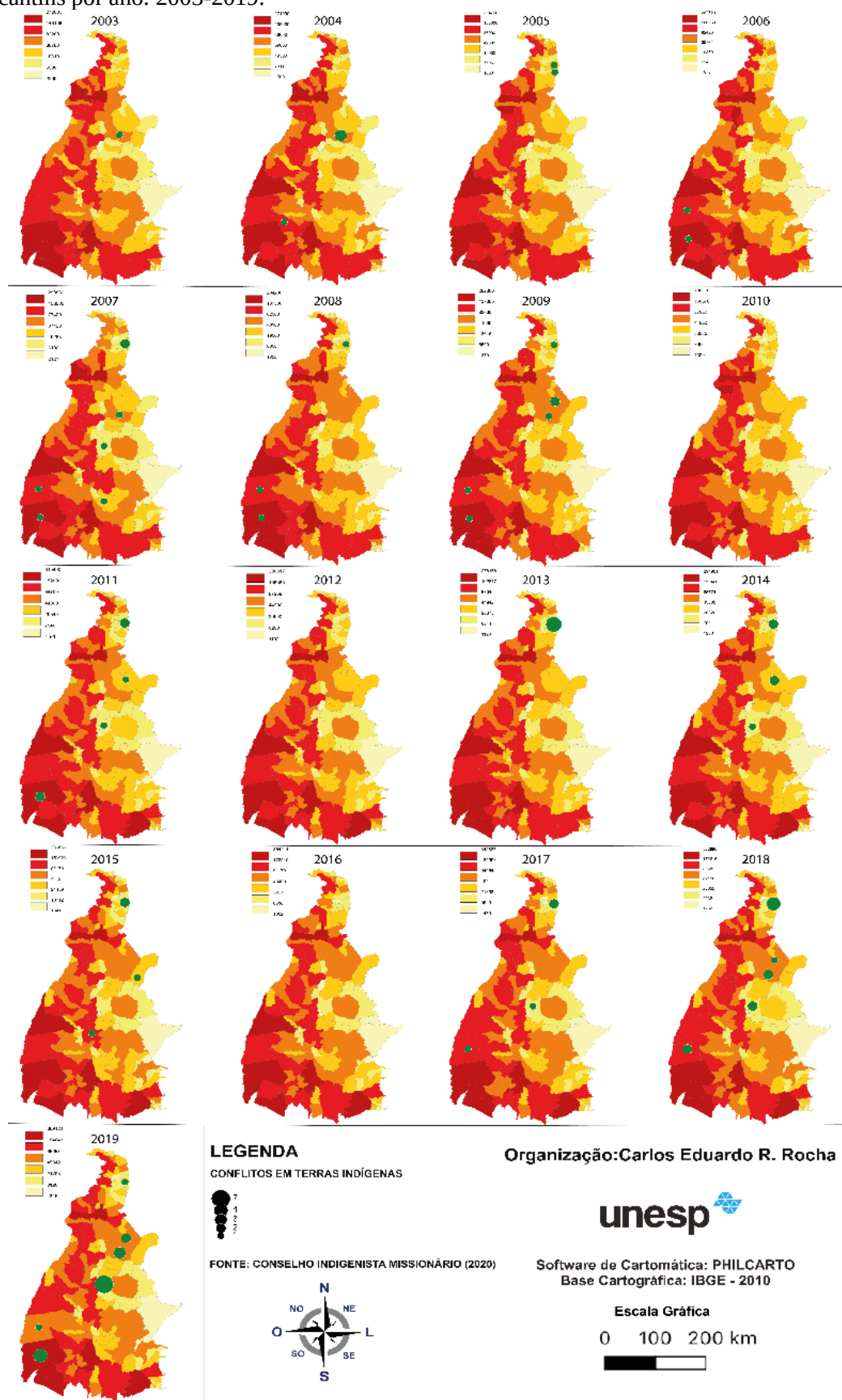
Mapa 21 – Municípios com produção de soja em hectares e conflitos por terra no Tocantins por ano: 2003-2019



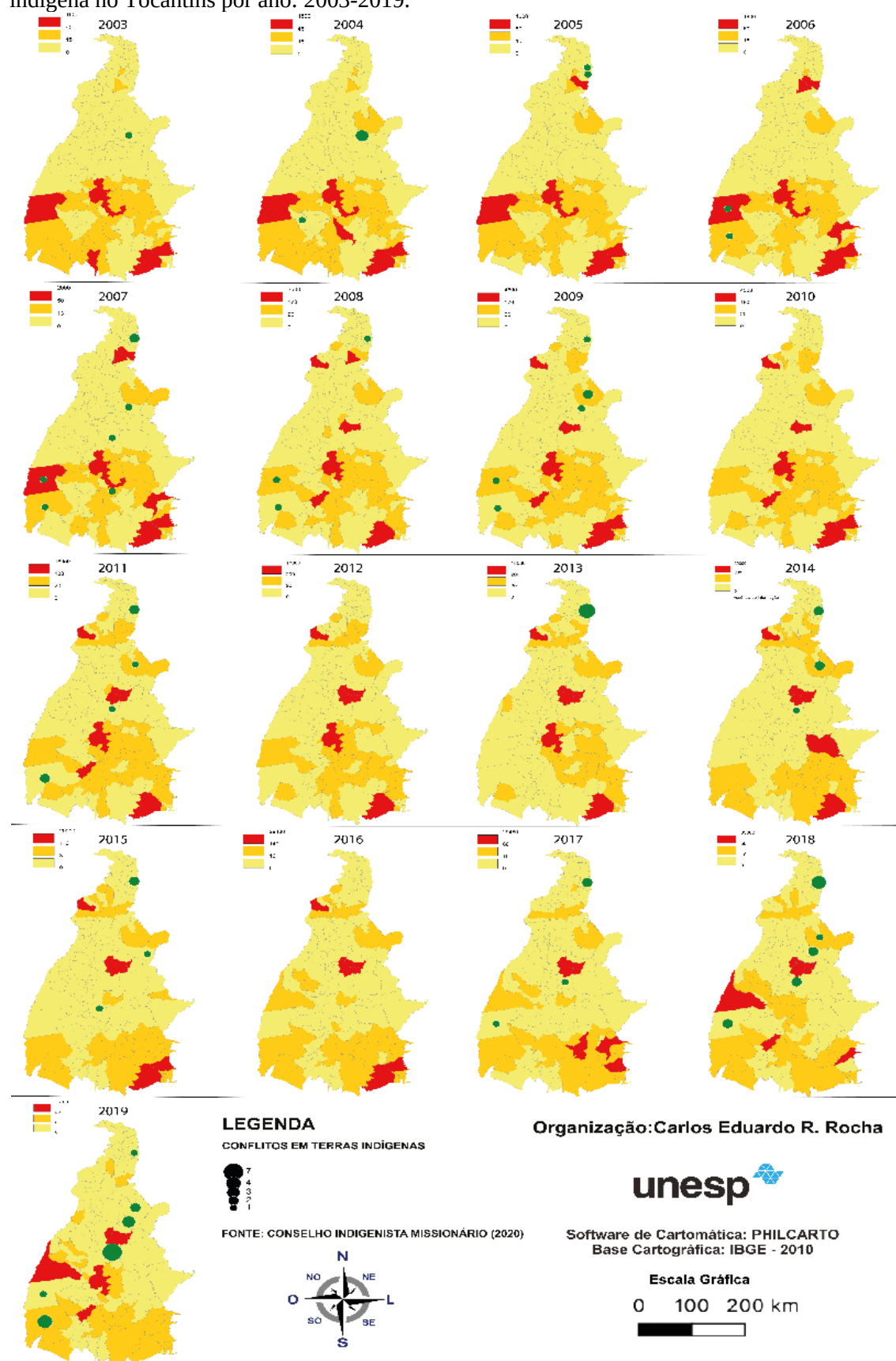
Mapa 22 - Dados de Conflitos da CPT em TI no Tocantins - 2003-2019.



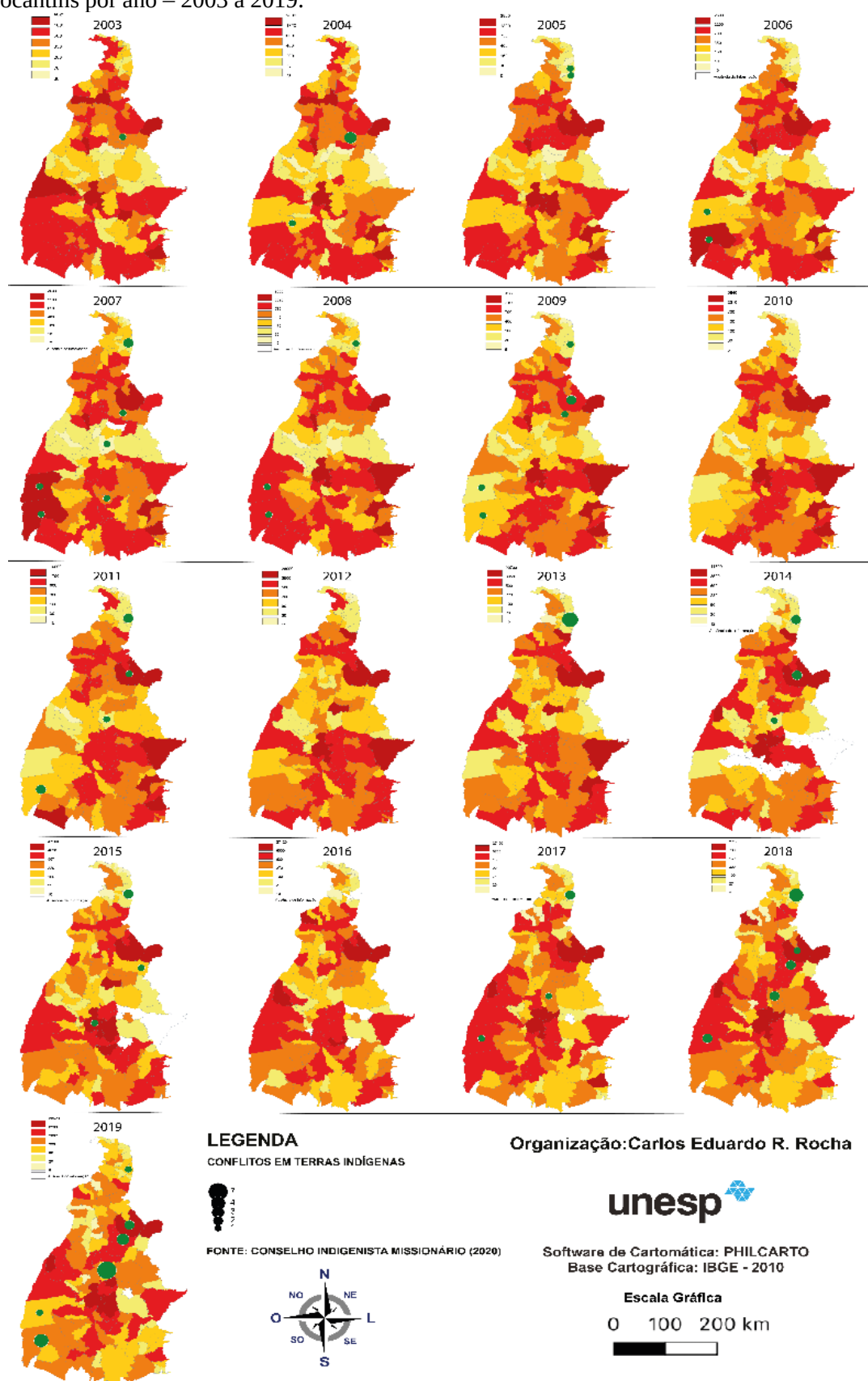
Mapa 23 – Municípios com criação bovina (cabeças) e conflitos por território indígena no Tocantins por ano: 2003-2019.



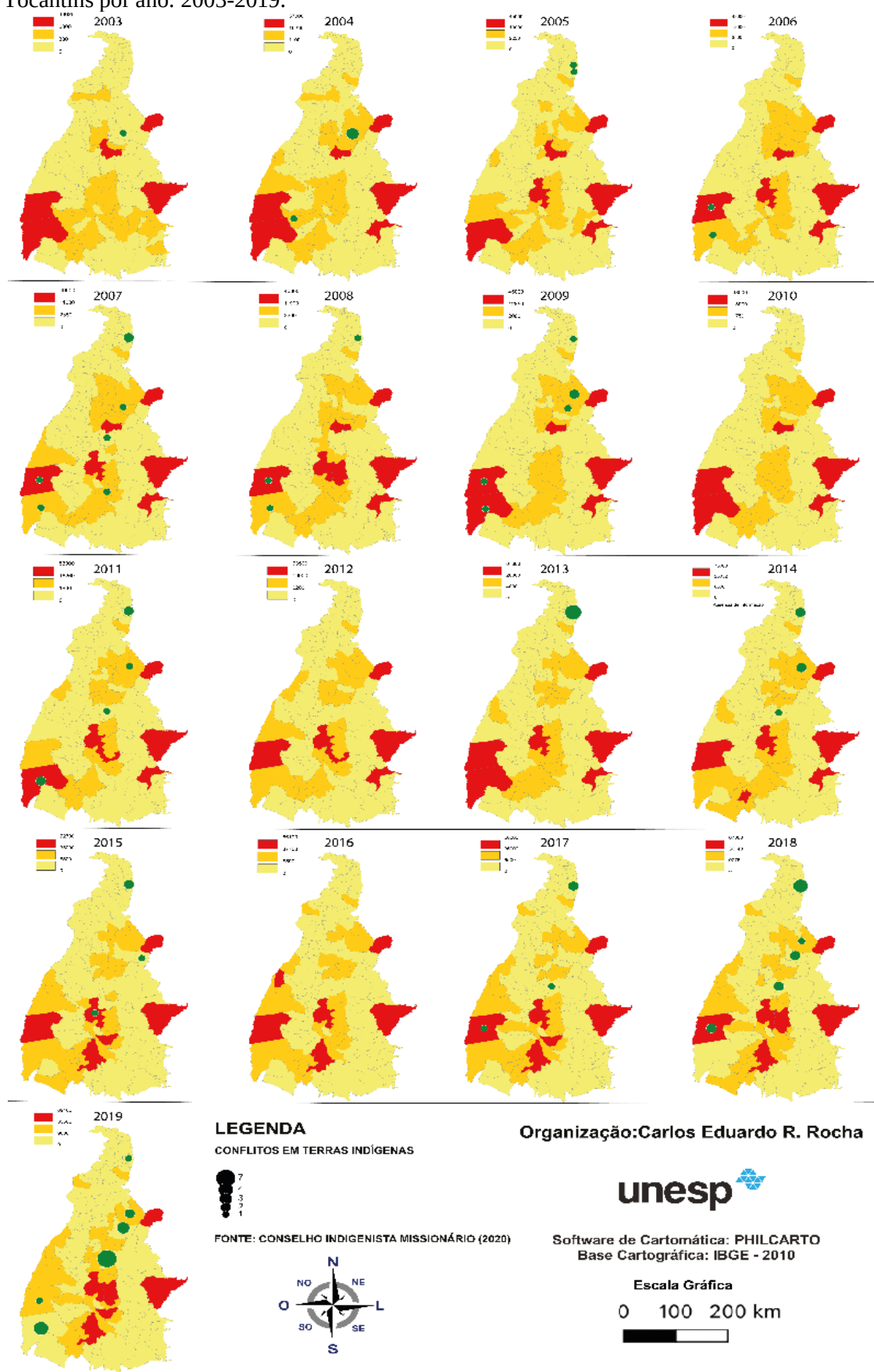
Mapa 24 – Municípios com produção de cana de açúcar em hectares e conflitos por território indígena no Tocantins por ano: 2003-2019.



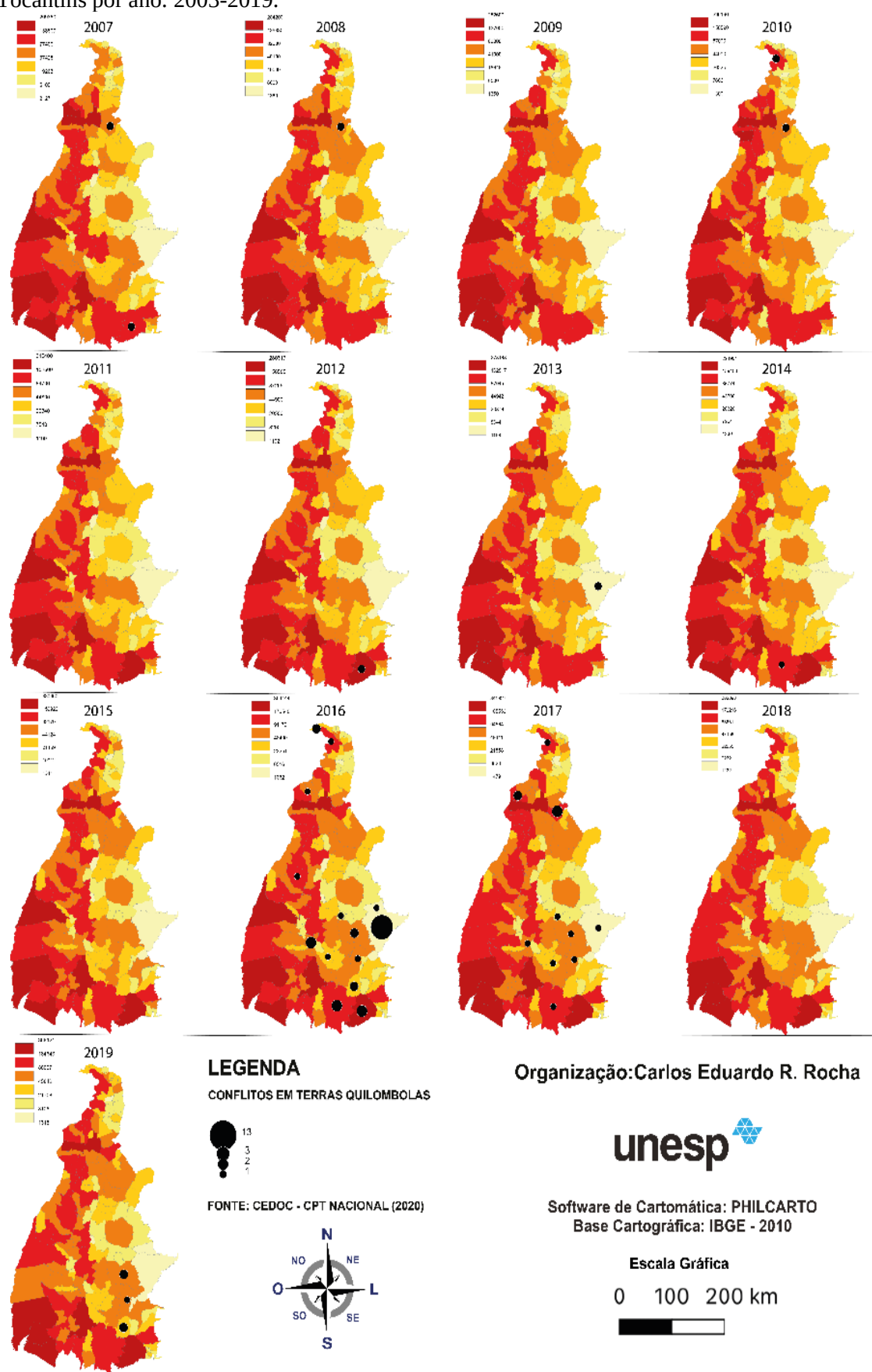
Mapa 25 – Municípios com produção de milho em hectares e conflitos por território indígena no Tocantins por ano – 2003 a 2019.



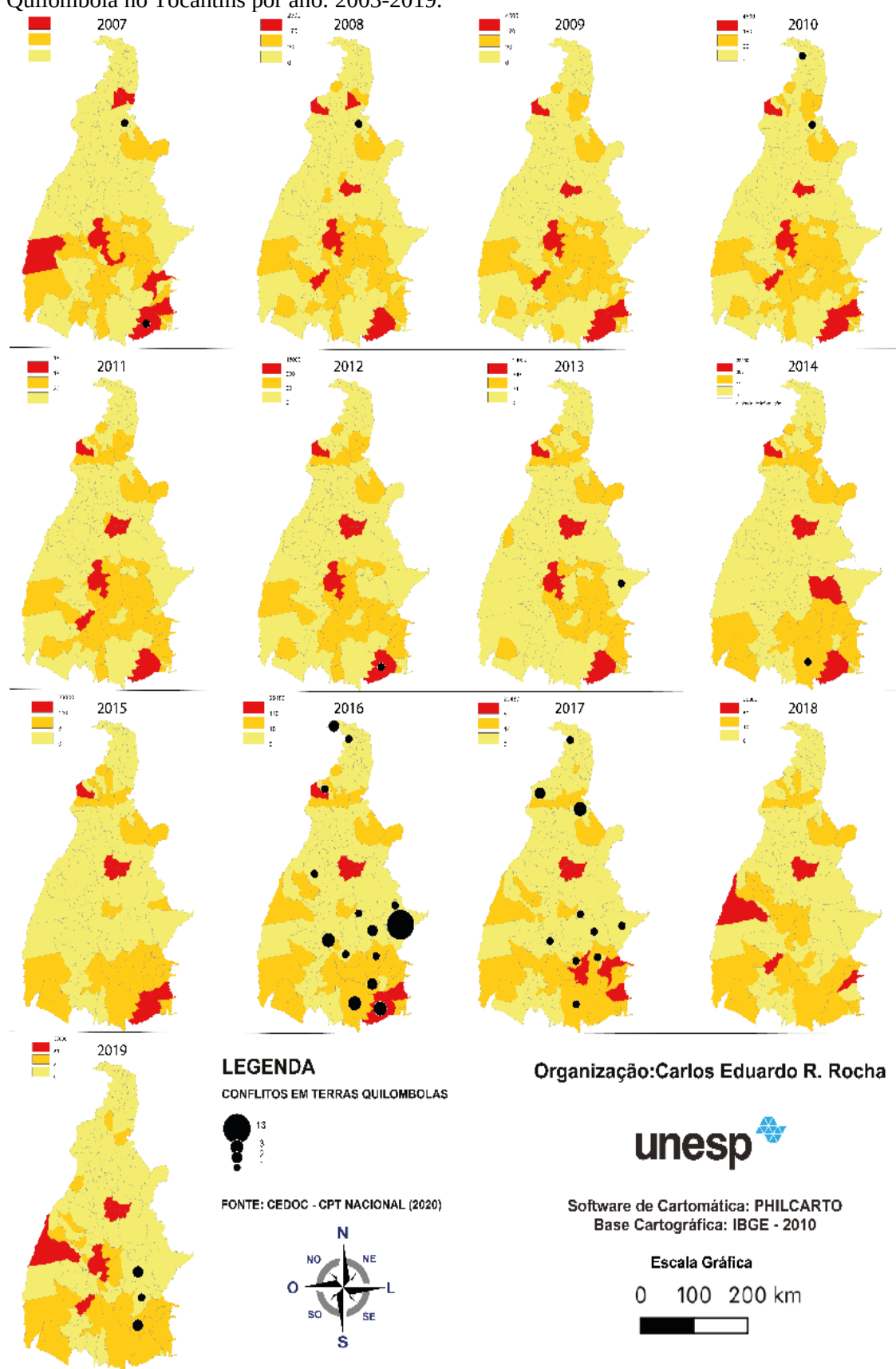
Mapa 26 – Municípios com produção de soja em hectares e conflitos por território indígena no Tocantins por ano: 2003-2019.



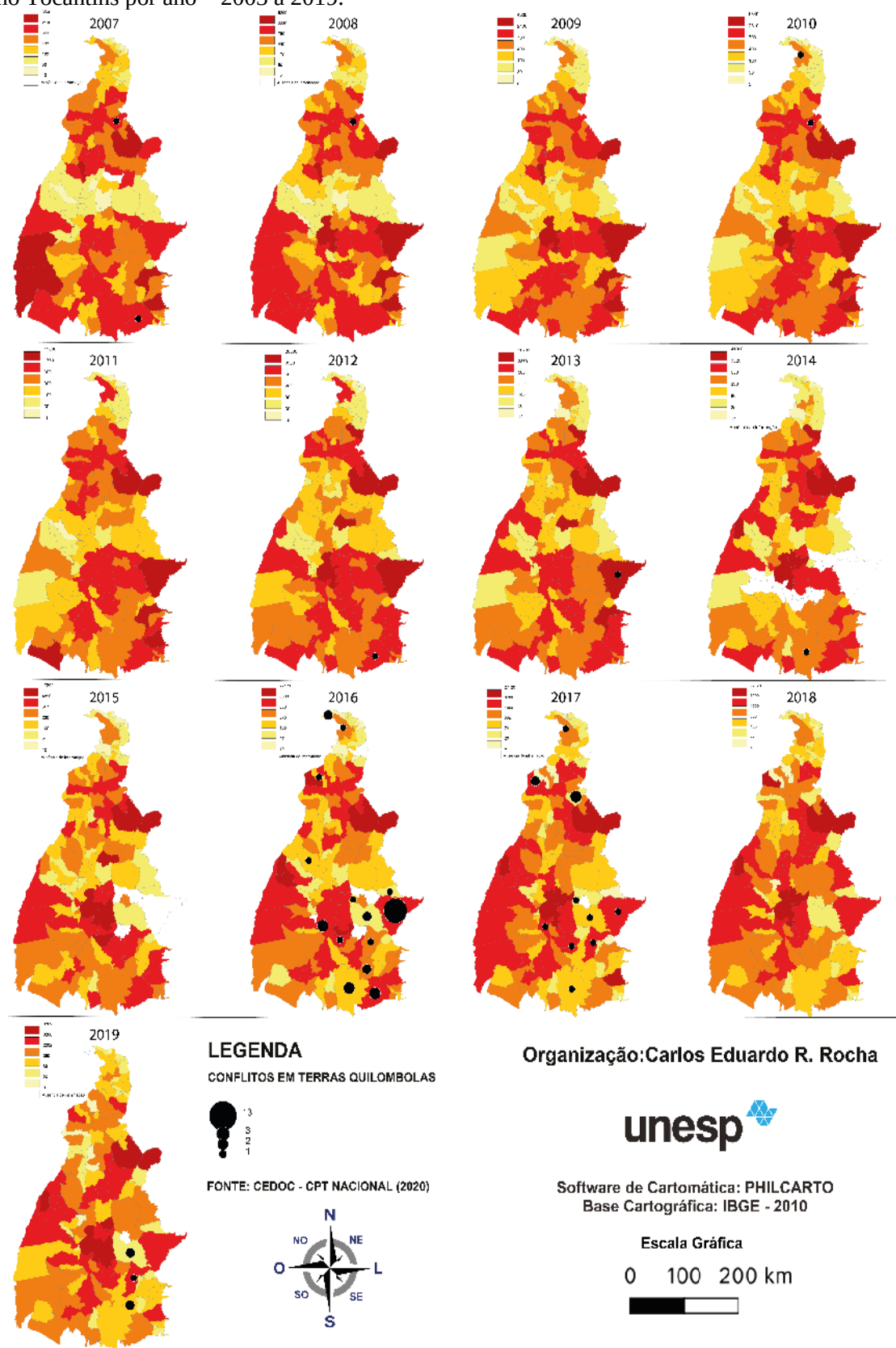
Mapa 27 – Municípios com criação bovina (cabeças) e conflitos por território quilombola no Tocantins por ano: 2003-2019.



Mapa 28 – Municípios com produção de cana de açúcar em hectares e conflitos por território Quilombola no Tocantins por ano: 2003-2019.



Mapa 29 – Municípios com produção de milho em hectares e conflitos por território quilombola no Tocantins por ano – 2003 a 2019.



Mapa 30 – Municípios com produção de soja em hectares e conflitos por território quilombola no Tocantins por ano: 2003-2019.

